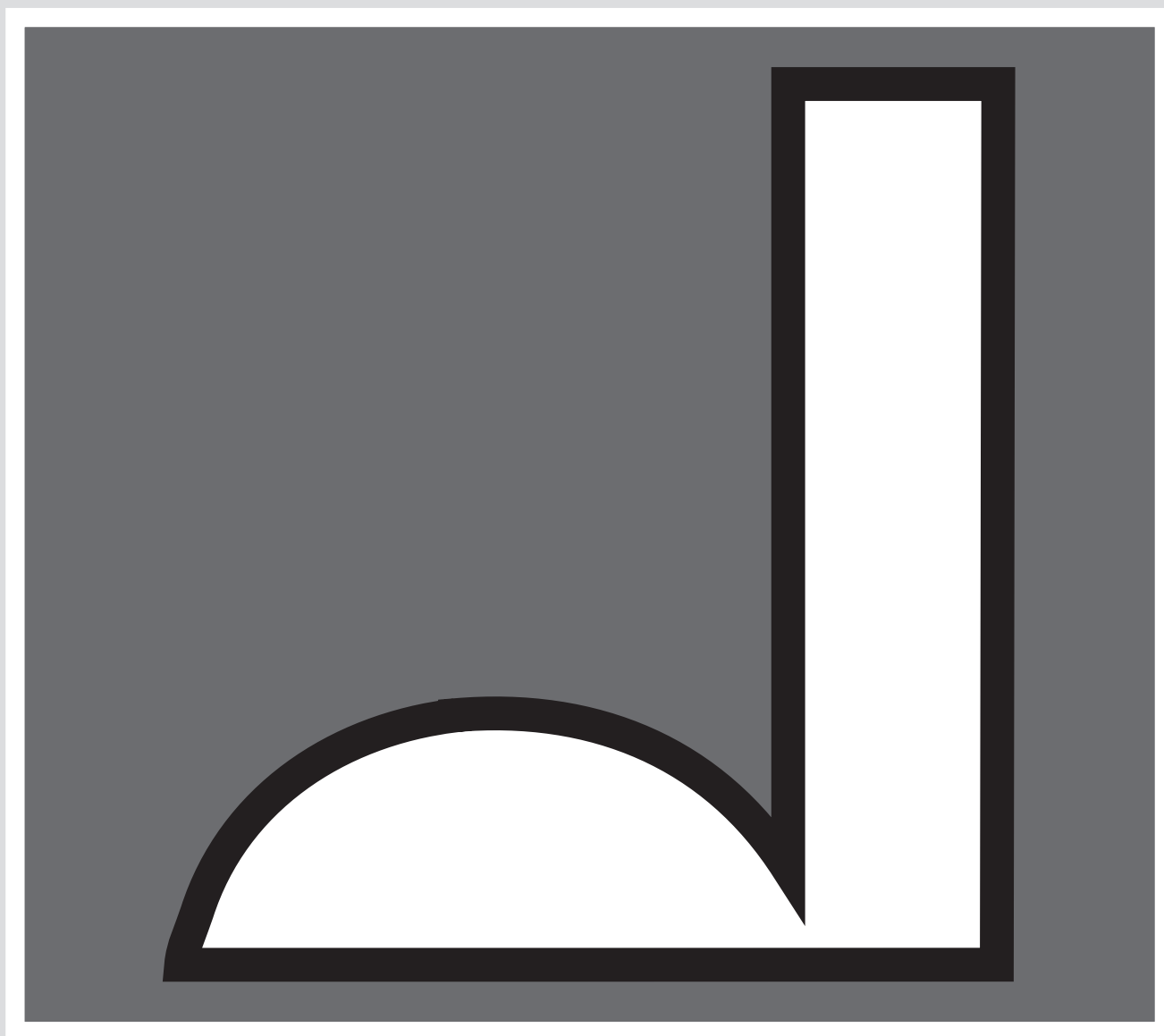




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 024 - QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 23ª SESSÃO ESPECIAL, EM 11 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, Estado do Piauí, nos termos do Requerimento nº 18, de 2009, do Senhor Senador João Vicente Claudino e outros senhores senadores. 04443

1.3 – Oradores

Senador João Vicente Claudino..... 04443

Senador Mão Santa..... 04448

Senador Marcelo Crivella..... 04453

Senador Adelmir Santana..... 04456

Senador Heráclito Fortes..... 04458

Senador Aloizio Mercadante..... 04460

Wellington Dias (Governador do Estado do Piauí) 04462

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 24ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE MARÇO DE 2009

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009-Complementar, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *dispõe sobre requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade fechada de previdência complementar patrocinada por autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública e outras entidades públicas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e dá outras providências.* 04470

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a duração dos estágios de estudantes.* 04476

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral.* 04477

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e institui o cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego.* 04478

Projeto de Resolução nº 9, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.* 04480

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução 9, de 2009, lido anteriormente. 04482

2.2.3 – Parecer

Nº 26, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* 04482

2.2.4 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 33/2009, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.114, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 04484

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 85, de 2008, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo/SP, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006. 04484

Recebimento do Aviso nº 11, de 2009 (nº 7/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.106/2006-6, que trata de assunto relativo ao Requerimento nº 1.486, de 2004, do Senador Alvaro Dias. 04484

2.2.6 – Comunicação

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *Designação do Senador Gilvam Borges, como suplente, para integrar a referida Comissão. (Ofício nº 65/2009, de 11 do corrente)* 04484

2.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 202, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de lembrança ao Sr. Vicente Favella de Macêdo*..... 04485

Nº 203, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão*. ... 04485

Nº 204, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 15 a 17 do corrente*. 04487

Nº 205, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 13 a 22 do corrente*. 04487

Nº 206, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 15 a 17 do corrente*. 04487

Nº 207, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 16 a 22 do corrente*. 04487

Nº 208, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça*..... 04487

Nº 209, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa*. 04487

Nº 210, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 15 a 17 do corrente*. 04488

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA MARISA SERRANO – Críticas ao Governo Federal por sua gestão da crise econômica, em face da expressiva queda do Produto Interno Bruto – PIB no 4º trimestre de 2008..... 04488

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de que o crescimento relativo da economia brasileira em 2008 foi o segundo maior entre todos os países do mundo. Satisfação com a aprovação de relatório de S. Ex^a., na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, acerca de projeto de lei, de autoria do Senador Edison Lobão, que reabre prazo para que demitidos na época Collor possam requerer sua reintegração no serviço público. Gestões de S. Ex^a. voltadas a solucionar conflitos, envolvendo demarcação de reservas indígenas em Santa Catarina..... 04492

SENADOR VALTER PEREIRA – Análise conjuntural do agronegócio, por ocasião do início da

gestão de S. Ex^a. à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA..... 04494

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Preocupação com o alastramento da violência e a economia no Estado do Pará. Leitura de carta enviada por cidadão que se mudou do Pará, concordando com as críticas de S. Ex^a. ao Governo daquele Estado..... 04498

SENADOR GILVAM BORGES – Defesa do projeto da autoria de S. Ex^a. que dispõe sobre a criação do programa Bolsa-Ecologia para a Amazônia Legal, como mecanismo de controle da devastação da Amazônia..... 04500

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Registro da visita do Príncipe Charles, herdeiro do trono da Inglaterra, ao País..... 04502

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Homenagem pelo transcurso dos 50 anos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 04502

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Necessidade de substituição do diesel por fontes renováveis. Críticas à Petrobras, que estaria praticando concorrência predatória no mercado nacional de biodiesel..... 04503

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com dado estatístico que coloca Roraima como o terceiro Estado brasileiro com maior número de acidentes de trânsito por habitante. 04506

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Questionamento sobre propaganda do Governo Federal relacionada à construção de 1 milhão de casas populares e ao sucesso do PAC. Leitura de matéria publicada na edição de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada “União devolve ao BID 57 milhões de dólares de saneamento” e proposta de que seja debatida no Senado Federal outra matéria, publicada na mesma edição, intitulada “Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”..... 04507

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008). **Aprovado com emendas**, após **Parecer nº 27, de 2009-PLEN**, proferido pelo Relator revisor, Senador Romero Jucá, tendo usado da palavra os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Renato Casagrande e João Tenório..... 04513

2.3.2 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24

de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008). **Concessão de prazo de 24 horas para o Relator Revisor proferir parecer**..... 04541

2.3.3 – Item extrapauta

Parecer nº 26, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora *Maria Cecília Martins Brito*, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Aprovado** (Votação nominal). 04541

2.3.4 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Considerações sobre a crise econômica mundial e os gastos do Governo Federal. 04552

2.4.2 – Apreciação de matéria

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (**Parecer nº 28, de 2009-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados..... 04554

2.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *RENATO CASAGRANDE*, como Líder – Retorno ao tema da crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil. 04561

2.4.4 – Comunicação da Presidência (Senador Heráclito Fortes) – Recebimento de parecer da Advocacia do Senado sobre o pagamento de serviço extraordinário durante o mês de janeiro.

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Homenagem à Batalha do Jenipapo, cuja comemoração foi realizada em sessão especial do Senado realizada hoje. Comentários a respeito de requerimentos de audiências públicas aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos..... 04567

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Registro do comparecimento do Presidente do Banco Central norte-americano ao Congresso daquele País para debater a crise econômica mundial. Importância do debate sobre a crise econômica mundial nas comissões do Senado Federal..... 04570

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro de encontro amanhã, com o Presidente da Câmara dos Deputados, para tratar da votação de projetos que beneficiam aposentados e pensionistas. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2005, de autoria de S. Ex^a, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006. 04572

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Leitura de manifesto elaborado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), em favor da aprovação do projeto de lei que trata da reserva de vagas nas universidades públicas a alunos de escolas públicas. Registro das solenidades realizadas no país, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher. 04573

SENADOR *ANTONIO CARLOS JÚNIOR* – Denúncia da falta de ações do Poder Público no combate à dengue no Estado da Bahia..... 04576

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Agradecimentos à Câmara Municipal de Natal/RN, pelo título de Cidadã Natalense, outorgado a S. Ex^a. Registro da solenidade de inauguração do Hospital da Mulher Professor Leide Moraes, em Natal/RN. Defesa da expansão e o fortalecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFERSA. Preocupação com a situação das prefeituras em decorrência da queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)..... 04579

SENADOR *FLÁVIO ARNS* – Considerações a respeito da queda da taxa básica de juros. Registro do trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 04583

2.4.6 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 204, 206 e 210, de 2009, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. 04585

Requerimento nº 201, de 2009, lido em sessão anterior. **Aprovado**. 04585

Requerimentos nºs 205 e 207, de 2009, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. ... 04585

2.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Solicitação de que a Polícia Federal adote providências para que seja esclarecido episódio que envolve ameaça de assassinato à Juíza Federal Jaiza Fraxe. 04585

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Defesa de mais investimentos em educação como forma de redução de desigualdades sociais. Registro da aprovação ontem, na Comissão de Educação, de projeto de autoria de S. Ex^a, que cria a Universidade Federal de Barra dos Garças – Unibarças. 04587

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Alerta para a existência, além da crise econômica, de crises social, ecológica e de ideias, que terão que ser enfrentadas. SENADOR *MÃO SANTA* – Reclamação para que sejam concluídas vinte obras, que S. Ex^a menciona, reconhecidas pelo próprio Governo Federal como inacabadas, no Estado do Piauí. 04588

SENADOR *JOSÉ NERY* – Referências à realização do 10º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e à visita da CPI da Pedofilia ao Estado do Pará. 04593

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Defesa de que Belém seja uma das cidades escolhidas para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014..... 04595

SENADOR *JOÃO VICENTE CLAUDINO* – Necessidade de agilização e desembaraço de entraves burocráticos à realização de obras de infraestrutura na periferia de Teresina, Piauí. 04597

2.4.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Preocupação com a falta de segurança postal brasileira. Instamento à administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT e ao Poder Executivo para que tomem providências urgentes..... 04600

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Elogios ao SESC pelo trabalho em favor do engrandecimento do Turismo Social no País e pela publicação do Relatório sobre “Turismo Social e sua Trajetória de Sucesso”..... 04601

2.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 12, quinta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 34, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2009-CN, Mensagem nº 16, de 2009-CN (nº 86/2009, na origem)..... 04610

4 – ATAS

4.1 – Mesa do Senado Federal

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de março de 2009..... 04647

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 – Atos do Diretor-Geral

Nºs 892 e 893, de 2009 04652

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 23ª Sessão Especial em 11 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Heráclito Fortes e João Vicente Claudino

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 28 minutos, e encerra-se às 13 horas e 32 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI)

– Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, nos termos do Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Senador João Vicente Claudino, autor da proposição e Senador pelo Estado; o Senador Mão Santa, 3ª Secretário e signatário da proposta; o Prefeito de Campo Maior, João Félix de Andrade Filho; o Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, Frank Aguiar; e o Professor e ex-Prefeito Raimundo Nonato Monteiro do Santana, o mais ilustre dos campo-maiorenses aqui.

Queremos, ainda, registrar as seguintes presenças: Exmº Sr. Deputado Federal Eliseu Aguiar; Deputado Estadual e Secretário de Governo do Estado Kleber Eulálio; Deputado Estadual Paulo César Vilarinho; Deputado Estadual Hélio Isaías; Deputado Estadual por Campo Maior Antônio Félix; Deputado Estadual Valério José Carvalho; Vice-Prefeito de Teresina Elmano Ferrer de Almeida; ex-Ministro dos Transportes João Henrique Souza.

Registro também a presença do Secretário de Fazenda Antônio Neto, parabenizando a sua assessoria pela celeridade da informação.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino do Estado do Piauí, interpretado pela cantora Myriam Eduardo Pereira Conde Medeiros.

(Execução do Hino do Estado do Piauí.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Registro a presença do Deputado Marcelo Castro; do Prefeito de São João, Robert Paes Landim; do Secretário do Piauí em Brasília, Roberto John; do Dr. Valter Alencar, Presidente do Sistema Clube de Rádio e Televisão.

Cumprimento a imprensa na pessoa do jornalista Pedro Alcântara. Registro a presença do Senador José Sarney, a quem convido para presidir os trabalhos. Seria uma honra para o Piauí, Sr. Presidente, ter V. Exª na Presidência dos trabalhos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Uma honra para mim, e que presto ao Piauí é ter V. Exª presidindo os trabalhos, com uma Mesa piauiense que temos hoje no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro orador e subscritor da homenagem Senador João Vicente Claudino. Registro a presença do Senador Eduardo Suplicy, que adotou o Piauí recentemente como sua segunda terra, e do Senador Inácio Arruda, piauiense compulsório, uma vez que cearense é.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney; Senador Heráclito Fortes, que preside esta sessão solene em comemoração aos 186 anos da batalha do Jenipapo, quero cumprimentar o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Senador Mão Santa, 3º Secretário da Mesa do Senado; os Prefeitos aqui presentes na pessoa do Prefeito de Campo Maior, João Félix; os Deputados Federais; o ex-Deputado Frank Aguiar, atual Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo. Cumprimento os intelectuais do Piauí, na pessoa do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, ex-Prefeito de Campo Maior, ex-Presidente da Academia Piauiense de Letras e ex-Professor da UnB, um nome expressivo da classe intelectual do Piauí. Cumprimento também os Deputados Estaduais, na pessoa do Deputado Antônio Félix, de Campo Maior; os Secretários de Estado, na pessoa do Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, Antônio Neto; os vice-Prefeitos aqui presentes, na pessoa de José Chico, vice-Prefeito de Campo Maior; os Vereadores presentes nesta solenidade, na pessoa do Presidente da Câmara de Campo Maior, Vereador Edivaldo Lima; demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores.

O 7 de setembro de 1822, todos sabemos, marca simbolicamente o momento em que o Brasil se torna independente de Portugal, ou seja, o momento em que nosso país declara expressamente ao mundo que deixava a condição subserviente de colônia para assumir o lugar que lhe cabia no concerto das nações independentes.

Nosso olhar retrospectivo tende a simplificar e reduzir a complexidade daquele momento. Temos gravado na memória o gesto simbólico de Dom Pedro às margens do Ipiranga e, a partir dele, todo o complexo – vale dizer, confuso – processo que culminou na independência do Brasil.

Como é de nosso conhecimento todo esse processo histórico aparece organizado e orquestrado na célebre recriação pictórica de Pedro Américo do cenário do Grito do Ipiranga.

Mas a história vivida é menos cenográfica, é mais confusa e caótica do que a história contada. É, de todo modo, sempre mais rica e complexa do que podemos apreciar da nossa perspectiva distanciada.

Nossa Independência não foi uma exceção a isso. Ela não se deu apenas nos paços das cidades do sul do País, ela também inflamou os sertões. Ela não foi conduzida apenas por patriotas educados em Coimbra, mas movimentou também, em muitos momentos, o povo mais simples, que soube a tempo emprestar seu braço e dar seu sangue, movido pelo sentimento cívico que nos domina em momentos decisivos como esses.

A data que hoje comemoramos, Sr. Presidente, nos leva às margens não do Ipiranga, mas de um outro rio do interior do nosso querido Piauí, onde se deu um evento importantíssimo da luta pela Independência – um lance sem o qual, eu diria, hoje lembraríamos de forma diferente o Grito do Ipiranga. Eu estou me referindo, senhoras e senhores, ao rio Jenipapo, em Campo Maior, no Piauí, onde se desenrolou uma batalha decisiva no complexo curso de acontecimentos que levaram à consolidação da nova Nação brasileira.

Não podemos nos esquecer de que, naquela hora decisiva da história do Brasil, o que se conquistou não foi apenas a independência política. Naquele momento estava em jogo também a criação de um sentimento de unidade nacional. Mais do que isso, estava em jogo a própria integridade territorial do que hoje é o Brasil.

A batalha do Jenipapo foi um marco importante para essas duas conquistas, assim como o Grito do Ipiranga foi um marco importante para a afirmação da autonomia política da ex-colônia.

A independência, conquistada mais pacificamente no centro-sul do País, foi alcançada nas províncias do norte, com armas e sangue. Se Portugal via como

inevitável a perda de parte de seus domínios na América, fazia questão de manter sob seu domínio a parte setentrional do território brasileiro, reunindo o Grão-Pará, o Maranhão e o Piauí sob a bandeira portuguesa. Os portugueses estavam prontos a usar a força para manter vivas suas pretensões coloniais no Norte e Nordeste brasileiro.

No Piauí, a incorporação da Província ao Império começou com a adesão de Parnaíba à Independência, proclamada em 19 de outubro de 1822, pouco mais de um mês do Grito do Ipiranga. Foi esse fato que desencadeou os eventos que levaram diretamente ao confronto sangrento às margens do Jenipapo, ocorrido meses depois, em 13 de março de 1823. Essa atitude preocupou o Governo português, que decidiu sufocar a iniciativa dos parnaibanos.

Sr. Presidente, senhores e senhoras, no dia 13 de novembro de 1822, partiram de Oeiras, a capital da Província, em direção à vila rebelde do litoral, tropas favoráveis a Portugal, comandadas pelo luso brigadeiro João José da Cunha Fidié, comandante militar do Piauí, que carregava ordens expressas de Lisboa para atuar com toda a energia que fosse necessária para manter a Província sob o domínio português. Fidié tomou posse como Comandante das Armas do Piauí no dia 9 de agosto de 1822.

Para ele, havia sido enviada uma grande quantidade de armamento e munições no ano anterior.

Não encontrou Fidié, militar experiente, veterano da guerra contra Napoleão, resistência para ocupar a Parnaíba. A presença do brigue de guerra Infante D. Miguel, vindo do Maranhão, província ainda sob a influência portuguesa, com tropas e armamento em seu auxílio, afugentou os patriotas de Parnaíba, que seguem para o vizinho Ceará na esperança de se unirem aos patriotas de lá e de juntarem forças para reagir contra os portugueses.

É nesse contexto que se dá a importância do Piauí, uma província estrategicamente localizada entre as províncias ocidentais e orientais no meio-norte do Brasil.

Mas o ardor cívico já se espalhava por toda a Província. Logo após o pronunciamento de Parnaíba, o alferes Leonardo Carvalho Castelo Branco, que de lá havia saído rumo ao Ceará, chegou de Sobral comandando cerca de 600 homens – piauienses e cearenses – a fim de lutar no Piauí.

No dia 22 de janeiro de 1823, eles prenderam a guarnição militar portuguesa que havia sido deixada por Fidié em Piracuruca, quando de sua passagem rumo ao litoral, e, em frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Leonardo Castelo Branco declarou a independência.

Aproveitando a oportunidade, em 24 de janeiro, liderados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, os insurgentes de Oeiras apoderaram-se da capital, depuseram a junta governistas pró-Portugal, saudaram o Imperador D. Pedro I e também proclamaram a Independência do Brasil. E, no dia 5 de fevereiro, em Campo Maior, Leonardo Carvalho Castelo Branco aclamava Dom Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil.

Logo o novo governo organizado lança ordem a todas as vilas da Província para que aclamassem o Império, o que é atendido. Contudo, a intimidação pela força, por parte de Portugal, não tardou.

Fidié, então em Parnaíba, surpreendido com os acontecimentos na capital, resolve voltar seu exército contra Oeiras. A 13 de março, duas léguas abaixo de Campo Maior, próximo ao rio Jenipapo, encontra uma resistência inesperadamente forte.

Informados de que Fidié já estava em uma fazenda próxima, na noite do dia 12 de março, Alexandre Nery Pereira Nereu, Francisco Inácio da Costa, João da Costa Alecrim, José Antônio da Cunha Rebelo Cardoso, José Francisco Miranda Osório, José Marques Freire, Luís de Sousa Fortes Bustamante Sá e Menezes, Luís Rodrigues Chaves e Simplício José da Silva arregimentaram cerca de 2.000 homens que podiam lutar em Campo Maior. Eram escravos, negros alforriados, índios, mestiços, vaqueiros, roceiros, agregados, peões, vereadores e comerciantes, que se prepararam para barrar Fidié e impedir que ele chegasse com sua tropa à capital da província. Estavam em maior número do que os portugueses, mas não tinham armas apropriadas – apenas velhas espadas e espingardas de caça, chuços, facões, machados, foices, espetos, paus e pedras – e nenhuma experiência militar. Entretanto, estavam imbuídos de um grande sentimento de patriotismo para defender o Brasil e o Piauí.

Não restava aos patriotas outra opção se não iniciar a luta.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Permito.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Sei que estou infringindo um pouco o Regimento, que não permite que nas sessões solenes os oradores serem apartados, mas eu não poderia ficar aqui calado, sem associar-me à memória da batalha do Jenipapo, que hoje se comemora. Quero saudar o Governador do Piauí, que aqui está presente, e todas as pessoas, intelectuais piauienses que aqui se encontram, e todos nós que estamos irmanados para lembrar esse feito extraordinário da História do Brasil. Porque, se

todo o resto do País aderiu à Independência imediatamente, nós, brasileiros do Piauí e do Maranhão, tornamo-nos brasileiros independentes de uma nova nação, lutando para ser brasileiros, porque tivemos que derramar o sangue nosso, do Piauí, a batalha do Maranhão e de alguns cearenses. A batalha do Jenipapo era composta de efetivos do Maranhão, do Piauí e de alguns cearenses, que tinham proclamado a independência há pouco tempo. E lá desenrolou-se uma batalha na qual, como V. Ex^a está acentuando neste momento, eles não tinham, de nenhuma maneira, armas nem preparação para enfrentar uma batalha daquela magnitude. No entanto, foi uma batalha em que houve heroísmo de toda natureza, e embora significasse a vitória das tropas de Fidié sobre as tropas que resistiam contra ele, obrigaram que ele se dirigisse, em vez de para Oeiras, para onde ele ia, para a cidade que hoje é União. E perseguiram todo esse exército português, de tal maneira que ele teve de atravessar o Parnaíba e foi se refugiar em Caxias, onde finalmente rendeu-se, e foi proclamada a independência. Quando Cochrane chega ao Maranhão, entra no porto, em nome do Imperador, na nau Pedro I, e se proclama como tendo feito a adesão da independência do Maranhão e do Piauí ao Brasil, já o povo dos nossos Estados já tinha proclamado essa independência pelo seu sangue, pelo seu heroísmo e pela grandeza do seu patriotismo, quando lutaram nos sertões, sem armas, sem instrumento algum, apenas com o corpo, com a alma e com o coração que batia num sentimento de liberdade em favor do Brasil. Eu me recordo que meu avô, que era piauiense de Valença, dizia – não sei se a sua memória era confirmada historicamente – que seu avô fora herói da batalha do Jenipapo, onde ele tinha lutado contra as tropas de Fidié. Aqui, na nossa biblioteca, há uma raridade bibliográfica, que é um livro que Fidié escreveu, **Vária Fortuna de um Soldado Português**, em que ele conta as suas desditas nessas batalhas que perdeu. Então, hoje, nós todos, rememorando a batalha do Jenipapo, estamos rememorando um grande feito, um dos maiores feitos pela Independência do Brasil, que foi justamente daqueles homens simples do Piauí que lutaram e que morreram por essa grande causa, de que hoje nós desfrutamos que é o grande País em que vivemos. (Palmas.)

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Quero agradecer e integrar ao nosso pronunciamento, Presidente Sarney, o seu aparte, que vem enriquecer e mostrar esse sentimento da sua raiz piauiense, desde o avô ao tetravô José Lindolfo Ferreira...

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – João Leopoldino Ferreira – Leopoldino, que toda a família

guardou. Minha mãe chamava-se Kyola Leopoldina também em homenagem à descendência do Piauí dos Leopoldinos.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Então, é a raiz, pelo avô, de parte de Valença, e do tetra-vô nesse registro histórico da batalha do Jenipapo.

Não restava aos patriotas outra opção se não iniciar a luta. Durante cinco horas, fez frente a um contingente treinado e bem-armado, enfrentando de peito aberto o fogo de artilharia. Aproximadamente às 14 horas, debaixo de um sol escaldante, o combate foi encerrado. Entre os portugueses, as baixas não somaram uma centena, mas, entre os brasileiros, foram cerca de 700 homens entre mortos, feridos e prisioneiros de guerra.

Fidié vencera, mas perdera boa parte de sua artilharia. E seus homens estavam cansados após as cinco horas de intensa e ininterrupta luta com os bravos separatistas. Ainda impressionado com a valentia dos insurretos e antevendo a possibilidade de enfrentar novas batalhas com a chegada de reforços vindos de outras vilas e províncias, Fidié sentiu-se sem condições de continuar a marcha rumo a Oeiras. Perderam os patriotas a batalha, mas criaram as condições...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador João Vicente, o Presidente Sarney dá um sinal de que precisa retirar-se; e nós não poderíamos, como piauienses, deixar de agradecê-lo pela presença e pela homenagem ao Piauí.

Eu queria dar uma sugestão ao Deputado Antônio Félix para formalizar um convite para que o Presidente Sarney faça, na nossa Assembléia, uma palestra sobre a batalha do Jenipapo, que ele conhece tão bem quanto nós.

A sugestão fica feita e eu tenho certeza de que o convite, aceito.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Fora do microfone.) – Peço desculpas, mas devo me retirar porque tenho de atender agenda no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Mas o convite está aceito?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Fora do microfone.) – Perfeitamente. Jamais recusarei.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Perderam, os patriotas, a batalha – mas criaram as condições para que a guerra, no final, fosse vencida. Cansado e sem suprimentos, Fidié atravessou o rio Parnaíba e acampou no Morro das Tabocas, hoje Alecrim, em Caxias, no Maranhão, onde se aquartelou. Lá, ele foi cercado por piauienses, maranhenses e cearenses e rendeu-se no dia 31 de julho de 1823.

Penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais convidados, que o poeta Chico Buarque bem

que poderia ter se inspirado nas mulheres do meu Estado, o Piauí, ao escrever a notável música *Mulheres de Atenas*. Isso porque, a exemplo daquelas que aguardavam o retorno de seus maridos, as mulheres do Piauí tiveram papel decisivo na batalha do Jenipapo, pois empenharam seu trabalho, suor, amor, no apoio aos seus companheiros, que, mesmo caminhando para um futuro incerto, seguiam para batalhas tranquilos e confiantes em razão do suporte recebido por suas amadas esposas. Mais que isso. As mulheres piauienses tiveram a nobre atitude de dispor dos seus bens – tais como jóias e outros objetos de valor – com o intuito de converter esses recursos em armamentos para seus maridos.

Peço licença para citar trecho do livro *A Guerra de Fidié*, do ex-Senador piauiense Abdias da Costa Neves, que descreve muito bem que descreve muito bem o sentimento enraizado no coração dos bravos combatentes da batalha do Jenipapo:

Aqui peço licença ao Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana e ao Professor Chico Castro, um historiador que registra tão bem esses eventos da vida política e histórica piauiense.

É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. Os soldados do Capitão Luís Rodrigues Chaves, com os que haviam abandonado o Tenente-Coronel, José Antônio da Cunha Rabelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de 500, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fossem mais numerosos, mais disciplinados e aproximariam talvez essas duas mil unidades de combate.

Assim, não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados e foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo, algemado o chefe do Exército; à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março.

Estava consolidada, assim, a incorporação do Piauí ao novo Império do Brasil – e garantida, desse modo, a integridade do nosso território nacional.

O povo piauiense tem orgulho dessa sua heróica participação em um dos momentos mais cruciais para a definição do País que hoje somos – o momento da Independência, com todos os riscos e com todas as promessas que encerra.

A batalha do Jenipapo levou muitos anos para ser reconhecida. Somente em seu centenário, no ano de 1923, foi prestada uma primeira homenagem aos seus combatentes, sendo construída uma coluna comemorativa no cemitério onde estão seus mortos.

Cinquenta anos depois, em 1973, foi erguido um grande monumento ao lado do campo de batalha para que a bravura do nosso povo jamais seja esquecida. O Exército brasileiro também concedeu honrarias aos nossos heróis. O 2º Batalhão de Engenharia de Construção é conhecido como “Batalhão Heróis do Jenipapo” e a tradicional unidade de infantaria e herdeira legítima dos combatentes de 1823, o 25º Batalhão de Caçadores, foi denominado “Batalhão Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco”.

Desde 2005, nosso Estado ostenta em sua bandeira a alusão à data histórica. E há mais de dez anos temos, no local, uma encenação da batalha, espetáculo que já se tornou uma tradição no Estado.

Trazemos a comemoração dessa data para o plenário do Senado Federal, por acreditar, senhores e senhoras, que o feito daqueles bravos...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador João Vicente, permita-me mais uma vez interrompê-lo, mas a causa justifica.

Quero convidar para compor a Mesa o Prefeito Francisco Macedo, que é Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais. É uma homenagem que os Senadores do Piauí prestam aos Prefeitos piauienses.

E eu, como municipalista convicto, faço isso com muita alegria.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Que o feito daqueles bravos, há 186 anos, lá na caatinga piauiense, tem uma dimensão e uma importância que transcendem o horizonte da história local, assumindo um lugar de destaque na história da constituição do Brasil independente.

Nesse sentido, aliás, quero louvar a iniciativa do ex-Deputado Frank Aguiar, que, em 2007, apresentou Projeto de Lei na Câmara dos Deputados para inscrever o 13 de março como data histórica no calendário das efemérides nacionais. Seu projeto, Deputado, já foi aprovado na Câmara, no ano passado, e logo será a vez de examiná-lo aqui, no Senado Federal. Traba-

lharemos pela sua aprovação, eliminando esse vácuo na memória histórica da nossa independência.

Costuma-se dizer que o brasileiro não tem memória. Ora, Sr. Presidente, sem memória, é impossível construir uma identidade nacional. É a memória que nos permite olhar para trás e ver a linha contínua que nos liga aos homens e mulheres que lutaram para que fôssemos o que hoje somos. Sem essa linha – e sem a percepção de sua continuidade –, somos como que amnésicos: se não sabemos quem somos, não sabemos nada.

A recuperação e a valorização deste fato histórico de importância vital para o processo de independência brasileiro, que foi a batalha do Jenipapo, ao reforçar nossa percepção da continuidade entre nós e aqueles que lutaram para construir o Brasil independente, há 186 anos, igualmente reforça nossa consciência do que somos e do que podemos realizar. É importante lembrarmos e valorizarmos nossos heróis. Fazendo isso, lembramos de nosso próprio valor e dos valores inscritos em nossa história – valores pelos quais muitos morreram e que hoje nos constituem essencialmente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, senhores e senhoras presentes, fico muito feliz de poder estar aqui, no Senado Federal, relembando os feitos daqueles bravos guerreiros às margens do rio Jenipapo, trazendo para este cenário privilegiado da Casa da federação algo que, para nós, piauienses, é motivo de grande orgulho. Poder compartilhar esse orgulho com todos os brasileiros é uma forma de reforçar nossos laços – e foi justamente por isso, por querer manter a união e reafirmar os laços do Piauí com o destino do novo País que surgia naquele momento, que aqueles bravos arriscaram e sacrificaram as suas vidas, há 186 anos, na caatinga piauiense.

Parabéns a todos os piauienses, a quem devemos também, como brasileiros, um agradecimento especial pela contribuição que deram, naquele momento, à preservação da unidade e da integridade nacional.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Queremos registrar a presença dos Deputados Ciro Nogueira e Mainha; do Prefeito de Lagoinha, Alcione Barbosa; de Tony Borges, Prefeito de Geminiano. Estou tentando ver se avisto mais algum Prefeito por aí. Prefeita Luciene, de Nossa Senhora de Nazaré; e Luiz Neto, de Amarante. Feito o registro.

Peço à minha assessoria que me informe, à medida que os Prefeitos e as autoridades piauienses tiverem acesso a este plenário, para que eu possa fazer o registro.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, signatário do requerimento.

A Mesa tomou a decisão de, em caráter de excepcionalidade, após o pronunciamento dos Srs. Senadores, conceder a palavra ao Governador do Estado do Piauí, para os agradecimentos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, que preside esta sessão em homenagem à histórica batalha do Jenipapo, são tantas as autoridades presentes – recebi uma lista da competente Secretária Executiva da Mesa – que teria de citar todos, mas poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável. Então, peço permissão para saudar as autoridades no nome daquele que faz o Poder Executivo do Piauí, S..Ex^a o Governador do Estado; digno e honrado Prefeito de Teresina Sílvio Mendes, tão bem representado pelo digno e honrado Vice-Prefeito; o nosso Prefeito de Campo Maior, e o Prefeito, Líder de todos, o médico Dr. Francisco Macedo.

Na Câmara Federal, tão bem representada aqui, Heráclito, agora são quatro, mais do que nós na Mesa, mostrando a pujança e a grandeza dos nossos Deputados Federais. Eles são bravos. E uma homenagem toda especial ao nosso Ciro Nogueira, pela galhardia com que ele representou o Piauí nas últimas eleições da Câmara Federal. Foi assim, ô Ciro, como a batalha do Jenipapo, que vamos recordar. Estão aqui um, dois, três, quatro, o Marcelo e o Átila. E gostaríamos de falar que é com muita emoção ...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Mão Santa, eu pediria permissão a V. Ex^a para registrar a presença do quarto Senador piauiense, que é Adelmir Santana, nascido em Tucuns, no Município de Uruçuí, mas que se sofisticou colocando na certidão de nascimento como tendo nascido em Nova Iorque, no Maranhão. Apenas para dar charme, mas ele é de Tucuns, em Uruçuí.

Feito o registro, agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos falado muito em muitos lugares, mas, neste auspicioso instante, falo com muita emoção.

Quero dizer que este aqui, nesta tribuna, que tem uma afetividade, cada um de nós tem uma bela história. E a Câmara Legislativa aqui está bem representada. São tantos valorosos Deputados Estaduais. E a gente tem que decidir. E eu decidi citar Kleber Eulálio, por ele e muito mais pelo pai dele. Severo Eulálio foi um dos autênticos na história do PMDB. Eram só 17 bravos que inventaram a anticandidatura. Eles tinham que ter um piauiense. E quis Deus... E esta tribuna aqui é minha cara. Tudo é o Piauí. Nós somos a cara do Piauí, todos nós.

Votei, caro Heráclito, em João Baptista Figueiredo para Presidente da República. Petrônio Portella me colocou delegado. Eu não sei nem como. Eu acho que foi – política tem disso – para fazer uma raivazinha em Alberto Silva, porque eu não entendo por que eu era delegado. Eu era muito jovem. Não era nem Deputado. Eu sei que eu votei. E por que eu estou aqui, e é caro. Este é o 984º pronunciamento que faço desta tribuna. Falo por mim e por outro que reputo um dos mais grandiosos líderes do Piauí: Dirceu Mendes Arcoverde. Está ali o filho dele, genético. Eu sou político.

Então, Marcelo, você sabe? O João Baptista Figueiredo estava ali naquele salão preto, recebendo os cumprimentos. O Petrônio mandou votar e eu votei. Dirceu Mendes Arcoverde era o Governador, e, de repente, o Djalma Veloso, que era o vice dele, teve uma enxaqueca. O Afrânio Nunes, acho que pela idade, também. De repente, o nosso Governador estava só, com um ajudante-de-ordens. E eu não era nem Deputado Estadual. Aliás, a campanha foi com Dirceu, Senador. Não queria ser, só me candidatei para ajudar Dirceu Mendes Arcoverde, que foi contra Alberto Silva na minha cidade.

Não queria, não desejava, porque o meu mundo era a Parnaíba, os braços da Adalgisa, Fortaleza, o Rio. Todo ano ia comprar livros em Buenos Aires, porque não havia livros de Medicina em português, muito poucos. Esse era o meu mundo. No El Ateneo em Buenos Aires. Não imaginava! Meu mundo era este: Fortaleza, Rio, Buenos Aires. Não tinha nada a ver. Mas é o destino, e cedi para ajudar Dirceu Arcoverde.

Eu sei que eu com um copo de uísque... É bom não andar bêbado. O Sebastião Leal, quando era minha oposição, dizia: “Esse Mão Santa fala da gente, mas bebe também.” Eu não bebia o uísque dele, que era o Royal Salute, mas bebia nem que fosse o Old Eight.

Então, eu com um copo de uísque ali, na festa do Figueiredo, chego... Olha, falam agora do Senado, mas havia uma mordomia boa, uns tira-gosto bons! Aí, de repente, eu vi o Dirceu, daquele jeito pacato, subir essa escada e adentrar, e eu não podia deixar ele vir sozinho, ele só, o Governador, os companheiros dele tinham saído.

Ele entrou aqui, e eu ali, 9h30 da noite mais ou menos, isso, mais novo, lindo, sem nenhum funcionário. Olha o que é o destino: sem nenhum funcionário. E eu até tinha... Para quê? Ali é que está bom, está secando aqui meu copo, e lá embaixo é que tem. Eu fiquei ali, balançando o copo; aí, o Dr. Dirceu entra aqui, de noite, só nós dois. A homenagem era ali. Aí, ele, naquela maneira dele, olha para cima, para o céu, sobe aqui, e eu ali. O Marcelo, que é psicólogo, podia interpretar. Eu digo: mas você faz bem, eu quero entrar lá, eu

estava já com o copo vazio de uísque. Ele parece que não gostava de beber de jeito nenhum. Ele adentrou, subiu e pousou aqui. Eu, com meu copo balançando, vultou, nos encontramos ali, e ele olhou para cima, que é bonito, era mais bonito, isso era mais novo, de noite, só nós dois, olhou assim e disse: "Mão Santa, esse Juscelino Kubitschek era louco, né?"

Aí fomos lá, aquelas frases de letras metálicas, vai nascer... Aquelas do Juscelino. Sim, Dirceu foi eleito, eu fui eleito. E, no primeiro pronunciamento, defendendo os seus pensamentos da saúde, ele tombou nesta tribuna. Então, eu tenho que agradecer a Deus que, nesta tribuna, defendendo – e tenho aqui quatro anos – o Piauí, o Brasil, a democracia, este é o pronunciamento de nº 984 que eu faço.

Aqui, ô, João Vicente, todos os anos, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, eu fazia pronunciamentos, muitas vezes secundados pelo bravo companheiro irmão camarada Heráclito Fortes, mas era só. E o João Vicente, aquela pessoa que o Piauí conhece, de êxito genético empresarial, mas eu quero dizer que Deus me inspirou que o fiz meu Secretário de Indústria e Comércio. Não conheço ninguém mais cuidadoso com a coisa pública que João Vicente.

E quero dizer que ele entrou e já organizou e, hoje, estamos numa festa bem mais bonita. Quer dizer eu esbravejando aqui era como Leonardo Castelo Branco, como Simplício Dias, como Tiradentes. Hoje o Senado da República busca os seus melhores filhos e aqui estamos para mostrar a este País a grandeza da nossa gente.

Então, o que eu queria dizer era o seguinte: os nossos cumprimentos ao João Vicente. Eu e o Heráclito já estávamos aqui há muito tempo lutando, e ele veio com esse idealismo e esse sangue jovem e deu essa brilhante idéia de festejar.

Mas eu já dizia no passado o seguinte: era muito fácil falar, não por mim, nós somos iguais, o Piauí era muito organizado.

O Piauí era tão organizado que nós todos ficamos bem dotados. Está ali o Professor Santana. Eu sei um bocado de história; mas não é por mim, não. Eu me lembro da Professora Maria da Penha Fontes Silva; eu me lembro do Dr. Benedito Corrêa e dos mestres. Então, sempre foi muito fácil, porque nós, piauienses, somos muito bem dotados. Eu defendia, e está aqui.

Eu me lembro que Pedro Simon – e o meu milésimo discurso vai ser sobre Pedro Simon... Eu já anunciei. O Pelé não fez mil gols? O Romário não fez mil? Pois eu vou fazer mil pronunciamentos em defesa do Brasil, da democracia, da decência, da ética, da vergonha. Aqui, aqui, aqui.

Então, Pedro Simon, porque ele foi... Mas aqui está um trabalho feito pelo Senado. Não pelo meu método, mas pela competente equipe do Senado, principalmente Pedro Rogério Moreira, um dos funcionários, que fez uma síntese. E eu hoje li. Cada ano está aqui marcado. Eles sintetizaram: "Jenipapo..." Está aqui, no dia 14, e pediram uma refinaria.

Eles fizeram a parte deles. Nós temos de fazer a nossa. Nós louvamos o exemplo. Este País – e o Brasil tem de saber. E esta é a sétima vez que eu brado aqui destes 984. Esse é o sétimo. Quero dizer que o Brasil é uno, é grande por nós.

Dom João VI – não é também como a história diz –, um homem de muita competência, de muita inteligência. Veio ao Brasil porque Napoleão ia tomar mesmo, entrou em Portugal, ia prender. Ele buscou o auxílio da Inglaterra, veio e trouxe. E mostrou a este País. Desde 1808 que nós temos grandes governantes.

É ignorância audaciosa e atrevida pensar que o Brasil começou agora. Em 1500 foi descoberto. Mas esse negócio de sesmária, capitania hereditária já melhorou com os governadores gerais. Dom João VI foi uma bênção. Ele trouxe a cultura dos modelos civilizados da Europa. Os reis. Era isso que tinha, e ele trouxe. Abriu logo os portos. Isso é a globalização. Na Bahia, criou a Faculdade de Medicina, fez a burocracia, e treze anos de progresso.

Vou te dizer eu. Não. No Brasil, cada um teve a sua missão. E ele disse apenas o seguinte... Não é mérito meu, é dos meus professores. Todo o mundo sabe que ele disse: "filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa na cabeça coloque". Esse aventureiro a que ele se referia era Simón Bolívar, *el libertador*, que estava libertando e derrubando tudo o que de tinha rei, espanhóis, de origem espanhola. Era ele.

Então, mas filho, fique com o sul, e o norte vai ficar comigo, com Portugal. Essa é a história. E o que aconteceu? Mandaram para cá o seu sobrinho e afilhado João Fidié, preparadíssimo.

Chegou em agosto com esta missão: dividir. O nome do país era Maranhão – Maranhão era aliado a Portugal. E Fidié, chegando, viu. Está ali o Antonio Neto, extraordinário Secretário da Fazenda do nosso Estado, como muitos o foram ao longo da vida.

Quero dizer, então – e ele sabe a história –, que, naquele tempo, Parnaíba era o maior entreposto comercial. Muito dinheiro. Havia um rico, Domingos Dias da Silva, que mandou seu filho, Simplício Dias da Silva, Simplício, estudar na Europa. Tem um livro.

Atentai bem! Ele tinha tanto dinheiro que estudou na Universidade de Porto. Ele chegou, cá pra nós, a ser expulso, porque, quando chegava a mesada dele,

era Carnaval, Porto. Mas aí ele foi para a Espanha, conheceu Simón Bolívar. Daí as ideias da época.

Está no melhor livro, que todos devem ler – temos que fugir da ignorância; “afaste de mim esse cálice”: *As Barbas do Imperador*.

Quando governei o Estado do Piauí, tive uma visão: o ensino universitário, que fiz mais crescer no País e, talvez, no mundo. E fui buscar a Fundação Getúlio Vargas para coordenar, para tomar conta, para qualificar.

Os ataques que recebemos são maldade, mas a intenção era essa. E eu estava lá, Dr. Antonio Neto.

Aí, Alberto Costa e Silva disse que esse era o melhor livro. E eu o comprei: *As Barbas dos Imperador*.

Heráclito Fortes, lá, em *As Barbas do Imperador*, Parnaíba era tão rica, tão rica que o pai de Simplício José da Silva... Meu avô era rico, mas esse era mais; João Claudino era rico, mas este era mais: Domingo Dias da Silva. Quando você à praça da Parnaíba tem duas igrejas: uma em que ele foi enterrado com a família e outra, há 50 metros, dos escravos, a Igreja do Rosário.

Três andares. Ele pegava os negros escravos e mandava-os em um dos seus cinco navios para estudar música – ó, já temos artista muito antes de você; mas muito antes, você tem que saber disto!

Então, está lá. O País só tinha quatro orquestras: uma era de Simplício Dias da Silva. Mandava os músicos. “Pode fazer mais, muito mais”. Simplício mandava.

Quero só dizer a grandeza: Fidié chegou e viu onde estava o dinheiro. E o que ele fez? Quem aqui já foi Governador? Só o Wellington; eu; tem outro aqui; o Kleber foi, devia ter sido mais, mas foi rápido! Então, esse negócio de delegado é um inferno! Todo dia é briga, e tem que prender um adversário.

Eu me lembro – são coisas boas; vou fazer um livro bonito – que, com dois que cheguei, já foi com regeneração. Nome do PMDB, está aqui o nome deste aqui: Sargento. Eu digo: “Mas por que, logo entrando aqui?”

“Porque Sargento disse que vai dar um tiro, vai dar na cara do Deputado Xavier Neto”. Era assim. Estou dizendo um quadro. “E ele é do PMDB, já foi do tempo do Alberto Silva.” Aí, olhei assim – Deus sempre me iluminou –, chamei o comandante e disse: “Qual é o melhor major que o senhor tem? O melhor mesmo, o melhor.” “Vou mandar o melhor major. Você não pode, você está pedindo o Sargento para sua cidade.”

Quero dizer que isso é velho! Então, nosso amigo, que veio com a missão, Fidié. Parnaíba tinha dinheiro? Ele veio no começo de agosto. “Vamos mudar o Delegado Joaquim Timóteo.” Mandou mudar. Os parnaibanos,

vereadores, vereadores bravos, não aceitaram. O rico era amigo do Joaquim Timóteo. Está aí a confusão!

Quer dizer, agosto é antes de setembro. Aquela ignorância, os imbecis aí, aloprados! “Vamos mudar a história do Piauí, não tem nada a ver!” Só faço esta pergunta aos aloprados: agosto não é antes de setembro? “Não. Quando Parnaíba deu 19...” Não sabiam nada.

O primeiro ato foi não aceitar a mudança do delegado, que foi em agosto. Em 7 de setembro, também a notícia não chegou, porque uns dizem: “Não! Dezenove de outubro foi depois de sete de setembro.” Não sabia, não tinha comunicação. E os vereadores fizeram.

Aí, Fidié, sabendo que era capital econômica, que tinham dinheiro... Ele matava mil bois por mês. Talvez, hoje, entraríamos em decadência. Tinha cinco navios para exportar charque! Quer dizer, lá já tem rico há muito tempo, antes do meu avô; antes do teu pai, João Vicente!

Então, é o seguinte: Fidié saiu, porque foi desobedecido. Mas eles não eram burros; eles eram preparados, eles estudaram na Europa. Quando vinha... o João Vicente disse a data. Estava ali, preocupado. Aquilo era a pé e a cavalo. A cavalo só os superiores. Demoraram a chegar à Parnaíba, para sufocar. E, em 19 de outubro, a Câmara se reuniu, independentemente de grito: a independência do Piauí. A ignorância tão audaciosa, que quer mudar os ignorantes. Isso foi feito por um Deputado Federal, José Auto de Abreu. Culto, Deputado Federal, que botou o Dia do Piauí. Não fomos nós, parnaibanos, não. Foi José Auto de Abreu.

Então, a história não se faz com uma data. Tem agosto, do delegado; tem 19 de outubro, quando a Câmara se reuniu; tem, antes disso, 24 de janeiro do nosso amigo Marcelo dos Tapetinhos, lá de Oeiras, porque, quando ele saiu de lá, o povo bravo de Oeiras tomou o Palácio. A Independência do Brasil não foi feita numa data. Tem o Dia do Fico, tem o Tiradentes, têm muitos movimentos.

Então, nossa história é bonita porque é isso. Não é um dia. A ignorância é audaciosa e atrevida.

É uma sequência, e eles se correspondiam. O 24 de janeiro Parnaíba homenageava – o melhor clube de Parnaíba era Cassino 24 de Janeiro, onde fica hoje o prédio da Telepisa –, porque reconhecia como uma data dos oeirenses. Eles tomaram o Palácio do Fidié.

Então, Fidié invadiu a Parnaíba. O homem era rico, Simplício Dias, levou os que pôde e foi para o Ceará. Granja, Viçosa, recrutou ali homens. Eu até anotei o nome. Você disse aí o Comandante, um que tinha experiência de batalha. Não! Leonardo, não. É um nome popular. Saiu aí. Mas não interessa. Um cearense eles contrataram – quem pagou foi Simplício Dias – para ter guerra. Ora, se em eleição não tem dinheiro, avalie

em guerra, não é verdade, doutor?! Então, quem tinha dinheiro era Simplício Dias da Silva.

Parnaíba foi invadida. Os maranhenses, com o brigue Infante Dom Miguel, invadiram a Parnaíba. E eles foram. Quando ele voltou com os cearenses, alguns de Piracuruca, o Leonardo Castelo Branco, houve a Batalha de Jenipapo, que – não vou mais perder tempo – V. Ex^a descreveu. Ele foi vencedor, lógico, mas sentiu que não tinha condições de voltar para Oeiras. O povo de Oeiras. Então, 24 de janeiro é uma data importantíssima.

Tem o 19 de outubro. Quem botou isso foi José Auto de Abreu, que não nasceu lá. Foi um homem de cultura. Tem o 24 de janeiro. Tem o 13 de março.

E vai ter esta data hoje.

O que eu entendo? Eles fizeram. Tanto o Maranhão... Ele foi para o Maranhão, para Caxias. E ele era um bravo. Quando ele voltou para Portugal, foi chefe da escola militar – o Fidié. Na sua aposentadoria, ele exigiu do Governador que colocasse lá – Antônio Neto sabe, porque ele era pagador – o pagamento da Batalha do Jenipapo, na qual tinha sido vitorioso. Está na aposentadoria de Fidié. E o Governo pagou. Essa eles fizeram – a dele. Que bela história!

Os baianos também tiveram uma batalha sangrenta. Agora, quero render uma homenagem a isso. Deus coloca assim. Está ali Antônio Araújo, bem ali, aquela figura. Petrônio foi grandioso, mas olhem o “cirineu” de Petrônio. Olhem o anjo da guarda de Petrônio: Antônio Araújo. Petrônio, extraordinário. Somos sempre os melhores. No momento da nossa ditadura militar, para cá veio Petrônio Portella mostrar nossa fibra e nossa grandeza. Eu estava do lado dele com Antônio Araújo quando mandaram fechar este Congresso. Petrônio Portella só disse uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Aprendi ali que autoridade é moral. Aprendi ali. Não disse nada, esbravejou:

“Este é o dia mais triste da minha vida”. Eu, do lado do Petrônio, escolhido pelo Petrônio. Ecoa, o Presidente Geisel manda abrir este Congresso e nós estamos aqui.

E, naquele período negro, não foi só ele, não. O melhor do Poder Judiciário, piauiense, Evandro Lins e Silva, é um incomparável a Rui Barbosa, presidente feliz dessa Corte Suprema, que não precisa buscar exemplo na história, noutros países. No Piauí, Evandro Lins e Silva. Na ditadura, ele soltou os presos políticos.

Eu vi, meu amigo Miguel Arraes me contou, Heráclito: Fernando de Noronha, encantadora era a cadeia. Quem leu Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, retratando a ditadura de Vargas, viu. Miguel Arraes me disse que estava na cabeça dele que ia ser comido ali

pelo tubarão, pelo peixe, que não tinha volta, quando recebeu a ordem de Evandro Lins e Silva para soltá-lo.

Desses jornalistas que estão aí, olhe a grandeza do Piauí, no momento mais difícil da ditadura, atentai bem, só um teve a coragem, a grandeza e a inteligência, Carlos Castello Branco, Castelinho, de trazer ao País, de fazer aflorar os sentimentos da liberdade. E essa é a nossa tradição. E eu quero crer que, com esse sentimento, nós todos, a Câmara Federal, os extraordinários deputados federais, querendo lamentar a ausência daquela mulher que foi a maior líder do Piauí, Trindade, que lutamos juntos, aquele que foi o mais bravo que comigo combateu o crime organizado, Afonso Gil e, por último, Mussa Demes, o conciliador. Ele era o nosso representante ao longo dos tempos. E nós continuamos e nos será fácil porque os exemplos estão aí.

Aqui estamos nós três, em uma Mesa de sete, nunca antes. A união, o respeito, unidos pelo amor e pela grandeza do Piauí. E mais, somos é maioria mesmo, nós é que mandamos mesmo. De três, tem sete e vocês dirão: o Mão Santa perdeu. O Antônio Neto é duro na matemática, nos números. Não, o Sarney está ali porque nós fizemos acordo. O avô dele é piauiense de Valência, o Assuero. Então, esse é o predomínio da nossa gente.

Mas nossas palavras vamos encerrar por aqui, mas quero dizer: Piauí terra querida, filha do sol do Equador. Pertence-te nosso sonho, nosso amor e nossa vida. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega, mas nós não fizemos a nossa parte, não. Eles fizeram. Nós estamos para homenageá-los.

Porto de Luís Correia é a maior indignidade, a maior imoralidade, a maior vergonha! Iniciado por Epitácio Pessoa. Ontem eu falava aqui e trouxe um livro de 1920. O engenheiro, em 1918, já estava lá. Olha, que vergonha, que mentiras, que demagogia!

As ZPEs, Sarney assinou há mais de 20 anos, eu prorroguei, com Heráclito e João Vicente, e já vão se acabar.

A estrada de ferro, que vergonha! Pensei; por isso, tenho minhas razões: o homem é o homem e suas circunstâncias. Deus me deu esse saber de entender as coisas, de ter visão do futuro. A estrada de ferro... Vi compromissos, promessas. Eu vi! Dois meses, Luís Correia; quatro meses, Teresina. Marcelo, não trocaram nenhum dormente. Dormente é aquele pau do trilho. É uma obra que não precisa jurema, para sucesso fazer. Até mestre-de-obras faz, porque é uma planície.

A hidroelétrica, temos meia hidroelétrica – meia! –, sonhada pelo bravo Milton Brandão. Juscelino, o Castello terminou. Faltam as eclusas. Vi a navegabilidade do rio da Parnaíba.

Uma ponte, piauiense, que é uma vergonha. Aquilo é a ponte da vergonha. E eu digo isso porque eu tive a coragem e a inspiração de Deus de buscar um engenheiro do Piauí, Lourival, uma construtora do Piauí, dinheiro do Piauí, e fiz no mesmo rio uma ponte em 87 dias, contratei. Heráclito, que me deu o exemplo – Padre Antônio Vieira disse que o exemplo –, fez uma ponte no mesmo rio em 100 dias.

Essas coisas, eu não aceito. Eu não aceito tomar-mos casas de pobres. Não aceito, não aceito. Eu governei por seis anos, dez meses e seis dias, não tomei uma casa; fui Prefeito, e o Governo está errado. Eu votei em Luiz Inácio; eu já votei no Wellington Dias. Está errado, ninguém me compra. Eu sou como Leonardo, eu sou como os homens do Jenipapo, que apanharam, sofreram dificuldade. Mas é roubo; o que estão fazendo com os aposentados no Brasil não existe. Eu sei história. Olha, eu estudei muito. Vocês conheceram o Governador. Eu perguntei ao Tasso Jereissati, quando vínhamos, ô Heráclito. Ele disse: “Mão Santa, o que é que você está achando?” Vínhamos no corredor. Eu disse: “Rapaz, eu estou achando que isso aqui é como um pós-graduado”. Ele olhou assim... Olha, nós saímos de uma aula, era a CAE, está ali, o diretor era o Sarney, buzinando, tem presença e tal. Então, a gente está estudando aqui. E eu me preparei muito, muito, muito. E quero dizer que não aceito... Estudado, é artista? Eu também dou autó-grafo. Porque eu não aceito os velhinhos... Os velhinhos fizeram um contrato, tiveram um sonho... Ô Frank, John Lennon é melhor do que você. John Lennon disse que a vida é o que acontece enquanto sonhamos, enquanto planejamos, enquanto fazemos um programa.

Olha, eles sonharam, pagaram, trabalharam trinta, quarenta, cinquenta anos, Deputado Kleber, e des-contaram para a aposentadoria. Os que recebiam dez salários mínimos estão recebendo cinco; os que recebiam cinco, estão recebendo dois. Isso não existe, não existe. Nós somos contra isso.

Então, Marcelo – ô, Marcelo, V. Ex^a é muito inteligente, Professor de Psiquiatria, aprendi muito com V. Ex^a –, Rui Barbosa está ali porque disse: “A Pátria é a família amplificada”. A nossa família brasileira está toda destruída. Isto é importante. Deus não botou Cristo desgarrado não: botou numa família. A família está destruída sabe por que, ô Frank?

Barack Obama tem dois livros. Eu li o primeiro, da política, e ele disse que o melhor é o da vida.

Cadê o meu Zeca de Deus? Sinto saudade vendo o irmão dele...

Mas Barack Obama disse: “Eu não fui maconheiro porque fui educado por meus avós”. Barack Obama, a nossa esperança da democracia: “Eu não sou maconheiro por causa dos meus avós, que me educaram”.

Os avós brasileiros, Luiz Inácio, meu querido Presidente – ele é o nosso Presidente –, estão é se suicidando. Os avós são bons, são corretos – e digo isso porque sou avô. O Senado é para os pais da Pátria, é isso o que penso.

Eu sou muito melhor avô do que pai, e vou dizer por que penso assim. Trabalhei muito, muito, muito. Chegava em casa de madrugada. Operava dez, doze, quase todos de graça. Antônio Neto, quando eu chegava, os meninos estavam dormindo, foi Adalgisa que os criou. Agora não: o avô é mais disponível – agora mesmo arrumei para uma neta estudar no Rio Grande do Sul.

E os avós do nosso Brasil? Este Governo acabou com eles. Eles estão é se suicidando, porque são honrados, são honestos. Eles fizeram um planejamento, mas não estão podendo dar aquilo que se comprometeram a dar: o estudo do neto, a roupa do neto, o sapato do neto eles não podem comprar.

São essas as nossas palavras.

Nós temos de nos inspirar na coragem daqueles que participaram da Batalha do Jenipapo e conquistar aquilo que acreditamos ser a riqueza.

É o estudo que leva à sabedoria. Sou muito preocupado, mas muito. Antônio Neto está atento – tinha de ver, se deseja ser Governador, isso. Eu me preocupo.

Em 1990, sobre este País, o MEC apresentou uma estatística: das dez melhores universidades, sete eram públicas e três eram privadas. Em 2000, quando eu era Governador do Estado, a estatística era: das dez melhores do País, sete eram privadas e três eram públicas. Fiquei decepcionado, preocupado, mas a do Piauí era a terceira melhor universidade pública.

Atentai bem: vai sair uma aí uma estatística que mostrará que as dez melhores são privadas. Está aqui o doutor...

Eu estudei em faculdade do Governo, fiz pós-graduação em instituição do Governo. Um estudante de Medicina hoje, no Nordeste, paga R\$4 mil por mês! Eu estou preocupado com o *apartheid*: no futuro, não será negócio de negro e branco não, a Princesa Isabel resolveu isso – o mais querido aqui é o Paim; não temo. Só vai ser doutor o rico: um mês de Medicina, R\$4 mil!

Essas são as nossas preocupações.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Geraldo Mesquita, figura extraordinária do Parlamento. Nesta Casa, ele é o que mais se aproxima, na firmeza dos direitos, de Rui Barbosa.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Senador Mão Santa, muito obrigado. Quero, antes de mais nada, agradecer ao Presidente Heráclito, que liberou o microfone para um rápido aparte, do qual eu não poderia fugir. No ano passado, recebi um convite generoso do Senador Mão Santa – e tenho certeza de que ele falou em nome do Senador Claudino e do Senador Heráclito – para visitar Parnaíba. O Senador Mão Santa canta em prosa e verso, quase que diariamente aqui, a Parnaíba querida dele. E, no caminho, uma emoção: ele me fez conhecer o local onde se travou a Batalha do Jenipapo. Passamos um bom momento lá: eu, o Senador Mão Santa, Dona Adalgisa e as pessoas que nos acompanhavam. O Senador Mão Santa relatava o que ali havia acontecido. Antes de mais nada, se ninguém aqui disse isso, eu gostaria de dizer que a bancada do Piauí aqui é uma das maiores bancadas. Pode parecer estranho o que eu estou dizendo, porque normalmente os Estados têm três Senadores, mas o Governador sabe disto: a bancada do Piauí é uma das maiores bancadas aqui, porque incorpora companheiros valiosos, como o Senador Adelmir. A bancada do Piauí e a bancada do Ceará são as duas maiores bancadas que nós temos nesta Casa. Como eu disse, eu não podia fugir a este aparte. E abro aqui o bem elaborado prospecto que vocês distribuíram, prospecto que traz informações preciosas acerca do ato que estamos aqui relembando e reverenciando. E eu vejo aqui: *“A história da Independência do Brasil não se resume ao 7 de setembro de 1822”*. E eu diria mais, eu diria que não se resume àquele momento específico a história da independência deste País: ela se estende ao longo dos anos e ao longo dos séculos. Ao lado da Batalha do Jenipapo, eu coloco aqui como importantes episódios do processo de independência deste País, no mesmo grau de importância, a revolução ocorrida no meu Estado, a Revolução Acreana; eu coloco Canudos; eu coloco uma série de episódios, muitos deles sangrentos, revolucionários, que, ao longo dos séculos, ocorreram em nosso País. Esses episódios, como o ato simbólico da Independência ocorrido em 1822, significam, e significarão sempre, atos que, no seu conjunto, aí sim, construíram as bases para a independência deste País. Portanto, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade deste rápido aparte, render as minhas mais sinceras homenagens ao povo do Piauí, povo bravo. Tive o maior prazer, a maior satisfação de conhecer o local onde se travou aquela batalha que nós hoje aqui relembremos. Tive o maior prazer. Incorporei esse fato ao rol de fatos que compõem o meu conhecimento acerca do nosso País. Que coisa bonita a gente tomar conhecimento ou travar contato pessoalmente com sítios, com regiões, com

áreas onde ocorreram esses atos heróicos, bravos, de resistência de um povo corajoso, como é o povo brasileiro, espalhado por este País afora, do Acre, do Piauí, do Rio Grande do Sul e por aí vai.

Portanto, as minhas homenagens àqueles que representam o Piauí nesta Casa, àqueles que representam o Piauí em qualquer instância. Estado que tem o bem-querer do povo brasileiro, Estado que produz incansavelmente inteligências e pessoas altamente capacitadas para participar de qualquer instituição, de qualquer atividade neste País. Parabéns ao povo do Piauí e as nossas mais sinceras e profundas homenagens à luta travada não só naquele sítio, que hoje lembramos, mas ao longo dos tempos como vem fazendo o povo do Piauí. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo todas as palavras de Geraldo Mesquita, em respeito ao Acre, que também é um Estado que não é dos grandes do Brasil, mas de uma gente brava. Eles chegaram até a ser país, mostrando a bravura de gente. Então vamos terminar mesmo.

Peço que os meus aplausos se somem aos seus aplausos em homenagem à maior data da história do Brasil, o 13 de março, a Batalha do Jenipapo, que garantiu a unidade do Brasil, o Brasil ser grandão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Quero fazer o registro da presença do jornalista Nivaldo Barbosa; do guerrilheiro che-guevariano Acelino Ribeiro; dessa extraordinária figura de homem público piauiense que é o Antônio Araújo, já aqui dissertado pelo Mão Santa; do Prefeito José Jailson Pio, de São Félix; do Prefeito de Esperantina, Chico Antônio; do Deputado Leal Júnior; do Deputado Átila Lira, que passou por aqui; e do Dr. Júlio Lopes Lima, que foi Presidente do Banco do Estado do Piauí e foi Secretário de Finanças do Município de Teresina.

Quero também registrar que esta sessão está sendo transmitida pela *TV Assembleia*, do Estado do Piauí ao vivo. Faço este registro, prestando homenagem ao Presidente Temir e ao Diretor de Jornalismo Antônio Trindade.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, Sr. Senador José Claudino, nosso companheiro ilustre que propôs esta merecida homenagem ao povo do Piauí, aos nossos heróis da Guerra da Independência.

Sr. Presidente, permita-me saudar os Ilustres convidados na Mesa, Exm^o Sr. Wellington Dias, nosso Governador do Piauí. Quero saudar também o nosso

companheiro Senador Mão Santa; quero saudar também o Exmº Sr. João Félix de Andrade Filho, Prefeito do Município de Campo Maior do Piauí; nosso Deputado Federal e agora Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, Frank Aguiar, companheiro querido. Quero saudar o Exmº Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, que também é ex-Prefeito lá de Campo Maior e hoje abrilhanta esta sessão com sua presença; o Exmº Sr. Deputado Estadual Kleber Eulálio, seja bem vindo à nossa Casa; Hélio Isaías, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Piauí; Valério José Carvalho, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Piauí; Myriam Eduardo Pereira Conde Medeiros, que foi a intérprete, aqui, do Hino do Estado do Piauí e os demais convidados. Nossos Senadores que estão aqui presentes. E sei que há muitas ilustres figuras do nosso Piauí.

Eu não poderia deixar de vir aqui fazer um breve resumo sobre essa batalha extraordinária que marca a nossa formação e engrandece a história do povo brasileiro. Eu quero ler aqui um breve relato e começar com um grande escritor mineiro, Drummond, que disse, no seu poema:

“No cemitério de Batalhão os mortos do
Jenipapo
Não sofrem chuva nem sol; o telheiro
os protege
Asa imóvel na amplidão campeira.”

Foram esses alguns dos versos com os quais o grande poeta Carlos Drummond de Andrade homenageou os anônimos heróis da Batalha do Jenipapo, provavelmente a mais sangrenta das lutas travadas pela Independência do Brasil.

Fato histórico ainda pouco conhecido pela maioria dos brasileiros, a Batalha do Jenipapo foi travada às margens do riacho do Jenipapo, perto de Campo Maior, no Piauí, a 13 de março de 1823.

Ali, cerca de dois mil homens mal armados, com umas poucas espingardas de caça, armas brancas e até mesmo paus e pedras enfrentaram a força portuguesa de 1.100 homens treinados e bem armados, inclusive com algumas peças de artilharia. Os fatos que levaram a essa luta histórica e sangrenta começaram no ano anterior. Foi a Proclamação da nossa Independência, com a imediata adesão do centro-sul do País. Então, restou à Coroa portuguesa a tentativa de manter o Maranhão, o Piauí e o Pará como suas colônias, como o Brasil do norte.

O Piauí tinha, na ocasião, importância econômica que justificava a cobiça de Portugal. Sua atividade agropecuária crescia rapidamente e, em Parnaíba – sou filho de Parnaíba, pela generosidade de Mão

Santa, que, quando Governador, me deu o título, e hoje sou filho de Parnaíba –, se abatiam 15 mil bois para abastecer o mercado de carnes dos mercados do Maranhão, Ceará e Bahia. O comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil e também havia a produção de fumo e cana-de-açúcar. Cerca de metade da renda das numerosas fazendas de gado iam para os cofres da Coroa Portuguesa, num confisco tributário injusto com o nosso povo.

Não foi por outra razão que Portugal enviou uma grande quantidade de armas ao Piauí já em 1820 e, em 1822, designou como Governador das Armas do Piauí João José da Cunha Fidié, um experimentado militar, veterano na luta contra as forças de Napoleão na Europa. Os ideais de liberdade chegavam ao Piauí por Parnaíba, cidade mais rica da Província, soprados de Portugal, França e Estados Unidos e foram rapidamente assimilados por piauienses ilustres, dentre eles Simplício Dias da Silva, Leonardo das Dores Castelo Branco e o Juiz Cândido de Deus e Silva. Eles estavam entre os que inspiraram a Câmara Provincial de Parnaíba a reconhecer a independência do Brasil em 19 de outubro de 1822, pouco depois da Independência, um mês depois. Essa foi a razão que levou João Fidié a deixar Oeiras, capital da República com suas tropas. Era seu dever conter o movimento pela Independência naquela parte do País.

Depois de longa marcha ele dominou Parnaíba sem resistência. Enquanto isso, em Oeiras, o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins também trabalhava pela Independência. Em 24 de janeiro de 1823, Oeiras declarou-se independente de Portugal, o que forçou Fidié a voltar com as suas tropas. Começava a ser selado o destino dos heróis de Jenipapo.

Ao longo do caminho que João Fidié deveria percorrer, uma estratégia de resistência foi montada. Em Lagoa do Jacaré, alguns piauienses enfrentaram os portugueses numa primeira escaramuça. Piracuruca, onde a Independência havia sido declarada por Leonardo Castelo Branco, em 22 de janeiro, foi encontrada vazia. Os habitantes tinham fugido na noite anterior à chegada dos portugueses.

O confronto principal ocorreria em Campo Maior, onde a Independência tinha sido declarada em 5 de março, pelo mesmo Castelo Branco. Era imperioso impedir que Fidié e suas tropas chegassem a Oeiras, para que toda a luta pela Independência não tivesse sido em vão.

Liderados por João da Costa Alecrim, Luís Rodrigues Chaves, Francisco Inácio da Costa, Salvador Cardoso de Oliveira, Alexandre Nery Pereira Nereu, Pedro Francisco Martins e Simplício José da Silva, os homens que lutavam pela Independência do Brasil

esperaram os portugueses. Onde? No riacho do Jenipapo. Naquele lugar, depois de cinco horas de combate, estima-se que tenham morrido entre 200 e 400 brasileiros e mais de 100 portugueses que também tiveram cerca de 60 homens feridos.

Fidié teve ali a sua vitória de Pirro! Além do desgaste do combate, graças à bravura dos seus adversários, ele ainda perdeu mantimentos

Além do desgaste do combate, graças à bravura dos seus adversários, ele ainda perdeu mantimentos, água, armas e até mesmo valores que haviam sido saqueados em Parnaíba, levados pelos brasileiros no momento de sua retirada. Ele ainda passou dois dias em Campo Maior enterrando seus mortos. De lá seguiu para Estanhado, hoje União, para finalmente aquartelar-se em Caxias, no Maranhão. Lá foi cercado por forças compostas por piauienses, cearenses e obrigado a render-se em 31 de julho, pondo fim às esperanças portuguesas de manter uma colônia no Brasil.

Esses humildes anônimos que deram a vida pela Independência do Brasil demoraram a ter a importância de seu feito reconhecida. Apenas pedras toscas marcavam o lugar de suas sepulturas até que, em 1923, no centenário de seu sacrifício, ali se ergueu, pela primeira vez, um marco em homenagem a sua bravura.

Em 1973, cento e cinquenta anos após a Batalha, um grande monumento foi construído para prestar a justa homenagem aos que deram a vida pela Independência do Brasil. Também o Exército Brasileiro homenageou os heróis de Jenipapo, dando nomes da Batalha e de alguns de seus líderes a unidades da nossa força terrestre. Nada mais justo e necessário. É por isso que desejo me congratular também com o Senador João Vicente Claudino pela proposição desta sessão especial de homenagem àqueles valorosos brasileiros que deram seu sangue pela liberdade do nosso País.

É preciso que tenhamos muitas outras homenagens como esta, é preciso que se ensine mais nas escolas o que foi a Batalha do Jenipapo para que, conhecendo esse episódio da nossa História, possamos homenagear de maneira justa e digna esses bravos patriotas.

Senhoras e senhores, um breve relato para trazer à memória gestos heróicos de nosso povo. Aliás, as nacionalidades dependem muito da sua configuração física, dos acidentes imprevisíveis e misteriosos da sua formação; – eu diria – dos nomes e símbolos telúricos que lhe vincam a índole e a vocação.

Mas, Sr. Presidente Heráclito Fortes, não há notícias na história que nenhum povo haja se formado em nação culta, poderosa, digna, influente no mundo, sem a presença dos seus líderes sábios e generosos;

de seus condutores valentes cujas mãos viris, fortes, são capazes de amalgar, nas virtudes e defeitos de seus povos, a sua gente, para que possam nos ensoarados dias do porvir, rasgar nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino, e nosso destino tão glorioso é esse, o destino do povo brasileiro que passa pela honradez, pela dignidade e pela bravura do povo do nosso Piauí.

Eu ouvi aqui atentamente as palavras de um guerreiro do Piauí, que é o Senador Mão Santa, que presta um papel extraordinário às avessas a este Governo, quando faz denúncias, às vezes justas, muitas vezes injustas. A política, Sr. Governador, é isto: um dilúvio de ódios e paixões. Eu também quero ser ouvido e dizer que nosso Governo tem conquistas, tem conquistas importantes para o povo brasileiro. Eu lembro quantas vezes os políticos choravam, os sindicatos e o povo iam às ruas, pedindo que os aposentados brasileiros ganhassem US\$100; hoje, ganham quase US\$200. Se não fosse a nossa moeda ter sido desvalorizada por conta dessa crise financeira internacional em cerca de 45%, hoje nossos aposentados estariam ganhando mais de US\$200. É suficiente? Não, não é, mas não podemos deixar de reconhecer nosso esforço. É como uma mãe humilde que, morando numa comunidade carente, no dia do aniversário dos seus filhos, compra um singelo par de sapatos. Ela gostaria de comprar muito mais. Ela gostaria de revestir o seu lar com o que há de melhor, mas não podemos desprezar o esforço daquela cidadã que traz para a sua casa, na medida da sua possibilidade, o seu esforço melhor.

No nosso Governo, temos praticado a democracia – seis anos de prática ilesa da democracia. Não é neste Governo que o povo chama o Procurador-Geral da República de engavetador; neste, não se engaveta nada. Pela primeira vez na história da nossa República, trinta políticos importantes, influentes, até um Ministro, foram levados às raias do Supremo Tribunal Federal para responderem sobre seus atos. Meu Deus do céu!

Cada Parlamentar tem o direito de vir aqui e dizer o que pensa, sem perseguições, sem sofrer represálias. Nossa pujante Oposição diariamente pratica a liberdade, os ventos, os sopros da liberdade que varrem os nossos campos sem que haja ninguém para impedir a sua voz.

Temos hoje um operário no poder. Ele sofre preconceitos. É difícil para uma elite reacionária entender que o povo brasileiro, como fizeram agora os americanos com Obama, se antecedeu a isso. O povo brasileiro pavimentou o caminho da democracia, e, hoje, um homem que nasceu no sertão, que veio na boléia de um caminhão com sua mãe chega à Presidência

da República depois de uma vida devotada ao sindicalismo. Essas coisas são importantes que devemos considerar. Há erros? Há, mas há acertos também. Temos 300 mil jovens no ProUni.

Que conquista ver nossos meninos e meninas que não tinham antes dinheiro para pagar uma universidade estudando! Têm bolsa do Governo. São 300 mil.

Não podemos nos esquecer do Programa Pró-Luz, que levou para famílias pobres do nosso interior a alegria. Lembro-me de, várias vezes, ouvir Ministros e o Presidente falando que havia mães que ficavam de noite acendendo e apagando a luz daquela sua casa humilde, daquela choupana perdida no vasto território brasileiro, porque diziam: “Eu nunca vi meu filho dormindo à noite”. Então, ficavam acendendo a luz para ver se estava tudo bem. Essas coisas nos comovem.

O PAC não é apenas uma ilusão. Nós já realizamos: 90 quilômetros da Rodovia Norte–Sul, já estão prontos para ser entregues. A transposição das águas do Rio São Francisco são obras demoradas. Não é fazer um canal apenas. Ali, à frente, vai um batalhão de bandeirantes. São biólogos que vão colecionando toda espécie viva. São também geólogos que vão vendo os *sites*. Eles vão antes de as obras chegarem. Isso demora, leva um tempo para que não se afete em nada o sagrado meio ambiente, a riqueza maior do povo brasileiro e das gerações que nos sucederão.

Temos agora um programa que é um desafio: um milhão de casas! As pessoas dizem assim: “É obra eleitoreira. Está aí o Presidente preocupado em reeleger seu sucessor, lançando uma utopia e enganando os corações brasileiros”. Meus amigos, falo aqui como engenheiro. Não tenho a honra de ser médico, como Mão Santa, e vou já concluir, porque estou ficando fastidioso. Meu Deus do céu, Mão Santa, somos a terra do calcário e da argila. Você sabe o que é o cimento? É uma farofa de calcário e argila com um pouquinho, uma pitadinha, de gesso para regulação da pega.

O que mais temos nesta terra senão calcário e argila? Polo petroquímico, para nos dar tintas, vernizes, plásticos, borrachas, alumínio. Produzimos duzentos milhões de toneladas por ano. Exportamos mais da metade. Não temos gasto isso, que podem ser janelas e portas do nosso povo. Nós temos madeira, temos mão-de-obra abundante esperando ser treinada e empregada, como um vigia ansioso aguarda a aurora.

Lembram os americanos, que saíram da recessão de 1929 e construíram oitocentos mil quilômetros de estrada? New Deal! Franklin Delano Roosevelt! V. Ex^a fala nesse nome aqui, nesta tribuna, quase toda semana. Franklin Delano Roosevelt! Pois é, oitocentos mil quilômetros de estradas, 170 mil prédios públicos, 85 mil pontes e viadutos! Eles construíram o

New Deal e lançaram infraestrutura para ser a maior nação do mundo logo no pós-guerra nos anos de ouro do capitalismo.

Falta-nos essa pujança? Não, não. Nós temos engenheiros, temos técnicos, temos todo o material para resgatar nosso povo da maior vergonha, que é ver esses monumentos hediondos, que estão se transformando em monumentos perpétuos, essas favelas brasileiras, que nos envergonham a todos.

Então, estamos ainda com o mesmo ardor cívico daqueles homens que, na terra seca do Piauí, lutaram pela independência para ver a nação brasileira de pé. Para rasgar nesses horizontes infinitos da esperança dessa terra, repito, a perspectiva iluminada e gloriosa do nosso destino, que não é da corrupção, de jeito nenhum, ou daqueles que se envergonham de ter nascido brasileiros porque passam fome. O nosso destino é de país, eu diria, maravilhoso, pujante, gigante, que se levanta para ocupar seu espaço no cenário das Nações do mundo.

Seja homenageado, então, pelas palavras desse obscuro e anônimo Senador, o povo do nosso Piauí, que aqui tem representantes tão ilustres; seja homenageado o nosso Governador, altivo, que está lá labutando diuturnamente. E olha como é difícil governar hoje em dia, com tantas interferências: é o Ministério Público, são as coisas dos tribunais, é isso, é aquilo, é a Imprensa! É, como disse, um dilúvio, meu Deus, de ódios e paixões. Outros teriam desistido. Só mesmo aqueles movidos pelo interesse público são capazes de vencer todas essas batalhas e construir um futuro melhor.

Muito obrigado. Muito agradecido. Parabéns ao povo do nosso Piauí. Parabéns. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador João Vicente Claudino, autor do requerimento, que deverá, evidentemente, anunciar V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, quarto piauiense do Senado Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Claudino, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, permitam-me não nominar todas as autoridades. Cito, em nome do Governador Wellington Dias, todos os convidados e participantes desta sessão.

Eu não vou aqui fazer um histórico da Batalha do Jenipapo, até porque, provavelmente, iria incorrer em alguns erros históricos e porque isso foi muito bem dissertado pelo Senador João Vicente Claudino e pelo Senador que me antecedeu na tribuna.

Não vou também me posicionar nem como um Senador do Governo, para elogiar a série de projetos, como fez agora meu antecessor, nem de oposição, como fez o Senador Mão Santa, ao tecer considerações sobre algumas deficiências de obras públicas no Estado do Piauí.

Mas vim a esta tribuna exatamente porque, ao presidir a sessão, o Senador Heráclito Fortes me colocou na condição de o quarto Senador piauiense. Eu não estava aqui, estava em uma reunião do Sebrae nacional, mas ligado lá no meu computador, ouvindo o pronunciamento do Senador João Vicente Claudino. Não me preparei para esta sessão. Entretanto, na condição em que fui colocado pelo Presidente da sessão, como quarto Senador piauiense, achei por bem vir aqui para me associar a essas homenagens.

E por que me colocam nessa situação de quarto Senador Piauiense? O Heráclito diz que eu nasci em Tucuns, no Município de Uruçuí. Orgulho-me muito. Meus avós de parte de mãe são de Tucuns, meus avós e pai são de Nova Iorque, no Estado do Maranhão. E, talvez, por uma questão machista, eu sendo o primeiro neto e o primeiro filho, o registro saiu de Nova Iorque. Gostaria muito que o meu registro tivesse saído Tucuns, Uruçuí, Piauí.

O meu coração é piauiense, e a minha formação ginásial até o primeiro ano científico se deu na cidade de Teresina. Eu já tinha um veio político, talvez por questões familiares. Sou de uma família de políticos lá no meu Município, Neiva Santana, que é até um Município que eu costumo dizer que tem uma história interessante, tão pequenininho, mas já deu um Governador de Estado, Prefeito da Capital, dois Senadores da República, Deputado Federal, Deputado Estadual. Parece que é a água represada de Boa Esperança. Então, por que me sinto piauiense? Ao estudar em Teresina, além dessa formação familiar, eu, muitas vezes, ia à praça Deodoro no horário de almoço, entre as aulas regulares da escola industrial e o curso técnico que se fazia à tarde, e ficava observando a qualidade dos políticos piauienses. Eu tinha apenas 14 anos, 15 anos. Quantas vezes, fiquei horas e horas ouvindo Severo Eulálio, Celso Barros, Temístocles, não este de hoje, o Temístocles lá de Esperantina, Sebastião Leal, lá do meu Uruçuí – está aqui o Lealzinho –, e tantos outros. E isso, certamente, me sedimentou a formação política, pois sou muito ligado e focado nas questões piauienses.

Aqui, no Senado, tenho sempre destacado essa posição, daí receber essa alta nomeação. Diferentemente de todos os Estados brasileiros, o Piauí tem quatro Senadores. Aqui é a Casa da Federação, mas o Piauí se diferencia: em vez de três tem quatro. E uma coisa interessante: elastecemos a Mesa do Senado de sete titulares para onze, incluindo os suplentes, com mais um piauiense, porque eu também faço parte da Mesa. Então, é um fato inusitado. O Senado não funciona hoje, administrativamente, sem os piauienses, que têm a 1ª Secretaria, a 2ª Secretaria, a 3ª Secretaria e uma suplência da Mesa. Então, o Piauí tem, nesta Casa Federativa, uma força maior do que qualquer outro Estado brasileiro – não incluindo a colocação que fez o Senador Mão Santa de que o Presidente José Sarney só alcançou a presidência por ter um veio de descendência do Piauí.

O Piauí tem me sido muito grato, tem me dado muitas alegrias. O Governador Wellington, em recente encontro aqui em Brasília comemorando datas piauienses, concedeu-me o mérito da Medalha Renascença, em solenidade grandiosa na Praça dos Três Poderes, com a presença de muitas autoridades. Ele me honrou com essa medalha que eu guardo com muito prazer.

Eu tenho também o título de Cidadão de Uruçuí, dado pela Prefeitura local, pelos Vereadores, o que também me engrandece muito, e o título de Cidadão Piauiense, concedido pela Assembléia Legislativa. Portanto, meus vínculos com o Piauí, além desse apreço especial, dessa questão familiar, extrapolam outros acontecimentos.

Assisto aqui, como disse, à paixão dos Senadores piauienses pelo seu Estado.

Não ia tecer considerações históricas ou posições políticas nem da Base de Governo, nem de Oposição, mas falar um pouco dessa fleuma, desse poder, dessa vontade e desse interesse que têm os piauienses pela sua terra natal. Isso é um fato que nós percebemos em qualquer movimento. Aqui mesmo, no Distrito Federal, há uma série de associações de piauienses. E a gente sente a paixão pela difusão da cultura, da arte do povo piauiense. Mesmo alguns com mais de trinta ou quarenta anos residindo no Distrito Federal ainda estão impregnados pela força pátria do seu Estado.

Essa é uma qualidade incontestável: o amor que têm os piauienses por sua terra. E é esse aspecto que eu gostaria de lembrar. Não é apenas a força que foi demonstrada pela liberdade na questão da Batalha de Jenipapo, mas pelo amor que a gente percebe, pela dedicação e pelo apreço que os piauienses têm em defesa da sua terra natal, das suas culturas e da sua cidadania.

Então queria me associar, como quarto Senador piauiense, como piauiense de fato, como piauiense de direito, a esta comemoração, desejando sinceramente que esse espírito de liberdade, que esse espírito de luta seja permanente na nação piauiense, entre todos aqueles que constituem aquele Estado vigoroso, Estado que dá demonstração de apreço por essas liberdades.

Eu me sinto, portanto, um piauiense de verdade e quero estar junto nesta comemoração, declarando o meu amor, a minha dedicação às coisas do Piauí.

Estive agora recentemente mais uma vez no Piauí, onde tive oportunidade de ver companheiros meus da área do comércio, dez presidentes de federações do comércio da Região Norte e Região Centro-Oeste do Brasil, da Região Amazônica, homenageando os três Senadores do Piauí com a Medalha do Mérito Amazônico. E, coincidentemente – talvez eles não tenham mensurado isso –, convidaram a mim, como companheiro deles, talvez pela luta do Sebrae em defesa da micro e pequena empresa e outras coisas mais, para também ser homenageado junto com os Senadores piauienses. Mais uma vez, historicamente, eu estava ali entre os três Senadores do Piauí, compondo portanto a bancada que se diferencia das demais com quatro Senadores.

Parabenizo a todos, ao João Claudino, pela iniciativa desta homenagem, deixando a certeza de que temos que cultuar batalhas como essa que demonstram o apreço, a luta e a vontade por liberdade do povo piauiense. E eu me sinto honrado em estar incluído entre os cidadãos daquela pátria.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a falou como autêntico representante do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino; Sr. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; Sr. Senador Mão Santa; Sr. Senador Aloizio Mercadante, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado; Vice-Prefeito Frank Aguiar; Francisco Macedo, Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais; João Félix, Prefeito de Campo Maior; professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana; quero registrar, Sr. Presidente, a presença do Prefeito de José de Freitas, que acaba de chegar a este plenário.

Quero, antes de iniciar as minhas palavras relativas ao feito da Batalha do Jenipapo, abrir um parêntese.

Mas, antes de abrir esses parênteses, eu gostaria de pedir desculpas ao Líder Mercadante e ao Governador Wellington Dias. Não gostaria, de maneira nenhuma, que, numa solenidade desta natureza, houvesse a politização.

Causou-me espécie o sempre educado e lhano Senador Crivella, ao tentar responder pronunciamento feito pelo Senador Mão Santa, após ter feito um brilhante histórico sobre a batalha, de maneira improvisada, naturalmente atendendo a algum apelo, agredir um governo a que eu pertenci.

Quero dizer que todo governo tem suas mazelas, tem seus defeitos. Do mesmo jeito que um Procurador pode levar, na sua biografia, a fama de engavetador, um governo pode também levar a fama de não permitir que se apurem escândalos. Vale para os aloprados, para os sanguessugas, para as ONGs, para os fundos de pensão. Não aceito e não admito comparativos éticos, até porque não o faço, entre o Governo de que eu participei e o atual Governo, até porque, diferentemente do que disse Crivella, nós somos uma Oposição responsável, nós somos uma Oposição que reconhece os acertos do País, mas somos uma Oposição que critica os erros, com a intenção e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, que não é responsável e que, portanto, não pode pagar as consequências das nossas divergências internas ou lutas políticas.

Esse discurso não caberia numa sessão como esta. Eu lamento e peço desculpas, mas eu não poderia deixar passar a oportunidade de fazer esse registro, porque, ao atingir o Governo em que eu fui, como Líder, participante das suas execuções, e de maneira injusta, eu não poderia de maneira nenhuma me calar.

Hoje é um dia destinado a outro fato, é um dia destinado à batalha dos heróis do Jenipapo e foi para isso que esta sessão foi convocada e é por isso que nós estamos aqui.

Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, pedir a V. Ex^a que, para poupar o tempo dos companheiros, considerasse como lido o meu discurso formal, que ele fosse para os Anais da Casa como registro das minhas modestas impressões sobre o que foi a batalha do Jenipapo. Sei que ela se perderá diante de discursos brilhantes e mais bem elaborados que me antecederam, mas eu quero apenas que fique o registro para a posteridade do que eu penso sobre esse momento e sobre esse feito histórico em solos piauienses.

Dito isso, peço agora a permissão a V. Ex^a e aos presentes para deixar de lado o formal e falar com o coração. Falar com o coração para dizer a vocês que eu venho de longe no tempo, mas venho bem de perto no

espaço. Bem de perto no espaço, professor Santana, porque este plenário se confunde, pelas presenças majoritárias de piauienses, com o santuário do Jenipapo, às margens daquele rio com o mesmo nome.

E é para falar dos heróis e do heroísmo que representaram a época em que o Estado talvez mais pobre da Federação deu, com o seu grito de resistência e, acima de tudo, de rebeldia, uma demonstração ao Brasil de amor à liberdade. E é isso que temos que cantar acima de tudo, pelo que representou para a Nação brasileira a batalha do Jenipapo. Os homens saíram das suas casas com as armas de que dispunham naquele momento. E os que não as possuíam usavam pedra, pau, seja lá o que fosse. E as mulheres, no momento em que se exalta o seu dia, deram suas jóias, seus pertences pessoais para financiar a luta desses brasileiros.

É para isso e é por isso que estamos aqui, e esta é uma data que tem que ser enaltecida. E tem que ser enaltecida por todos: os que cassaram no passado e os que foram cassados, os que defendem cassação no futuro e os que são vítimas das acusações. Temos que reunir aqui todos, porque todos são piauienses, todos são brasileiros e todos têm o direito de cantar a sua terra.

E é para cantar a nossa terra, Prefeito Joãozinho Félix, que nós estamos aqui, nesta manhã. Como municipalista convicto, meus caros Prefeitos, eu quero dizer que o solo sagrado de Campo Maior, berço dessa batalha, representa para todos nós um marco de bravura, mas, acima de tudo, um selo de esperança.

Eu me lembro muito bem, criança, e aí fiz uma opção de vida. Prefeito de José de Freitas, Robert, aqui presente, meu parente, minha família toda tem ligações com José de Freitas. Meus pais, meus avós nasceram em José de Freitas. Mas, por circunstâncias, meu pai e meus irmãos foram morar em Campo Maior, e eu adotei Campo Maior como minha segunda terra, depois de Teresina.

Embora querendo muito bem, amando José de Freitas, eu transformei, nos sonhos da infância, Campo Maior na cidadela dos meus sonhos, e o que me motivava era exatamente ver aquela cruz, ainda de homenagem remota, uma cruz maior circundada por cruzeiros menores, mostrando que ali se derramou sangue para se defender a Pátria.

Lembro-me bem que nós íamos de bicicleta, a pé, muitas vezes, procurar, naquele cenário, de maneira vã e sem nenhuma possibilidade de encontrar, balas perdidas, pertences dos guerreiros que participaram daquela luta sangrenta. E ali foi exatamente onde aprendi o que é brasilidade. Foi ali exatamente onde aprendi a amar o Piauí, mas, acima de tudo, amar o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Jenipapo, o seu exemplo, a sua história seja mais divulgada pelo Brasil afora. É uma injustiça que se comete contra os nossos heróis!

Sr. Governador, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós temos o dever e a obrigação de transformar esta data em uma data nacional. Nós temos a obrigação de fazer com que a história da participação do Piauí na nossa independência seja reconhecida e nossos homens finalmente recebam a justiça dos irmãos brasileiros.

Dito isso, quero me congratular com o Senador João Vicente Claudino pela iniciativa. Louvá-lo pelos detalhes, como a publicação desse *folder* onde o Senador, diferentemente da prática comum hoje, – e até reclamei dele – não fez sequer uma alusão à sua iniciativa no feito. Fiquei sem saber de onde partiu a iniciativa.

E ele modestamente me disse – aliás, foi até o Governador que me disse – que tinha sido o Senador João Vicente. Quero louvá-lo pela iniciativa e pelo desinteresse na promoção pessoal. V. Ex^a, Senador João Vicente, está dando um exemplo de como se contribui para fazer história, até porque a história não pertence a ninguém. A história tem heróis. A história tem mártires, mas a história tem, acima de tudo, o seu exemplo, o exemplo dos que sofreram, o exemplo dos que lutaram e dos que marcaram as suas presenças no conflito. E é para isto que nós estamos aqui: para cantar, para exaltar e, acima de tudo, para agradecer os que se imolaram em defesa da nossa Pátria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, congratulo-me com o Senador João Vicente Claudino, com cada piauiense e, por fim, com cada brasileiro, pela celebração da passagem desta data que remonta a tempos tão longínquos e que, contudo, não perdeu sua significância para a nação brasileira.

O Brasil tem imensa dívida com aqueles milhares de homens que lutaram pela integração de nosso território e pela unidade de nossa Nação. Caso não houvessem ocorrido os confrontos à margem do Jenipapo, a configuração de nosso território provavelmente seria bem diferente da que temos hoje e, possivelmente, teríamos tido uma grande colônia lusófona nos avizinhando por muito tempo, o que certamente seria uma ameaça à estabilidade do País recém-constituído.

Celebrar a Batalha do Jenipapo, contudo, não tem relação alguma com a lusofobia. Antes, representa nosso orgulho pela brava luta de nossos ancestrais pela independência de suas terras. Representa o nosso não à sujeição colonial que voltava a ameaçar o Brasil de então, que já se acostumara à condição de Nação e dela não desejava mais abrir mão.

Assim, todo esforço é válido para fazer conhecer, às gerações atuais e às vindouras, a ocorrência deste evento que enche de orgulho primeiro o piauiense e, depois, todo o povo brasileiro.

Por conta disso, em lugar de discorrer sobre o brio dos heróis que lutaram e morreram na batalha que hoje rememoramos, desejo trazer à tona a situação precária em que se encontra hoje o sítio histórico onde se deu o fato.

O lugar foi originalmente tombado, em 30/11/1938, com o título de Cemitério do Batalhão, situado às margens do Rio Jenipapo, no Município de Campo Maior – PI e inscrito no Livro Histórico sob o n 113; e no Livro de Belas Artes, sob o n 232.

Esse tombamento baseou-se no Decreto-Lei n 25, de 30 de novembro de 1937, legislação pioneira para a proteção do patrimônio histórico. Pelo instrumento que *organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*, estão incluídos nessa categoria os bens cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Sem dúvida alguma, o sítio referente à Batalha do Jenipapo merece essa classificação. Sua relevância para a nossa História reside, principalmente, sobre o fato de que se trata de uma das mais sangrentas e importantes batalhas pela independência do Brasil. Ademais, seu reconhecimento é de ainda maior relevância quando lembramos que a batalha é pouco conhecida nos demais estados da nação.

Como efeito, desse tombamento havido em 1938, esperava-se que houvesse proteção contra *destruição*, *demolição* ou *mutilação* (art. 17 do DL n. 25, de 1937). Era de se esperar, ainda, que a instituição responsável pelo tombamento se encarregasse da vigilância e inspeção do local (art. 20). Entretanto, essas providências nunca foram tomadas.

Quase quatro décadas depois, em 1973, o então Governador do Piauí, Alberto Silva, fez erguer o monumento em homenagem aos heróis sertanejos que lutaram pela independência.

Com a Constituição de 1988, novo alento foi dado à proteção dos bens históricos, com as determinações contidas em seu art. 216 e em outros dispositivos relativos a essa proteção. Dispõe a Carta Magna, por exemplo, que a proteção de tais bens é concorrente

para as três esferas da administração pública – União, Estados, Municípios – (art. 23, III). E que a essas instâncias cabe impedir a destruição e a descaracterização dos bens de valor histórico e cultural (art. 23, IV).

Em 7 de março de 1990, por meio do Decreto n 99.058, o Presidente José Sarney reconheceu aquele sítio como Monumento Nacional. Determinou, o mesmo Decreto, que o Ministro de Estado da Cultura ficaria incumbido de *iniciar e concluir o respectivo processo, valendo-se das informações que puder recolher, após o devido pronunciamento da Fundação Nacional Pró-Memória*.

Desafortunadamente, nos últimos anos, esse sítio tem sido degradado por contumaz falta de atenção por parte das autoridades municipais, estaduais e federais, a despeito de seu relevante valor histórico-cultural para o País.

Por causa disso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, faço, desta tribuna, apelo às autoridades executivas em nível federal, estadual e municipal, para que tomem as providências necessárias à preservação e conservação daquele importantíssimo sítio histórico.

Dirijo especial pedido ao Ministério da Cultura, notadamente, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a fim de que constitua aquele sítio em museu e engendre esforços a fim de torná-lo conhecido e acessível ao público.

Após 186 anos de um dos eventos mais importantes da História do Brasil, a Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Piauí, no dia 13 de março de 1823, rendo minhas homenagens à memória dos heróis que ali combateram, ao povo piauiense e a todos que lutaram pela independência do Brasil, luta que deve manter-se acesa em nossa memória a fim servir de farol para todas as nossas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A sua solicitação, Senador Heráclito Fortes, será atendida, ou seja, o registro do pronunciamento, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhoras, queria inicialmente saudar meu amigo de tantas décadas, companheiro de tanto valor, que faz um grande Governo no Piauí, Wellington Dias, com quem fui Deputado por um bom período; João Vicente Claudino, a quem parabeno pela iniciativa e pelo mandato; nosso 3º Secretário do Senado, Senador Mão Santa; o 1º Secretário do Senado, Senador Heráclito Fortes; Francisco de Macedo Neto, Prefeito de

Bocaina, Presidente da Associação dos Municípios do Piauí; João Félix de Andrade, Prefeito do Município de Campo Maior, que é uma referência histórica em nosso País; o meu querido companheiro, hoje Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, o nosso Frank Aguiar, e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, ex-Prefeito do Município de Campo Maior.

A construção da nossa identidade nacional, o que nós somos como Nação, como sociedade, como povo, tem passagens heroicas, a contribuição de grandes brasileiros e brasileiras que não tiveram, ao longo da História, o reconhecimento, a valorização, a divulgação que merecem. E recordar essas passagens, daqueles que foram decisivos em momentos difíceis da História, seguramente é uma forma, não apenas de reparar um equívoco, mas é uma forma também de reafirmar valores.

A Batalha de Jenipapo, em Campo Maior, em 13 de março de 1823, foi parte de uma grande mobilização, de um sentimento nacional que ia se constituindo de que nós já éramos um grande País e deveríamos nos transformar em uma grande Nação independente.

Foi ali em Jenipapo que escravos, ex-escravos, trabalhadores rurais, sertanejos, pequenos produtores se levantaram contra as tropas portuguesas e, associando-se a todo o movimento de D. Pedro I, reafirmaram a identidade nacional. Portanto, aquele foi um momento de ruptura, foi um momento de coragem, foi um momento de heroísmo e foi um momento que deve ser lembrado exatamente com significado histórico e com a importância que tem na construção da nossa identidade nacional.

Acho que Campo Maior representa exatamente a libertação e a independência de uma área muito importante do Brasil. Poderíamos ter tido ali uma fratura na nossa Nação. Não seríamos esta grande Nação, este grande território e um País, hoje, que não tem problemas étnicos, não tem conflitos regionais, que tem assimetrias, que tem desigualdades, mas que é uma grande Nação, que vai se firmando ao longo do processo da História.

Eu jamais subiria numa sessão de homenagem como esta para atacar quem que quer seja. Acho que seria pequeno demais diante do significado desse momento. Mas quero dizer que, com grandes dificuldades, dificuldades que nós herdamos, dificuldades que essa crise internacional impõe, dificuldades que fazem parte do que é o Estado brasileiro, com todas as suas insuficiências e deficiências, acho que o Piauí esteve e está em boas mãos. Wellington fez um grande governo e, mais do que as minhas palavras, o voto do povo é o reconhecimento. Uma reeleição com 61% dos votos e um Presidente da República que é reeleito no Piauí com 78% dos votos falam por si só.

Falam, porque a estrada que liga Parnaíba a Teresina está lá, e o povo sabe que está. Falam, porque o hospital de alta complexidade que foi construído ajuda a melhorar uma situação tão difícil que ainda é a saúde pública no Brasil. Falam, porque o Samu, que complementa a capacidade de atendimento da população, está lá presente nesse Município e em outras partes desse Estado tão querido ao Brasil e tão carente. Falam, porque conseguimos implantar o Prouni, o Bolsa-Família, que atende aos mais pobres, e melhorar o salário mínimo. Falam, enfim, porque ampliamos as vagas da universidade federal, inclusive na tão querida Parnaíba, que tantas vezes e recorrentemente é sugerida neste plenário.

É verdade que o porto ainda não andou. Mas não andou porque, infelizmente, o parecer da autorização ambiental não foi dado, e a lei não permite que a obra se inicie sem essa exigência. E precisamos superar, eu diria, algumas burocracias públicas que não têm a agilidade que o momento econômico exige. Espero que, em abril, isso seja feito e que a obra possa se iniciar.

Mas o aeroporto vai ser entregue em julho, uma pista de 2.500 metros, uma pista que vai ajudar a alavancar o turismo, porque o Piauí está um pouco mais de seis horas de Lisboa. E hoje o fluxo de turismo é muito grande, o Piauí pode disputar um lugar diferenciado no tráfego aéreo, valorizando e gerando valor agregado não apenas para o turismo, mas também para a economia, porque empresas de ponta poderão estar presentes exatamente por esses equipamentos estratégicos, por projetos estruturantes que mudarão economicamente o Piauí.

Mas eu queria, sobretudo, agradecer ao Piauí, agradecer as vezes que lá estive, agradecer o apoio que deu o Governo Wellington, agradecer o apoio que tem dado ao Presidente Lula.

E saibam que é uma crise muito grave que nós enfrentamos, mas o Brasil não apenas conseguiu, mas conseguirá amenizar o impacto dessa crise, que tem um aspecto devastador no sistema financeiro americano, nas grandes empresas americanas. O maior banco do mundo, como o Citibank, a maior empresa automotiva, como a GM, hoje estão na lista de empresas inadimplentes, com risco de falência, que acaba de ser lançada hoje pela Moody's – 283 grandes empresas americanas. A Europa vive uma recessão dramática. Os Estados Unidos já tiveram 4,5 milhões de desempregados. No Japão, o PIB cai 5%.

Por isso, o Brasil tem um grande desafio, mas, diferentemente de crises menores do que essa, o impacto dessa grande crise será menor do que foi no passado, porque temos US\$200 bilhões de reservas cambiais; porque as finanças públicas melhoraram

muito, a dívida pública caiu significativamente; porque os outros países já reduziram os juros até onde podiam, e o Brasil tem espaço para reduzir a taxa de juros – seguramente, teremos uma boa notícia hoje do Copom, porque os juros estão atrasados, têm de cair mais rápido e seguramente cairão, o que ajudará a amenizar o impacto da recessão; e porque temos um Programa de Aceleração de Crescimento, que faz parceria republicana com governos, prefeituras, de investimentos estruturantes que avançam no sentido do desenvolvimento.

Por isso, o Piauí foi fundamental na história com o Jenipapo e seguramente será fundamental na história moderna do Brasil quanto mais formos capazes de superar as nossas diferenças político-partidárias e tivermos um discurso mais construtivo, mais positivo, mais parceiro, mais republicano entre prefeituras, Governos de Estado e Governo Federal e, sobretudo, entre a sociedade civil e o Poder Público em todas as suas instâncias.

Parabéns ao Piauí pela história e pelo momento.

Parabéns Governador Wellington, que seguramente representa aqui o sentimento do povo de nacionalidade, de esperança e de mudança.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Como, regimentalmente, a sessão especial concede excepcionalidades, concedo a palavra ao Exmo. Governador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS – Saúdo, com muita alegria, nesta sessão, todo o Senado Federal na pessoa desse grande piauiense que nos orgulha muito, Senador João Vicente. Quero, de pronto, pelos piauienses, agradecê-lo por esta iniciativa. Confirmo aqui que, a cada ano, temos, tanto na Câmara quanto no Senado, nossos Parlamentares. No dia 13 de março, quando não cai num sábado ou num domingo, é possível ter um espaço nos pronunciamentos para registrar esse fato.

Creio que, hoje, também vivenciamos aqui, meu querido Senador João Vicente, um momento histórico, esta oportunidade do Senado Federal de podermos tratar não só com os que aqui estão, mas com o Brasil, pelo poder que tem a TV Senado e pela repercussão de um momento como este nesta Casa, uma sessão que abre mais um passo para que o Brasil possa conhecer sua própria história.

Assim, quero saudar também os Senadores piauienses Heráclito Fortes e Mão Santa, que também registraram aqui, a seu modo, sua visão sobre o Estado e o País, mas, principalmente, sobre este momento histórico da Batalha do Jenipapo. Quero dizer do orgulho de termos tido aqui a presença – sei como é a agenda de um Presidente de uma

Casa como esta – do Senador Sarney, do Senador Crivella, do Senador Mesquita, do Senador Adelmir Santana, que nos orgulhou bastante também com sua fala, assim como o Senador Crivella, e o Líder Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, que também estiveram aqui presentes.

Quero saudar também as autoridades aqui presentes, como o Prefeito João Félix, de Campo Maior; o nosso querido Macedo, Prefeito de Bocaina, Presidente da Associação dos Prefeitos do Piauí; nossa bancada federal, me permitam, saudando o Deputado Marcelo Castro, o Deputado Mainha. Estiveram aqui o Deputado Ciro Nogueira, o Deputado Elizeu Aguiar, o Deputado Átila Lira.

Quero saudar também a bancada estadual, que seguramente não deu quórum na sessão da Assembleia Legislativa do Piauí, em razão da presença, o que demonstra a importância deste ato para o nosso Estado: Deputado Kléber Eulálio, Deputado Valério, Deputado Antonio Félix, filho de Campo Maior, Deputado Hélio Isaías, Deputado Paulo César Vilarinho, Deputado Fernando Monteiro, Deputado Leal Júnior. Todos nos alegram com a sua presença.

Quero saudar com carinho especial esse grande piauiense, que nos orgulha muito, como artista e como político, Deputado Frank Aguiar. Quero aqui, Sr. Presidente do Senado Federal, registrar a importância que tem a aprovação dessa iniciativa do Deputado Frank Aguiar pela Câmara e que está tramitando nesta Casa. Ainda quando Deputado Federal, por iniciativa da Bancada do Piauí, por unanimidade, aprovamos e foi incorporada pelo Ministério da Educação a presença de livros que possam relatar a história do Brasil tratando da Batalha do Jenipapo. Mas creio que a criação, como o 21 de abril e como tantas outras datas importantes, o próprio 7 de setembro, para a história do Brasil é algo que, definitivamente, cria uma condição de dar o valor adequado a esse importante momento da história brasileira.

Não se trata apenas da história do norte do Brasil, como era chamado antes, trata-se da história brasileira que precisa ser resgatada.

E quero aqui louvar a iniciativa hoje, já na condição de Vice-Prefeito de São Bernardo... Leve o abraço do povo piauiense ao nosso querido ex-Ministro Marinho e a toda sua equipe. Registro aqui inclusive que ainda ontem o Presidente Lula dizia da animação com o seu governo naquele Município.

Saúdo aqui todos os intelectuais, todos aqueles que, de várias formas, buscam a condição de escrever ou de buscar publicar, a partir de pesquisas de autores, os primórdios da história que tinham mais elementos para trabalhar. Saúdo o professor Raimundinho Santana e o jornalista Chico Castro, autores de livros que

hoje são referências para a nossa história e falo da importância desse trabalho.

Aqui também quero registrar, pela APPM, o Norberto Marreiros, a Prefeita Luciene, Robert Freitas, Robert Paes Landim, o Prefeito Jailson, o Prefeito Tony, o Prefeito Alcione, o Francisco Antônio, enfim, os que estiveram ou que estão participando desta sessão; meu querido Manoel Gayoso; Vereador Lima, Presidente da Câmara de Campo Maior. Quero saudar aqui também as autoridades aqui presentes, todos os piauienses e os de outros Estados que participam desta sessão.

Eu gostaria de saudar também a imprensa piauiense, que tem tido um papel relevante dentro do Estado no resgate dessa história. Destaco, inclusive, um trabalho feito pela Cidade Verde, que, creio, de grande importância. O João Vicente me dizia que há uma iniciativa da bancada aqui no sentido de que a TV Senado possa aproveitar esse material que resgata a história. A equipe foi a Portugal, ao Rio de Janeiro, a vários pontos do Brasil, buscando contar, de modo completo, essa história.

Na pessoa do Valtinho Alencar, da TV Clube; do Rômulo, da TV Meio Norte; do Pedro Alcântara, da TV Antena 10; do Elivaldo Barbosa, da TV Cidade Verde; do Portal da PPM, através do Portela, do Mauro Sampaio, do Portal Acesse Piauí; do Chaguinha, do João Paulo, do Jornal de Picos; enfim, em nome de cada uma dessas pessoas – perdoem-me se, por alguma razão, esqueci alguém –, saúdo todos.

Eu queria começar registrando um fato que também é desconhecido do Brasil.

Cientistas do mundo inteiro hoje já reconhecem que, há pelo menos 50 mil anos – 50 mil anos –, já se registrava a presença do homem nas Américas, a partir de pesquisas feitas principalmente no Parque Nacional da Serra da Capivara. As pesquisas ali foram comandadas por vários cientistas, mas destaco a figura da Dr^a Niède Guidon, recentemente homenageada por entidades da área da arqueologia e da arte rupestre, em Portugal, na cidade de Mação, juntamente com homenagem feita ao Brasil e ao Piauí.

Esses estudos revelam que ali morava também, há muito tempo, uma das mais modernas civilizações. Eles usavam instrumentos que eram mais modernos, usados anteriormente ao que se conhecia de outras regiões do planeta ou de regiões já consideradas mais desenvolvidas para aquela época.

Aproveito, inclusive, para registrar que, entre 29 de junho e 3 de julho, estaremos sediando, com uma responsabilidade tremenda – fiz questão de ir agora a Portugal, para explicar o que é a região de São Raimundo Nonato –, um evento que ocorre a cada cinco anos. E é a primeira vez que vem para o Brasil um

congresso global de arqueologia e arte rupestre, com 43 entidades de 43 países de todos os continentes. O Piauí, nesse evento, possivelmente estará colocando sua marca na história do planeta. A pretensão é buscar uma pactuação, para que se tenha uma unificação dos posicionamentos sobre a história da ocupação do planeta Terra. Por exemplo, o que aprendemos ainda hoje nos livros é que a ocupação das Américas se deu há cerca de 9 mil anos a partir do Estreito de Bering. Essas revelações, ocorridas no Piauí, no Chile, na Austrália, em diversas áreas, demonstram que essa tese está vencida.

Mas, cito isso, para dizer que o Piauí, ao longo da sua história, marcou importantes momentos. Quando os portugueses aqui chegaram, trataram inicialmente o Piauí e o Brasil como parte de uma colônia – o Brasil, como colônia; e o Piauí, como parte dela –, mas devemos aos portugueses nossa colonização. É bem verdade que, muitas vezes, com matança de índios e com tantas outras formas de colonização que hoje condenamos, mas foram os portugueses que desbravaram o Brasil e desbravaram nosso Estado.

Ocorre que, por conta da ocupação de Portugal por Napoleão Bonaparte, D. João VI teve que se deslocar para o Brasil como forma de refúgio estratégico enquanto se dava o enfrentamento dessa ocupação. Mais à frente, Napoleão Bonaparte é derrotado. O Senador João Vicente fez uma belíssima exposição; passa agora para a história dos historiadores do nosso Estado com seu discurso. Quero, inclusive, registrar a importância desse documentário, que ajudará na propagação, não só nesta Casa, mas para onde ele chegar, da nossa história.

O fato é que ali, naquele momento, participou da derrota de Napoleão Bonaparte, o Comandante Fidié, um major bem conceituado, bem preparado e que saiu daquela batalha como herói.

Foi esse comandante que, com mais 7 mil homens, como o Senador Mão Santa lembrou aqui, bem antes mesmo do 7 de setembro, veio ao Brasil, instalando-se principalmente em Belém, em São Luís do Maranhão e, a partir daí, no interior do Norte do Brasil mais destacadamente, porque, quando aqui chegaram, o movimento de adesão à independência já crescia e era muito forte no Ceará. Já consideravam inevitável segurar o Ceará.

Vieram 7 mil homens em navios, e, hoje, documentos em Portugal – historiadores têm acesso a eles – dão conta de que, por não confiarem nas tropas dos nativos, consideravam necessário ter legítimos portugueses, na linguagem ali contada. Por quê? Porque Dom João VI, ao voltar para Portugal, já percebia que era insustentável manter o Brasil

como colônia. Documentos – e outros historiadores também reconhecem – mostram que a Independência do 7 de setembro foi um acerto entre pai e filho e que, nesse acerto, ele pedia que a parte norte do Brasil, aquela que, além de abastecer outras regiões do Brasil também servia a Portugal com madeira, com charque – é daí que vem nossa carne de sol, que é um destaque em Campo Maior; é a terra da carne de sol e do capote, além da carnaúba, além de tantas outras riquezas.

Vejam que o Piauí era, naquela época, o sexto maior exportador brasileiro para outros Estados e também para Portugal. A música que se conhece no Brasil, “o meu boi morreu [não tenho a voz do Frank Aguiar, vou apenas recitar], o que será de mim? Mandá buscar outro, meu bem, lá no Piauí”.

Essa música muita gente pensa que é de origem piauiense. Na verdade, ela era cantada em Minas Gerais, porque abastecíamos ali as minas de ouro, que eram exploradas etc., assim como outras regiões do Brasil. Eram cerca de 15 mil bois – na verdade, chegamos a atingir 15 mil bois por mês. Imaginando o que era a população do Piauí naquela época, era algo extraordinário! Ainda hoje é um número expressivo de animais por mês.

Deputado Julio César, também quero saudá-lo.

O fato concreto é que, por razões diversas, e era a partir do porto de Parnaíba, Porto da Amarração, que, com pequenas embarcações, chegava-se a outras regiões, onde se consolidava com embarcações em direção ao Norte – meu querido Manoel Gayoso!

E, ali, por essa dependência, o Rei Dom João VI disse: “Deixa essa parte comigo”. Não só o Piauí, claro, como o Maranhão, o Grão-Pará, que abarcava toda a outra parte norte.

Era essa a riqueza que estava em jogo. Oeiras, então capital do Piauí, era considerada pelos portugueses, na faixa de divisa com o Ceará, Pernambuco e Bahia, que já tinham proclamado sua adesão à independência, a linha divisória dessa parte norte. Por isso que para ali se estabeleceu o comando do major Fidié. Por isso que para ali veio a maior parte de armamentos pesados para a época. Canhões, que hoje só servem para enfeitar museu, eram armamentos modernos para aquela época.

Então, quando ocorre o 7 de setembro, isso tudo já estava preparado. E 19 de outubro – e aí quero registrar, Senador Mão Santa – é o momento, sim, do marco da independência do Piauí. E eu fico imaginando a coragem de Simplício Dias e de tantos outros da Parnaíba no momento em que sabiam que tudo isso estava preparado e tiveram a coragem de, com a Câmara Municipal, na praça e em outros pontos daquela cidade, recentemente reconhecido também como

patrimônio histórico nacional e assumido pelo Iphan... Ali se deu a primeira adesão do Piauí à independência do Brasil.

Sabendo disso, dias depois, certamente pela dificuldade de comunicação, Fidié se desloca em direção a Parnaíba.

E, ao tomar conhecimento da quantidade de pessoas que vinham, preferiram esses líderes se deslocarem para o Ceará e juntaram-se também com outras lideranças do Ceará para montarem a sua estratégia. Enquanto isso acontecia, começava o movimento até a efervescência em Campo Maior, começava o movimento de efervescência em Piracuruca e começava também a crescer em Oeiras.

Há um momento histórico que passamos a comemorar a partir de dois anos atrás, que é o 22 de fevereiro, onde se tem também um momento ainda com poucas informações, em Piracuruca, lá nas margens da Lagoa do Jacaré, onde estamos inclusive providenciando um singelo monumento, enquanto buscamos mais informações para esse momento histórico.

E, logo em seguida, em 24 de janeiro há essa ocorrência... E em 24 de janeiro, dois dias depois, em Oeiras, comandado por Visconde da Parnaíba e tantas outras lideranças, temos ali a oficialização, porque ali era a sede do Poder, da tomada do Poder; é uma outra data importante. O dia 19 é o dia do Piauí, o dia 24 de janeiro está no brasão do Estado do Piauí e o 13 de março, por iniciativa do Deputado Homero Castelo Branco, aprovado pela Assembléia Legislativa.

Lembro que causou a polêmica porque, como se tratava de um tema muito complexo para a discussão da época, eu me permiti não sancionar para que a própria Assembléia pudesse homologar, considerando que se tratava de um marco que precisava ser sacramentado na Casa da representação de todas as forças políticas, que era o Parlamento.

E foi isso que externei lá na Assembléia e lá em Campo Maior, quando estive no primeiro momento da comemoração na Câmara Municipal de Campo Maior.

Mas o fato é que ali, naquele momento, nós tivemos a oficialização. E o Comandante Fidié se deslocava – esse é um registro que não pode passar sem percepção – para ir abafar o movimento lá em Oeiras. Ele não saiu de Parnaíba para Campo Maior; ele saiu para Oeiras. E, ao chegar na cidade de Piracuruca, teve esse primeiro enfrentamento. Mas também, estrategicamente, se recolheram e se juntaram com cearenses e tivemos em Campo Maior, exatamente nesse dia 13 de março – próxima sexta-feira estaremos lá, como todos os Governos todos os anos fazemos para esta comemoração –, ocorreu a Batalha do Jenipapo, uma batalha que já foi tão bem relatada aqui. Desigual: ca-

nhão contra foice, espingarda bate-bucha no máximo. Imagino o que é que não foi aquela batalha.

Uma batalha onde, do ponto de vista de uma batalha, nós fomos derrotados. Mas uma batalha que tornou-se vitoriosa pelo que ela representou. Primeiro, aí há controvérsias entre os historiadores, mas eu quero crer que isso realmente é confirmação, porque ela é mais com fatos contados e não com fatos fotografados, filmados, porque não havia essas possibilidades na época. Ali, quando a batalha termina, já é noite, já é o entardecer, como, inclusive, é ressaltado por alguns de nossos poetas.

É um lugar belíssimo essa área onde se deu esse campo sangrento. Cerca de 600, 700 mortos do nosso lado, cerca de 600 mortos e presos atingidos do outro lado português, o que mostra o tamanho da desigualdade.

Uma iniciativa dos legítimos brasileiros permitiu que se tivesse o desarmamento. Eles teriam ido ao acampamento, pegado parte ou uma quantidade significativa de armas e jogado no rio Jenipapo.

É bom lembrar, o Senador João Vicente lembrava aqui há pouco, 13 de março deve ter sido um ano de seca, porque senão ele não teria atravessado tão fácil o Parnaíba – ele lembrava aqui. O fato é que, com isso, soltando os animais, os cavalos, com mais todo um receio de que outras batalhas ocorreriam logo em seguida – conta isso Fidié, em suas memórias – ele tem de se deslocar para o Marvão, tem que se deslocar via próximo de União em direção a Caxias. Por quê? Porque tinha reforço português, era assim que ele esperava, na cidade de Caxias. E atravessa o rio Parnaíba, chega em Caxias, e aí se tem um novo enfrentamento, porque a essa altura a Batalha do Jenipapo já tinha corrido o mundo, como se diz. A Batalha do Jenipapo tinha incendiado as forças libertárias naquela região. E os maranhenses se somam a cearenses e a piauienses e derrotam exatamente na cidade de Caxias e prendem o comandante Fidié.

Acho inclusive – e eu queria dizer isso aqui ao Senador Sarney – da importância de se ter no Maranhão também uma forma nacional de registro desse momento importante. É isso que registramos aqui. Não se trata de uma história apenas do Piauí. A idéia é a de que essa parte importante da história do Brasil seja integrada à história brasileira, porque, senão, a história estará incompleta.

É a partir dessa batalha que se tem, em várias regiões do Brasil, a consolidação. Eu sei que tivemos enfrentamento na Bahia, tivemos em Pernambuco, tivemos em outras áreas. Mas, normalmente, entre soldados e soldados; entre soldados e pessoas que se rebelavam. Mas nessa era uma batalha de portugueses contra brasileiros.

Houve um fato interessante. No começo do meu mandato, nós fomos para uma comemoração do 13 de março na Embaixada Portuguesa. E ali a gente estava comemorando a independência de Portugal, o que mostra a maturidade no mundo. Então, hoje, há documentos importantes. Os historiadores têm buscado, e é possível que ainda tenhamos novas descobertas a fazer. Pessoalmente, eu não sabia desse relato feito aqui hoje pelo Senador Sarney. E, com certeza, há outros documentos importantes.

O que representou isso? Representou a unidade nacional. É bom lembrar que a América do Sul, ainda por muitos anos, continuou com várias colônias ligadas a outros países. As Guianas, como colônias francesas, holandesas, e assim várias outras regiões da América do Sul.

E o Brasil teve, naquele ano de 1823, a consolidação deste Continente, cuja importância é do conhecimento de todos, como foi registrado aqui pelo Senador Aloizio Mercadante e por outros Senadores – o Senador Heráclito citava isso aqui –, um Continente em que falamos uma mesma língua, um continente em que temos diversas coisas em comum. Isso é algo espetacular.

Sempre que eu vou à Europa, vejo o sentido da criação da Comunidade Européia e do Parlamento Europeu, vejo a importância que é termos uma Europa do Sul falando uma língua só, tendo uma cultura muito assemelhada, enfim, uma história como essa.

Então, o que queremos é que o Brasil perceba que não foi só o levantar de espada de Dom Pedro I que garantiu a independência do Brasil. Nós nos somamos aos nossos irmãos do Acre, aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul e de tantos outros lugares, que sabem que a independência foi garantida pelo sangue de brasileiros. E, aí, registro com muito orgulho a atuação de Leonardo Castello Branco, expressiva liderança intelectual para aquele movimento, além de tantas outras aqui já citadas, para a consolidação dessa nossa independência.

Por que comemoramos? Quero registrar aqui uma opinião. Eu acho que um povo que não tem orgulho de sua história terá sempre muita insegurança na construção do seu presente e do seu futuro. A comemoração de um ato como esse, um ato não do Piauí, mas do Brasil, é algo que nos ajuda na elevação da nossa autoestima, na incorporação de um fato verdadeiro à história do nosso País, que amamos e que ajudamos, de diversas formas, a construir. Esse é o sentido deste momento.

E esse orgulho da nossa história certamente amplia a nossa responsabilidade, a responsabilidade de fazer com que essa luta, esse derramamento de sangue não tenha sido em vão. O que queriam? Que-

riam liberdade, queriam democracia, queriam condições melhores de vida para o seu povo. Esses eram os ideais ali colocados, ideais que vêm sendo consolidados ao longo da história, ainda hoje continuamos construindo essa história.

Uma batalha como essa nos dá uma animação muito grande, e é por isso que eu quero aqui também reconhecer: esse esforço de todos no meu Estado, no nosso Estado, é que nos permitiu várias conquistas ao longo do tempo.

Quero aqui reconhecer, neste período em que estou Governador – é um momento passageiro –, meu prezado Antonio Neto, um conjunto de avanços que tivemos, fruto do esforço de todos, meu prezado Antonio Félix, fruto dessa integração de pessoas de diferentes partidos, de diferentes linhas de pensamento, do cidadão mais simples, do agricultor, da dona de casa, do Vereador, do líder na sua associação, no seu sindicato ou na sua empresa, do Prefeito de uma cidade, do Vice-Prefeito, dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, de líderes partidários, de Senadores.

Semana passada, a **Gazeta Mercantil** publicava um estudo das Federações da Indústria e do Comércio segundo o qual, no ano de 2008, o Piauí foi um dos Estados brasileiros cuja economia mais cresceu: ficamos atrás apenas de Pernambuco. Claro que isso dependeria da confirmação dos dados do IBGE, que, às vezes – nos Estados pelo menos –, somente oito meses depois é que divulga o PIB de dois anos atrás – às vezes, nós trabalhamos com o PIB de 2006.

O fato é que o Piauí vem crescendo acima da média do que cresce o Nordeste, que tem crescido acima do Brasil, e muito acima do que cresce o Brasil. Entre 2003 e 2006, a nossa economia saiu de cerca de sete bilhões para algo em torno de doze bilhões e, segundo estudos adicionais, até o ano passado, o PIB do Piauí já havia dobrado – não há nenhum Estado brasileiro onde isso tenha ocorrido. Isso tem a ver, é verdade, com um atraso muito grande que tínhamos; não é tão difícil alterar onde a economia tem grandes potenciais, como é o caso do nosso Estado. Mas isso se dá também graças a esse esforço comum.

Esse crescimento de nossa economia se dá em função de um conjunto de ações que faz também o setor privado, mas também em função de iniciativas do Poder Público, seja ele municipal, estadual ou federal.

O Piauí deverá comemorar, este ano, uma produção de aproximadamente dois milhões de toneladas de grãos. Não faz muitos anos, o Piauí comemorava cem mil toneladas de grãos; há pouco tempo, nós comemoramos o primeiro milhão de toneladas de grãos. E trata-se também de alimentos, cresce não só a pro-

dução de soja, mas a de arroz, de feijão e de tantas outras coisas. Estamos produzindo alimentos para o povo brasileiro.

Nós somos primeiro lugar no Brasil, registramos recorde em produtividade de soja. Está aqui o Deputado Léo Júnior, que é da região dos cerrados, mais outros Parlamentares que sabem disso. Nós temos a maior produtividade do Brasil de algodão, reconhecida nacionalmente: cerca de 330 arrobas por hectare; temos a maior produtividade de mel – disputamos com o Rio Grande do Sul o posto de maior produtor de mel do Brasil –; somos a maior área preservada de canaúba do planeta, e Campo Maior é uma das bases mais representativas, uma das bases mais avançadas nessa área. Também nos destacamos na produção de babaçu, na pesca e em muitas outras áreas.

Destacamo-nos na mineração desde a opala à produção de mármore, à produção de fósforo, à produção de calcário, à produção de diamantes. Esses dias, exportamos oficialmente a primeira leva de diamantes do Piauí – normalmente essa produção era contrabandeada, assim como a de opala. Estamos agora trabalhando – espero contar com o apoio da bancada federal mais uma vez – para fazer com que o beneficiamento se dê dentro do Piauí, ele não pode se dar em outro Estado, como ocorre com outros produtos. Junto com a produção, trabalhamos a industrialização.

A Agência Nacional de Petróleo divulgou recentemente o resultado de pesquisas feitas desde 2005: foi comprovada a existência de gás na Bacia do Parnaíba, pelo lado do Maranhão e pelo lado do Piauí, e a existência de petróleo – agora já com blocos em nosso litoral, entre Parnaíba e Barreirinhas, no Maranhão, já da oitava rodada, e agora devemos entrar em território.

O Piauí tem também um grande potencial na área do turismo, por tudo o que representa a região do Delta do Parnaíba. Antes mesmo da Lei do Consórcio, fizemos o primeiro consórcio brasileiro de turismo para unificar os esforços do Maranhão, do Ceará e do Piauí. Por meio de lei, determinou-se a unificação dos esforços de doze municípios, a criação de uma agência única para trabalhar a região de Jeriquaçu, Camucim, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses.

Temos um potencial gigantesco na área da Arqueologia. A nossa capital, Teresina, tem potencial para se tornar um grande polo de negócios e serviços; Teresina é um grande entreposto comercial e de serviços para o Brasil – está aqui o nosso Prefeito Elmano, que trabalha lá com o Prefeito Sílvia todo esse potencial. E isso acontece também com um conjunto de outros resultados.

Investimentos. Tem razão o Senador Mão Santa e tem razão o Senador Heráclito Fortes de aqui cobra-

rem agilidade na obra do porto. Devo dizer aqui que também me doem as dificuldades que a gente tem, muitas vezes, para ter licença para tocar uma obra inacabada, uma obra em que já se investiu cerca de cento e cinquenta, cento e sessenta milhões de reais. Com mais cinquenta milhões de reais se conclui e bota em funcionamento essa obra que está parada há 23 anos. A gente precisa de toda essa discussão e de mais ou menos um ano e meio para ter o licenciamento. Agora temos aí o compromisso, por uma intervenção do próprio Presidente da República, de a gente poder dar andamento, em abril, a uma obra que tem recursos da bancada, que, por unanimidade, colocou e empenhou aqui no Congresso Nacional.

Mas já estão prontos, como lembrou o Senador Mercadante, algumas obras. Cito apenas as obras dessa região. Vamos ter três aeroportos internacionais. Em julho, receberemos completamente pronto o de Parnaíba, a seis horas de Lisboa, como eu disse há pouco ao Senador Mercadante. É o aeroporto mais próximo da Europa, e isso nos abre um potencial muito grande. O aeroporto de Teresina está em processo de licitação. Infelizmente, teve de ser cancelada uma licitação anterior. O de São Raimundo Nonato, cuja pista fica pronta para esse evento no mês de junho, será concluído completamente até o mês de dezembro.

Estamos trabalhando ainda as condições de melhoria nessa área de transportes para ter uma marina. Nesse porto, está prevista também uma marina para o acesso de turistas pelo mar. A Ferrovia Transnordestina, que começará no mês de maio, já foi restaurada de Teresina em direção a Fortaleza. Enfim, há hoje a recuperação de várias rodovias. São 101 Municípios novos com novas estradas asfaltadas. Realizamos um conjunto de investimentos na área de energia elétrica. Em Parnaíba, inauguramos agora a primeira base eólica do Piauí e uma das poucas do Brasil onde há grande potencial.

Relativamente à energia, são grandes os investimentos na área de carga elétrica, em que havia essa dificuldade. Sabe o Prefeito Robert Paes Landim dos investimentos já feitos na sua região de São João do Piauí em cerca de R\$700 milhões que também contribuem para a circulação de recursos naquela área. Sabe o Prefeito Joãozinho Félix da obra que está sendo feita para reforço na região de Campo Maior. Cito esses dois exemplos apenas para dizer que estávamos atrasados com carga elétrica, mais os problemas decorrentes da Cepisa, nossa empresa (com sua indefinição), que, graças a Deus, foram resolvidos. Agora também se acelera o Programa Luz para Todos para o cumprimento de metas, como estabelecido, até o próximo ano. O Piauí sairá de 70% da população que vivia na

lâmpada para ter todas as comunidades com energia elétrica. Isso marcará profundamente o Estado.

Na área de educação, há ampliação de vagas. Somos o Estado brasileiro que, proporcionalmente, mais ampliou o número de vagas na área federal. Em Parnaíba, tivemos ampliação, mas também em Picos, em Floriano, em Teresina e em Bom Jesus, que não dispunha de uma base da universidade federal. É a cidade que mais tem doutores proporcionalmente ao número de habitantes do Brasil (para percebermos o que isso representa para um Estado como o nosso). O Senador Mão Santa recebeu o Piauí contendo apenas 35 Municípios com escolas de ensino médio de um total de 222. Alcancei 145 e agora chegamos a 500 escolas de ensino médio. O Presidente Lula teve de criar um “Fundebinho” para viabilizar isso antes do Fundeb, aprovado por esta Casa e que nos ajuda a dar segurança a partir deste ano, quando entram 100% nessa área. Fazemos uma grande aposta na educação.

Os resultados eu começo pela educação. O Piauí é o Estado que mais reduziu o analfabetismo nesse período no Brasil. O Piauí é o que mais ampliou o número de alunos no ensino médio, pelas razões que eu disse aqui; o Piauí foi o que mais ampliou o ensino profissionalizante.

Registro aqui que o Senador Mão Santa teve coragem – e eu destaco aqui o seu reitor, Jonathas Nunes, que se incorpora à minha equipe de Governo – de ampliar a presença da universidade estadual, inclusive de criar o curso de Medicina. E hoje nós estamos buscando estruturá-lo com bibliotecas, com um conjunto de outras coisas, mas continuamos sua ampliação. São 70 Municípios do Piauí, hoje, que já têm ensino superior. Numa cidade como Alegrete do Piauí (e eu sempre cito Alegrete), na região de Picos, na região próxima da Bocaina (e a Bocaina também terá), uma cidade com aproximadamente cinco mil habitantes, ali qualquer pessoa que não possa se deslocar para outro lugar hoje pode fazer a alfabetização, o pré-escolar, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior.

É nisso que estamos trabalhando. E a bancada, mais uma vez, ano passado, aprovou aqui duas emendas, uma rubrica do PAC. Por isso estamos cobrando, com qualquer restrição que tenha a economia, que seja priorizada para completarmos 100% os Municípios do Piauí com ensino superior, no modelo da universidade aberta ou presencial, para que possamos ter condições de ter ensino técnico profissionalizante.

Esse é um atraso nosso, justificado pela educação. Por que tanta riqueza somada com tanta pobreza? A educação é a base de tudo mesmo, como dizemos muitas vezes nos discursos e nas afirmações. E é nisso que estamos apostando fortemente.

O Piauí foi o Estado que mais reduziu a mortalidade infantil. Disputamos hoje com o Ceará a melhor situação no Nordeste – e éramos uma das piores. Piauí foi o que mais teve ampliação da média da expectativa de vida. Isso mostra um conjunto de investimentos: comida (aqui está a importância do Bolsa-Família), água, Pronaf, seguro-safrá e um conjunto de projetos, meu querido Inácio Arruda, que sei que muitas vezes são questionados, mas quem é pobre, quem vive lá, que não tem um dinheirinho para pagar a bodega, sabe da importância de todos esses programas juntos.

Trabalhar, enfim! Tivemos um forte destaque na redução da desnutrição, uma excelente base no tratamento de pessoas com deficiência e também qualidade na educação. O Brasil, creio, para muitos que não conheciam, se surpreendeu em ver, no Piauí, a melhor escola do Brasil na avaliação do Ideb. E o Piauí foi o Estado que mais melhorou no Ideb, desde a sua primeira avaliação. Saímos de uma nota de 2,6 para uma nota de 3,2; e isso não é fácil em tão pouco tempo. A média desejada para isso seria em 2014 e alcançamos agora em 2008.

Quero ainda destacar que esses feitos da área social também se refletem em outras áreas. E isso somente é possível por uma maturidade política, uma maturidade capaz de integrar os esforços, independentemente de quem seja Governo, de quem seja Oposição, em qualquer esfera do Governo ou qualquer força política resultante. Mas não posso deixar de registrar que isso também não seria possível se não tivéssemos, no Brasil, um Governo que tivesse um projeto semelhante, um projeto que tem por objetivo criar uma rede de proteção aos mais pobres, de criar uma infraestrutura para o desenvolvimento de todo o País. É por isso que o Piauí é priorizado muitas vezes com uma quantidade proporcionalmente maior do que outros Estados. Muitas vezes, vejo o debate: “Ah, de tantos por cento, o Piauí recebeu não sei quantas vezes mais que São Paulo, proporcional à população”. Acho que tem que se trabalhar para todo o Brasil. Mas a democracia só tem sentido se a gente olhar primeiro para os que mais precisam. Esse é o centro, o miolo central desse projeto. A educação, todas essas coisas, nada disso seria possível se não fosse o apoio do Presidente Lula. O Presidente tem dado todo apoio; não atende a tudo, é claro, até porque a gente pede muito mesmo, e vamos continuar pedindo muito. Mas, sem essa integração, isso não seria possível.

Então, são essas as coisas que reflito aqui para dizer que temos muitas coisas a fazer, muitas coisas a fazer. E, com toda a liberdade de crítica, de apresentações de sugestões, de iniciativas, vamos caminhar. Vamos caminhar porque temos a obrigação de honrar nossos antepassados, como eu disse no começo, para

que não tenha sido em vão o 13 de março, para que não tenha sido em vão o 19 de outubro, ou o 22, ou o 24 de janeiro, para que possamos olhar para trás, olhar para nossa história, e nos sentirmos encorajados, fortes! E, de cabeça erguida, termos orgulho do nosso Estado, termos orgulho pelo que várias pessoas do nosso Estado representaram, pelas nossas riquezas, pelo nosso potencial. Mas, principalmente, porque é possível, sim, ter o Piauí como um lugar desenvolvido. E acho que é essa fatura que nós temos que quitar com os nossos antepassados.

Então, quero, assim, Senador João Vicente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades, encerrar minha fala agradecendo por este momento; agradecendo e repetindo essa sugestão: que a gente possa ter a aprovação desse projeto que tramita aqui, oficializando o dia 13 de março como uma data comemorativa nacional, meu prezado Inácio Arruda. Que a gente possa, com isso, ter dentro do calendário brasileiro, como ocorre com outras datas, esta comemoração. Sou grato ao Senado Federal, sou grato a V. Ex^a pela iniciativa. Temos muito orgulho do seu trabalho, temos muito orgulho da nossa bancada aqui. Que Deus os abençoe e que o Piauí possa crescer cada vez mais!

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero registrar a presença do Deputado Federal Júlio César, do Piauí, e do Prefeito José Medeiros, do Município de Manoel Emídio.

Seria imperdoável não registrarmos que, no ano de 1973, quando foi construído o Monumento da Batalha do Jenipapo, era Governador o ex-Senador Alberto Silva, idealizador da construção desse monumento, político e um homem com uma folha de trabalho grandiosa prestada ao Estado do Piauí em diversos mandatos e hoje, ainda, aos 90 anos, com a sua vitalidade, servindo ao Estado do Piauí como Deputado Federal. (Palmas)

A minha convicção é a de que a solenidade deixará marcados os 186 anos da Batalha do Jenipapo, mostrando que na história da Independência do Brasil foi no Piauí que verdadeiramente se lutou pela independência, que se deu o sangue, que vidas humanas foram sacrificadas para consolidar o País que nós temos e a unidade nacional.

Quero agradecer aos convidados e às convidadas, aos que residem em Brasília e aos que se deslocaram do Piauí para esta sessão solene.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 32 minutos.)

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo,
da Sra. Serys Slhassarenko, e dos Srs. Heráclito Fortes, Mão Santa,
Jefferson Praia, Augusto Botelho, Jayme Campos e Cristovam Buarque*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às
22 horas e 6 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/3/2009 07:33:16 até 11/3/2009 22:07:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JUNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PTB	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VIANA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHASSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 77, DE 2009 (COMPLEMENTAR)**
(Do Senador Aloizio Mercadante (PT/SP))

Dispõe sobre requisitos para composição de diretoria-executiva, conselho deliberativo e fiscal de entidade fechada de previdência complementar patrocinada por autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública e outras entidades públicas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 12, **caput**, 13, inciso V, 14, 15, 18, e 20, da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, garantindo-se ao empregado estabilidade até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.” (NR)

“Art. 13.
V – contratação, a expensas da entidade fechada, de auditor independente atuário e avaliador de gestão, indicado pela patrocinadora, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;” (NR)

“Art. 14. O conselho fiscal é órgão de controle da entidade.” (NR)

“Art. 15. O conselho fiscal será composto por quatro membros, sendo dois representantes do patrocinador e dois indicados pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.” (NR)

“Art. 18. Aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal, respectivamente, os mesmos requisitos previstos nos incisos I a IV e II a V do art. 20 desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 20 Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – ser empregado ou servidor vinculado ao patrocinador, participante de plano de benefício por esse instituído, ou assistido;

II – comprovada experiência no exercício, no mínimo por cinco anos, de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

III – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

IV – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive complementar, do sistema financeiro ou como servidor público; e

V – ter formação de nível superior.”
(NR)

Art. 2º O art. 21 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 21.

Parágrafo único. Ao longo do exercício do mandato, o membro da diretoria-executiva vinculado ao patrocinador:

I – terá o seu contrato de trabalho suspenso, se empregado, asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, na sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa, garantindo-se-lhe estabilidade até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei;

II – será licenciado sem remuneração, se servidor, contando-se o tempo de afastamento para todos os efeitos, exceto promoção por merecimento.”

Art. 3º Sem qualquer prejuízo, o empregado ou servidor investido em mandato de membro de conselho deliberativo ou fiscal de entidade fechada de previdência complementar poderá ausentar-se do serviço para participar de atividades inerentes ao órgão que compõe.

Art. 4º O § 3º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 35.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo, que deverão ser empregados ou servidores vinculados ao patrocinador, participantes de plano de benefício por esse instituído, ou assistido, e os membros do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício, no mínimo por cinco anos, de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive complementar, do sistema financeiro ou como servidor público.” (NR)

Art. 5º As entidades de previdência complementar terão o prazo de um ano para adaptar sua organização estatutária ao disposto nesta Lei Complementar, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o § 1º do art. 23 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e o § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Justificação

A presente proposição tem por escopo modificar os requisitos legalmente exigidos para a composição das diretorias-executivas, dos conselhos deliberativos e dos conselhos fiscais das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entes vinculados à Administração Pública.

O que orienta a propositura é o reconhecimento de que quem melhor pode definir a política geral de administração dos chamados “fundos de pensão” e geri-los é o próprio participante ou assistido; e que a fiscalização das entidades deve ser promovida sob o prisma da neutralidade, em face dos interesses, nem sempre coincidentes, dos participantes e assistidos, do patrocinador e do público em geral, que, em última instância é a razão do próprio Estado instituidor dos patrocinadores. O que aqui se sustenta, portanto, é a necessidade de inversão da polaridade na gestão dos negócios dessas entidades fechadas de previdência complementar:

fecha-se o gerenciamento e exterioriza-se a fiscalização.

Como se sabe, as entidades fechadas de previdência complementar respondem por significativa parcela da poupança interna. Seus ativos são cobiçados e, por isso, é preciso garantir que a gestão de seus investimentos e o plano de aplicação de seus recursos não sejam contaminados por forças que se movem por interesses políticos ou financeiros, que podem implicar prejuízo para os participantes e assistidos ou do grave comprometimento do erário público.

É importante assinalar que as inovações introduzidas no ordenamento jurídico pátrio pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, no que diz respeito às entidades fechadas de previdência complementar, lançaram por terra qualquer insinuação de que, nesses entes, se leva a efeito a apropriação de recursos públicos por corporações de empregados de estatais ou servidores públicos. Com efeito, desde então, observa-se que, à luz do § 3º do art. 202 da Constituição Federal, “é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do seu segurado”.

Não há motivo razoável a justificar qualquer impedimento à escolha de participantes ou assistidos para os referidos órgãos diretivos dos fundos de pensão. Nos quadros funcionais das patrocinadoras podem ser encontrados, à saciedade, profissionais competentes, que preenchem os requisitos exigidos. O interesse público, ademais, não fica comprometido pela gestão do negócio pelos próprios interessados. A uma, porque há travas constitucionais no que diz respeito ao aporte de recursos; a duas, porque ao patrocinador se assegura a escolha do conselheiro presidente, no órgão deliberativo, dotado da prerrogativa de voto de qualidade; a três, porque a legislação confere ao poder público o eficaz exercício de funções de regulação e fiscalização, como se verifica pelo teor do art. 74 da lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Além desse aspecto, o projeto de lei inova ao aditar ao requisito de “comprovada experiência no exercício de atividade financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria”, a exigência objetiva de cinco anos de dedicação à atividade de suporte ao requisito. Da mesma forma, parece-nos necessário acrescentar aos impedimentos de que trata essa normativa ter o interessado sofrido penalidade administrativa por infração do sistema financeiro. De fato, as entidades fechadas de previdência privada configuram instituições financeiras por equiparação, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8.177, de 1991 e no art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 7.492, de 1986, bem como em face da própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (v. RHC nº 85.094/SP, Relator: Ministro Gilmar Mendes, DJU 08 de abril de 2005). Dessa maneira, cremos ser pertinente a adição preconizada.

Corolário lógico da tese ora advogada é a modificação do art. 21 da Lei Complementar nº 108, de 2001.

Não haveria mais vedação de vinculação do diretor de fundo de pensão ao patrocinador. Mas é preciso ter em conta a observância dos institutos da suspensão do contrato de trabalho, se empregado, e licença sem remuneração, se servidor. A estabilidade está assegurada, no caso do empregado, com rigorosa observância da estatuta complementar da legislação, conforme dispõe o art. 7º, inciso I, e, no caso de servidor, nos termos do art. 41, ambos da Constituição Federal.

Tal como já ocorre nos conselhos fiscais, em virtude de previsão legal (art. 16 da Lei Complementar nº 108, de 2001), propomos que seja vedada a recondução de membro do conselho deliberativo das entidades em referência, a fim de se proporcionarem maior oxigenação gerencial, transparência dos negócios e envolvimento dos participantes e assistidos nas atividades dos fundos de pensão.

Outras inovações importantes dizem respeito ao expediente de auditoria e a composição do conselho fiscal.

A contratação de auditoria para avaliação atuarial e de gestão, nos termos do inciso V do art. 13 da Lei Complementar nº 108, de 2001, fica subordinada a indicação de auditor independente pela patrocinadora, devendo os custos da contratação ser arcados pela entidade. Não é despendioso lembrar que os patrocinadores não se eximem da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 2001 e art. 41, § 2º da Lei Complementar nº 109, de 2001.

Já as alterações promovidas na composição do conselho fiscal visam a deixar marcada a mudança de paradigma. A fiscalização deve ser exercida pela patrocinadora e pelo órgão de regulação e fiscalização. Daí suprimir-se a expressão “interno”, constante do art. 14 da Lei Complementar nº 108, de 2001.

As revogações do § 1º do art. 23 da Lei Complementar nº 108, de 2001 e do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001 são consequências da nova diretriz que se busca pela presente proposição, a impor ao legislador a tarefa de harmonizar como um todo sistêmico a legislação pertinente à matéria.

Pelas razões expostas, confiamos na aprovação da presente proposição por nossos eminentes Pares.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante** (PT/SP).

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I Introdução

Art. 1º A relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas, a que se referem os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 202 da Constituição Federal, será disciplinada pelo disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º As regras e os princípios gerais estabelecidos na Lei Complementar que regula o **caput** do art. 202 da Constituição Federal aplicam-se às entidades reguladas por esta Lei Complementar, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO II Dos Planos de Benefícios

Seção I Disposições Especiais

Art. 3º Observado o disposto no artigo anterior, os planos de benefícios das entidades de que trata esta Lei Complementar atenderão às seguintes regras:

I – carência mínima de sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador, para se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada; e

II – concessão de benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador, quando se tratar de plano na modalidade benefício definido, instituído depois da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios.

Art. 4º Nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, a proposta de instituição de plano de benefícios ou ade-

são a plano de benefícios em execução será submetida ao órgão fiscalizador, acompanhada de manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

Parágrafo único. As alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no **caput**.

Art. 5º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas o aporte de recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar, salvo na condição de patrocinador.

Seção II Do Custeio

Art. 6º O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos.

§ 1º A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.

§ 3º É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Art. 7º A despesa administrativa da entidade de previdência complementar será custeada pelo patrocinador e pelos participantes e assistidos, atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Parágrafo único. É facultada aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, desde que ressarcidos os custos correspondentes.

CAPÍTULO III

Das Entidades de Previdência Complementar Patrocinadas pelo Poder Público e suas Empresas

Seção I Da Estrutura Organizacional

Art. 8º A administração e execução dos planos de benefícios compete às entidades fechadas de pre-

vidência complementar mencionadas no art. 1º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Art. 9º A estrutura organizacional das entidades de previdência complementar a que se refere esta Lei Complementar é constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

Seção II

Do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal

Art. 10. O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

Art. 11. A composição do conselho deliberativo, integrado por no máximo seis membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 1º A escolha dos representantes dos participantes e assistidos dar-se-á por meio de eleição direta entre seus pares.

§ 2º Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o caput e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 12. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.

§ 1º O membro do conselho deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

§ 2º A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades no âmbito de atuação do conselho deliberativo da entidade fechada, poderá determinar o afastamento do conselheiro até sua conclusão.

§ 3º O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

§ 4º O estatuto da entidade deverá regulamentar os procedimentos de que tratam os parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 13. Ao conselho deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II – alteração de estatuto e regulamentos dos planos de benefícios, bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

IV – autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores;

V – contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;

VI – nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva; e

VII – exame, em grau de recurso, das decisões da diretoria-executiva.

Parágrafo único. A definição das matérias previstas no inciso II deverá ser aprovada pelo patrocinador.

Art. 14. O conselho fiscal é órgão de controle interno da entidade.

Art. 15. A composição do conselho fiscal, integrado por no máximo quatro membros, será paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

Parágrafo único. Caso o estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de conselheiros de que trata o **caput** e a participação paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, preveja outra composição, que tenha sido aprovada na forma prevista no seu estatuto, esta poderá ser aplicada, mediante autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Art. 16. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

Art. 17. A renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processe parcialmente a cada dois anos.

§ 1º Na primeira investidura dos conselhos, após a publicação desta Lei Complementar, os seus membros terão mandato com prazo diferenciado.

§ 2º O conselho deliberativo deverá renovar três de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal dois membros com a mesma periodicidade, observada a regra de transição estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 18. Aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal os mesmos requisitos previstos nos incisos I a III do art. 20 desta Lei Complementar.

Seção III

Da Diretoria-Executiva

Art. 19. A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo conselho deliberativo.

§ 1º A diretoria-executiva será composta, no máximo, por seis membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes, inclusive assistidos.

§ 2º O estatuto da entidade fechada, respeitado o número máximo de diretores de que trata o parágrafo anterior, deverá prever a forma de composição e o mandato da diretoria-executiva, aprovado na forma prevista no seu estatuto, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 20. Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e

IV – ter formação de nível superior.

Art. 21. Aos membros da diretoria-executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade no patrocinador;

II – integrar concomitantemente o conselho deliberativo ou fiscal da entidade e, mesmo depois do término do seu mandato na diretoria-executiva, enquanto não tiver suas contas aprovadas; e

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro.

Art. 22. A entidade de previdência complementar informará ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do **caput** pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 23. Nos doze meses seguintes ao término do exercício do cargo, o ex-diretor estará impedido de

prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas do sistema financeiro que impliquem a utilização das informações a que teve acesso em decorrência do cargo exercido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

§ 1º Durante o impedimento, ao ex-diretor que não tiver sido destituído ou que pedir afastamento será assegurada a possibilidade de prestar serviço à entidade, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu ou em qualquer outro órgão da Administração Pública.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-diretor que violar o impedimento previsto neste artigo, exceto se retornar ao exercício de cargo ou emprego que ocupava junto ao patrocinador, anteriormente à indicação para a respectiva diretoria-executiva, ou se for nomeado para exercício em qualquer órgão da Administração Pública.

CAPÍTULO IV Da Fiscalização

Art. 24. A fiscalização e controle dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar de que trata esta Lei Complementar competem ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 25. As ações exercidas pelo órgão referido no artigo anterior não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. Os resultados da fiscalização e do controle exercidos pelos patrocinadores serão encaminhados ao órgão mencionado no artigo anterior.

CAPÍTULO V Disposições Gerais

Art. 26. As entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos subordinam-se, no que couber, às disposições desta Lei Complementar, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 27. As entidades de previdência complementar patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar de 16 de dezembro de 1998, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e seus respectivos patrocinadores responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 28. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às penalidades administrativas previstas na Lei Complementar que disciplina o caput do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 29. As entidades de previdência privada patrocinadas por empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que possuam planos de benefícios definidos com responsabilidade da patrocinadora, não poderão exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha por objeto formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às participações acionárias detidas na data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 30. As entidades de previdência complementar terão o prazo de um ano para adaptar sua organização estatutária ao disposto nesta Lei Complementar, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 31. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revoga-se a Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, José Gregori, Pedro Malan, Roberto Brant.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 30-5-2001

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

§ 2º Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo ou do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.

§ 4º Os membros da diretoria-executiva deverão ter formação de nível superior e atender aos requisitos do parágrafo anterior.

§ 5º Será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

§ 6º Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do parágrafo anterior pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 31 desta Lei Complementar, os membros da diretoria-executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal poderão ser remunerados pelas entidades fechadas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 8º Em caráter excepcional, poderão ser ocupados até trinta por cento dos cargos da diretoria-executiva por membros sem formação de nível superior, sendo assegurada a possibilidade de participação neste órgão de pelo menos um membro, quando da aplicação do referido percentual resultar número inferior à unidade.

Art. 78. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Revogam-se as Leis nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e nº 6.462, de 9 de novembro de 1977.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Pedro Malan – Roberto Brant.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 30-5-2001

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2009

(Do Senador Osmar Dias)

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a duração dos estágios de estudantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder quatro anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No final do ano passado, foi promulgada a chamada Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), que trouxe profundas modificações à estrutura dos estágios de estudantes.

A lei atendeu a antigas demandas dos estagiários, tais como: a concessão de recesso, redução de carga horária no período de provas e a fixação de carga horária compatível com o horário de estudos.

Além disso, ao definir que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para a vida profissional, fixou a lei de forma clara e inequívoca os deveres e direitos tanto do estagiário quanto da instituição de ensino e da parte concedente.

Merecedora de elogios é, em geral, a legislação. Todavia, uma questão ficou mal solucionada para o estudante e, também, para a parte concedente do estágio: a limitação do prazo do estágio em dois anos na mesma parte concedente.

A experiência mostra que, muitas vezes, esse prazo é exíguo demais, fazendo que o estagiário deixe o local de aprendizado profissional no momento em que aprendia mais, justamente por já dominar o ambiente em que atuava.

Atendemos, com o presente projeto de lei, a um anseio dos próprios estagiários, que vêm sofrendo com esse limitador temporal, o qual chega a ser impeditivo da construção de um vínculo forte o suficiente que lhes garanta, no futuro, oferta de um posto de trabalho naquele mesmo local onde foram aprendizes.

Essas as razões que me motivaram a apresentação do presente projeto de lei, para cuja aprovação peço o apoio dos meus pares.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Da Definição, Classificação
e Relações de Estágio

Art. 1º

CAPÍTULO IV
Do Estagiário

Art. 10.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2009

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

“Art. 483.

h) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele, coação moral, através de atos ou expressões que tenham por objetivo ou efeito atingir sua dignidade e/ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade que lhe conferem suas funções.

§ 3º Nas hipóteses das letras **d**, **g** e **h**, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até decisão final do processo. (NR)”

Art. 484-A. Se a rescisão do contrato de trabalho foi motivada pela prática de coação moral do empregador ou de seus prepostos contra o trabalhador, o juiz aumentará, pelo dobro, a indenização devida em caso de culpa exclusiva do empregador.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A evolução recente das condições de trabalho tem se dado sob o influxo de condições nem sempre favoráveis ao trabalhador.

O problema do chamado, na França, “assédio moral” e, nos EUA, “tirania no local de trabalho”, e que aqui preferimos denominar pela expressão menos equívoca de coação moral, vem se agravando nessas novas circunstâncias, constituindo-se hoje em fenômeno existente em larga escala, que coloca em risco a sanidade física e mental dos trabalhadores.

Segundo a União Geral dos Trabalhadores portuguesa, uma pesquisa realizada no âmbito da União Europeia, em 1996, constatou que 4% dos trabalhadores (seis milhões de trabalhadores) tinham sido submetidos a violência física no ambiente de trabalho no ano precedente, 2% a assédio sexual e 8% a intimidações e a coação moral.

Em parecer dado a Projeto de Lei em tramitação no Congresso de Portugal, essa entidade define a violência moral desencadeada costumeiramente contra trabalhadores no local de trabalho como o comportamento vexatório/persecutório sistemático por parte da empresa ou dos seus representantes, que implica na degradação das condições de trabalho, com a finalidade de forçar a cessação da relação de trabalho ou a modificação do *status* do trabalhador, e assim a descreve:

De facto... o terrorismo psicológico ou assédio moral se corporiza por considerações, insinuações ou ameaças verbais e em atitudes que se traduzem numa degradação deliberada das condições físicas e psíquicas dos trabalhadores nos locais de trabalho que visem a sua desestabilização psíquica com o fim de provocar o despedimento, a demissão forçada, o prejuízo das perspectivas de progressão na carreira, o retirar injustificado de tarefas anteriormente atribuídas, a penalização do tratamento retributivo, o constrangimento ao exercício de funções ou tarefas desqualificantes para a categoria profissional, a exclusão da comunicação de informações relevantes para a actividade do trabalhador, a desqualificação dos resultados já obtidos.

O art. 7º, I, da Constituição Federal, assevera que é direito do trabalhador uma “*relação de trabalho protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa*”, prevendo a estipulação legal de indenização compensatória, com essa finalidade.

Nada mais arbitrário e injusto do que forçar o trabalhador a pedir sua própria demissão, por lhe ter sido tornado insuportável o ambiente de trabalho, seja pela perseguição sistemática, seja pela sua submissão a

comportamentos vexatórios, humilhantes e degradantes, razão pela qual estamos convencidos da necessidade de aprovação, neste Parlamento, de normas que protejam o trabalhador dos efeitos deletérios desses atos dos patrões ou de seus prepostos.

A Constituição Federal já prevê, também, no seu art. 114, inciso VI, a competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos oriundos do dano moral, o que evidencia a necessidade de uma melhor conceitualização sobre o tema.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República. – **GETÚLIO VARGAS, Alexandre Marcondes Filho**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 9-8-1943

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I Introdução

Art. 1º Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e

internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV – os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2009

Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e institui o Cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se inciso V ao art. 27 da Lei na 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 27.
.....

VI – comprovação de que não há registros de condenação por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.”

Art. 2º Fica instituído o Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego a ser gerido por órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Cadastro a que se refere o caput deste artigo conterá informações atualizadas sobre as empresas condenadas por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O chamado “assédio moral”, expressão cunhada na França, e que para efeitos deste projeto de lei denominamos coação moral, consiste em um dos problemas comumente encontrados no ambiente de trabalho e que põe risco a sanidade mental e a dignidade e honra dos trabalhadores.

A coação moral não é, de forma alguma, um fenômeno novo, porém a reflexão e o debate sobre o tema ainda são recentes. Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países desenvolvidos, como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. Segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde, as perspectivas não são boas, pois nas próximas décadas predominarão vários danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho.

O assédio ou coação moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s). Tal atitude, além de constranger, desestabiliza o empregado durante sua permanência no ambiente de trabalho e fora dele, forçando-o muitas vezes a desistir do emprego, acarretando prejuízos para o trabalhador e para a organização.

Dessa maneira, exigir que a empresa não permita práticas degradantes em seu ambiente de trabalho é um instrumento de defesa dos trabalhadores. A lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enumera em seu artigo 27 os requisitos necessários para a habilitação dos interessados em participar das licitações promovidas pelo poder público, a saber: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal

e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

A presente proposta amplia esse rol para incluir entre esses requisitos a comprovação de que não há registros de condenação da empresa participante do processo licitatório por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos. Para melhor atender a esse fim, o projeto também institui um Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego, para subsidiar os gestores públicos com informações qualificadas a respeito da atuação dos licitantes no cumprimento de obrigações assumidas.

O fato de se impedir, por determinado período de tempo, que empresas condenadas por práticas de coação moral no ambiente de trabalho venham a licitar com a Administração Pública constitui-se importante medida para prevenir e combater a incidência de tais casos.

Diante do exposto, contamos com a atenção dos nobres Pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção II Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigirse-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I – habilitação jurídica;
- II – qualificação técnica;
- III – qualificação econômico-financeira;
- IV – regularidade fiscal.

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2009

Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 4º O cálculo do comprometimento a que se refere o inciso II do **caput** será feito pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida até 31 de dezembro de 2027, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 43, de 2001, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. O art. 7º, inciso II, estipula que o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da receita corrente líquida. O § 4º desse mesmo artigo, com redação dada pela Resolução nº 47 de 2008, por sua vez, determina que o cálculo do comprometimento será feito pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

No mérito, a proposta de alteração visa amenizar os efeitos decorrentes dos critérios de projeção do serviço da dívida de contratos amparados pela Lei nº 9.496/97. Os critérios adotados para a referida Lei prevêm um desembolso limitado a 13% da RLR nos 360 meses posteriores a assinatura dos contratos. Tomando como exemplo alguns Estados, este período irá a até fevereiro de 2028, com acúmulo do resíduo decorrente da diferença entre o valor calculado e o efetivamente pago a ser refinanciado.

Tal resíduo será refinanciado em 120 parcelas a partir dessa data, sem obedecer ao limite previsto na citada Lei de 13% da RLR ou quaisquer outros parâmetros.

Assim, para os Estados que se enquadram nesta situação e estão atualmente abaixo do limite de 11,5% da RCL previsto na Resolução nº 43 do Senado Federal, a projeção do serviço da dívida decorrente do resíduo a ser pago a partir de 2028, não fica mais condicionado ao limite da RLR em vigor até 2027, podendo ultrapassar o percentual de 11,5% da RCL; o que, na prática, pode inviabilizar a contratação de operações

cujas condições de pagamento ultrapassem 2027, pois o cálculo da média deste limite tenderá a se elevar em função do impacto decorrente da inclusão de período posterior a 2027, tendo em vista a previsão de aumento do serviço da dívida.

Portanto, a proposta para contratações pleiteadas até o exercício de 2027, exclui do cálculo os efeitos dessa projeção.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2009, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE 10/03/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLEY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELÍCIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTE (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROLSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-PAPALÉO PAES (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 9, de 2009**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 26, DE 2009

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 11 de março de 2009, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, sobre a Mensagem (SF) nº 037, de 2009, opina pela aprovação da indicação da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

 ,Presidente
 ,Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flávio Arns**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à consideração dos membros do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para se reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 37, de 2009 (Mensagem nº 74, de 16-2-2009, na origem), na qual está incluído o Curriculum vitae da indicada.

A Senhora Maria Cecília Martins Brito é brasileira, tem formação superior em Farmácia e Bioquímica, pela Universidade Federal de Goiás, e é especialista

em Saúde Pública, pela Universidade Estadual de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Participou de inúmeros cursos de aperfeiçoamento profissional, a maioria dos quais nas áreas de medicamentos, exames laboratoriais, gestão em saúde e vigilância sanitária.

Ministrou e coordenou diversos cursos, direcionados a profissionais de saúde, nos Estados de Goiás e São Paulo, além de proferir palestras em congressos e conferências sobre temas de interesse para saúde pública.

Sua experiência profissional inclui a de servidora da Secretária de Saúde do Estado de Goiás desde 1984, atuando como chefe do Laboratório Regional de Análises Clínicas do Município de Ceres; farmacêutica do Ambulatório Geral de Anápolis; inspetora de vigilância sanitária, e chefe da Divisão de Controle de Qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás.

Entre 1999 e 2005, ocupou o cargo de Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretária de Estado da Saúde de Goiás, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de saneamento, saúde do trabalhador, alimentos, medicamentos, cosméticos e correlatos, bem como em estabelecimentos de saúde.

A Sra. Maria Cecília possui, ademais, uma produção científica relevante para seu campo de atuação, sob a forma de trabalhos e estudos apresentados em congressos e eventos científicos no País e no exterior, tendo sido premiada algumas vezes, em função da qualidade e da importância desses trabalhos.

Em dezembro de 2005, teve seu nome aprovado por esta Casa e passou a exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cargo para o qual é proposta sua recondução. Nessa posição, supervisionou as áreas de vigilância sanitária de alimentos; descentralização das ações de vigilância sanitária; gestão do conhecimento técnico-científico; farmacopéia brasileira e tecnologia da informação, daquela agência.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução da Senhora Maria Cecília Martins Brito ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

, **Presidente**

 ,Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / 2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR FLÁVIO ARNS

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
FLÁVIO ARNS (PT) (relator)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
MÃO SANTA (PMDB)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- EDUARDO AZEREDO (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- (vago)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, aviso do Ministro das Comunicações que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES**

– Nº 33/2009, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.114, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A informação foi encaminhada, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 85/08**, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo/SP, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006.

O expediente será juntado ao processado do referido Projeto, que retorna à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2009** (nº 7/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.106/2006-6, que trata de assunto relativo ao Requerimento nº 1.486, de 2004, do Senador Alvaro Dias.

A matéria será juntada ao processado do referido Requerimento, que vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Cópia do Aviso foi encaminhada ao autor do requerimento.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 65/2009

Brasília, 11 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges – PMDB/AP, para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, como membro suplente, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Gilvam Borges para integrar, como suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do expediente encaminhado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero que V. Exª me inscreva para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª está inscrito pela Liderança da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª está inscrita para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente desta Casa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Solicito também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª está inscrita.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jefferson Praia, V. Exª está inscrito.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pela ordem de chegada, Senadora Ideli, Senador Jefferson e Senadora Serys. Pela Liderança da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de lembrança do Sr. Vicente Favella de Macêdo, que, se estivesse vivo, completaria hoje 100 anos de vida.

Ele foi líder político e empresarial na região do Cariri, no Ceará, o Vereador mais votado da história, até hoje, de Lavras da Mangabeira, um dos fundadores do PTB cearense. Foi Juiz de Paz de Lavras da Mangabeira, Secretário da Conferência Vicentina da Paróquia de São Vicente Ferrer, e faleceu, em 1970, na cidade de Salvador, Bahia.

Homem firme em suas convicções, líder nato e político exponencial dessa região cearense, foi exemplo para muitos pelo que representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento de sua região.

Casado com D. Alayde Aquino de Macêdo, teve dez filhos, dentre os quais minha mãe. É meu avô materno, de quem descendo, e, no sangue que corre nas veias, a linhagem política.

Então, eu queria fazer este requerimento deste voto de lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Lembrança ao Sr. Vicente Favella de Macêdo, que, caso estivesse vivo, completaria hoje 100 anos de vida.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Maria do Socorro de Macêdo Claudino, sua filha e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

Vicente Favella de Macêdo, cearense, Líder Político e Empresarial da região do Cariri, no Ceará, foi o vereador mais votado da história – e mantém esse recorde de votação até hoje – de Lavras da Mangabeira/CE, além de ter fundado o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cearense.

Juiz de Paz de Lavras da Mangabeira, Secretário da Conferência Vicentina da Paróquia de São Vicente

Ferrer, nasceu em 11 de março de 1909 e faleceu em 1970, na cidade de Salvador/BA.

Homem firme em suas convicções, líder nato e político exponencial na Região do Cariri cearense, foi exemplo para muitos pelo representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento de sua região.

Casado com Alayde Aquino de Macedo, teve 10 filhos, dentre os quais, minha mãe. Tenho orgulho do meu avô e incluo-me no rol de pessoas que seguiram seus passos e ensinamentos.

Por estas razões, Vicente Favella de Macêdo é merecedor desta homenagem pelo Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **João Vicente Claudino**, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento de V. Ex^a, Senador João Vicente Claudino, será atendido na forma regimental.

À Secretaria, para providências.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2009

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal, sob a coordenação daquela Pasta:

a) Listagem de todos os convênios, contratos de repasse e termos de parceria registrados no SICONV desde a sua instituição, com a discriminação das seguintes informações, sem prejuízo de outras que entender convenientes:

- nome e CNPJ do órgão ou entidade concedente ou contratante;

- nome e CPF/CNPJ da pessoa física ou jurídica conveniente ou contratada ou parceira;

- nome e CPF do gestor público responsável pelo convênio, contrato de repasse ou termo de parceria;

- valores totais dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, detalhando as parcelas, quando for o caso;

- prazos dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria;

- objetos dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

b) Quais os critérios de acesso às informações do Portal de Convênios adotados no âmbito do SICONV?

c) Quais as semelhanças e diferenças entre os critérios de acesso adotados no âmbito do SICONV e do Sistema de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal?

d) Quais os motivos que impedem o SICONV de estar disponível aos senhores parlamentares, de forma similar ao acesso existente para o SIAFI?

e) Segundo o art. 13 c/c art. 19, III, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, **que será aberto ao público**, via Portal dos Convênios, a partir de 1º de setembro de 2008. Entretanto, é sabido que o Portal possui imperfeições graves e não apresenta todas as informações devidas.

Nesse sentido, desejamos saber quais medidas o Governo Federal implementou, está implementando ou planeja implementar para aperfeiçoar o SICONV, cumprindo o determinado no Decreto nº 6.170, de 2007, para conferir ao sistema maior grau de transparência e efetividade.

Justificação

Tendo em vista que uma das atribuições precípuas do parlamento, além de legislar, é fiscalizar as ações governamentais, manifestamos nossa preocupação com o funcionamento do Portal dos Convênios, página eletrônica de acesso aos dados do SICONV, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal.

A ferramenta foi criada, em tese, para aumentar o grau de transparência na gestão dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, por meio da divulgação dos dados a eles relativos, o que possibilitaria melhor controle e fiscalização dos referidos instrumentos, colocando à disposição da sociedade civil, dos parlamentos e dos entes públicos usuários (estados, municípios, entre outros) ferramenta mais ágil e confiável para elaboração de convênios e ajustes congêneres.

Ocorre que seu acesso e operacionalização ainda têm muito a evoluir, notadamente se comparado ao SIAFI, este sim, um sistema que possibilita o exercício do controle e fiscalização das ações do governo, prática que se insere entre as características principais das modernas democracias.

No dia-a-dia, infelizmente, o que se observa é um funcionamento precário do SICONV, com restrições ao acesso, procedimentos confusos e excessivamente complexos, além de dados incompletos, pouco claros ou mal estruturados. Tal situação dificulta e, às vezes, impede o acesso pleno às informações sobre os convênios federais (área que sabidamente movimenta quantias enormes de recursos estatais), alienando a sociedade civil de um de seus direitos mais caros: saber quanto e onde estão sendo aplicados os recursos públicos.

O próprio Governo Federal, após editar o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, determinando que a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios deveriam ser registrados no SICONV e publicamente divulgados via Internet, exarou a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, estabelecendo normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 2007. No endereço eletrônico “www.convenios.gov.br/portal/manuais/orientacoes_”, do Governo Federal, está registrado que

“para o efetivo atendimento da legislação vigente, faz-se necessário que todas as ações de celebração, execução e prestação de contas sejam realizadas por meio do Portal dos Convênios. Neste sentido, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais tem investido na sistematização das rotinas e procedimentos destinados a melhorar a eficiência e a qualidade na utilização do sistema.”

Aqui, o próprio Governo Federal admite a precariedade do SICONV, dando satisfações à sociedade e aos usuários do sistema, sem, no entanto, esclarecer o que tem sido feito para o seu aperfeiçoamento.

Em decorrência de tais problemas, muitas prefeituras recorrem a nós, parlamentares, solicitando ajuda no preenchimento de informações e acompanhamento de convênios e contratos de repasse, além de providências para aperfeiçoamento urgente no sistema. Por isso, sensíveis a tal realidade, e cumprindo o dever constitucional do Congresso Nacional de fiscalizar as ações governamentais, é que encaminhamos a Sua Excelência o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será

despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2009

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa, entre os dias 15 e 17 de março de 2009, quando participarei da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 15 a 17 de março do corrente ano.

Senado Federal, 11 de março de 2009 – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2009

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no “**V Fórum Mundial das Águas**”, a realizar-se na cidade de Istambul, Turquia, entre os dias 16 e 22 de março de 2009, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 22 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 13 a 22 de março de 2009.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Leomar Quintanilha**.

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Sessão do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevideú, Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.

Informo que estarei ausente do País no período de 15 a 17 de março do corrente ano para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC).

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 39, inciso I, combinado com o artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento

Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do País, no período de 16 a 22 de março do corrente, para participar do **5º Fórum Mundial da Água**, em Istambul, Turquia, como representante do Senado Federal e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2009

Requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea **a**, sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Negro, onde os mesmos apresentam altos índices de alcoolismo, consumo de drogas e suicídios entre os povos indígenas, segundo informações veiculadas no jornal **Diário do Amazonas** do dia 10 de março de 2009, página 11. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2009

Requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea **a**, sejam prestadas informações, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, sobre as irregularidades no atendimento aos passageiros das companhias áreas GOL e TAM, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus-AM. Segundo informações da Portaria nº 15, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Diário da Justiça em 6 de março de 2009, os passageiros chegaram a aguardar até três horas pelo atendimento, sem cadeiras, com sistema “fora do ar”, poucos atendentes e espaços dos guichês reduzidos, conforme relato do jornal **Diário do Amazonas** do dia 9 de março de 2009, página 4. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do inciso II, a do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da 16ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu – Uruguai, nos dias 16 e 17 de março de 2009.

Informo que estarei ausente do país no período de 15 a 17 de março de 2009

Sala das Sessões, 11 de março de 2009. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Com a palavra, como primeira oradora inscrita no Período do Expediente de hoje, a ilustre Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Hoje a tarde não é muito satisfatória; acredito que não é um dia muito bom para todos os brasileiros. Em 18 de dezembro de 2008, final do ano, escrevi artigo que foi publicado em alguns jornais do meu Estado que tinha o seguinte título: “Um olhar ‘sem ilusões’ sobre a crise”. E nesse artigo, uma frase que leio aqui: “Governo é sempre mais eficaz à medida que sabe gerenciar a escassez e transformar seus recursos em oportunidades criativas de investimentos sociais.”

Hoje, fomos abrindo todos os jornais, e eu trouxe aqui alguns que quero mostrar: *Correio Braziliense*: “Choque e pressão. Queda brutal do PIB no último trimestre de 2008. Aumenta a tensão no Banco Central para reduzir a taxa básica de juros. Tombo de 3.6% surpreende a equipe econômica.” *Jornal O Globo*: “A marolinha que virou Tsunami. Indústria desaba. Consumo cai e já se teme 2009 com recessão. Queda do PIB no 4º trimestre, maior que prevista, aumenta a pressão por redução de juros.” *O Estado de S. Paulo*: “PIB desaba no quarto trimestre e risco de recessão aumenta. Queda de 3.6 foi a maior em doze anos, mesmo com freada, economia cresceu 5.1 em 2008.

Eu quis fazer esse preâmbulo, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, para falar da história, que ficou marcada, da marolinha.

A minha pergunta, depois do que vimos ontem, do que estamos sentindo hoje neste País, é saber quem vai dar o rumo para o Brasil. Alguém tem que dar. Eu disse há alguns dias aqui, Sr. Presidente, logo depois que o Presidente Obama tomou posse, que foi ao Congresso americano e que deu rumo ao país, dizendo:

“Nós estamos numa crise profunda aqui nos Estados Unidos, mas o rumo é este...” E colocou, inclusive, alguns itens como prioritários que, à primeira vista, poderiam parecer incríveis. Estabeleceu uma reforma da educação como prioridade, disse a que veio e que o país podia ter segurança e esperança, porque o país tinha alguém que daria o rumo.

Agora, quero colocar aqui para o nosso Brasil o que está acontecendo: a riqueza encolheu, o emprego está sumindo também. Acho que, se nós perguntarmos, todo mundo, aqui ou fora daqui, sabe de alguém que está desempregado – alguém da família – ou conhece alguém que está perdendo o emprego. No meu Estado, está uma lástima. O consumo das famílias também caiu: menos comida na mesa. O Governo vendeu o sonho de que era para todo mundo comprar: comprem, gastem, invistam. E agora?

O pequeno empresário não tem mais crédito, o grande também não. O Governo está intervindo pontualmente. É esse o caminho?

Quero lembrar aqui uma fábula que todo brasileiro conhece – aliás, o mundo todo conhece –, “A Cigarra e a Formiga”, do francês La Fontaine, que fala de previdência. Fala de uma formiga que carrega uma folha pesada, trabalha o ano inteiro para garantir seu sustento no inverno. E a cigarra, com seu violão, só canta. É ótimo cantar. Quem não gosta de otimismo, Presidente? Quem não gosta? Quem não gosta de uma boa cantoria? Todo mundo. Imagine o Brasil, que é um País musical. Todo mundo adora, do nordeste ao sul do País e também de leste a oeste, no meu Mato Grosso do Sul.

Mas, Sr. Presidente, para gerenciar um país, governar um país pressupõe-se que haja um presidente para dar o rumo, que tenha seriedade, que não mande todo mundo comprar, que não diga que isso aqui é uma marolinha. Eu quero um presidente que possa dar serenidade, competência ao País. A não ser que tenha mais gente governando o País do que o Presidente.

Falei da fábula do La Fontaine, mas, como católica, queria lembrar aqui algo que todos que são cristãos conhecem, que é o texto bíblico de Jacó. Quando ele foi decifrar os sonhos do faraó do Egito, falou das sete vacas gordas que, depois, sucediam as sete vacas magras; das espigas mirradas e das espigas robustas. E isso deu ao faraó condições de se prevenir, porque ele interpretou os sonhos, dizendo que isso era necessidade de previdência, que as vacas magras iam chegar. E é por isso que falamos tanto em vaca gorda e em vaca magra, em época de vacas magras. Por que época de vacas magras? Porque a Bíblia nos conta isso. E que previdência estamos tomando e tomamos neste País? Li não sei bem onde, num jornal, numa revista – todos

no País leram – o que o Presidente Lula disse, o que a Ministra da Casa Civil disse ano passado: era uma marolinha, era uma gripezinha. Imagine! “Não vai chegar aqui”. Era uma gripezinha, uma marolinha! E agora nós estamos vendo que não era mesmo.

E o que podemos pensar? O Governo está olhando isso com seriedade? Não, pelo menos na minha ótica. Porque um governo que começa, num momento como este, a abrir embaixadas em um monte de lugares neste mundo, em ilhazinhas da América Central, que, por mais bonitas que sejam, agora não é o momento.

Gente, dar dinheiro para invasor de terra agora? Neste momento? Criar mais ministério? Gente, eu adoraria ter o ministério da mulher – eu acho que nós merecemos isso –, mas não neste momento. Pensar em aumento de salário agora? Essas são as minhas angústias e eu as quero dividir com todos os brasileiros.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senadora Marisa Serrano, quero parabenizar V. Ex^a pela brilhante exposição, séria. Séria porque este assunto tem que ser levado com seriedade por todos nós. E o Governo é um dos grandes responsáveis de não estar transmitindo ao povo a realidade, de não estar transmitindo a realidade aos seus comandados, fazendo com que continuemos a ter um País que já mostra graves sinais de crise, um País agindo pelo seu Poder Executivo de maneira irresponsável. Hoje, o Presidente da República, que tem popularidade – vamos reconhecer –, poderia, com muita responsabilidade, aumentar sua popularidade se fosse para a televisão pronunciar um discurso sério, sem aquele tom de – desculpe-me o termo; não encontro outra palavra – brincadeira, dizendo que foi uma “marolinha” que está passando, uma “gripe fraca”. Marolinha mata; gripe fraca, ou forte, pode matar também. Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que, hoje, o Governo está direcionando todas as suas forças para já uma campanha política antecipada. Está fazendo isso de uma maneira irresponsável, porque nós queremos que o Brasil, que o Governo, dê milhões e milhões de moradia. Está, irresponsavelmente, prometendo um milhão de casas no seu último ano de governo, para quê? Para enganar o povo, a população, quando sabemos que construir não é só pegar tijolo e botar um em cima do outro, não? Precisamos ter projeto e área para construir. Está prometendo trem-bala. Só o projeto, para se pensar no trem-bala, leva dois, três anos, porque há que se levar em consideração vários fatores de engenharia, de meio ambiente e tudo mais. Então, fazer festa em fim de governo em cima de um programa chamado PAC? No meu Estado, não existe PAC.

Coletaram todas as obras em andamento há não sei quantos anos e chamaram de PAC. Somente 9,5% da verba prevista foi liberada, ou seja, construíram uma sigla, e, se o povo não prestar atenção, ele vai atrás mesmo da sigla, não tenha dúvida nenhuma. O Senhor Presidente anda com sua Ministra da Casa Civil, apresentando-a como mãe do PAC – não diz quem é o pai – e isso nos faz ficar numa situação de muita preocupação. Então, queremos mostrar a nossa preocupação, não como Oposição, mas como brasileiros que somos, e chamar a atenção dos homens que fazem parte da direção executiva deste País, para que eles olhem com responsabilidade esta crise – da qual o Brasil não iria de forma nenhuma ficar isento, porque é uma doença contagiosa e contagiou o mundo inteiro. É claro que quem tiver menos resistência vai quebrar mais rápido. Então, desculpe o tempo, mas quero parabenizar V. Ex^a e dizer que V. Ex^a tem a postura de uma Senadora que leva credibilidade para quem está nos assistindo. Obrigado.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Senador. V. Ex^a colocou aqui muito do que eu penso a respeito de tudo o que está acontecendo neste País. Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senadora Marisa, primeiro eu quero deixar bem claro um pensamento particular – um pensamento meu e que acho que é seu também. Eu quero deixar bem claro à população brasileira, àqueles que nos escutam hoje de que rogamos para que o País seja forte, produtivo, de paz e de tranquilidade. É isso que nós queremos! Que a sociedade esteja feliz – é isso que nós desejamos. Jamais passa pela cabeça da Senadora Marisa, do Senador Papaléo, do Senador Mário Couto, que nós estejamos, neste momento de crise, desejando que o País afunde. Ao contrário. As suas atitudes, as nossas atitudes, nesta tribuna, são para alertar a população, alertar o Governo, pedindo para que não erre. Por exemplo, Senadora, dar dinheiro para a Faixa de Gaza? Dar dinheiro para a Bolívia? Dar dinheiro para Angola? Bater recordes em gastos correntes? O ano passado foi o recorde de diárias, de viagens. Nunca na história do Brasil se gastou tanto com diárias. Não se diminuiu nada de despesas correntes, Senadora. Então é esse o alerta que fazemos. Nós queremos o bem do Brasil, queremos o bem do povo brasileiro, queremos o bem da nossa Pátria. E é isso o que a senhora está fazendo hoje aí. Meus parabéns.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Mário Couto. Queria confirmar aquilo que disseram V. Ex^a e o Senador Papaléo. Longe de o povo pensar que a Oposição está querendo quebrar o País ou que pode estar feliz com a crise.

Ouvi gente da Situação dizer que a Oposição quer isto mesmo, quer a crise, está feliz com a crise. Gente, como é que alguém pode estar feliz vendo o semelhante perder emprego e não ter como sustentar família, ver pequenos empresários perdendo tudo? Quem pode estar feliz com isso? Será que nós somos monstros para estarmos felizes com uma situação como essa? Podemos estar felizes com a quebra do País? Claro que não!

É absurdo pensar que nós possamos estar felizes com o que está acontecendo neste País. Agora, alertar o Governo? Isso temos de fazer e estamos fazendo há muito tempo, como eu disse nesse artigo que escrevi em dezembro do ano passado, começo de dezembro do ano passado. E alerta nós demos muitos, Senador Mário Couto, não é de agora. Agora, felizes, não estamos.

Senador Valter Pereira, com muito prazer.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a, mais uma vez, desperta o orgulho de todos nós que somos seus conterrâneos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Uma intervenção muito feliz e que merece só aplausos de quem faz política com seriedade. E quero dizer a V. Ex^a que a Oposição cumpre um papel tão importante – ou às vezes até mais importante – quanto o dos Parlamentares do Governo. Militei anos a fio, como V. Ex^a sabe, na Oposição e só posso dizer a V. Ex^a que aí do governo que não tem oposição; é um governo que descarrila, é um governo que descamba. A oposição é o freio que todo governo democrático precisa ter porque, nas ditaduras, aí sim, a oposição é desnecessária, é incômoda, é sempre prejudicial. Por quê? Porque, efetivamente, os donos do poder são os donos da verdade. Como, na democracia, a verdade está espalhada por todos os cantos, é na democracia que a oposição ganha corpo, credibilidade, importância e imprescindibilidade. Saiba V. Ex^a que nós sempre respeitamos a Oposição e compartilhamos com a inquietação de V. Ex^a quando a Oposição é acicatada, é criticada e é desprezada por segmentos que gostariam tanto de viver sem ela e que vivem da saudade, da saudade de vinte anos que certamente não vão voltar mais. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Valter. Também concordo com V. Ex^a, porque lutamos tanto para ter uma democracia, e democracia pressupõe que os contrários possam se manifestar.

Neste caso, eu acredito, Senador Valter, que a angústia, a preocupação por que estamos passando é nossa, da Oposição. Mas tenho certeza de que V. Ex^a

e tantas outras pessoas, Parlamentares, estão com a mesma preocupação, a mesma angústia que estamos manifestando hoje nesta tribuna.

Quero, ainda, dizer que o meu Partido, o PSDB, lançou ontem a ideia de um gabinete de crise. Por que o meu Partido, que é de oposição, lançou essa ideia? Para garantir isto, para dizer ao Governo que precisamos fazer algo mais sólido; para que não fique um atirando para um lado e outro, para o outro. Precisamos que todos pensem globalmente. Há uma estratégia global necessária neste momento. E também deve haver um líder, uma liderança neste País para enfrentar essa estratégia global.

Aquilo que eu falei, do Presidente Obama, eu quero repetir: é este o momento em que nós estamos precisando de alguém que tenha uma estratégia, que saiba o que fazer e que assuma, como líder, condições de fazê-lo.

E o meu partido, o PSDB, propôs saídas. Ele quer um gabinete de crises. Por quê? Para encontrar saídas para discutir a questão econômica. Precisamos baixar os juros? Temos que discutir isso. E o problema de crédito? E o problema no câmbio, como fica? Alguém tem que discutir. Não é coisa isolada. E o Senador Adelmir, que trabalha na área, sabe disso. E ainda, redução da carga tributária, será que é necessária neste momento? Mais para um, mais para outro? Só a indústria automobilística? E os frigoríficos?

Olha Senador Adelmir, no meu Estado, há grandes frigoríficos de pessoas que trabalham, e muito, quebrando, desempregando! Quer dizer, não merecem também? Como é que nós vamos sair da crise se não houver uma estratégia efetiva e que o povo brasileiro acompanhe?

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Marisa, eu vinha, no trajeto até o plenário, ouvindo o discurso de V. Ex^a, tecendo considerações inclusive sobre a posição oposicionista. Eu acho que este é o momento em que o discurso de todos nós tem que ser um discurso em defesa do País. Todos nós temos que nos compenetrar de que estamos efetivamente vivendo um momento difícil, haja vista as publicações estatísticas com relação ao PIB e com relação à economia nacional. Tenho reafirmado, aqui e em outros fóruns, que, primeiro, foi uma crise de credibilidade, de confiança; depois, uma crise voltada para a questão do crédito e do emprego. A senhora fez referência a grandes empresas que estão demitindo, que estão diminuindo seus quadros em razão da crise que se instala. Na minha visão, é necessário, é importante que entendamos que, no Brasil, mais de 95% das empre-

sas brasileiras são constituídas de micro e pequenas empresas. Portanto, lá está o emprego. Se cada uma dessas pequenas empresas, a cada dia, demitir um ou dois empregados, isso significa 10%, 15% ou 20% da força de trabalho daquela empresa e significará, portanto, muitas Embraers, muitos frigoríficos e muitas empresas grandes no contexto da somatória desses empregos perdidos. Daí a minha luta e estar sempre dizendo que é necessário que se busque a solução da questão creditícia, a questão do crédito, porque, de modo geral, temos visto o Governo, através dos bancos oficiais, do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, falar na questão da abertura de créditos especiais para que chegue à ponta, aos consumidores e às micro e pequenas empresas. Na verdade, isso não tem chegado, até porque, ao se fechar a possibilidade dos créditos internacionais, as grandes empresas estão indo com garantias reais muito mais fortes, muito mais seguras, em busca desses créditos. Por outro lado, também, hoje, poderemos ter surpresas – espero, agradáveis – na reunião do Copom, com uma taxa de juros, uma taxa Selic acima de dois dígitos, nos preços de hoje, no valor de hoje, certamente, os banqueiros que, em um primeiro momento, empossaram a devolução dos recursos que eram depositados no Banco Central sob a forma compulsória, – empossaram e também não chegou –, porque é muito mais seguro aplicar esses recursos em títulos da dívida pública. É preciso, portanto, que tenhamos a coragem, que as autoridades econômicas tenham a coragem de fazer como fez o México, por exemplo, que reduziu drasticamente – lá não é Selic, tem outro nome – a taxa interbancária, a taxa de juros, para que sobrasse mais recurso no sistema bancário, que é a sua própria mercadoria, o dinheiro, para que empreste para os pequenos, para as médias e para o consumidor em geral. Então, Senadora, eu queria me associar às suas colocações. O discurso nosso não deve ser um discurso compreendido apenas como um discurso de oposição, mas um discurso que busque a solução dos problemas que nos afligem hoje. E não devemos tentar mascarar uma situação que reconhecidamente se implanta no País como um momento de crise. Imagine se, neste primeiro trimestre, que ainda não vencemos, tivermos resultados tão ruins quanto o último trimestre do ano anterior – o que é provável. Aí se caracterizará uma situação de recessão. Então, quero me congratular com V. Ex^a e dizer que um dos caminhos é a redução drástica das taxas de juros. Aliás, isso tem sido dito sempre na Comissão de Assuntos Econômicos. As autoridades possuem armas e possuem munição para resolver a questão da crise, mas temo que não se use essa munição no momento certo e que a guerra termi-

ne, ficando nós com a munição guardada. A munição certamente, na minha visão, é uma redução drástica das taxas de juros praticadas no Brasil.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Adelmir. Justamente o que V. Ex^a colocou é aquilo que eu penso. Mas só diminuir a taxa de juros talvez não seja o suficiente em um momento como este. Por isso que eu disse que se trata da questão dos juros, do câmbio, do crédito. Temos que achar o caminho necessário. É por isso que nós falamos que o meu Partido propôs aqui um gabinete de crise, que é realmente para pensar como um todo. E esperamos mesmo que o Copom hoje olhe com os olhos um pouco mais sensíveis para o povo brasileiro e para a produção brasileira.

Mas, Senador Adelmir, será que alguém aqui ou no Governo, um iluminado vai dizer que temos de investir nisso para dar naquilo. Acho que tem de ser muito mais socializada essa questão. Por isso é que pensamos de uma forma macro, de juntar as pessoas que pensam, que têm ideias, para sairmos da crise. Por exemplo, é investir na produção? Há um tipo, uma área que é mais vulnerável? Vamos investir na educação para podermos sair da crise e o Brasil caminhar? Quer dizer, o que é que nós vamos fazer? É isso que nós temos de começar a pensar com serenidade e com seriedade neste País.

Termino aqui dizendo a V. Ex^a e a todos que estão me ouvindo que temos de olhar a crise de várias maneiras. E podemos olhar a crise de várias maneiras. Ela pode ser útil para uma autocrítica: ver onde erramos. Pode ser útil para isso. Por exemplo, no caso do Brasil, acho que o Governo errou na hora em que, lá atrás, começou a crise. O Presidente deveria ter dito à Nação que estava acontecendo uma crise mundial, mas que não sabia se chegaria aqui, mas que poderia chegar e, por isso, começaria a cortar gastos supérfluos no País. Quer dizer, começar a segurar, que é o que todo mundo faz.

Duvido que haja uma família, Senador, uma família que, na hora da crise, quando o dinheiro aperta, na hora em que a angústia aperta, não comece a conter despesa. O supérfluo sai da casa. É assim que o povo brasileiro faz. É assim que qualquer pessoa faz. Era assim que o Governo deveria ter feito na hora em que começou a crise. E nós falamos sempre nisso.

Além do mais, o Governo deve tratar a sociedade brasileira como adulta e não como criança. E não de brincadeira, como disse o Senador Papaléo Paes. O povo brasileiro é maduro o suficiente para aguentar uma crise que vem aí. As mãos dos brasileiros são calejadas. O brasileiro está acostumado às adversidades.

Quando se pensa no povo brasileiro, fala-se que é um povo alegre, risonho, mas que, quando cai, consegue levantar e dar a volta por cima. Portanto, o povo brasileiro não merece viver de ilusões. Nós queremos seriedade deste Governo, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A senhora dispõe de mais três minutos para encerrar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Se eu disponho de mais três minutos para encerrar – obrigada pela lembrança –, quero ainda colocar uma última questão aqui que me parece muito importante. E o Senador Sarney, Presidente desta Casa, antecipou este momento. Ele instalou aqui uma comissão da crise, para analisa-la e monitorá-la, presidida pelo Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro. E acho que foi a ideia de previdência, de mostrar para o País que o Senado brasileiro não está parado. E V. Ex^a, como nosso 1º Vice-Presidente, sabe disso. Esta Casa aqui mostrou ao País que está preocupada, sim, que vai ajudar a achar soluções. Isso, sim, é responsabilidade, é saber que há uma crise, que a crise chegou e que nós temos aqui a obrigação de mostrá-la ao povo brasileiro e achar um rumo que devemos tomar, já que o Governo, até agora, não o fez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à ilustre Senadora Ideli Salvatti, ex-Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, o que me traz à tribuna é um outro assunto, mas, tendo em vista o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, eu não poderia deixar de me reportar ao assunto que, eu tenho certeza, será – e cada vez mais e é necessário que assim seja – o assunto desta Casa, que é a questão da crise, as suas consequências e, principalmente, como enfrentá-la, como superá-la.

É claro que ninguém tem o direito de comemorar a crise, e eu acho que nenhuma pessoa sensata, de bom senso, nenhuma pessoa que tenha sensibilidade e espírito público pode estar comemorando a crise, que se agrava, traz consequências, coloca pessoas e obviamente todos em situação extremamente delicada. Mas, ao mesmo tempo em que a gente não pode esperar de jeito nenhum que alguém tenha um comportamento com essa insanidade – eu diria assim –, o que a gente escuta, o que a gente vê, eu que tive a oportunidade de acompanhar um pouco o noticiário, são determinadas formas e expressões utilizadas e tal

que mostram que tem gente que pode não estar dizendo, mas que está comemorando tem. Infelizmente, tem; infelizmente, tem. Se pegarem as manchetes dos grandes jornais, então, é assustador.

Eu acho interessante porque o jornal que tem uma tradição reconhecida por todos de ser um jornal voltado para os homens de negócios, Senador Valter Pereira, que é a *Gazeta Mercantil*, se compararem todas as manchetes, com todos os outros jornais, talvez tenha a manchete mais adequada, uma manchete que chama a atenção, que coloca a questão, que chama a responsabilidade, mas não entra na lógica do alarmismo e do segurem-se todos porque o barco afundou.

Quero ler a manchete e a primeira frase da *Gazeta Mercantil*.

A *Gazeta Mercantil* diz o seguinte: “O PIB cresce 5,1% no ano, mas cai no quarto trimestre”.

Portanto, essa é a notícia. Nós tivemos um crescimento em 2008 de 5,1% e uma queda, uma forte queda no quarto trimestre.

Continua a *Gazeta Mercantil*: “O crescimento de 5,1% do Produto Interno Bruto, PIB, em 2008 foi o segundo maior da história econômica brasileira, superado apenas pelos 5,7% registrados em 2004 e 2007. No *ranking* mundial, a expansão da economia no ano passado perde somente para a China, apesar do desempenho positivo, o *baque sofrido no último trimestre do ano mostra que o país será menos industrial e mais sustentado pelos serviços em 2009*”.

Portanto, essa é uma manchete realista.

Essa é uma manchete que coloca pingos nos is; manchete, Senador Valter Pereira, que diz que nos tivemos a capacidade de fazer o segundo melhor resultado de crescimento – só perdemos para o crescimento da China – e alerta que “está aí o problema”. Vamos ver como é que nós vamos enfrentá-lo e resolvê-lo.

É interessante porque nós temos, também nos resultados apresentados pelo PIB, três fatores que nos dão a segurança de que é possível enfrentar, superar e retomar o crescimento rapidamente. Quais são esses fatores? O primeiro deles, indiscutivelmente, é de que o Brasil foi um dos últimos a ser atingido. Quem é atingido por último sofre menos do que quem vem sendo atingido desde 2007. E há setores, há países que vêm sendo atingidos desde 2007.

Segundo, nós temos um sistema financeiro sólido. O sistema bancário brasileiro não está podre, não está na condição lamentável de tantos outros países. Mesmo a queda do consumo das famílias, que cresce há 19 trimestres consecutivos, a queda do consumo das famílias não foi algo além, maior do que a questão da

queda do PIB e nem da questão industrial. Portanto, esses três fatores – setor financeiro sólido, termos sido um dos últimos e o consumo das famílias, o que é responsável por nada mais nada menos do que 60% do PIB – efetivamente nos dão a condição de resolver.

Se não fosse só por isso, Senador Valter Pereira, nós temos instrumentos para agir, temos bancos públicos que, felizmente, não foram privatizados, porque houve resistência à privatização da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES. Temos um superávit. O superávit primário no ano passado, 2008, foi de nada mais nada menos do que 4,3%, maior do que em qualquer outro governo antes do Presidente Lula.

Portanto, temos gordura, podemos diminuir o superávit primário, podemos diminuir – em vez de fazer 4,3%, como fizemos no ano passado, podemos baixar para 3,8%, 3,5%, 3% – e manter o ritmo de investimento. Espero, todos nós esperamos, que o corte na taxa Selic hoje seja, efetivamente, de 2%. Se possível, que cortem mais, porque, aí, o pagamento dos juros da dívida, esse pagamento que, ano passado, consumiu nada mais nada menos do que 162 milhões, que esse recurso, diminuindo a taxa Selic, em vez de ir para pagamento da dívida, possa ser aplicado nos investimentos.

Portanto, temos instrumentos, o Brasil tem condições de enfrentar, superar e sair da crise. Vai abalar? Ah, vai abalar. Abalou? Abalou. Agora, comparar isso com os demais países é o que faz toda a diferença.

Portanto, temos que ter todo o cuidado, e considero mais ainda que a gente tem que ter o bom senso de agir da mesma forma que um jornal voltado para os homens de negócios, para os empresários, que coloca: “Crescemos, mas tivemos uma queda. Vamos cuidar, porque, no quarto trimestre, tem um sinal delicado”.

Agora, se o Presidente me permitir, o que me trazia à tribuna era...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a agora terá os cinco minutos para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bom. Eu lhe agradeço muito.

Cabe às mulheres, normalmente, aquelas tarefas de limpeza e arrumação. Historicamente nos cabe limpar e arrumar o que ficou meio confuso, meio atrapalhado, meio conturbado. Hoje, acho que tive a oportunidade de exercer uma tarefa feminina de limpeza e arrumação em dois episódios cujos registros eu gostaria de fazer.

Um deles foi o seguinte: fui Relatora do Projeto nº 372, de iniciativa do Senador Edison Lobão Filho, que reabre o prazo para que os demitidos da época Collor possam novamente ter mais prazo de requerer sua reintegração no serviço público. Fizemos o relatório, que foi aprovado por unanimidade. Os demitidos estavam lá, comemorando, até porque foram nada mais, nada menos do que 108 mil funcionários públicos que, entre 1990 e 1992, foram demitidos, afastados, exonerados, retirados das funções, causando um problema gravíssimo às famílias desses servidores e funcionários, que sofreram ao longo desse tempo.

Foi aprovada uma lei de anistia em 1994. Essa lei de anistia – passou 1995, 2000 – não foi cumprida. Só passou a ser cumprida agora, no período do Governo do Presidente Lula. Já temos mais de sete mil requerimentos apreciados pela comissão especial, e mais de seis mil já tiveram aprovação para sua reintegração. Ainda temos em torno de seis a oito mil requerimentos para serem apreciados. E, pela aprovação e pelo entusiasmo das pessoas que estavam na Comissão de Constituição e Justiça, com certeza, se for aprovado na Câmara o projeto de lei que aprovamos, teremos ainda mais alguns milhares de funcionários que, naquela época, quando imperava a história do Estado mínimo, de desmonte do Estado – o Estado não serve pra nada, aquela história: o bom é o mercado... Está aí o bom mercado, o exemplo claro do que o mercado, sem qualquer regulação e sem qualquer controle, acaba provocando no País.

Então, isto me deu muito prazer hoje: pode reaprovar o projeto – os Parlamentares que estiveram lá sabem disso.

A outra coisa é que quero reproduzir a conversa que tive há poucos minutos com o Presidente da Funai, Dr. Mário Meira. Todos sabem que temos uma dívida. O Brasil tem uma dívida com as populações indígenas. Demoramos muito, tivemos sempre muita dificuldade em demarcar as áreas indígenas e temos esse débito. É fundamental que aconteça a demarcação e que se deem condições para a população indígena ter sua condição de sobrevivência e respeito à sua cultura, à sua maneira de viver e poder sobreviver inclusive nesta civilização tão opressiva, como é a nossa, para com os diferentes, para aqueles que não atuam, e agem, e vivem no padrão tradicional.

E lá, em Santa Catarina, temos uma situação extremamente delicada, porque temos áreas indígenas, que o Governo vem tentando demarcar, em que os agricultores, ludibriados há 40, 50, 60 anos, compraram a terra. Eles têm a escritura pública. Ou seja, governos estaduais, há dezenas de anos, entregaram terra que

não era do governo do Estado, era terra da União, para empresas colonizadoras, que venderam a terra.

Os agricultores, de boa fé, compraram, têm escritura, se instalaram, investiram, e agora aquela área, está comprovado, é área indígena. A União não pode comprar a terra, que é dela mesma. Ela pode indenizar a benfeitoria, mas não pode comprar a terra.

Então, há uma situação extremamente delicada. É o seguinte: o governo do Estado de Santa Catarina, apesar de haver uma legislação aprovada – porque temos várias áreas nessa situação, inclusive, no ano passado, foi obtido recurso do Incra, que seria repassado para o Governo do Estado, que indenizaria as terras dos agricultores, para poder fazer a demarcação, atendendo o interesse e o direito dos dois grupos sociais, tanto o dos índios como o dos agricultores –, não quis, mesmo não tendo que colocar um tostão, Senador Marconi, o que é um absurdo, resolver o problema, beneficiar os agricultores. Então, pedi ao Dr. Márcio, ele ficou de verificar a possibilidade de fazer esse repasse do recurso do Incra para as Prefeituras poderem indenizar a terra e as benfeitorias, tudo direitinho, para que os agricultores possam ter sua reivindicação atendida. Ou seja, a hora em que se for resolver o problema, resolva-se o problema na sua totalidade, de índios e de agricultores, porque só resolver o dos índios vai dar guerra. Aí, vai ter uma confusão, cujas ameaças a gente já conhece. Estamos preocupadíssimos. E se não se resolver o problema dos índios e ficar atendendo os agricultores, também a gente sabe que dá guerra.

Então, é muito importante a solução, e volto a dizer que acabei me sentindo na condição feminina de tentar ajeitar, de tentar arrumar, de tentar resolver problemas antigos, como esse da terra, que foi vendida indevidamente. Venderam inclusive o que não lhes pertencia, e, hoje, temos que, para poder resolver o problema histórico, encontrar uma solução.

Era isso o que eu queria aqui comunicar e agradecer muito ao Presidente por ter me dado a oportunidade não só de fazer o debate econômico, mas também de poder comunicar, nessas duas questões de “arrumação das casas”, tanto o problema dos funcionários públicos quanto o dos índios e o dos agricultores familiares em Santa Catarina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valter Pereira como orador inscrito. Logo após, pela Liderança da Minoria, de forma alternada, o ilustre Senador Mário Couto.

Convido o Senador Jefferson Praia para presidir, por alguns minutos, esta sessão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, tive oportunidade de comandar, pela primeira vez, uma reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa.

Ao fazer este registro, quero reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelos colegas daquela Comissão que me antecederam e por aqueles novos que me agradeceram com seu voto para a presidência daquele órgão técnico do Senado Federal.

O Relatório de Atividades 2007/2008, que resumiu a intensa atividade dessa importante Comissão, demonstra quanto esse colegiado se dedicou à agricultura brasileira sob a batuta do eminente Senador Neuto de Conto.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui deixar o registro dos meus cumprimentos, especialmente a esse valoroso companheiro de Partido, que se dedicou, de forma exemplar, a um dos setores mais importantes da economia brasileira.

Já nesse primeiro evento, senti o peso dos desafios que pesam sobre minha responsabilidade e sobre os ombros dos colegas que fazem parte desse importante órgão. Afinal, é um órgão que tem a função de socorrer um pedaço da economia que responde por 40% das exportações brasileiras e detém nada menos que 34% do PIB nacional. Além do exuberante desempenho na balança comercial, o agronegócio é fonte de 37% dos empregos oferecidos neste País.

No ambiente desta gigantesca crise que a todos assusta, o agronegócio enfrenta uma situação paradoxal: de um lado, a previsível queda de estoque de alimentos, estoque de comida de todo o Planeta, em razão desta crise que se mostra avassaladora; de outro, uma infinidade de incertezas e indefinições que põem em risco as chances do agronegócio de 2009. Depois de bater sucessivos recordes de produção e receita em 2007 e 2008, a colheita de grãos deste ano corre sérios riscos de recuar. E essa inquietação está na fala do próprio Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A escassez dos créditos, a impontualidade nas liberações e a elevada remuneração dos financiamentos são fortes ingredientes que aumentam significativamente esse risco. Os preços dos fertilizantes e a pesada carga tributária, que ultrapassa 35% do PIB, também desestimulam o plantio, induzem e achatam as estimativas da safra 2009.

Em seu quinto levantamento da safra 2008/09, divulgado semana passada, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prevê uma colheita de 134,9 milhões de toneladas de grãos. É uma redução de

6,5%, comparado ao ciclo anterior, 2007/2008, que foi de 144,1 milhões de toneladas.

Menos produção, Sr. Presidente, menos renda. Segundo esse mesmo inquérito social, o campo poderá empobrecer nada menos que 8,4%. De 163,4 bilhões de toneladas, em 2008, para 149,6 bilhões, em 2009. Em 2003, para que V. Ex^a tenha uma idéia, sua renda foi de 148,5 bilhões. Portanto, a concretizar essa estimativa, a renda do campo estará praticamente voltando seis anos atrás.

Se o Governo apostar no agronegócio e agir com determinação, especialmente nesses gargalos da produção, poderá ter surpresas muito agradáveis nesse setor. Do contrário, o freio da produção será inevitável e com ele a redução das exportações. Além dos aspectos creditícios, além dessa questão tributária a que me referi, ainda é preciso lidar com outro problema que é tão preocupante quanto os demais: a violência no campo. Transformar a luta pela reforma agrária em ações de guerrilha é atentar contra a economia do País. Despida de segurança jurídica, qualquer atividade econômica põe o pé no freio. Na agricultura, especialmente, essa é uma ameaça concreta.

Lamentavelmente, empresas rurais com elevados índices de produção e de produtividade têm sido invadidas, materiais de pesquisas genéticas têm sido confiscados e propriedades invadidas injusta e violentamente. É um vandalismo que nem sequer distingue se é um patrimônio público ou uma propriedade particular.

A Comissão que passo a presidir, ao lado do meu colega Senador Gilberto, do Mato Grosso, é responsável também pelo estudo, pelos debates sobre a reforma agrária. E nós vamos cobrar, sim, a realização de reforma agrária, Sr. Presidente. Vamos cobrar. Afinal de contas, a reforma agrária, mais do que um ideal, do que um sonho, é uma necessidade. E é sobretudo uma das fontes da agricultura familiar. Mas vamos cobrar realização da reforma agrária sem essa onda de violência, sem a truculência que impede o desenvolvimento normal da agricultura de nosso País.

Honra-me, Senador Gilberto.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Valter Pereira, cumprimento-o pela diretriz que o senhor está imprimindo na Comissão de Agricultura, analisando a situação da agropecuária brasileira, mostrando todos os projetos, as prioridades que deverão ser eleitas dentro dos projetos prioritários que deverão ser analisados, as audiências públicas, a questão da reforma agrária e, principalmente, a questão da renda da agropecuária brasileira. A situação toda converge para a renda. Ainda ontem, tivemos aqui em Brasília uma reunião em que a Federação dos Trabalhadores

na Agricultura (Fetag), com todas as regionais do País, estiveram reunidas e de que participaram o Ministro Cassel, o Ministro Minc, o Ministro Lupi e todas as federações. O que ficou? O clamor desses produtores. A atividade agrícola do País precisa de renda. O Ministro Guilherme Cassel fala da luta pela terra, da luta da agricultura familiar, mas ele não sabe que o essencial é que o pessoal está pedindo, falou na imprensa, é a renda da atividade. Isso em todos os setores. Hoje há uma situação de clamor devido à alta dos custos, dos fertilizantes, dos insumos, do óleo diesel, tudo o que o senhor já colocou como prioridade de se discutir, a dificuldade, os custos financeiros do crédito agrícola do País, a escassez de crédito. Enfim, isso tudo...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A impontualidade.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Claro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Porque o agricultor trabalha com um calendário, que é o calendário da natureza. Se desobedecer esse calendário da natureza, automaticamente se inviabiliza ou põe em alto risco a produção.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – E o crédito oficial não cobre as necessidades dos produtores. Veja a agricultura familiar, os assentamentos. O pessoal está sem a regularização fundiária dos seus lotes. Isso de que V. Ex^a trata: nós precisamos cobrar a efetivação da reforma agrária no País. Ela se inicia pela regularização fundiária e é pré-requisito da proteção ao meio ambiente. Estão agora a cobrar o desmate que o assentado fez. Veja a situação em que ele se encontra! Ele não vai poder se justificar. Ele já retirou o cerrado ou as árvores maiores que havia lá. Por quê? Por falta de estrutura, de educação ambiental, por diversos fatores. Precisamos renovar, precisamos reeducar o agricultor, precisamos dar-lhe condições, precisamos dar-lhe ferramentas para produzir com respeito ao meio ambiente. Eu vejo que, na Comissão que V. Ex^a preside e da qual sou Vice-Presidente, vamos estar atuando juntos, com esse mesmo propósito. Nós precisamos dignificar essa atividade que, como V. Ex^a colocou, representa hoje 34% do PIB brasileiro. E o realce que se deu na análise dos números do último trimestre foi novamente para a agricultura, que se manteve em pé e permitiu o superávit nas relações internacionais. Foi principalmente a atividade agrícola, com toda a sua cadeia produtiva, que sustentou isso aí. O pessoal que está sem terra, que faz o vandalismo aqui em Brasília e em outros pontos do País, fala do agronegócio, que estaria prejudicando o Brasil, estaria criando pobreza e fome em todo o Brasil. Isso é uma inverdade. Nós não precisamos confrontar as duas agriculturas. Nós precisamos, sim, é dignificar e dar o devido respeito

à atividade agrícola, e o Governo precisa dar as condições para que essa atividade tenha renda e tenha sustentabilidade tanto ambiental quanto econômica. Nós vamos trabalhar com isso dentro da Comissão e esperamos que, fechando o ano, tenhamos um balanço favorável na nossa Comissão. Meus parabéns, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Gilberto.

E veja o seguinte: quando nós discutimos a necessidade da renda é para os dois segmentos, tanto para o agronegócio como para a agricultura familiar. Ambos têm de buscar renda. Não se concebe, num sistema capitalista, que se desenvolva qualquer atividade sem esse objetivo na frente.

E hoje semeia-se um equívoco dos mais graves entre aqueles segmentos que lutam pela reforma agrária: o de que o agronegócio é incompatível, tem uma inimizade nata com a reforma agrária, com a agricultura familiar.

Ora, a partir do momento em que a família se imite na posse, ela passa a ser produtora. A partir do momento em que ela recebe o seu título de domínio, ela passa a ser uma produtora. Portanto, ela, embora limitada no seu tamanho, em um determinado mercado, é uma produtora que busca os mesmos objetivos que busca o agronegócio.

Honra-me o seu aparte, Senador Raimundo Colombo.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Valter Pereira, quero cumprimentar V. Ex^a pela abordagem que faz, pela forma como apresenta suas idéias, desenvolve seu raciocínio e constrói a proposta. O senhor, que é o nosso Presidente na Comissão de Agricultura, já mostrou a competência e o dinamismo que vai emprestar a essa Comissão nas duas primeiras reuniões. Ontem, aliás, fiquei muito satisfeito com o encaminhamento que V. Ex^a deu. Realmente, o que mantém o homem no campo é a renda. Os Estados Unidos, por exemplo, são os maiores produtores de grãos do mundo e têm 2% de sua população apenas no campo, mas se relaciona e produz. Então, a nossa produção é essencial. Essa crise se abate sobre a produção agrícola de forma muito dura. Em Santa Catarina, por exemplo, estamos vivendo uma fase terrível. Abaixou enormemente o preço do gado, a procura e o preço do frango. A suinocultura, então, vive um quadro de catástrofe, porque o preço do suíno vivo, em outubro, era R\$3,00 o quilo, mas, hoje, é R\$1,60, com preço de produção a R\$2,50. O setor está entrando em colapso, inclusive as indústrias e o próprio integrado. Então, isso também é muito ruim para o Brasil no todo. Temos que construir com o Governo uma proposta

pronta, concreta, real, que proteja o agricultor, que dê meios à indústria para se desenvolver. Os estoques estão em níveis elevadíssimos porque o mercado internacional está trancado. E o senhor, de fato, aborda bem a questão. Vemos que o setor metalúrgico, que é importante, que tem sindicatos fortes, uma representação política expressiva, vem obtendo sucesso: o Governo abaixou o IPI do carro, está emprestando dinheiro para as revendedoras. Só em Santa Catarina, trezentas mil pessoas vivem diretamente das atividades do agronegócio, e temos um modelo muito voltado para exportação. No mercado interno, até que as coisas ainda estão andando bem, o preço está baixando e tal, mas a produção está sendo absorvida. Agora, no mercado externo, a coisa realmente está muito complicada. Então, V. Ex^a fortalece a sua voz, ela está em sintonia com a sociedade. Eu o cumprimento por isso e desejo me associar ao seu trabalho na Comissão de Agricultura para que possamos representar bem e tornar esse setor cada vez mais forte, produtivo, de forma a fazer com que quem trabalha, e trabalha muito nele, possa viver bem e sustentar seus filhos. Parabéns a V. Ex^a e muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado a V. Ex^a. O depoimento que presta é da mais alta significação, dada a dedicação que V. Ex^a tem demonstrado a esta causa que é a causa do povo brasileiro.

Honra-me, Senador Osmar Dias, o seu aparte.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Agricultura, assume num momento crítico. Teremos muito trabalho – sou membro da Comissão que V. Ex^a preside – neste semestre especialmente. A queda do PIB anunciada – já se previa essa queda – tem muito a ver com a queda dos preços dos produtos agrícolas. Se compararmos um produto só, a soja por exemplo, veremos que, hoje, ela está com preço 40% mais baixo do que há um ano, em valores reais – os valores nominais são praticamente os mesmos –, apenas se seguiu no câmbio. E assim é com o milho, assim é com a carne bovina.

O Estado de V. Ex^a é muito dependente do sucesso da pecuária.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – E passa por uma quebraadeira de frigoríficos que nós vamos ter de discutir na Comissão.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – É. Isso também tem de ser, realmente, uma das prioridades da Comissão que V. Ex^a preside. E há o custo de produção. Eu já falei várias vezes aqui, e V. Ex^a também já disse: não é possível que a Petrobras, com o lucro que está obtendo, com o preço do barril do petróleo tendo caído para um quinto do que era há um ano, mantenha o preço do

óleo diesel, que tem uma importância muito grande na composição do custo de produção dos produtos agrícolas. E os fertilizantes? Não dá para suportar essa escalada de preços dos fertilizantes, que hoje pegam, mais ou menos, 40% do custo de produção de uma lavoura, não é, Senador Gilberto? Não é possível que a gente transfira tanta renda assim para um setor que depende da agricultura. Os agricultores vêm sustentando essa fome desse setor de fertilizantes. Nós vamos ter muito trabalho, e eu estarei na Comissão para apoiar V. Ex^a nessas diretrizes que está anunciando que vai adotar na Comissão. Parabéns!

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a é uma das mais abalizadas autoridades para falar em agricultura aqui no Senado Federal. Tenho certeza de que nós vamos nos ajudar reciprocamente e ajudar a agricultura brasileira, que espera que o Senado cumpra um papel importante para afastá-la desses riscos que ela enxerga de frente, bem de perto.

Mas eu estava falando, Senador Osmar Dias, sobre a agricultura familiar, que também é uma das grandes responsabilidades dessa Comissão. E ela representa cerca de 10% do PIB nacional. É a agricultura familiar responsável por 77% dos empregos do campo e 70% dos alimentos. Portanto, ao iniciar esses nossos trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, queremos enfatizar todos os campos de atuação sem nos preocuparmos, sem nos ater apenas, Sr^a Presidente, à questão dos interesses do agronegócio. É o agronegócio, a agricultura familiar, a reforma agrária. Enfim, é a produção com a paz no campo.

Antes de encerrar as minhas palavras, honra-me com um aparte o Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Valter, V. Ex^a faz com dedicação, denodo e conhecimento de causa todas as demandas colocadas à sua mão. V. Ex^a, sem dúvida alguma, à frente dessa Comissão já deu mostras e provas disso, até porque foi apartado por quem conhece o assunto muito mais que eu e o referenciou melhor do que eu poderia fazer. Mas fico feliz. As suas colocações – eu estava ouvindo em meu gabinete – são de alguém que realmente quer colaborar e tem como colaborar para a agricultura brasileira e para o País, neste momento em que necessitamos tanto. Por isso, parabenizo a sua eleição e a sua visão dessa matéria.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

Ao encerrar minhas palavras, Sr^a Presidente, quero dizer aqui que voltarei a abordar, com mais profundidade, esta questão delicada pela qual o Brasil está passando, que é a violência, violência no campo, vio-

lência na cidade. Veja o episódio que aconteceu nesta semana, na frente do Ministério da Agricultura: invadiram uma propriedade pública, depredaram-na, como tem acontecido em vários outros estabelecimentos do Governo, num desatino que só prejudica a imagem desses próprios movimentos, como também causa um prejuízo que acaba sendo arcado pela sociedade. Quem paga os prejuízos no Ministério da Agricultura é o próprio contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Jefferson Praia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero fazer um registro. Hoje, mais precisamente a partir das seis horas da manhã, houve uma grande operação realizada pela CPI da Pedofilia, juntamente com a Gaerco de São Paulo, no interior. V. Ex^a está acompanhando a barbaridade de Catanduva: 50 crianças abusadas. E só o Zé da Pipa preso, o consertador de bicicletas que, na verdade, é um abusador de crianças, um aliciador, um cafetão dos mais tristes. E há gente da classe média alta envolvida que nem sequer foi ouvida.

A CPI tomou a deliberação de convidar o Gaerco para dentro dessa investigação, porque entendeu que há uma rede no interior de São Paulo. Tanto que hoje as prisões se deram em São Paulo, Bauru, Catanduva e São José do Rio Preto. Algumas pessoas se evadiram, embora estejam com mandado de prisão. Às 16 horas, Sr^a Presidenta, o Gaerco de São Paulo dará uma coletiva. Eu deveria lá estar com o Senador Romeu Tuma, que é vice-Presidente da Comissão, e o Senador Demóstenes Torres, que é Relator, mas não tivemos como nos locomover e ir a Catanduva agora a tarde para participar desta coletiva. Neste momento, falo à Nação exatamente porque essa notícia já chegou aos meios de comunicação: não foi uma operação cheia de estardalhaço, com televisão atrás como se fazia, mas uma operação para acontecer de verdade.

São predadores, são abusadores de crianças, desgraçados, pedófilos que precisam ser punidos.

A CPI irá, no próximo dia 17, terça-feira, à noite, a Catanduva, abrir uma audiência pública; em seguida, na quarta ou na quinta-feira, nós ficaremos para audiências públicas, em que ouviremos os que já estão presos, ouviremos os candidatos e os convocados, os donos do primeiro inquérito, do segundo inquérito, ouviremos a juíza, Dr^a Sueli, que é uma benção de Deus para aquela cidade, uma mulher corajosa, determinada. Não fora esse inquérito ter caído na mão dela nós não estaríamos onde estamos hoje.

Então, eu quero parabenizá-la, parabenizar o Ministério Público local, parabenizar o Gaerco por essa operação. Está mais que patente que a CPI da Pedofilia necessitará do Gaerco no Brasil inteiro para que possamos tomar posições como a que foi tomada na madrugada de hoje após dez dias de investigação.

De maneira que eu faço este registro à Nação, quero voltar a falar sobre este assunto da tribuna do Senado porque nós não deixaremos impunes os predadores das crianças de Catanduva, das crianças do interior de São Paulo.

Era esse o registro, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT assim que for possível. Evidentemente, depois do Senador Mário Couto; antes não.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estamos intercalando, Senador, uma inscrição, uma comunicação inadiável e uma Liderança.

Com a palavra, pela Liderança da Minoria, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, volto a esta tribuna, na tarde de hoje, com a preocupação voltada ao meu Estado. Iria hoje falar sobre a nossa audiência com o Presidente da Câmara em relação aos aposentados. Vou deixar para amanhã.

Preocupa-me muito, neste momento, a situação do Estado do Pará, do meu querido Estado do Pará. Vi, há pouco, alguns oradores que me antecederam. O Senador Jefferson Praia, a Senadora Marisa Serrano falou sobre a crise que se instala definitivamente neste País, infelizmente, e observei a angústia da Senadora.

Naquele momento em que a S. Ex^a falava da preocupação dela em relação ao País, eu pensava, ali, em minha cadeira, a situação do meu Estado. É lógico que nenhum brasileiro deseja que o País seja maltratado pela crise; aquele que pensa assim não é brasileiro; quem deseja o mal do seu País não é brasileiro; assim como quem deseja o mal do meu Pará não é paraense. Faço eu aqui o meu dever. Há pouco, a Senadora fez o seu dever de mostrar para a Nação a realidade dos fatos. Não podemos esconder em hipótese alguma! O que devemos fazer é mostrar à Nação a dificuldade em que vive este País.

Brincar com a crise é irresponsabilidade; brincar com o que acontece no meu Estado é irresponsabilidade. Ser otimista é uma coisa; ser irresponsável é outra. Dizer que não tem crise é irresponsabilidade; dizer que é marolinha é irresponsabilidade; dizer que não tem violência no Pará é irresponsabilidade; dizer que os aposentados deste País estão bem é irresponsabilidade; dizer que a economia do meu Estado cresce é irresponsabilidade, não é otimismo.

Ninguém deve ser pessimista. Ninguém! Criatura pessimista é uma criatura morta, é uma criatura sem vida. O alarme traz desgraça, mas a realidade é coisa séria. A realidade deve ser dita a qualquer preço.

Sr^a Presidente, há no Pará, hoje, uma intervenção pedida pela Confederação Nacional dos Agricultores, pela Confederação Regional do Pará. Vários são os pedidos ao Ministério Público de tomada de providências. A violência alastra-se no meu Estado. Não existe Capital tão violenta neste País, quicá no mundo, como Belém.

Tenho um balanço em mão de um dos maiores jornais da capital que mostra – agradeço se a TV Senado puder mostrá-lo à Nação – a violência no meu Estado. Isso já virou rotina nos jornais da Capital do Estado.

Mensalmente, os jornais vêm publicando um balanço de mortes violentas no meu Estado. Mostra o jornal, inclusive, detalhes das mortes. Mostra os assassinos – pasmem, senhoras e senhores, paraenses, brasileiros e brasileiras! – e, inclusive, com detalhes, os assassinatos. Mostra que os bandidos estão ficando cada vez mais competentes em matar pessoas no meu Estado e que agora as balas estão indo mais certas do que nunca para o lugar desejado. Não erram! Atiram nos olhos, na boca, no coração! E aqui é mostrado, detalhe por detalhe, o massacre em que vive a população paraense.

A economia do meu Estado desaba. O meu Estado entra em caos. É pedida a intervenção no meu Estado. A CPI da Pedofilia, que há pouco esteve lá, ouviu um bispo, o Arcebispo de Marajó, dizer:

“Tenham pena das crianças que vivem no Marajó! Elas são trocadas por alimentos!”

Às vezes, o próprio pai, a própria mãe troca o sexo com aquela criança por alimento. E onde está, Senador Magno Malta, a autoridade do meu Estado do Pará?

Aqui, não faço de propósito para aborrecer ninguém. Aqui, cumpro o meu dever – me entendam, me entendam! –, o meu dever constitucional, o meu dever perante aqueles que confiaram em mim, aqueles que acreditaram em mim.

Sr^a Presidenta, não vou me alongar tanto.

E vou fazer sempre isso pelo bem daquela população, daquela população sofrida. Eu repito aqui muitas vezes, vou repetir novamente ao meu povo, vou repetir novamente ao meu Estado, vou repetir novamente àqueles Municípios do meu Estado que vivem na deplorável situação da criminalidade: drogas, assassinatos, pedofilia. A economia do meu Estado está desabando, o minério desabou, a exportação do minério, a exportação da madeira. Quem quer investir no Estado do Pará? Quem quer investir no Estado do Pará hoje? Os empresários correm do meu Estado, as pessoas saem do meu Estado, as pessoas abandonam o meu Estado, as pessoas não querem mais investir no meu Estado.

Isso é triste, Senador Magno Malta. Eu não posso conviver com essa realidade. Dói no fundo do meu coração, Senador, quando recebo uma correspondência de um cidadão da minha terra.

Vou ler, Senador, vou ler essa correspondência. Dói o coração de qualquer paraense. O sexto maior exportador do Brasil cai. O sexto maior exportador, Senador Jefferson Praia, desaba.

Desaba a sua economia: comércio falido, desemprego em massa – desemprego em massa no meu Estado.

Vou encerrar, Sr^a Presidente.

Ouçã o que diz um paraense, ouçã o que diz um paraense, veja a realidade do abandono da Capital paraense:

Caro Senador, quero parabenizá-lo pelo discurso de 05/03/2009, no qual V. Ex^a versou sobre o estado lastimável da segurança pública no Pará. Gostaria de dizer que sou nascido e criado em Belém, local onde cresci, estudei, criei muitos amigos, mas hoje falo com muita tristeza: não volto para Belém por causa da violência instalada principalmente nesses dois últimos anos.

Saí de Belém em novembro de 2007, depois de uma tentativa de assalto com a minha filha, na qual a sua colega levou um tiro. Foi

um susto muito grande para nós, sem falar que já levaram o carro da minha esposa, do meu cunhado e assassinaram um vizinho nosso por que ele reagiu a um assalto na saída de uma casa lotérica.

Aproveitei que havia sido convidado por um amigo para lecionar em uma faculdade de Juiz de Fora e de Petrópolis, mudei com a minha família para Juiz de Fora onde a preocupação com a violência é quase zero.

Outros amigos meus que puderam também saíram de Belém. Tenho muitos amigos aí, Senador, inclusive na polícia, que estão todos desmotivados, pois o salário é péssimo [R\$800,00 líquido, para enfrentar a bandidagem no Pará. É isso que se paga], e a Governadora proíbe ações da polícia que a prejudicam politicamente, como incursões em aglomerados, combate ao jogo de bicho e caça-níqueis, prisão de usuários de drogas, etc.

Caro Senador, continue denunciando as mazelas dessa Governadora. Ela está acabando com o Pará. Está acontecendo muita coisa e pouca gente tem coragem de denunciar. Recebo notícias de meus amigos sobre a situação em Belém, e cada dia me pergunto: quando isto vai acabar?

Senador, temos somente o senhor para nos defender. Confiemos em vossa pessoa. Denuncie! Fale na tribuna! Divulgue nos jornais! Não vamos deixar essa Governadora continuar esfacelando o Pará.

Esta é a realidade, Senador Magno Malta: todos querem sair do meu Pará. Todos querem sair da minha Belém com medo de morrerem, com medo de serem assaltados.

Paraenses, confiem em Deus! Confiem em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro! Confiem na sua padroeira, na nossa padroeira, a maravilhosa Nossa Senhora de Nazaré, a nossa Santa Filomena!

Confiem, paraenses, as coisas vão melhorar. Eu não quero desejar, nunca, o mal do meu Estado, eu quero o bem do meu Estado, mas eu não posso mais conviver com esta situação deplorável em que vivem os meus queridos amigos do Pará. Confiem. Confiem em Deus, confiem em Cristo, que nós vamos mudar a situação deplorável do meu Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, a Sra. Serys Slhassarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar a presença de um membro importante da nossa Bancada, aqui, no plenário desta Casa, o Deputado Antônio Feijão, que nos honra e nos abrilhanta.

Semana passada, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna para falar aos meus Pares, ao Amapá e ao Brasil a respeito do projeto de lei de minha autoria que autoriza o Governo Federal a criar o Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal. A idéia principal é transferir renda para que famílias que residem nas proximidades de Unidades de Conservação passem a ter condições econômicas de continuar habitando o local sem o degradar.

A história mostra que o bioma constituído pela Floresta Amazônica permaneceu quase intocado até a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970.

Desde então, os índices de desmatamentos na região vêm aumentando de forma praticamente contínua, com pequenos períodos de estabilização ou retração do processo. É evidente que parte das estratégias para desacelerar esse processo inclui a repressão por meio de procedimentos de licenciamento ambiental, monitoramento e aplicação de multas.

Também é importante, mas não suficiente, a delimitação de Unidades de Conservação, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Todavia, ao acionar mecanismos de normatização, fiscalização e controle, o Poder Público cumpre apenas parte de sua tarefa.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, na Amazônia, a ameaça à biodiversidade é decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado e de um quadro de exclusão, associado a um elevado nível de pobreza da população.

Entre as causas primordiais de desmatamento na região, inclui-se a falta de apoio aos amazônidas para que possam viver dignamente, em harmonia com o ambiente. Nesse sentido, a criação pura e simples de Unidades de Conservação não garante o tão desejado desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O problema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Brasil ainda não foi capaz de criar uma política pública que preserve a Floresta Amazônica e que, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento sustentável da região.

Ainda esta semana, a revista *Veja* traz matéria intitulada “Quanto custa salvar a Amazônia”, que se reporta a um estudo feito por uma empresa de con-

sultoria estrangeira, que estima em 17 bilhões de reais ao ano o volume de investimentos necessários para preservar a floresta ao longo de duas décadas.

Eu entendo que o planeta se preocupe com a Amazônia, que é o pulmão do mundo, e se volte sobre alternativas para preservá-la, a fim de evitar, inclusive, o aquecimento global.

A reportagem da revista *Veja* garante que as queimadas na Amazônia significam mais de dois bilhões de toneladas de gás carbônico que o Brasil lança na atmosfera a cada ano, deixando o País num constrangedor posto de quarto maior emissor de gases do planeta – atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Indonésia.

A certa altura da reportagem, o diretor do trabalho de consultoria afirma:

O desafio para a Amazônia não está simplesmente em deter o desmatamento. É preciso incentivar o desenvolvimento de atividades formais, para dar empregos àqueles que hoje vivem da exploração predatória e também elevar o padrão de vida dos 25 milhões de pessoas que habitam a região [...]

O Ministro José Américo de Almeida, escritor que inaugurou o gênero regionalista na literatura brasileira, cunhou uma frase que é perfeita para ilustrar e descrever a situação do povo amazônida: “Meio dia já é tarde para quem tem fome”.

Uma das principais causas do desmatamento da região é a falta de apoio para que a população local viva de forma digna e em harmonia com o meio ambiente. Então, a partir do momento que o Governo estimular agricultores e ribeirinhos a conservar a floresta, a forma de pensar de quem mora nela mudará.

O meu projeto não institucionaliza tão-somente uma ajuda oficial e assistencialista. Para garantir o benefício, o ribeirinho ou o agricultor deverá morar há pelo menos três anos no local e deverá comprovar a renda mensal de, no máximo, um salário mínimo. E prevê, ainda, que o programa deverá fornecer capacitação às populações para a preservação da fauna e da flora amazônicas. Ou seja, para ter direito à Bolsa Ecologia, o projeto exige a participação de pelo menos um dos membros da família beneficiada em cursos de capacitação e treinamento ambiental ou de turismo ecológico, ministrados por organismos de educação ambiental.

É isto o que quer o meu projeto: conscientizar o ribeirinho, o agricultor, o amazônida, acerca da importância da preservação da floresta, mas dar-lhe também um meio de sobrevivência, a fim de que a fome não

o leve a promover queimadas, derrubar árvores, caçar e pescar indiscriminadamente.

Devo lembrar que não apenas sugeri uma despesa ao Governo Federal. O projeto determina que os recursos para a concessão da Bolsa Ecologia serão provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que conta com recursos das seguintes fontes: dotações orçamentárias da União, doações; contribuições em dinheiro; valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas; e 20% dos valores arrecadados em pagamentos de multas aplicadas pelo órgão ambiental federal – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme prevê o Decreto de nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

O Projeto Tamar é um exemplo de que essa ideia pode dar certo. As tartarugas marinhas já haviam sido incluídas numa lista de espécies ameaçadas de extinção, mas estavam desaparecendo rapidamente, por causa da captura incidental em atividades de pesca, da matança das fêmeas e da coleta dos ovos na praia.

O Tamar surgiu com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas. Com o tempo, porém, percebeu-se que os trabalhos não poderiam ficar restritos às tartarugas, pois uma das chaves para o sucesso da missão seria o apoio ao desenvolvimento das comunidades costeiras, de forma a oferecer alternativas econômicas que amenizassem a questão social, reduzindo, assim, a pressão humana sobre as tartarugas marinhas.

O resultado dessa parceria com a população pesqueira é fantástica: oito milhões de filhotes de tartarugas foram protegidos e hoje são os próprios pescadores que protegem os animais no período de desova.

Isto é o que eu proponho: que o ribeirinho seja um “soldado da floresta”.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Permito um aparte a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Quero apenas parabenizá-lo quanto à preocupação de V. Ex^a em relação à qualidade de vida da nossa gente. Não conheço ainda o projeto que V. Ex^a chama de Bolsa Ecologia, mas entendo que a direção é essa. Nós temos que, na verdade, preservar e conservar a Amazônia, dando condições para que as pessoas vivam na nossa região. E proporcionar essas condições significa alocarmos recursos para que as pessoas possam comprar o que precisam para ter uma melhor qualidade de vida.

É dessa forma que nós vamos manter aquela região com menor percentual de desmatamento. Entendo a importância da questão fundiária, do zoneamento econômico e ecológico, mas nada disso vai resolver, se não estivermos voltados para a questão de como podemos proporcionar uma melhor qualidade de vida para a nossa gente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Peço ao Presidente que possa me dar três ou quatro minutos para concluir.

Se V. Ex^a se mantiver disposto, eu continuarei. Se não, encerro imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a tem três minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Obrigado.

Sou Senador por um Estado onde 70% da área são de preservação ambiental. Tenho absoluta convicção de que, para conseguir um efetivo controle sobre o desmatamento, o Poder Público precisa estimular os agricultores, os ribeirinhos e as populações tradicionais a manterem a floresta em pé.

Para tanto, é preciso garantir às famílias locais a renda mínima necessária à sua sobrevivência, de forma a compensar o esforço por elas realizado em prol da conservação da floresta.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que os meus Pares haverão de me ajudar a aprovar esse projeto com a urgência que o assunto merece.

Sr. Presidente, nós temos que olhar com carinho e atenção, porque as populações ribeirinhas da Amazônia vivem sob a algema da estagnação e isso os faz viver uma situação de clandestinidade, em que são utilizados pelas forças econômicas para proceder à devastação que nós tanto queremos deter.

E, para deter, não há mecanismo melhor do que a educação. E a educação deve vir num processo pelo qual pequenos subsídios possam ser fornecidos a essas famílias que vivem na Amazônia. Esses subsídios, com certeza, serão bolsas que o próprio Governo oferece em vários estágios, apostando na educação, apostando na conscientização.

E tenho certeza de que esse é o mecanismo mais seguro. Que o Presidente Lula, a Ministra Dilma e o Ministro do Meio Ambiente tomem as providências na educação de base, para transformar os nossos ribeirinhos em verdadeiros soldados da floresta. Aí, com certeza absoluta, nós haveremos de garantir uma política segura. Que seja uma bolsa para a educação, para a manutenção do homem na Amazônia, dando-lhe estímulo para extrair seus recursos em atividades como a apicultura e outras atividades de criação, para poder manter a floresta.

Presidente Lula, quando tivermos oportunidade de discutir com os sete países mais ricos sobre a Amazônia, V. Ex^a tem que propor um fundo internacional para salvar a grande Floresta Amazônica, mantendo de pé principalmente os que nela vivem para proteger a flora e a fauna.

Será esse um mecanismo verdadeiro de controle da devastação da Amazônia. Por isso, Sr. Presidente, apresentei esse projeto para trabalhar na base, na origem, no cerne. E aí o Ministro que faz um bocado de confusão por aí e não resolve nada... É melhor parar porque vou logo esculhambar com ele...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Para encerrar, Senador.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então eu agradeço. Como sou um homem disciplinado e assim eu me comprometi, eu o faço, encerro o meu pronunciamento e deixarei para falar, na próxima oportunidade, dessas firulas aí do Ministro do Meio Ambiente: muita conversa e pouca ação.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Jefferson Praia deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer que esta Casa se sente honrada com a presença do Deputado Feijão, do PSDB, aqui no nosso plenário, e um dos nossos defensores da Amazônia. O Deputado Feijão tem-se destacado lá na Amazônia como um defensor dos ideais amazônidas.

Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

Em seguida, pela Liderança, falará o Senador Osmar Dias.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero apenas registrar a visita do Príncipe Charles, herdeiro do trono da Inglaterra, que faz uma visita ao nosso País. O Príncipe Charles, acompanhado por sua esposa, Camila Parker, Duquesa da Cornuália, irão também a Manaus, onde conhecerão, *in loco*, não só os problemas daquela região, mas também o potencial que temos para desenvolver sustentavelmente a região amazônica.

O motivo da visita do Príncipe é de vital importância para nós brasileiros. Ele vem falar sobre a necessidade de promovermos o desenvolvimento sustentável da Amazônia e alertar para os perigos que mudanças climáticas representam não só para o nosso País como para o mundo inteiro.

Isso vem, mais uma vez, corroborar que nós brasileiros temos a imensa tarefa de cuidar da Amazônia. Nós sabemos disso, pois consideramos a Amazônia o pulmão do mundo. E os olhos dos outros países estão voltados para nós, assim como estamos também com os olhos voltados para os outros países, pois entendo, Sr. Presidente, que todos os países devem dar a sua contribuição no contexto de evitarmos a intensificação do aquecimento global.

A contribuição dos países desenvolvidos deve ser a de assumirem metas de redução na emissão de CO² e de apoiar financeiramente os países em desenvolvimento nas iniciativas de combate à emissão de CO², além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

Nós estamos fazendo alternância entre uma Liderança e um inscrito. Pela alternância, o próximo a falar, depois do Senador Osmar, será o Senador Gilberto Gollner; depois, o Senador Efraim, pelo Democratas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PUC do Paraná completará, no dia 14, cinquenta anos.

A PUC é a maior universidade privada do Estado do Paraná. Ela tem uma história muito importante e participou, sem nenhuma dúvida, do desenvolvimento do Estado do Paraná. Quero aqui cumprimentar, portanto, o Professor Clemente Ivo Juliatto, e o Presidente da Associação Paranaense de Cultura, Professor Dario Bortolini.

A PUC foi criada em 1959, no dia 14 de março, por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, que era, na época, Arcebispo de Curitiba. A PUC foi administrada até 1974 pela Arquidiocese. Depois, os Irmãos Maristas, a pedido de Dom Pedro Fedalto, já Arcebispo na época, assumiram a administração da Pontifícia Universidade Católica.

A universidade conta, hoje, com 27 mil alunos, 62 cursos de graduação e mais de 150 cursos de pós-graduação espalhados em cinco *campi*, incluindo o de Curitiba. Ela está localizada também em São José dos Pinhais, Londrina, Maringá e o mais novo *campus* em Toledo. Leva, portanto, oportunidade, com essa descentralização de cursos superiores, que são ofertados no interior do Estado também, já que a grande reclamação da Universidade Federal é de que ela concentra demais o seu contingente de alunos e cursos na capital. E a PUC, com esse sentimento de ofertar um serviço de qualidade à comunidade levou, estendeu seus cursos para essas cinco cidades.

Isso é importante, porque aqueles que moram em Toledo, na região oeste, Maringá, na região norte, aqueles que estão em Londrina e em São José dos Pinhais têm à sua disposição uma universidade da mais alta qualidade, do mais alto conceito, que tem feito até um trabalho muito importante na área de biotecnologia, por intermédio do Professor Valdomiro, nosso grande companheiro, nosso amigo, que coordena, juntamente com outros professores, essa área de extrema importância para a saúde humana.

Nós aprovamos aqui, recentemente, um relatório de minha autoria que autorizou o uso de células-tronco e de células embrionárias para a pesquisa.

E a PUC, evidentemente por ser uma universidade católica, limita-se a fazer as pesquisas na área de células-tronco adultas, mas já tem relevantes serviços prestados no Paraná, avançou demais nessa tecnologia e poderá, dentro de muito pouco tempo, oferecer os seus serviços para salvar muitas vidas – é o que nós desejamos.

A Pontifícia Universidade Católica tem cinco *campi* avançados. Em Curitiba, os alunos graduados na área de saúde dão suporte ao Hospital Universitário Cajuru, que é referência em trauma. O HUC tem o maior pronto-socorro do Paraná e atende a todas as especialidades médicas.

O *campus* de Curitiba conta com o Parque Tecnológico, com cem laboratórios e unidades especiais em um espaço de 16 mil m². Há também em Curitiba o Sistema Integrado de Bibliotecas, que integra ainda as bibliotecas do Hospital Universitário Cajuru e dos *campi* de Maringá, Londrina e Toledo. O acervo, permanentemente integrado, oferece 235 mil títulos e 670 mil exemplares.

O *campus* da PUC-PR, em São José dos Pinhais, oferece cursos de graduação nas áreas agrárias, ambientais e Ciências Sociais Aplicadas. A Fazenda Experimental Gralha Azul promove o ensino e a pesquisa em contato com as mais novas tecnologias agropecuárias em uma área de cerca de 876,7 ha. Em São José dos Pinhais, há também o Hospital Veterinário e o Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito.

Em Londrina, a PUC-PR oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, Sistemas de Informação e Teologia.

Em Maringá, a PUC-PR está presente desde 2004. Lá são ofertados os cursos de Enfermagem, Filosofia e Nutrição.

E em Toledo, a PUC conta com o Hospital Veterinário de referência, modernos laboratórios e auditórios. Na unidade do oeste a PUC oferece os cursos de Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia de Produção, Filosofia, Medicina Veterinária e Psicologia.

O Reitor da PUC, Professor Clemente Ivo Juliatto, será o anfitrião, ao lado do Presidente da Associação Paranaense de Cultura, Professor Dario Bortolini, das comemorações do cinquentenário da PUC-PR, que tem início amanhã, dia 12, e termina no dia 15; é uma comemoração justa de uma Universidade exemplar, orgulho para o Paraná, orgulho para o Brasil e que, formando profissionais de nível superior, tem dado uma grande contribuição ao desenvolvimento de cada região do Estado com projetos, com novas tecnologias, com conhecimento, com o saber.

Por isso, quero registrar aqui, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, o meu orgulho de pertencer a um Estado que tem uma Universidade dessa magnitude, de uma Universidade que tem nos ajudado a construir um Estado que é nosso orgulho, o Estado do Paraná.

Parabéns à PUC pelos 50 anos de muita eficiência, muita qualidade e sobretudo pelo que ela fez para que o Paraná fosse o Estado que é hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado. Parabéns ao Paraná por ter a PUC lá também.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao nobre Gilberto Goellner, com alternância com Paulo Duque. A seguir, o Senador Efraim Moraes, pela Liderança do Democratas.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que nos traz a debater aqui no Senado é o dos biocombustíveis, originários de óleo vegetal. Os biocombustíveis foram uma política instalada no País pelo Governo Lula, que incentivava com um selo ecológico, social, aquela aquisição de produtos originários da agricultura familiar, da agricultura dos assentamentos, enfim, de oleaginosas que pudessem colaborar com a matriz energética brasileira.

Este é um assunto de extrema relevância, tanto econômica quanto agrícola, energética e ambiental, e que tem suscitado um debate que precisa ser acelerado. São os biocombustíveis.

A crescente escassez de oferta de petróleo no mundo e a frequente oscilação de seu preço tem tornado o nosso mercado de consumo energético muito vulnerável. Já se percebe isso há décadas. Mesmo em 1975, quando foi instituído o ProÁlcool, o que se objetivava era, justamente, dar ao Brasil uma matriz energética mais segura, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Os biocombustíveis prosperaram em todo o globo, ora substituindo a gasolina pelo etanol, ora o diesel, por via do biodiesel, ou até o óleo vegetal *in natura*.

Sobre o etanol, penso que todos já estamos familiarizados com o sucesso do Programa ProÁlcool. É uma matriz que, realmente, deu a contribuição necessária ao País. Ainda há muito o que se falar sobre ele, é verdade. A **Folha de S. Paulo** de ontem trouxe matéria mostrando, por exemplo, que, em alguns centros, o etanol chega às bombas dos postos de abastecimento, custando o dobro do preço pago às usinas de açúcar e álcool, uma distorção que precisa ser corrigida urgentemente. O alto preço do produto, junto ao consumidor final, decorrente de uma política equivocada de impostos e de monopólio na distribuição do produto, associado a uma logística complicada e, portanto, ininteligível, diminui o consumo do produto e faz aumentar nossa demanda por combustíveis fósseis.

Sr. Presidente, por hora, não me deterei na análise dessa questão. Voltarei a esta tribuna para tratar das questões relacionadas ao etanol. Porém, o ponto a que quero me deter hoje é a urgente necessidade de substituir, no País, o diesel de petróleo por combustíveis renováveis. Não somos autossuficientes, em diesel. Ainda precisamos exportar o petróleo bruto e importar o óleo diesel, pagando muito mais caro por isso.

Não obstante esse ônus à nossa balança comercial, o diesel do petróleo é totalmente agressivo ao meio ambiente. Como exemplo, podemos citar a frota da cidade de São Paulo, cujos veículos alimentados por diesel, representam apenas 10% dela. Mesmo assim, esses veículos são responsáveis por 45% das emissões de fumaça na atmosfera da capital paulista. Isso fez elevar em muito os níveis de partículas finas no ar, que, na capital paulista, é três vezes superior ao limite recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Então, trata-se de 300% acima do limite tolerável pela OMS.

Esses índices de emissão de partículas finas estão diretamente relacionados com os teores de enxofre contidos no óleo diesel mineral, que, no caso brasileiro, é de até 50 vezes maior do que o comercializado na Europa e nos Estados Unidos. Aqui no Brasil são toleradas 500 partes por milhão, sendo que, em países da Europa, são apenas 15 partes por milhão.

Sr. Ministro Minc, do Meio Ambiente, o País precisa urgentemente normatizar esse setor, atualizando as indústrias, fazendo com que a Petrobras faça as adaptações necessárias para diminuir o índice de enxofre que vai ser emitido para padrões toleráveis internacionalmente, que são de 15 partes por milhão.

Em nada resolveria importarmos motores de última geração, porque o problema não está nas máquinas, mas no combustível que utilizamos. Temos de substituir essa matriz energética.

Em outra matéria, veiculada em 5 de março, a **Folha de S. Paulo** apresenta-se que a poluição acelerou a morte de 20 pessoas por dia naquela cidade.

As soluções para esses inconvenientes econômicos e, principalmente, ambientais do diesel de petróleo passam pela adoção integral do biodiesel e do óleo vegetal *in natura* como matrizes energéticas.

Temos aqui no Brasil o ambiente mais adequado para a produção de biocombustíveis. A Agência Estado noticia que 20% das usinas de biocombustíveis nos Estados Unidos podem pedir concordata em 2009. Na Europa, um terço dos planos de investimento na Espanha, na Itália e na Alemanha está paralisado. Para especialistas, a crise pode explicar algo que muitos já sabiam: a indústria do biocombustível nos países ricos não é competitiva nem sustentável sem a existência de subsídios bilionários.

Nos Estados Unidos mesmo, em apenas um ano, 9% de todas as plantas industriais de etanol fecharam suas portas. No Brasil, o programa do biodiesel, que está apenas no começo, mostrou-se muito promissor e acabou levando muitos empresários a investir nesse negócio, que, agora, também mostra-se uma verdadeira arapuca.

O País possui atualmente 64 indústrias de biodiesel autorizadas para operação, com capacidade instalada para produzir 3,6 bilhões de litros de biodiesel por ano. A demanda atual pelo produto, contudo, é de apenas um terço desse total, perto de 1,2 bilhão de litros por ano, o que faz surgir, portanto, capacidade ociosa nesse setor agroindustrial.

Não bastasse isso, esses investidores, que construíram usinas, médios empresários, pequenos, na sua maioria, ganharam um forte concorrente inesperado: a própria Petrobras. A estatal passou a operar nos leilões de venda. Propagandeou, recentemente, que tencionava investir R\$2,4 bilhões para produzir 650 milhões de litros por ano até 2013. A Petrobras compra numa ponta, no leilão, e vende na outra. Isso tem feito desses leilões de biodiesel uma concorrência predatória da estatal Petrobras com todas as outras empresas que se constituíram e que produzem biodiesel no País.

O último leilão de compra do produto realizado pela ANP para aquisição de 315 milhões de litros de biodiesel aconteceu em duas etapas. Na primeira, foram leiloados contratos para a compra de pouco mais de 250 milhões de litros, sendo que só poderiam participar desse certame empresas que tivessem o chamado selo combustível social, ou seja, aquelas adquirirem certa quantidade de matéria-prima – no Centro-Oeste, são 10%; no Norte-Nordeste, são 30% de propriedades reconhecidas como de agricultura familiar. Nessa primeira etapa, apenas empresas de grande porte puderam participar e acabaram por conseguir o preço de R\$2,28 o litro, preço médio.

Na segunda fase do leilão, que tinha por objeto contratos para aquisição de 63 milhões de litros, a Petrobras ofertou biodiesel ao preço de R\$1,70, para

ser vendido, para ser objeto de compra dessas indústrias fabricantes, preço que não se ajusta a nenhuma planilha do custo do produto em questão, ainda mais se considerarmos que suas indústrias de biodiesel – da Petrobras – estão situadas em lugares distantes dos fornecedores de matéria-prima: em Montes Claros, Candeias e Quixadá. Resultado: todos os demais produtores de biodiesel ficaram sem vender o seu produto, que está estocado, aguardando um novo leilão daqui a 90 dias.

As plantas industriais do Mato Grosso, e creio também de outros Estados do País, estão parando suas atividades. Centenas de trabalhadores perdendo seu emprego. Soubessem esses investidores que a Petrobras seria concorrente deles, nesse nível de concorrência predatória, jamais teriam imobilizado capital, financiamento, tempo na construção dessas indústrias.

Naturalmente, estamos numa economia aberta, em que todos têm liberdade de investir. Contudo, se não temos aumento da demanda que justifique os investimentos que a Petrobras tenciona fazer, qual a razão desse investimento, então? Para que produzir mais biodiesel se nossas plantas industriais atualmente estão ociosas?

Como solucionar essa questão? Sugiro aqui a adoção de algumas a respeito do biodiesel.

Primeiro, é preciso fazer aumentar a demanda pelo produto, a fim de que a capacidade instalada de nossa planta industrial de biodiesel não fique mais ociosa. A princípio, o Governo poderia determinar a progressão do atual B-3, que é a mistura de 97% de diesel fóssil com 3% de biodiesel, diretamente para B-5, ou seja, 5% de biodiesel misturada a 95% de óleo diesel. Aliás, essa era a meta para 2013. Teríamos que antecipar e não passar ainda pelo intermediário B-4, já que há uma informação de que o Governo intenciona já passar para o B-4, mas também não vai atender a oferta de biodiesel que existe no País.

Cada 1% de mistura de biodiesel no diesel mineral, nos níveis de consumo que temos atualmente, corresponde a 450 milhões de litros. Em outras palavras, a progressão imediata do B-3 para o B-5 faria a demanda subir dos atuais 1,2 bilhão de litros para 2,1 bilhões de litros do produto por ano.

Só essa medida já desafogaria o setor e não traria qualquer problema de abastecimento, nem oneraria os leilões, posto que o deságio médio, no último certame, foi de 8,64%, com empresas vendendo abaixo do custo de produção, numa verdadeira “operação suicida”, financeiramente falando.

Além dessa medida, poder-se-ia determinar, ou permitir, a utilização específica do B-100, biodiesel sem mistura, em frotas cativas, como os ônibus que realizam transporte público municipal em grandes

centros urbanos. Para que essa medida se tornasse economicamente viável, no entanto, necessário se faria a redução de impostos sobre o biodiesel com essa destinação e uma eventual subvenção do custo para essas empresas que o processam.

Ainda temos a possibilidade de utilizar o óleo vegetal *in natura*. O produto já é consumido como combustível na Europa. Na Alemanha, por exemplo, é cada vez mais comum encontrarem-se postos de abastecimento com três tipos bomba: uma de diesel mineral, uma de biodiesel B-100 e outra de óleo vegetal puro. Já são 1.500 postos com biodiesel naquele país. Já se encontram em trafegabilidade mais de 20 mil carros movidos a óleo vegetal *in natura*.

Há um projeto de lei de minha autoria, o qual eu gostaria de participar a toda esta Casa, a todos os Senadores: trata-se do PLS nº 81, de 2008, que está na Comissão de Agricultura e aguarda a realização de uma audiência pública para discutir a questão. Esse projeto versa sobre a utilização do óleo vegetal em motores a diesel, a liberação do mesmo pela ANP e a utilização desse combustível por toda a frota do País e também por ônibus rodoviários, principalmente os da cidade.

Com essa audiência pública, haverá esclarecimentos dos pontos técnicos ambientais, análises de todos os órgãos envolvidos – ANP, Embrapa, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda –, que nos levarão a discernir melhor sobre essa questão da matriz energética que precisamos e queremos para o País.

Srs. Senadores, esta crise financeira fará surgir um novo modelo de sociedade humana. Os valores serão alterados – os comportamentos de consumo, inclusive. Não duvido que qualquer país que queira encaixar-se na nova ordem mundial que surgirá tenha de estabelecer suas fontes energéticas dentro dos padrões mínimos de sustentabilidade.

A nós, no Senado Federal, compete conduzir esse debate de maneira que, democraticamente, todas as vozes sejam ouvidas, e o progresso possa surgir da evolução dialética desses debates e resultem em melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Goellner, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Com os nossos cumprimentos pelo brilhante pronunciamento.

O Senador Gilberto Goellner é do Partido Democratas do Estado do Mato Grosso do Sul, orientando suas preocupações para o desenvolvimento de sua região.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Augusto Botelho, do Estado de Roraima, do Partido dos Trabalhadores, médico.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a estava inscrito como orador. Olhei, chamei, e V. Ex^a não estava. Estão os dois.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Aguardo o Senador Botelho desde que V. Ex^a me garanta a palavra em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está garantida.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Terei o maior prazer em ouvir o Senador Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anuncio V. Ex^a em seguida.

O Senador Efraim Moraes está como Líder do Democratas e representa, com grandeza, seu Estado da Paraíba.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei muito preocupado por uma informação dada pelo Diretor do Detran de Roraima, Cícero Batista, ao jornal *Folha de Boa Vista*: meu Estado, Roraima, é o terceiro Estado com maior número de acidentes de trânsito no Brasil, por cada 100 mil habitantes – somos uma população só de 400 mil habitantes.

Segundo o Diretor do Detran, esse número está relacionado à grande quantidade de motocicletas existentes no trânsito, principalmente na capital do Estado, Boa Vista.

Sr. Presidente Mão Santa, a frota de Roraima é pequena, quando comparada com outros Estados, mas o número de acidentes é muito grande, é preocupante. Atualmente, nossa frota é composta aproximadamente por 100 mil veículos, dos quais a metade é de motocicletas.

Além disso, enfrentamos em Roraima também problemas com o sistema de transporte coletivo, além da baixa formação dos condutores – principalmente dos táxis e lotações –, o que contribui e muito para esse *ranking* negativo no meu Estado.

Sr. Presidente, é preciso combater a má educação no trânsito, principalmente em Roraima, para que possamos reduzir o número de acidentes no meu Estado e, consequentemente, também no Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando a passagem do Dia Mundial da Mulher, trago um dado interessante sobre o assunto “trânsito”. Uma pesquisa do Denatran revela que, dos condutores envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas, ocorridos no período de 2004 a 2007 em todo o Brasil, apenas 11% envolviam mulheres condutoras. De acordo com o levantamento do

Denatran, 1,7 milhão de condutores de veículos estiveram envolvidos em 1,5 milhão de acidentes de trânsito com vítimas registrados nesse período de 2004 a 2007. Se formos considerar a média de condutores envolvidos, identificou-se assim: 71% eram homens, 11% eram mulheres, e, em relação a 18%, não foi informada a questão de gênero.

De acordo com o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação, até dezembro de 2008, o Brasil tinha registrado 45 milhões de condutores, sendo que 36% desse total são do sexo feminino. Em 2004, eram 10 milhões de mulheres habilitadas. Já em dezembro de 2008, esse total chegou a 14 milhões, um crescimento de 44% em quatro anos.

Na categoria “A”, necessária para a condução de motocicletas, um dos veículos que exige mais habilidade e cuidado no trânsito, são 2,5 milhões de mulheres habilitadas – quase 50% mais do que em 2004.

Sr. Presidente Mão Santa, quero fazer um alerta para todos os motoristas de Roraima e do Brasil: os custos anuais dos acidentes de trânsito, estimados pela Associação Nacional dos Transportes Públicos, ficam em R\$28 bilhões. Gastamos muito dinheiro – que poderia ser investido em saúde pública, em saneamento, por exemplo – por causa da imprudência de motoristas, que insistem em andar em velocidade alta, acima da permitida, fazer ultrapassagens perigosas, dirigir embriagados ou simplesmente em não aceitar usar o cinto de segurança obrigatório, nem usar nem obrigar os passageiros, tanto os da frente como os de trás, a usarem o cinto.

De acordo com dados da ANTP, com base na média entre os anos de 2003/2006, o trânsito brasileiro deixa por ano 34 mil mortos – 34 mil mortos; no meu Estado, acho que só dois Municípios, além da capital, têm esse número de pessoas –, 100 mil pessoas com deficiências temporárias ou permanentes e 400 mil pessoas feridas em acidentes de trânsito. Esses números estão no estudo *Trânsito no Brasil, Avanços e Desafios*.

Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos, o quadro do trânsito brasileiro se traduz em mais uma enorme fonte de instabilidade emocional e social. Para a Associação, grande parte da sociedade e seus governantes ainda preferem aceitar que esses acidentes são decorrências naturais de um conjunto de fatalidades. Mas, lentamente, a minoria vai entendendo que os acidentes são, na realidade, fatos programados e, como tais, consequências diretas da nossa visão sobre o assunto, diz o estudo. Nós precisamos que todos os governantes deste País, os prefeitos de Municípios, todos as pessoas do Legislativo, atentem que os acidentes de trânsito são evitáveis, principalmente com educação.

Para a associação, o Código de Trânsito Brasileiro é um código de comportamento, de civilidade, de exercício da promoção do bem-estar social.

O que se espera da sociedade e dos governantes, Sr. Presidente Mão Santa, é que compreendam o sentido socioeducativo da lei, pois o não entendimento desse fator custa muito caro ao País. São 35 mil mortes no trânsito no período compreendido, no estudo, entre 2004 e 2007.

Sr. Presidente, o cadastro de condutores registra, aproximadamente, 45 milhões de motoristas no Brasil e a tendência é que esse número cresça cada vez mais. Anualmente, 1 milhão e 700 mil pessoas obtêm a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), grande parte de jovens com idade entre 18 e 24 anos, e cerca de um milhão de condutores renovam a sua carteira de habilitação.

Em 2008, Sr. Presidente, o Conselho Nacional de Trânsito definiu como tema da Semana Nacional de Trânsito de 2008 a criança no trânsito. A escolha do tema teve por objetivo sensibilizar mães, pais, educadores, para adoção de ações que promovam a segurança das crianças no trânsito.

De acordo com estatísticas do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), 21.199 crianças entre 0 e 12 anos foram vítimas em acidentes de trânsito ocorridos no País, só em 2006. Desse total, 818 morreram – foram vítimas fatais do trânsito. Em 2006, o trânsito brasileiro matou 816 crianças e feriu outras 21 mil.

Em 2008, quase 3% das vítimas de acidentes de trânsito que aconteceram no meu Estado de Roraima eram crianças com idade entre 0 e 12 anos. Desse total, 8% das vítimas foram fatais. Oito por cento dessas crianças morreram.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre os óbitos por acidentes envolvendo crianças de 0 a 14 anos, os relativos ao trânsito aparecem em primeiro lugar. Em 2004, 41,1% das mortes por acidentes foram no trânsito seguidas por afogamento (26%), sufocação (13,4%), queimaduras (6,6%) e outros (12,9%).

Esses dados mostram, Sr. Presidente Mão Santa, que um trânsito melhor pode e deve ser construído por todos nós. Por isso, faço um apelo para que as novas regras de trânsito, como a Lei Seca, sejam seguidas de verdade pelos nossos motoristas, para que consigamos reverter essa triste realidade e diminuir o número de crianças e adultos que morrem em decorrência de imprudência no trânsito.

Recentemente, o jornal **Folha de S. Paulo** divulgou o perfil de mortalidade no Brasil, emitido pelo Ministério da Saúde, mostrando as doenças decorrentes do aparelho circulatório, alcoolismo, tabagismo, hábitos sedentários, como primeira causa de morte no Brasil, com 32% dos casos de morte. Em segundo lugar, pas-

sem, senhores, estão as doenças relacionadas com o câncer e outras doenças degenerativas. Em terceiro lugar, não são as infecções, as diarreias etc. Em terceiro lugar, estão os acidentes em decorrência do trânsito, com índice de mortalidade de cerca de 14%.

Segundo o Ministério da Saúde, morrem, em consequência do trânsito também – por isso aumenta a estatística para 40 mil pessoas... Essas 35 mil que falei são as que morrem imediatamente após o acidente, mas, se formos fazer um estudo mais prolongado, passa-se para 40 mil pessoas morrendo por ano em consequência do trânsito. É como se estivéssemos em uma guerra, e a arma usada para matar são os veículos e seus motoristas imprudentes. No Iraque, acho que não morreu tudo isso; de americano, nem se diga, não morreu nem um décimo disso na guerra.

Espero, Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que com este discurso eu tenha conseguido sensibilizar algum motorista. Sei que essa luta não termina aqui, mas quero reiterar a importância de fazer alertas constantes para que possamos nos unir para lutar em favor da redução da violência no trânsito, da violência de maneira geral em nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de fazer esse alerta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador Augusto Botelho, que mostra as suas preocupações com a violência no trânsito, advertindo o Governo.

Está inscrito como Líder, está aqui o documento do Democratas, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos ouvido, durante toda esta semana, uma propaganda fácil, porém não verdadeira, do Governo Federal, quando vai, por intermédio dos principais meios de comunicação, relacionando a construção de um milhão de casas populares no País, falando do sucesso do PAC e de outros projetos de repercussão, muitas vezes eleitoreiros, para promover a candidatura da Ministra Dilma Rousseff.

Eu queria aqui deixar claro, Sr. Presidente, que hoje, pela manhã, surpreendeu-me, lendo a imprensa nacional, ver na página A4 de **O Estado de S. Paulo**, o Estadão, uma matéria de responsabilidade da jornalista Lisandra Paraguassú, nos seguintes termos: *União devolve ao BID US\$57 milhões de saneamento*.

Essa é uma matéria que choca, eu tenho certeza, toda a população brasileira.

Eu peço permissão, primeiro, para fazer a leitura dessa matéria, para, em seguida, comentarmos esse assunto que, eu tenho certeza, precisa ser esclarecido pelo Ministro Márcio Fortes.

Diz, na matéria, a jornalista Lisandra Paraguassú:

Apesar de o País ter 47,5 milhões de brasileiros sem acesso a coleta de esgoto e 19 milhões viverem sem água tratada, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu na semana passada devolver R\$134 milhões (US\$57 milhões) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acabar com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

Quantas vezes nós não ouvimos aqui a base do Governo elogiando o programa PASS, programa de saneamento que ia acabar com os esgotos que correm nas ruas das cidades deste País? Resolveu o Presidente acabar com esse programa.

Assinado em 2004, o contrato de financiamento previa – com a contrapartida do Orçamento brasileiro – investimentos totais de R\$224,4 milhões (US\$95,5 milhões), para atender 129 municípios. Em quatro anos [prestem atenção], o governo conseguiu usar o dinheiro do BID em uma única cidade, Limoeiro do Norte (CE), e realizar licitações em apenas outras duas.

A história do fim do PASS e a devolução do empréstimo tomado no BID medem bem a distância entre as metas estabelecidas pelos governos e os objetivos efetivamente alcançados. É também um retrato do funcionamento precário da burocracia que não consegue viabilizar os investimentos públicos, mas está renovando as promessas dessas obras no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), redimir o País nas áreas de habitação e saneamento.

Vejam bem, o Governo acabou com o PASS, devolveu o dinheiro e agora garante que essas obras vão ser feitas pelo PAC.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o programa vai redimir o País com esses recursos nas áreas de habitação e saneamento.

Os R\$224,4 milhões do PASS eram para obras de esgoto e tratamento de água e, também, para estruturar empresas de gerenciamento, fiscalização e manutenção nos municípios.

Um ano foi gasto [um ano todo, 365 dias] para que a União realizasse licitação para contratação de empresa que iria gerenciar o programa, uma exigência do BID. Em 2006 começou a seleção dos municípios – que precisariam ter entre 15 mil e 75 mil habitantes, estarem localizados nas Regiões Norte, Nordeste, no Espírito Santo ou norte de Minas

Gerais e ter baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas 2007 foi gasto em um debate sobre manter o programa independente ou vinculá-lo ao PAC.

No ano passado, 2008, a conclusão foi deixar o PASS com apenas seis cidades [Resumiu de 129 para seis cidades. Quais foram elas?] – além de Limoeiro do Norte (CE), Quixeramobim (CE), Assu (RN), Ipojuca (PE), Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Surubim (PE). Uma obra foi iniciada, duas licitações realizadas, o restante dos editais preparado. Mas, mais uma vez, tudo foi suspenso [suspende-se tudo]. A decisão, tomada em conjunto pela equipe econômica e o staff do ministro das Cidades, Márcio Fortes – responsável pelo PASS –, foi a de encerrar o contrato com o BID e passar tudo para o PAC, inclusive as obras em andamento.

Sr. Senador, passaram-se quase cinco anos. O Governo fez reuniões, definiu reuniões, definiu os Municípios, tomou o dinheiro emprestado e, agora, resolve zerar tudo, Senador Jayme Campos: “Não precisamos mais fazer saneamento nessas cidades. Vamos devolver o dinheiro ao BID e vamos colocar na campanha da Ministra Dilma. Vamos transferir tudo para o PAC, para que a Ministra possa andar pelo Brasil, dizendo o que já disse, falando o que já falou.” Ou seja, enganando principalmente o nosso Nordeste, Centro-Oeste, o norte de Minas, ou seja, os Estados e as Regiões mais pobres deste País.

Quando se vê na televisão aquelas máquinas perfurando, colocando aqueles tubos, imaginamos que realmente é verdade.

E se foram cinco anos, começaram uma obra, fizeram duas licitações e depois mandou parar tudo.

Mas, Sr. Presidente, para se ter uma idéia, só a escolha da empresa que gerenciaria o projeto levou um ano – um ano para escolher a empresa que gerenciaria e não a que faria as obras.

Eu, daqui a pouco, terei o prazer de ouvir o Senador Jayme Campos.

Continua a jornalista: “Depois de todo esse tempo, o governo concluiu que seria caro manter o empréstimo para fazer o trabalho em apenas seis cidades.”

Ele decidiu que seriam só as seis cidades. Eram, primeiro, as 129; o Governo decidiu que seriam seis e, agora, acha caro manter o empréstimo para fazer em apenas seis cidades.

“Oficialmente, diz que o Brasil não precisa mais de empréstimos para construir infraestrutura e pode arcar com a despesa”.

Olha o que disse o Governo do PT. Ele diz exatamente que não precisa mais de empréstimos para fazer o trabalho em apenas seis cidades. É o que diz oficialmente.

Eu queria saber se é possível tomar dinheiro emprestado, deixar aplicado e depois devolver. Isso é possível? Você toma o dinheiro emprestado, passa cinco ou seis anos com ele, depois, diz: “Não, não quero mais o seu dinheiro, pode levar. Ele ficou aqui parado, mas estava guardadinho.” Quero saber se isso é possível ou se o Governo pagou juros sobre esse empréstimo. E não se fez nada.

Continua:

Compromisso [aí vem o compromisso de campanha. Vejam bem!]

Nos quatro anos em que o Brasil manteve o empréstimo com o BID, foram retirados apenas US\$2,5 milhões. O problema é que o dinheiro tem custo – há uma taxa de compromisso cobrada pelo BID quando o crédito é contratado, mas não é usado.

“No caso do Banco Interamericano, essa taxa representa 1% do valor do financiamento ao ano – foram pagos de taxa de compromisso US\$570 mil a cada ano. [É o que diz a matéria da jornalista Lisandra Paraguassú. A cada ano: se foram cinco anos, cinco vezes US\$570 mil dá quase US\$3 milhões que foram pagos por taxa de compromisso].

Os seis municípios que estavam na meta do PASS já têm recursos garantidos no PAC [é o que garante, é o compromisso]. Os outros 123 ainda não estão nem mesmo definidos e a possibilidade de atendimento perde-se no horizonte. Um dos temores dos técnicos é que nada do que foi feito até agora seja aproveitado, como as licitações, e tudo atrase ainda mais.

O Ministério das Cidades afirma que o programa foi encerrado porque o contrato expiraria nesta semana – na verdade, poderia ser prorrogado pelo menos mais dois anos – e as obras foram então repassadas para o PAC, “sem prejuízo do cronograma”.

O Estado [O Estadão] questionou o Governo sobre a falta de interesse em usar recursos contratados e disponíveis, mas o Ministério disse que o responsável pela área (de saneamento) não estava disponível para responder”.

Portanto, Sr. Presidente, acho que o que nós estamos vendo aqui é um verdadeiro absurdo com o dinheiro público, com o dinheiro do País, e, nesta manhã, tive a oportunidade, na Comissão de Assuntos

Sociais, ao lado de todos os nossos Pares, de apresentar requerimento, que foi aprovado e, ao ser aprovado, foi convidado o Ministro Márcio Fortes para oferecer essas explicações naquela Comissão.

Portanto, o Ministro está convidado, a Senadora Rosalba Ciarlini ficou de marcar a data para que ele venha exatamente, Senador Mão Santa que preside esta sessão, venha exatamente tratar desse assunto.

Antes de continuar, peço permissão para ouvir o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a fala, na tarde de hoje, sobre um assunto muito interessante, até porque, já de algum tempo, o Governo Federal criou esse hábito. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, o Programa Habitar-BID, que contraiu financiamento do próprio Banco Mundial ficou seis anos com os recursos parados, o Governo pagando juros, e lamentavelmente esses recursos não foram aplicados em toda a sua plenitude. Falo isso como Prefeito de Várzea Grande; já saí da Prefeitura, já sou Senador da República, e, lamentavelmente, em um projeto que iniciei seis anos atrás, praticamente quase nada foi liberado em virtude da incompetência e, sobretudo, do descaso que o Governo Federal faz em relação à aplicação desses recursos para as obras de infraestrutura. Contudo, meu caro Senador Efraim, o mais importante que temos de chamar atenção aqui é em relação ao PAC. O PAC virou uma peça de ficção. Tudo o que se fala neste País aqui é PAC – PAC vai, PAC vem –, e de concreto você não vê nada realizado. Falo com muita cátedra e com muito conhecimento de causa em relação ao meu Estado de Mato Grosso. Há pouco tempo atrás, ou seja, há mais de um ano, a Ministra Dilma Rousseff veio aqui à Comissão de Infraestrutura e falou praticamente 10 horas de relógio das realizações que o PAC faria por todo o território nacional. Entretanto, no meu Estado de Mato Grosso, o *folder* que eu recebi, como imagino V. Ex^a deve ter recebido um livrinho lá, anunciava algumas dezenas de obras em Mato Grosso – no setor rodoviário, no setor elétrico, no setor de saneamento etc e etc. Senador Efraim, não tem uma obra sequer. É o maior engodo, a maior tapeação e a maior mentira que existe na história republicana deste País! Lamentavelmente, o Governo está usando de truques de palavras, tentando enganar toda uma população que está à mercê, como V. Ex^a bem disse, de obras de saneamento. Hoje, lamentavelmente, grande maioria da população brasileira não tem acesso à água tratada, não tem acesso ao esgotamento sanitário, etc. Portanto, V. Ex^a quando vem a essa tribuna fazer um comentário em relação à matéria jornalística que, tenho certeza, é verídica, nós temos que nos preocupar muito. O povo brasileiro tem que acordar. A mentira tem perna curta, e nós temos

que aqui, todos os dias, meu Líder José Agripino, denunciar a farsa que está sendo construída neste País em relação aos anúncios mentirosos, inescrupulosos por parte do Governo Federal que quer, de uma maneira ou de outra, enganar o povo para ganhar as eleições no futuro, com certeza. Portanto, V. Ex^a está de parabéns em relação a essa matéria que traz à Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, ao mesmo tempo em que quero parabenizar a jornalista...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Efraim!

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...Lisandra, exatamente pela matéria que ela escreve e traz aqui – encontra-se hoje nos jornal *O Estadão*, uma matéria com destaque. Uma matéria que li na íntegra e acho muito importante. E como acho muito importante, vou procurar a jornalista para que possamos dar continuidade a esse entendimento, já que o próprio Ministro já está convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, por requerimento deste Senador, na próxima semana. É interessante que o Ministro Márcio Fortes – tenho boas informações do seu trabalho – venha esclarecer isso aqui ao País. **O Estadão** presta um grande serviço, através da sua jornalista, sobre a questão do saneamento e dessa farsa que está acontecendo no nosso País.

Pois não, Senador João Pedro. Com muito prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a, evidentemente, está repercutindo uma matéria. Não li a matéria, mas estou ouvindo aqui V. Ex^a. Mas V. Ex^a não aborda um aspecto que eu gostaria de colocar para a sua reflexão. V. Ex^a conhece a minha posição, posição de Governo, e quero me contrapor a este discurso de que o PAC é uma farsa, de que é uma mentira. Não tem isso. Agora, no mérito, V. Ex^a sabe que esses recursos de instituições internacionais, como no caso o BID, quando o dinheiro fica disponibilizado... Eu gostaria de fazer este aparte para V. Ex^a fazer uma reflexão, porque eu não sei se tem isto na matéria: a contrapartida. Por que o dinheiro volta? Porque os Estados, quando é o caso, ou os Municípios não oferecem a contrapartida. Voltam recursos, porque eles não se complementam. E muitos recursos, com esse recurso internacional para saneamento, voltaram por conta da falta da contrapartida. Não sei se a matéria aborda esse aspecto. Agora, nada melhor para o Senado do que fazer esse debate com o Ministro Márcio Fortes. Espero que a vinda do Ministro no âmbito da Comissão seja um debate esclarecedor e que a gente possa fazer com que o debate provoque a aplicabilidade desses recursos. Quando a obra é para saneamento... Não tem obra

mais importante de infraestrutura do que saneamento, porque vai na direção da qualidade de vida do nosso povo. É lamentável que recursos para o saneamento público voltem. Agora, quando voltam, em muitos casos, eles se refletem em função da falta da contrapartida de Prefeitos e Governadores. Essa é a verdade. Por isso eu gostaria que V. Ex^a refletisse sobre isso. Quero parabenizar o debate que vai haver com a presença do Ministro e dos Senadores. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Senador João Pedro, entendo perfeitamente a posição de V. Ex^a como homem de Governo. É claro que, nesse caso, V. Ex^a, por mais inteligente que seja... E conheço sua inteligência, conheço a sua sabedoria, sei o quanto V. Ex^a vive o Governo, mas, perdoe-me V. Ex^a: é impossível se justificar isso aqui. V. Ex^a joga a culpa, e tem sido costume do PT e do Governo transferir responsabilidade para os Governos e para os Municípios, até porque quando não se realiza a obra a culpa é do Prefeito, lá na ponta, que não tem contrapartida.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, veja bem: o início do projeto, setembro de 2004, valor inicial US\$95 milhões, sendo 60% do BID e 40% restante da União. Então, o Governo está sem dinheiro e dizendo que tem dinheiro. Se não houve contrapartida, foi do Governo, foi do Governo Federal! Está aqui e não é brincadeira, não. Se houve um compromisso, e há que se pagar o recurso como compromisso, sabe quanto tempo o Governo levou para escolher a empresa que iria gerenciar o projeto? Levou um ano, um ano para gerenciar!

Então, é isso que nós não queremos que aconteça, e V. Ex^a, tenho certeza, também não. A parte técnica falha aqui e, se falha aqui, prejudica na ponta. Quem escolheu os 129 Municípios não foram os Governadores dos Estados, não. E é bom que se diga aqui que a maioria dos Municípios são Estados da base do Governo. A maioria dos Municípios, dos seis Municípios que foram escolhidos, são da base do Governo, aliás todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pernambuco tem Surubim, Santa Cruz do Capiberibe, Ipojuca; o Ceará tem Limoeiro do Norte, Quixeramobim; e o Rio Grande do Norte tem Açu. Todos da base do Governo! Não tem ninguém da Oposição, não. Nenhum desses Municípios pertence a Estado que é da Oposição, pelo contrário, é da base do Governo.

Se houve a demora para que se iniciassem as obras, isso é exclusivamente da parte Governo. Se V. Ex^a quiser transferir a responsabilidade, tem de transferi-la aos Governos que são da base do Governo. Quero dizer aqui, bem claro, que a culpa é da União, a culpa

é do Governo do Partido de V. Ex^a, o PT. A culpa é da União, que está sem condições de executar aquilo que promete, fazendo a propaganda...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ... fácil, dizendo aqui o que não está fazendo e enganando a população brasileira. Essa é a verdade.

Senador Sérgio Guerra, escuto V. Ex^a, com a permissão da Mesa, para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai pedir a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Só um minuto ao Senador e encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai pedir pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Ele vai pedir a palavra pela ordem? Então, depois o Presidente lhe dará a palavra, Senador Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Efraim, eu gostaria de comentar o seu discurso.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – V. Ex^a falará em seguida. Terei o maior prazer, já que será pela ordem. Eu já tinha dado o aparte, mas o Presidente pede que eu conclua.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aparte, segundo o Regimento...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Mas eu queria concluir, Sr. Presidente, e precisaria de um pouco mais de tolerância.

Hoje o *Estadão*, em sua página nacional, traz matérias que têm de ser debatidas nesta Casa. Além da matéria de Lisandra Paraguassú, vem a matéria de Lu Aiko Otta, que é também da sucursal de Brasília.

“Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”. E o Governo passou a semana toda, a Ministra foi dizer que iria fazer um milhão de casas e que as daria de graça e, depois, recuou. Agora, está aqui, o Governo deixou de repassar, ano passado, R\$202 milhões.

Está no Siafi, está no Orçamento da União. E o Governo diz que vai construir casa onde não gasta sequer o dinheiro do Orçamento para construção de casas populares.

Então, é preciso que se esclareça, que se traga o feito à ordem para que não se fique, em rádio, televisão, jornais, mentindo para a população, tentando levantar uma candidatura com promessas falsas e obras inexistentes.

Por isso, Sr. Presidente, está a matéria aqui:

“O ritmo frenético de reuniões do Palácio do Planalto para discutir as medidas do pacote da habitação sugere que construir moradias populares é prioridade absoluta do governo. Os

números da execução do Orçamento de 2008, porém, mostram uma realidade diferente. No ano passado, sobraram R\$ 202,4 milhões das verbas reservadas para subsidiar habitações de interesse social.

Esse é justamente um dos programas que, turbinado, vai permitir à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, virtual candidata à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, entregar casas a mutuários que pagarão prestações de R\$15,00 a R\$20,00”.

Está aqui, Senador. Não investiram R\$202 milhões em casas populares. E, agora, devolvem mais R\$134 milhões de saneamento. E o Governo diz que tudo anda em paz, que o PAC é a grande revelação. É a grande mentira, lamentavelmente, deste Governo, porque o PAC tenta levantar uma candidatura que não existe.

O que nós queremos é combater a crise, o que nós queremos é exatamente ajudar o Governo.

Agora, precisamos mostrar à sociedade o que está acontecendo através da própria imprensa. E, aqui, eu peço a V. Ex^a que seja registrado, na íntegra, nos Anais desta Casa, a reportagem de Lisandra Paraguassú, intitulada “União devolve ao BID US\$57 milhões de saneamento”, o que equivale a R\$134 milhões e, também, da jornalista Lu Aiko Otta, sob o título “Habitação teve R\$202 milhões perdidos no Orçamento”. Todos os dois, matéria...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...da página A-4. Eu peço que seja registrado, na íntegra, para que, amanhã, baseado nessas informações e outras mais que procuraremos ter, uma vez que no dia de hoje, pela manhã, com apoio unânime na Comissão de Assuntos Sociais, nós chegamos a um entendimento.

Convidamos o Ministro Márcio Fortes – e foi aprovado requerimento da minha autoria –, para que S. Ex^a, de acordo com a Assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, que é presidida pela Senadora Rosalba Ciarlini, possa vir – e eu espero que seja na próxima semana – para que possamos discutir esse assunto. E espero que ele esclareça e dê o caminho para que todos nós possamos entender e, acima de tudo, o motivo de o Brasil, em plena crise mundial, devolver dinheiro para bancos estrangeiros.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

A4 QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2009
O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL

GOVERNO

União devolve ao BID US\$ 57 mi de saneamento

Financiamento previa atendimento a 129 municípios, mas em quatro anos só uma cidade foi beneficiada

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Apesar de o País ter 47,5 milhões de brasileiros sem acesso a coleta de esgoto e 19 milhões viverem sem água tratada, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu na semana passada devolver R\$ 134 milhões (US\$ 57 milhões) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acabar com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS). Assinado em 2004, o contrato de financiamento previa - com a contrapartida do Orçamento brasileiro - investimentos totais de R\$ 224,4 milhões (US\$ 95,5 milhões) para atender 129 municípios. Em quatro anos o governo conseguiu usar o dinheiro do BID em uma única cidade, Limoeiro do Norte (CE), e realizar licitações em apenas outras duas.

A história do fim do PASS e a devolução do empréstimo tomou o BID mede bem a distância entre as metas estabelecidas pelos governos e os objetivos efetivamente alcançados. É também um retrato do funcionamento precário da burocracia que não consegue viabilizar os investimentos públicos, mas está renovando as promessas de, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), redimir o País nas áreas de habitação e saneamento. Os R\$ 224,4 milhões do PASS eram para obras de esgoto e tratamento de água e, também, para estruturar empresas de gerenciamento, fiscalização e manutenção nos municípios.

Um ano foi gasto para que a União realizasse licitação para a contratação de empresa que iria gerenciar o programa, uma exigência do BID. Em 2006 começou a seleção dos municípios - que precisariam ter entre 15 mil e 75 mil habitantes, estarem localizados nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, no Espírito Santo ou norte de Minas Gerais e ter baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas 2007 foi gasto em um debate sobre manter o programa independente ou vinculá-lo ao PAC.

No ano passado, a conclusão foi deixar o PASS com apenas seis cidades - além de Limoeiro do Norte (CE), Quixeramobim (CE), Assu (RN), Ipojuca (PE), Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Surubim (PE). Uma obra foi iniciada, duas licitações realizadas, o restante dos editais preparado. Mas, mais uma vez, tudo foi suspenso. A decisão, tomada em conjunto pela equipe econômica e o staff do ministro das Cidades, Márcio Fortes - responsável pelo PASS -, foi a de encerrar o contrato com o BID e passar tudo para o PAC, inclusive as obras em andamento.

Só escolha de empresa que iria gerenciar projeto levou um ano

Depois de todo esse tempo, o governo concluiu que seria caro manter o empréstimo para fazer o trabalho em apenas seis cidades. Oficialmente, diz

que o Brasil não precisa mais de empréstimos para construir infraestrutura e pode arcar com a despesa.

COMPROMISSO

Nos quatro anos em que o Brasil manteve o empréstimo com o BID, foram retirados apenas US\$ 2,5 milhões. O problema é que o dinheiro tem custo - há uma taxa de compromisso cobrada pelo BID quando o crédito é contratado, mas não é usado. No caso do Banco Interamericano, essa taxa representa 1% do valor financiado ao ano - foram pagos de taxa de compromisso US\$ 570 mil a cada ano.

Os seis municípios que estavam na meta do PASS já têm recursos garantidos no PAC. Os outros 123 ainda não estão nem mesmo definidos e a possibilidade de atendimento perde-se no horizonte. Um dos temores dos técnicos é que nada do que foi feito até agora seja aproveitado, como as licitações, e tudo atrase ainda mais.

O Ministério das Cidades afirma que programa foi encerrado porque o contrato expiraria nesta semana - na verdade, poderia ser prorrogado por pelo menos mais dois anos - e as obras foram então repassadas para o PAC "sem prejuízo do cronograma". O Estado questionou o governo sobre a falta de interesse em usar recursos contratados e disponíveis, mas o ministério disse que o responsável pela área (de saneamento) não estava disponível para responder.

O CASO

• **Início do projeto:**
setembro de 2004

• **Valor inicial:**
US\$ 95,5 milhões, sendo 60% do BID e o restante da União

• **Meta inicial:**
atender 129 municípios, sendo 41% do semiárido nordestino

• **Final do projeto:**
março de 2009

• **Valor usado do BID:**
US\$ 2,5 milhões

• **Municípios atendidos:**
1 - Limoeiro do Norte (CE)

• **População com acesso a água tratada:**
90% - 19 milhões de pessoas não têm água tratada

• **População com acesso a coleta de esgoto:**
75% - 47,5 milhões de pessoas não têm coleta de esgoto

Sem-terra causam perda de R\$ 2,8 mi à Aracruz

Mulheres ligadas à Via Campestina prosseguem até o fim da semana com invasões pelo País. **OPINION**

Habitação teve R\$ 202 milhões perdidos no Orçamento

Lu Alko Otta
BRASILIA

O ritmo frenético de reuniões do Palácio do Planalto para discutir as medidas do pacote da

habitação sugere que construir moradias populares é prioridade absoluta do governo. Os números da execução do Orçamento de 2008, porém, mostram uma realidade diferente. No ano passado, sobraram R\$ 202,4 milhões das verbas reservadas para subsidiar habitações de interesse social.

Esse é justamente um dos programas que, turbinado, vai permitir à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, virtual candidata à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, entregar casas a inúmeros que pagarão prestações de R\$ 15 a R\$ 20. As mensalidades serão baixas graças ao subsídio que sairá do Orçamento.

No entanto, dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que não houve pressa em entregar esses subsídios às famílias de baixa renda. Há R\$ 450 milhões disponíveis para isso. Desses, R\$ 247,6 milhões foram

empenhados, ou seja, foram atrelados a obras em andamento.

O restante, R\$ 202,4 milhões, permaneceu intocado. Da virada para 2009, essa sobra virou superávit primário, ou seja, foi usado para pagar juros da dívida pública. O dinheiro não está mais à disposição do Ministério das Cidades, responsável pelo programa.

Técnicos da área reconhecem que o governo tem dificuldade em executar obras com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A lei que criou esse mecanismo foi aprovada em junho de 2005. A regulamentação só saiu um ano depois.

Integrantes dos movimentos sociais em prol da moradia popular alertaram Dilma para o fato de que, nessa velocidade, será difícil cumprir a meta de construir 1 milhão de moradias até o fim de 2010.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Exª será atendido na forma regimental.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Efraim, eu queria somente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Infelizmente, o Senador já tinha terminado o discurso e nós já estamos com a Ordem do Dia atrasada em uma hora. De maneira que, eu pediria a compreensão da Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) –

Pois não. Não faltará tempo para nós discutirmos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu quero me desculpar perante a Casa, porque nós estamos com um atraso de quase uma hora na Ordem do Dia, em decorrência da visita do Príncipe Charles e sua esposa ao Senado. Nós tivemos oportunidade, então, alguns Senadores, de recebê-los e essa audiência demorou até este instante. Mas eu quero, então, abrir a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá

Eu dou a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem, e convoco o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, para comparecer ao plenário.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, de maneira bastante breve, quero anunciar a V. Exª que hoje tive a honra de passar a integrar a Frente Parlamentar Cooperativista e presenciei a belíssima reunião, muito organizada e muito representativa, da entidade chefe,

líder das cooperativas, com a presença de inúmeros Senadores e Deputados com assento neste Congresso; anunciar com muita alegria a eleição do Deputado Zonta como Presidente da Frente Parlamentar e a reeleição de Márcio Lopes Freitas para a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil); e anunciar ainda, Sr. Presidente, para encerrar, que uma parlamentar do Norte, a única parlamentar do Norte, Deputada Rebecca Garcia, do meu Estado, representa nossa Região como Subsecretária-Geral da Frente Parlamentar. Portanto, nós imaginamos que será um trabalho muito profícuo e muito intenso, que haverá de dar frutos para uma perspectiva que é a de distribuição de riqueza, de organização da sociedade e de criação de novos empreendedores neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, porque teremos votação de duas medidas provisórias e votação de autoridade.

PARECER Nº 27, DE 2009-PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – AP. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer da medida provisória é pela constitucionalidade.

No mérito, estamos apresentando doze emendas. Algumas, de certa forma, corrigem o texto que veio da Câmara dos Deputados, e outras emendas ampliam o processo de renegociação da dívida agrícola de setores que não foram atendidos no final do ano passado. No meu relatório, agreguei onze emendas; e, posteriormente, apresentei também uma décima segunda emenda, Sr. Presidente, que visa exatamente à equalização da armazenagem do álcool brasileiro. É uma emenda que autoriza a subvenção para equalização de taxa de juros nas operações contratadas de 2009 a 2010, para financiamento de estocagem do álcool, exatamente para enfrentar mais esse desafio da comercialização do álcool.

Então, o relatório é pela aprovação, com as mudanças que faço.

Estou à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 27, DE 2009

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provi-

sória nº 445, de 6 de novembro de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 31, de 2008, à Medida Provisória (MPV) nº 445, de 6 de novembro de 2008, que tem por objetivo autorizar que se dispense a Caixa Econômica Federal (CEF) do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que seriam devidos à União, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, em montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado.

O montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil, que tenham por objeto a construção habitacional, cabendo ao Conselho Monetário Nacional regulamentar a MPV.

No seu texto original, a MPV tinha apenas artigos o segundo definia a cláusula de vigência. À Medida foram oferecidas 18 emendas na Comissão Mista, instalada conforme o **caput** do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que aprovou o relatório do Deputado Paulo Pimenta.

A Emenda de nº 1, do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, inclui como beneficiários de empréstimos de capital de giro os prestadores de serviços turísticos. A Emenda de nº 2, do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, objetiva constituir um fundo de aval que seria remunerado por taxa de juros equivalente à taxa de juros do Serviço Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). A Emenda de nº 3, do Deputado Bruno Araújo, objetiva garantir que a CEF efetue, até o final de 2011, o recolhimento do saldo não utilizado corrigido pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. A Emenda de nº 4, do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, além de constituir um fundo de aval, determina que em 2011 os recursos e os haveres do fundo de aval sejam transferidos ao Tesouro Nacional, incluindo juros equivalentes ao período. A Emenda de nº 5, também do Deputado Antônio Carlos

Magalhães Neto, determina as condições contratuais para os termos de recuperação do capital pelo fundo de aval. A Emenda de nº 6, do Deputado Fernando Coruja, determina que cada operação de empréstimo da CEF, com garantia dos recursos do Tesouro Nacional no âmbito da MPV, seja publicada na página daquela empresa pública na internet. A Emenda de nº 7, do Deputado Gustavo Fruet, determina que a CEF encaminhe relatório trimestral ao Congresso Nacional sobre as operações amparadas pela MPV. A Emenda de nº 8, do Deputado Hugo Leal, autoriza a Casa da Moeda do Brasil a adquirir participação no capital de empresas públicas ou privadas. A Emenda de nº 9, também do Deputado Hugo Leal, autoriza o Poder Executivo a operacionalizar o Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH). A Emenda de nº 10, do Deputado Sandro Mabel, prorroga o prazo de recadastramento de propriedade de armas de fogo para 31 de dezembro de 2009. A Emenda de nº 11, do Deputado Nelson Pellegrino, estabelece novos prazos para a renegociação dos financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação sem a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). A Emenda de nº 12, do Deputado Arnaldo Jardim, destina-se a estabelecer condições para que o Poder Executivo, no âmbito de todos os entes federados, possa receber projetos com vistas a concessões de obras públicas. A Emenda de nº 13, do Deputado Gustavo Fruet, autoriza a União a abrir linha de crédito para o setor do agronegócio. A Emenda de nº 14, do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, determina que a CEF encaminhe relatório semestral ao Congresso Nacional sobre as operações amparadas pela MPV. A Emenda de nº 15, do Senador Romero Jucá, tem por finalidade estender o prazo para 31 de dezembro de 2012 dos benefício tributários da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil. A Emenda de nº 16, do Deputado Milton Monti, prorroga a autorização legal para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) possa utilizar recursos para executar obras para fins de apoio à transferência definitiva da malha rodoviária aos estados. A Emenda de nº 17, do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, reabre o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Finalmente, a Emenda de nº 18, também do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir linha de crédito para o financiamento de capital de giro pela CEF.

O relatório do Deputado Paulo Pimenta concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das emendas apresentadas; pela adequação financeira e orçamentária da MPV e pela inadequabilidade das Emendas de nº 8 (participação de órgão público em empresas públicas ou privadas sem a correspondente dotação orçamentária), de nº 13 (emissão de títulos da dívida mobiliária), de nº 15 (extensão de prazo de privilégio tributário) e de nº 17 (parcelamento de tributos), que repercutem negativamente sobre os orçamentos da União, não cabendo pronunciamento acerca da adequação financeira e orçamentária das demais; e, no mérito, pela aprovação da MPV, com acolhimento das Emendas de nºs 9, 10, 11, 12, 14 e 16, na forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) de nº 31, de 2008, que foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados no último dia 3 de dezembro. Cabe ainda esclarecer que foi aprovada a Emenda Aglutinativa de Plenário que fundiu a Emenda de nº 4 com o texto do art. 1º do PLV; que, a despeito da rejeição da Emenda de nº 6, foi incluída a exigência de publicação na internet pelo valor total das operações; e que a Emenda de nº 16 sofreu pequena alteração para especificar que as ações do DNIT se farão nos limites de sua dotação orçamentária.

Além disso, foi introduzido dispositivo que altera a MPV nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para abrir novo prazo de dois anos, contados da conversão em lei da MPV em análise, para os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenha avaliação positiva da agência financiadora, no BNDES e na CEF, e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

II – Análise

II.1 – Da admissibilidade

Consoante dispõe o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito de Medida Provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

Quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, afirma a Exposição de Motivos nº 185, de 2008, do Ministério da Fazenda, que a relevância e urgência se justificam, não só pela iminente paralisação de obras, diante do consequente descumprimento dos contratos de compra e venda firmados com dezenas de milhares de famílias que adquiriram

imóveis em construção, que seriam profundamente afetadas, como também pela própria confiabilidade do mercado da construção, que teria seu crescimento futuro comprometido.

Cabe sempre observar que a urgência e a relevância são requisitos de avaliação discricionária, de apreciação estritamente política, permeada pelos critérios de oportunidade e conveniência. Dessa forma, consideramos plenamente justificável a relevância e urgência da MPV.

II.2 – Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

O ato normativo em exame enquadra-se nas previsões constitucionais. O Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, ao editar e submeter à deliberação do Congresso Nacional a MPV nº 445, de 2008. Destaque-se que o objeto da MPV não trata das restrições impostas pelo § 1º daquele dispositivo, nem tampouco atenta contra os requisitos impostos pelo art. 246 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, é adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República.

O texto também atende às exigências da boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Em razão dos acréscimos feitos ao texto original da Medida Provisória nº 445, de 2008, foi adotado projeto de lei de conversão, conforme previsto no art. 62, § 1º, da Constituição Federal.

II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Dessa forma, no que diz respeito à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, que ora apreciamos, em especial com as limitações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entendemos que o cumprimento da meta de superávit primário, conforme a Lei nº 11.768, de 2008, que dispõe sobre

as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, já proporciona condição suficiente para ser admitida a adequação orçamentária e financeira da MPV. Além disso, pelos valores arrecadados pela União, em 2007, de dividendos e juros sobre o capital próprio da CEF no total aproximado de R\$1,1 bilhão para um lucro líquido ajustado de aproximadamente R\$2,2 bilhões, ou seja, cerca de 50%, deduz-se que, respeitando-se o limite mínimo de 25% do lucro líquido na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, não haverá impacto orçamentário significativo a ponto de comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à não-apresentação pelo Poder Executivo de estimativas sobre a repercussão na despesa pública da União, devem ser considerados alguns aspectos supervenientes. A Lei nº 11.768, de 2008, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, ao estimar a receita de dividendos da União, destina os recursos, em sua totalidade, para o abatimento da dívida pública. Além disso, deve-se considerar o aspecto autorizativo no a, pois sua efetividade dependerá de decisões posteriores do Poder Executivo.

II.4 – Do mérito

Quanto ao mérito, a justificativa do Poder Executivo é a de que o agravamento da crise financeira internacional tem imposto sérias restrições no acesso ao crédito para diversos agentes econômicos. Sem apresentar dados, a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda diz que as restrições de acesso ao crédito são notadamente para aqueles que atuam no ramo da construção civil.

Sendo assim, a iminente paralisação de obras e consequente descumprimento dos contratos de compra e venda firmados com dezenas de milhares de famílias que compraram imóveis em construção constitui-se em fator relevante para que haja ação para a manutenção do nível de atividade econômica e emprego no setor de construção habitacional.

Cabe esclarecer que a Medida Provisória prevê que o montante será definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, devido ao fato de que não há elementos suficientes para saber quais os lucros da CEF no período de 2008 a 2010, nem o grau de extensão da demanda dos recursos.

A CEF é, de acordo com o Decreto nº 759, de 1969, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

De acordo com o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.673, de 1998, para as empresas públicas, o recolhimento ao Tesouro Nacional de dividendos ou juros será feito

no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União de proposta sobre a destinação do lucro do exercício, após a aprovação do Ministro de Estado da Fazenda.

Ao afirmar que o montante será utilizado para a cobertura de 35% do risco de crédito, a MPV estima que, ao garantir, por meio de seguro de crédito, 35% do montante e dos juros de uma operação de crédito, a União estará cobrindo boa parte do risco de inadimplência, pois o risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não-cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A CEF, por exemplo, opera com recursos de fundos parafiscais e dos trabalhadores como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso significa que a CEF se obriga com a devolução dos recursos aos fundos, mesmo no caso de inadimplência do tomador de empréstimo.

A presente MPV consiste em mais uma dessas medidas contracíclicas de incentivo ao crédito. No caso específico, com o objetivo de estimular o setor habitacional. Enfim, também quanto ao mérito não há o que reparar, pois são fundadas as razões apresentadas pelo Poder Executivo de que a falta de capital de giro das empresas de construção civil poderá resultar em paralisação de obras e descumprimento de contratos de compra e venda firmados com os promitentes compradores.

Com relação às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, entendemos que elas vêm no sentido do aperfeiçoamento da proposição e do seu objetivo de sustentar o nível de crédito.

Todavia, por meio de algumas emendas, temos o intuito de aperfeiçoar o PLV nº 31, de 2008, no que será mais uma colaboração do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento legal do País.

As Emendas de nºs 1, 3 e 4 tratam dos contratos de financiamento habitacional e se justificam diante da necessidade de não se onerar indevidamente o FCVS, pois a assunção do financiamento pelo atual ocupante do imóvel não pode considerar a garantia do FCVS originalmente dada ao primeiro mutuário.

A negativa de cobertura do FCVS para o primeiro contrato nem sempre é irreversível, pois há casos de reversão da negativa pelos agentes financeiros e mutuários, por meio administrativo ou judicial. No entanto, ao conceder ao atual ocupante do imóvel as mesmas condições do contrato original, a Lei não pode permitir que os contratos que perderam a cobertura do FCVS tornem a adquiri-la pela simples substituição do mutuário. Por essa razão, para a segunda operação de financiamento,

em nome do atual ocupante, é importante determinar que ela não contará com a cobertura do Fundo.

A Emenda de nº 2 trata de condicionar a renegociação dos contratos de financiamento habitacional sem a cobertura do FCVS, de que trata o caput do art. 3º do PLV, fruto da Emenda de nº 11, do Deputado Nelson Pellegrino, à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais também pelo agente financeiro.

A Emenda de nº 5 suprime o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, pois entendemos que o dispositivo caracteriza um incentivo à inadimplência, o que resulta em penalizar o bom pagador e em risco moral para o sistema.

A Emenda de nº 6 suprime o § 6º do art. 1º do PLV nº 31, de 2008. A justificativa para a proposição da Emenda é a de que a autorização proposta no art. 1º da MP 445, refere-se à constituição de uma reserva no patrimônio líquido da Caixa, que será composta, de acordo com autorização do Ministro de Estado da Fazenda, por parte do lucro líquido ajustado no período. No entanto, o valor dessa reserva não se configura como dividendos retidos pela Caixa em favor da União. A supressão do § 6º do art. 1º evita o registro da reserva como uma obrigação no passivo de longo prazo perante a União, bem como o registro mensal da despesa financeira decorrente da aplicação de taxa de juros sobre esses mesmos valores, o que traria impactos negativos no resultado e no Patrimônio de Referência da Instituição.

Cabe ressaltar que o montante destinado à constituição dessa reserva não se configurará em obrigação perante o Tesouro, mas, considerando que a União detém a totalidade do capital social da Caixa, a reserva será revertida em favor daquela, a título de aumento do seu investimento, e retomará via dividendos futuros.

Adicionamos a Emenda de nº 7 para acrescentar artigo à Lei nº 8.427, de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. A legislação que dispõe sobre o preço de exercício a ser utilizado pelo governo para lançamento de Contratos de Opção Pública ou Privada de Venda não apresenta os custos que podem ser agregados ao preço mínimo na definição desse preço. Entretanto, em muitos casos, para que esses contratos tenham efetivo impacto no mercado e contribuam para a elevação dos preços para os produtores, é importante que possam garantir, além do preço mínimo, dos custos de carregamento com a estocagem e do possível custo com frete, nos casos de deslocamento do produto para armazém credenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) localizado em outras unidades da federação, uma margem a ser

definida pelo governo em função das expectativas de mercado futuro e da necessidade de estímulo à comercialização do referido produto. Pela proposta, a Lei deverá prever essas possibilidades, cabendo ao CMN a definição dos limites e da metodologia para o cálculo do preço de exercício no lançamento desses contratos, os quais, poderão contar com a subvenção de preços pelo governo.

A Emenda de nº 8, acrescenta artigo à Lei nº 11.775, de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, em razão de a Lei atribuir ao CMN, para alguns programas de crédito rural, a tarefa de definir os prazos para a renegociação das dívidas, para o pagamento de parcelas vencidas ou ainda para o pagamento de percentuais mínimos exigidos para a renegociação. Entretanto, para outros programas, especialmente para as operações com risco da União ou dos Fundos Constitucionais, a referida Lei estabeleceu o ano de 2008, como prazo final para a renegociação das dívidas, para o pagamento de parcelas vencidas ou, ainda, para o pagamento de percentuais mínimos exigidos para a renegociação.

Devido às dificuldades dos agentes financeiros, especialmente os bancos públicos federais, para recalcular os valores devidos em cada uma das operações ou à dificuldade que muitos produtores enfrentaram para efetuar os pagamentos ainda em 2008, por causa da crise financeira internacional, o CMN prorrogou, em janeiro último, os prazos para as renegociações dos programas para os quais a Lei não estabeleceu prazos. Dessa forma, pretende-se dar tratamento isonômico a todos os programas.

A Emenda de nº 9, visa a corrigir o prazo da primeira parcela de renegociação de dívida concedida pela Lei nº 11.775, de 2008.

A Emenda de nº 10, altera vários artigos da Lei nº 11.775, de 2008, para corrigir prazos no Funcafé Dação, devido ao atraso pelos agentes financeiros no recálculo das operações, fruto do grande número e complexidade das operações, que não permitiu à grande maioria dos produtores, mesmo tendo aderido ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo CMN, efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos pela Lei. Além disso, são feitas alterações nas prestações anuais e para permitir a conversão da dívida em produto.

Além disso, a Emenda visa a ampliar o prazo para a renegociação das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, bem como a explicitar que as operações efetuadas com risco dos bancos públicos também podem ser renegociadas;

incluir a carcinocultura e a fruticultura entre as atividades excetuadas na vedação à realização de novos investimentos, no âmbito do Pronaf e dos Fundos Constitucionais, pelos mutuários que renegociarem suas dívidas de investimento; permitir a conversão para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste de operações de crédito rural efetuadas com recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) quando realizadas em operações mixadas com o FNE; ampliar o prazo de suspensão das execuções judiciais enquanto durarem os processos de renegociação, desde que os mutuários tenham solicitado a adesão à renegociação; e permitir a renegociação de dívidas rurais de mutuários que estão inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) em decorrência de dívidas com um dos bancos públicos federais, mas que possuem dívidas de crédito rural em outro banco público.

A Emenda de nº 11 visa a alterar datas em anexos da Lei nº 11.775, de 2008, devido à mudança de datas de renegociação de dívidas.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, à Medida Provisória nº 445, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 19 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

.....

§ 1º

.....

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 20 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

.....

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos

agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual de renegociação da dívida.

EMENDA Nº 21 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se o seguinte § 4º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º.....

§ 4º Na renegociação de que trata o **caput**, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.

EMENDA Nº 22 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 5º.....

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 23 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 24 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o § 6º do artigo 1º do PLV nº 31, de 2008.

EMENDA Nº 25 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o seguinte artigo:

Art. 3-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função

das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.

EMENDA Nº 26 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, o seguinte artigo:

Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os artigos 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros conclua os processos de recálculo dos valores devidos.

EMENDA Nº 27 – RELATOR REVISOR

O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

§ 5º.....

II – a parcela do saldo devedor apurado na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

.....(NR)

EMENDA Nº 28 – RELATOR REVISOR

Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º.....

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo Preço Mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos parágrafos 1º a 2º será, suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo. (NR)

Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Ca-

caueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A, desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

II –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

III –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

IV –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à

Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (DESENBAHIA). (NR)

Art. 15.

§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 29.

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR (NR).

Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação

do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

.....

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006 com recursos do FAT pelos agentes financeiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverão ser consideradas como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso 1 ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham “cédulas-filhas” serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao **del-credere** a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.(NR)

.....

Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

.....

§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008. (NR)

Art. 34.

Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o **caput**, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN – em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (NR)

EMENDA Nº 29 – RELATOR REVISOR

Os títulos dos anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: Descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**, Relator-revisor.

Emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 31/2008 (MP nº 445 de 6 de novembro de 2008) que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124/2005; altera a Medida Provisória nº 2.185-35/2001; e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826/2003, e dá outras providências.”

EMENDA Nº 30 – RELATOR REVISOR

Inclua-se, onde couber, este artigo.

Art. xx Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destiladas e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN, estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, e, no mérito, é pela aprovação do projeto de lei de conversão, com as Emendas nºs 19 a 20, do Relator revisor.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira. Em seguida, votaremos o mérito.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, dou como aprovados.

Vamos passar à discussão do mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 445 dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher juros e dividendos, destinando, portanto, esses recursos para o setor da construção civil.

O PSDB julga que é uma medida acertada, que compõe um item de enfrentamento à crise financeira que está aí. Um item insuficiente, pois entendo que o Governo tem sido tímido no enfrentamento dessa crise, começando pela falta de realismo de não aceitar o

fato de que a crise é de uma gravidade extrema, que ela mal começou. A meu ver, infelizmente, ela tomará o tempo restante do Governo do Presidente Lula e pelo menos dois anos do próximo mandatário. Essa é a opinião que, lamentavelmente, tenho que revelar à Nação, a partir da minha convicção pessoal, longe do meu desejo. Mas o PSDB não poderia deixar de apoiar uma medida que vem, ainda que timidamente, enfrentar a crise econômica que aí está.

Essa medida possibilita o incremento de recursos para capital de giro para o setor da construção civil, que é um dos mais afetados por este momento da crise. O automobilístico recebeu, recentemente, um certo alento. Esse, não. Esse está paralisado e os jornais televisivos mostraram a realidade vivida pelo setor da construção civil no Brasil, que é a mais desalentadora.

Mas, muito bem. Então, a medida possibilita o incremento de recursos para o capital de giro, de modo que a União passe a compartilhar com até 35% do risco dessas operações no âmbito da Caixa Econômica Federal, garantindo a continuidade de inúmeros projetos habitacionais que estão em construção no País e que poderiam, de alguma forma, sofrer descontinuidade por conta da escassez de crédito no mercado.

A medida pode ser de grande importância para a manutenção do nível de atividade econômica e emprego nesse setor da construção civil. A falta de capital de giro das empresas desse setor, eu repito, Sr. Presidente, poderá resultar em paralisações de obras e descumprimentos de contratos de compra e venda firmados com os compradores, em prejuízo da confiabilidade do mercado de construção.

Na Câmara dos Deputados, essa medida provisória recebeu alterações, permitindo a renegociação de contratos de financiamentos habitacionais.

No Senado, o ilustre Relator acrescentou um conjunto de emendas de sua própria autoria, permitindo também a renegociação de dívidas rurais para atender aos produtores de café, cacau, frutas e criadores de camarões, o que igualmente julga justa a bancada do PSDB.

O prazo de vencimento seria 16 de abril, mas nós entendemos que essa requer pressa e, portanto, o PSDB, falando inclusive pouco aqui, diz que no mérito votará a favor dessa matéria, depois de tê-la julgado relevante, urgente e, portanto, constitucional também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos concordar com a aprovação dessa matéria. Já concordamos com a urgência, relevância e constitucionalidade, e aprovamos a sua admissibilidade, mas queremos fazer um comentário rápido sobre o mérito, que é apropriado, principalmente para o momento.

O mundo inteiro vive uma enorme carência de crédito. A origem dessa medida provisória é incorporar ao disponível da Caixa Econômica para empréstimos aquilo que a Caixa iria pagar de dividendos à própria União. A União, portanto, abre mão de um lucro para reinvesti-lo na Caixa Econômica, a fim de que ela possa financiar setores da atividade econômica do País, com vistas a gerar emprego e a retomar a economia.

Entraram, num segundo momento, na minha opinião de forma esconsa, mas recomendável: renegociação de dívidas do crédito rural voltados para a carcinicultura, a cultura do camarão, que diz muito a respeito ao meu Estado, a cafeicultura e a cacauicultura; e, por último, a adequação de recursos para prover a estocagem de álcool etílico, em grande medida produzido no Nordeste e no Sul, num combustível que se associa ao petróleo.

Por essas razões e por entender que a medida provisória é apropriada, que ela, de certa forma, contém assuntos urgentes, porque você socorrer a carcinicultura, a cafeicultura e a cultura do cacau, que estão em dificuldades, já justifica a aprovação da matéria. Por essa razão, o nosso voto será favorável à aprovação da MP no seu mérito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero parabenizá-lo pela solenidade de que acabamos de participar no seu gabinete. Acho que a preocupação do Príncipe Charles com a questão ambiental e com questões climáticas é fundamental para a definição de uma política em nível mundial.

Mas, com relação à medida provisória, projeto de lei de conversão, a minha posição é favorável ao relatório. De fato, é uma injeção de recursos a mais pela Caixa Econômica Federal com relação à disponibilidade de crédito.

Tivemos, ontem, a publicação do Produto Interno Bruto do último trimestre de 2008. Verificamos a queda de 3,6% do PIB comparado com o trimestre anterior, mas um crescimento de 1,3% comparado com o mesmo período do ano anterior. Tivemos uma grande queda, mas estamos na expectativa de que as medidas adotadas pelo Governo a partir do fim do ano passado tenham condições de promover e causar efeitos agora, a partir do início deste ano, no primeiro e segundo trimestre deste ano. Compreendo que o último trimestre do ano passado foi o pior trimestre que vivenciamos. A expectativa é que, neste ano, as medidas já tenham causado algum tipo de resultado positivo para a economia brasileira. Ninguém, efetivamente, sabe estabelecer uma perspectiva daquilo que vai acontecer com a economia mundial e com a economia brasileira, mas essa é a expectativa nossa.

Hoje, estamos tendo um evento importante, que é a reunião do Copom. Um instrumento importante que o Governo tem para que possamos aumentar consumo, incentivar investimentos e incentivar produção é a redução da taxa Selic. Portanto, a minha esperança é que, hoje, o Conselho de Política Monetária possa tomar uma decisão mais avançada, progressista, audaciosa de um corte mais profundo da taxa de juros, porque existem países que não têm nem mais esse instrumento – as suas taxas básicas já chegaram a zero –, mas, aqui, no Brasil, temos instrumentos, podemos cortar, temos condições de cortar e não temos razão para não fazê-lo. Então, que façamos um corte profundo, porque isso também pode colaborar no incentivo ao consumo e no investimento no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador João Tenório, para discutir a matéria.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a nossa avaliação do momento oportuno dessa medida provisória, sobretudo essa Emenda nº 12, que diz respeito à presença e à assistência que o BNDES dará à produção e à estocagem de álcool no Brasil.

Convém lembrar uma coisa importante: diferente das *commodities* minerais, que são produzidas e comercializadas normalmente em 12 meses – há um fluxo de caixa adequado para tanto –, as *commodities* agrícolas, de um modo geral, e particularmente aquelas que dizem respeito à atividade alcooleira, são produzidas em seis meses e comercializadas em 12 meses.

Isso demanda um volume muito grande de capital de giro, exatamente no momento em que os grandes fornecedores de capital de giro do setor trancaram as suas fontes e não existe uma possibilidade de buscar recursos para financiar essa formação de estoque.

Então, chega num momento oportuno essa decisão do Governo de disponibilizar recursos do BNDES a custo financeiro razoável para financiar a formação de estoque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou submeter à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos votar agora as Emendas do Relator de nºs 19 a 29.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, as 11 emendas têm parecer favorável. São exatamente as emendas que expliquei aqui e às quais alguns dos Senadores e Senadoras se referiram. E, além das 11 emendas do meu relatório, existe sobre a mesa uma emenda específica, que é a Emenda nº 12, que trata da questão da estocagem do álcool.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a, então, precisa dar parecer sobre a emenda...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A emenda é da minha autoria, Sr. Presidente. Os pareceres são favoráveis. Portanto, peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a tem que...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já está no processado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É que V. Ex^a numerou diferente, de acordo com que temos aqui, dando o número 1, quando, na realidade, as 11 emendas são de nº 19 a 29.

Terminada a discussão. Não havendo quem queira se manifestar, submeto as emendas à deliberação do Plenário. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, estão aprovadas.

Ficam prejudicadas as outras emendas apresentadas ao projeto de lei de conversão.

A matéria, emendada, volta à Câmara dos Deputados.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, que lhe seriam devidos, em montante a ser definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

§ 1º O montante a ser definido na forma do caput deste artigo será utilizado para a cobertura de 35% (trinta e cinco por cento) do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

§ 2º A cobertura de risco de que trata o § 1º deste artigo será destinada somente para operações que tenham por objeto a construção habitacional.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo.

§ 4º A Caixa Econômica Federal, com relação às novas operações de empréstimos de que trata o § 1º deste artigo, à medida que essas forem efetuadas, deverá disponi-

bilizar em seu sítio na internet o valor total das operações realizadas.

§ 5º A Caixa Econômica Federal deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente, relatório semestral sobre as operações contratadas.

§ 6º A partir de 2011, os recursos não oferecidos em garantia deverão ser transferidos ao Tesouro Nacional, com taxa de juros a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Ficam os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios autorizados a estabelecer normas para regular procedimento administrativo, visando a estimular a iniciativa privada a apresentar, por sua conta e risco, estudos e projetos relativos à concessão de serviços públicos, concessão de obra pública ou parceria público-privada.

Art. 3º Os contratos de financiamento habitacional formalizados até 5 de setembro de 2001, no âmbito do SFH, sem a cobertura do FCVS bem como os contratos de financiamento que originariamente contavam com esta cobertura mas que a tenham perdido ou vierem a perdê-la, que apresentem o desequilíbrio financeiro de que trata o art. 4º desta Lei, poderão ser renegociados, de comum acordo entre as partes contratantes, nas condições desta Lei, no prazo de:

I - 12 (doze) meses contado da data da entrada em vigor desta Lei, no caso dos contratos sem a cobertura do FCVS e dos que originariamente contavam com esta cobertura mas que já a tenham perdido até a data da entrada em vigor desta lei;

II - 180 (cento e oitenta) dias contado da data da comunicação formal, pelo agente financeiro ao mutuário,

a ser enviada pelo correio, para o endereço do imóvel financiado, com aviso de recebimento, informando da possibilidade de renegociação do saldo devedor remanescente, no caso dos contratos que originariamente contavam com a cobertura do FCVS mas que vierem a perdê-la em data posterior à da entrada em vigor desta Lei.

§ 1º A renegociação de que trata o caput deste artigo fica facultada:

I - aos mutuários adimplentes ou não;

II - ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor;

III - aos mutuários cujos contratos tenham sido objeto de execução já concluída com procedimento judicial que inviabilize a transferência ou a venda do imóvel.

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro, aceitando-se todas as condições da renegociação estabelecidas nesta lei, caracterizando-se esta aceitação pela simples assinatura por parte de seu representante legalmente constituído, no aditivo contratual de renegociação da dívida.

§ 3º A transferência de que trata inciso II do § 1º deste artigo fica condicionada ao atendimento pelo cessionário dos requisitos exigidos para a assunção do financiamento, inclusive capacidade de pagamento e idoneidade cadastral.

Art. 4º Considerar-se-á em desequilíbrio financeiro, para efeito desta Lei, o contrato cujo valor da prestação de amortização e juros, na data da renegociação, atualizada desde a data do último reajuste contratual, com base nos mesmos índices de correção dos saldos devedores, for insuficiente para quitar o saldo devedor do financiamento, também atualizado até a data da renegociação, considerando-se a taxa de juros, o prazo remanescente da operação e o sistema de amortização pactuados em contrato.

Parágrafo único. Para efeito da constatação de eventual desequilíbrio financeiro do saldo devedor de que trata o caput deste artigo, serão expurgadas as incorporações de débitos em atraso que tenham ocorrido ao longo do prazo contratual.

Art. 5º A renegociação prevista nesta Lei será formalizada mediante a assinatura de aditivo contratual que obedecerá às seguintes condições:

I - o saldo devedor constante do aditivo contratual, que constituirá o novo valor de financiamento do mutuário e servirá de base para a apuração da prestação de amortização e juros, será apurado mediante aplicação do percentual obtido entre o valor do financiamento e o valor de avaliação do imóvel, ambos na data da concessão original do empréstimo, sobre o valor de avaliação atual do imóvel, a ser apurado na forma desta Lei, desconsiderando-se, na apuração da avaliação atual, eventuais melhorias ou ampliação no respectivo imóvel posteriores à assinatura do contrato original, e deduzindo-se do novo saldo apurado as amortizações extraordinárias positivas;

II - a adoção de plano de reajustamento da prestação e de sistema de amortização do financiamento que as-

segure a quitação integral do saldo devedor constante do aditivo contratual de que trata o inciso I do caput deste artigo, respeitado o novo prazo de amortização ajustado na renegociação e observados o limite máximo de 30% (trinta por cento) de comprometimento da renda familiar apurada na data da renegociação para definição do valor inicial do encargo mensal, a idade máxima para efeito de cobertura securitária e o prazo de validade da garantia hipotecária anteriormente constituída;

III - quando o prazo de validade da hipoteca relativa ao financiamento original não for suficiente para a aplicação do disposto no inciso II do caput deste artigo, nova contratação, a critério das partes, poderá ser efetuada, com a prorrogação do prazo da hipoteca ou sua substituição pela alienação fiduciária, cabendo ao mutuário os respectivos custos;

IV - manutenção das coberturas securitárias do contrato original;

V - taxa de juros do financiamento renegociado limitada a do financiamento original, admitindo-se, a critério dos agentes financeiros, a sua redução;

VI - manutenção dos critérios de atualização monetária do saldo devedor previstos no contrato original de financiamento.

§ 1º Na renegociação, a garantia da operação será a mesma adotada no contrato original do financiamento imobiliário, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo.

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original.

§ 3º Ao saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo poderão ser incluídos os encargos em atraso acrescidos de atualização monetária, juros contratuais e das cominações previstas contratualmente, o valor das custas judiciais e dos honorários advocatícios de responsabilidade do mutuário, quando da existência de ação judicial que envolva a operação, e os custos relativos à nova contratação de que trata o inciso III do caput deste artigo, quando for o caso.

Art. 6º A avaliação do imóvel de que trata o inciso I do caput do art. 5º desta Lei será realizada pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 1º Quando o mutuário não concordar com o valor de avaliação do imóvel apresentado pelo agente financeiro, poderá contratar, às suas custas, avaliador independente para a realização de nova avaliação.

§ 2º No caso de valores divergentes entre as avaliações efetuadas pelo agente financeiro e pelo avaliador independente, uma nova avaliação será realizada pela Caixa Econômica Federal, a pedido do agente financeiro, cujo valor será adotado em definitivo para fins da renegociação de que trata esta Lei.

§ 3º O custo das avaliações de que trata este artigo, com exceção da referida no § 1º deste artigo, poderá compor o saldo devedor do aditivo contratual, limitado o valor de cada uma dessas avaliações ao valor usualmente cobrado para as operações de concessão de financiamento imobiliário.

Art. 7º Fica dispensado o registro de averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Tí-

tulos e Documentos do aditivo contratual de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os contratos renegociados, nos termos desta Lei, poderão ser transferidos, mediante acordo entre as partes, com anuência expressa da instituição financeira credora, mediante a simples substituição do devedor.

Art. 9º As alterações necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos captados em depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos das aplicações habitacionais em decorrência dos descontos concedidos na renegociação prevista nesta Lei, bem como os mecanismos necessários para a compensação dos valores relativos aos descontos concedidos em decorrência da aplicação desta Lei serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme atribuição dada pela Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Art. 10. Os imóveis residenciais, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, adjudicados ou arrematados, quando recolocados à venda pelos agentes financeiros, serão preferencialmente ofertados ao ex-mutuário, pelo preço de mercado, com a possibilidade de financiamento pelo SFH e nas mesmas condições de revenda regularmente utilizadas pelos agentes financeiros para venda a terceiros, ficando os agentes financeiros públicos, apenas para o disposto neste artigo, desobrigados de cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º O preço de mercado de que trata o caput deste artigo será obtido mediante avaliação promovida pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 2º O ex-mutuário poderá exercer o direito de preferência de que trata o caput deste artigo uma única vez para o mesmo imóvel.

§ 3º Para efeito do caput deste artigo, o ex-mutuário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da adjudicação ou arrematação do imóvel, deverá formalizar perante o agente financeiro seu interesse na recompra do imóvel, informando, necessariamente, nessa ocasião, o endereço onde poderá vir a ser notificado conforme o disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Antes de recolocar o imóvel à venda para terceiros, o agente financeiro notificará o ex-mutuário, mediante, no mínimo, correspondência, com aviso de recebimento, dirigida ao endereço de que trata o § 3º deste artigo e, também, caso não seja o mesmo, para o endereço do respectivo imóvel, informando-o do seu direito de preferência, em função desta Lei, para a recompra, das condições e exigências básicas para a negociação, e solicitando a sua presença em local claramente definido, em prazo não inferior a 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento desta comunicação, para a concretização do negócio sob pena de perda do direito de preferência de que trata este artigo.

§ 5º A revenda de que trata o caput deste artigo somente será formalizada se o ex-mutuário se enquadrar nas condições do SFH, e se comprovar, inequivocamente, renda familiar suficiente para a nova aquisição, a inexistência de restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito, bem como a inexistência de qualquer outra ação ou execução judicial ou extrajudicial contra a sua pessoa, com exceção

da que lhe foi movida pelo próprio agente financeiro com vistas na retomada do imóvel que financiou.

§ 6º Tendo o ex-mutuário formalmente se interessado pela recompra do imóvel mas não podendo realizá-la exclusivamente pela sua incapacidade financeira de arcar com o preço de mercado estipulado na forma do § 1º deste artigo, ainda assim permanecerá com o direito de preferência, a ser exercido na forma do disposto neste artigo, caso o agente financeiro, posteriormente, para viabilizar a venda do respectivo imóvel a terceiros, entenda necessária a redução do seu preço inicialmente estipulado.

Art. 11. Os índices, para fins da atualização monetária de que trata esta Lei, serão os mesmos utilizados para a atualização do saldo devedor do contrato de financiamento.

Art. 12. O art. 24-A da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24-A. O Poder Executivo operacionalizará o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, segundo os termos da Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004."(NR)

Art. 13. Para fins de apoio à transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, poderá o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, no limite de sua dotação orçamentária, até 31 de dezembro de 2010, executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.

Parágrafo único. A execução de serviços de que trata o *caput* deste artigo independerá de solicitação prévia dos respectivos Governos Estaduais ou da natureza regular ou emergencial, caso exigidas.

Art. 14. O inciso II do § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º.....

§ 1º.....

.....

II - os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados no prazo de 2 (dois) anos contado a partir da publicação da Lei de conversão da Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento;

....." (NR)

Art. 15. Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2009 os prazos de que tratam o § 3º do art. 5º e o art. 30, ambos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 19 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 1º

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 20 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual renegociação dada dívida.

EMENDA Nº 21 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se o seguinte § 4º no art. 3º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 3º

§ 4º Na renegociação de que trata o **caput**, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.

EMENDA Nº 22 – RELATOR REVISOR

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do PLV nº 31, de 2008:

Art. 5º

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

EMENDA Nº 23 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o art. 10 do PLV nº 31, de 2008, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 24 – RELATOR REVISOR

Suprima-se o § 6º do artigo 1º do PLV nº 31, de 2008.

EMENDA Nº 25 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o seguinte artigo:

Art. 3-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.

EMENDA Nº 26 – RELATOR REVISOR

Acrescente-se à Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, o seguinte artigo:

Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os artigos 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros concluam os processos de recálculo dos valores devidos.

EMENDA Nº 27 – RELATOR REVISOR

O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 5º

II – a parcela do saldo devedor apurada na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

..... (NR)

EMENDA Nº 28 – RELATOR REVISOR

Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em

aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo Preço Mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos parágrafos 1º e 2º, será suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo. (NR)

Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A, desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e

consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
II –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
III –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
IV –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas

ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (DESENBHIA). (NR)

.....
Art.15.

.....
§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

Art. 29.

.....

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR (NR).

Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)
Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

.....
§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006, com recursos do FAT pelos agentes fi-

nanceiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverão ser consideradas como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso I ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham “cédulas-filhas” serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao **del-credere** a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da operação renegociada, sem perder de vista o

limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.(NR)

.....
Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

.....
§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008. (NR)

Art.34.

.....
Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o caput, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN – em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (NR)

EMENDA Nº 29 – RELATOR REVISOR

Os títulos dos anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2 desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.

ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: Descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.

Emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 31/2008 (MP 445 de 6 de novembro de 2008) que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124/2005; altera a Medida Provisória nº 2.185-35/2001; e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826/2003, e dá outras providências.”

EMENDA Nº 30 – RELATOR REVISOR

Inclua-se, onde couber, este artigo.

Art. xx Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, a última emenda, além das 11 do relatório, também foi votada agora?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Na forma como V. Ex^a acaba de apresentar, que consta do seu relatório já distribuído no plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Emenda nº 12 é um adendo ao relatório. Portanto, precisa ser votada separadamente.

Eu gostaria que fosse votada agora...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Foi por isso que pedi o parecer de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador Augusto Botelho.

O relatório foi distribuído ao plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esta matéria tem uma questão que trata do Funrural, que a posição do Governo ainda é de orientação contrária, mas eu gostaria de pedir prazo de 24 horas, porque vou tentar fechar o entendimento para que possamos votá-la.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu pediria a V. Ex^a que consultasse o Senador Augusto Botelho, que é quem pode pedir o prazo que V. Ex^a está solicitando.

Com a palavra, o Senador Augusto Botelho, para proferir o parecer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com o prazo de 24 horas para nós discutirmos mais a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Relator concorda com o prazo pedido de 24 horas para a votação da matéria, que fica transferida para a Ordem do Dia de amanhã.

A pauta continua trancada, mas temos uma matéria a votar, que é o Parecer nº 26, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator Flávio Arns, com a apresentação da Sr^a Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida no cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 26, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 26, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sr^a Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências de nossa Casa que venham ao plenário, porque vamos submeter a matéria à votação, que será secreta, na forma do Regimento.

A Secretaria da Mesa está preparando o painel.

Com a palavra, o Senador Marconi Perillo, enquanto aguardamos os Srs. Senadores.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer aqui um apelo ao Líder da minha Bancada, Senador Arthur Virgílio, ao Líder do Democratas, Senador José Agripino, e a todos os parlamentares da oposição, no sentido de que dessem total atenção à Dr^a Maria Cecília Brito, indicada para a Anvisa, por tratar-se de técnica da mais alta qualidade, da mais alta competência.

Embora indicada pelo Governo Federal, gostaria de respaldar aqui o seu nome. Tive o privilégio de tê-la trabalhando como Superintendente de Vigilância Sanitária do meu Governo durante quase oito anos, pe-

ríodo em que ela se revelou efetivamente uma mulher de altíssimas qualidades morais e técnicas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, Relator da matéria.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, da minha parte, como Relator da matéria, reforçar o argumento trazido pelo Senador Marconi Perillo dizendo que a Dr^a Maria Cecília foi sabatinada, nesta manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, e o nome dela foi aprovado por 21 votos a favor e nenhum voto contrário.

Ela tem um trabalho fundamental na Anvisa de acompanhamento, entre outras coisas, de toda a situação de alimentação no Brasil, dos medicamentos, também todo o processo de descentralização da Anvisa para Estados e Municípios.

A continuidade do trabalho na sabatina que se realizou na Comissão de Assuntos Sociais é fundamental para consolidação, para continuidade, para tramitação de projetos em andamento, razão pela qual ela, com a competência que demonstrou e o trabalho realizado no decorrer desses anos, obteve 21 votos a favor na Comissão de Assuntos Sociais e, como já disse, nenhum voto contrário.

Então, esse é o relato que eu gostaria de fazer aqui no plenário neste sentido da indicação da Dr^a Maria Cecília para a Anvisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu quero me associar à oportuna intervenção do Senador Marconi Perillo e do Relator Flávio Arns.

A Dr^a Maria Cecília tem formação profissional, competência, vem de uma longa carreira exitosa no setor da vigilância sanitária no Estado de Goiás e, depois, já era Diretora da Anvisa, onde, juntamente com o Dr. Dirceu Raposo, Dr. Dirceu Barbano e Agnelo, faz um conjunto que tem ajudado não apenas na vigilância, na preservação do interesse da saúde pública, mas também impulsionando os genéricos.

O Brasil está ganhando mais tecnologia, mais capacidade de produção, barateando o custo dos medicamentos, gerando pesquisa, e nós estamos substituindo importações. E a Anvisa, portanto, tem um papel muito importante para que a gente possa crescer nesse segmento que tem muito peso deficitário no balanço de importações. É o setor que gera muita pesquisa, muita mão-de-obra qualificada e é fundamental para a qualidade de vida do povo.

Portanto, a experiência dela de modernização, especialmente em tecnologia da informação na Anvisa, foi reconhecida hoje por unanimidade na Comissão e tenho certeza de que o será por este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PcdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros que a pediu antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo aos Senadores do PMDB para que venham ao plenário. É importante que nós tenhamos quórum para votarmos hoje o nome da Dr^a Maria Cecília Martins Brito para a Anvisa.

Ela, mais uma vez, foi sabatinada pelo Senado Federal, e o seu nome foi aprovado hoje por unanimidade. E tudo isso, Sr. Presidente, em consequência do relevante trabalho que ela tem prestado à frente da vigilância pública. Ela, como disse aqui o Senador Aloizio Mercadante, é do Estado de Goiás, e todos os Partidos políticos fizeram questão de comparecer à Comissão. O Senador Flávio Arns foi o Relator da matéria, e é muito importante que o PMDB compareça agora ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de levar a todos os nossos colegas, Srs. e Sr^{as}. Senadores, exatamente uma palavra de conhecimento do trabalho e da competência da Dr^a Maria Cecília Martins Brito.

Esse trabalho hoje foi bem avaliado na Comissão de Assuntos Sociais, quando ela foi sabatinada.

Tivemos a oportunidade de presidir aquela reunião e, naquele momento, disse do meu conhecimento prévio do seu trabalho na fiscalização sanitária e dos grandes avanços que conseguimos com a Anvisa, avaliando a importância da aprovação do seu nome para dar continuidade a esse grande trabalho, importante para a saúde do Brasil, importante para que possamos ter todo o sistema de controle e de fiscalização nas mais diversas áreas, mas que fala de vida e de saúde para o nosso povo.

Faço aqui um apelo para que todos os nossos companheiros de bancada do Partido Democratas venham votar e aprovar o nome da Dr^a Maria Cecília Martins Brito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem de inscrição, Senador Adelmir Santana.

V. Ex^a já está inscrito também, Senador João Pedro.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar a todas as colocações das lideranças a respeito da Dr^a Maria Cecília. Como bem colocou o Senador Mercadante, é um processo de recondução, pois S. S^a já faz parte, hoje, do grupo diretivo da Anvisa. Eu, que me posicionei aqui, em alguns momentos, contra a forma como a Anvisa legisla, muitas vezes avançando sobre o processo legislativo, por meio de resoluções que nem sempre atendem aos interesses do setor produtivo, digo, entretanto, que a Dr^a Maria Cecília tem representado um equilíbrio nessa direção e merece de todos nós apoio incontestável. Lamentavelmente, eu não pude estar na Comissão para participar do processo de arguição, apenas votei, mas quero aqui externar o meu apoio à indicação desse nome e convocar, fazer um apelo a todos para que tenhamos um quórum elevado na aprovação do seu nome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer um apelo aos meus companheiros de bancada para virem ao plenário para votar, até pela recomendação feita no depoimento prestado pelo Senador Marconi Perillo, de modo que a Dr^a Maria Cecília tenha a votação que merece. Desejo ainda fazer o registro, o que faço com muito orgulho, Sr. Presidente, da presença, neste plenário, do Juiz Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, meu conterrâneo, que vai ser empossado, no próximo dia 30 de março, como

Presidente do TRF da 5^a Região, com sede em Recife. Ele, ao lado do Dr. Marcelo Navarro, também meu conterrâneo, serão empossados como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal, com sede em Recife. Assim, registro, com muito orgulho, a presença, no plenário do Senado, do Juiz Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, a quem saúdo e cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, só uma informação: nós ainda temos mais alguma votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não temos mais nenhuma votação nominal.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Temos uma votação que demanda quórum qualificado em seguida.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Mas já é o suficiente. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Perdão, Senador Efraim Morais. Peço a atenção de V. Ex^a para um esclarecimento que vou dar. Eu disse que a pauta tinha uma matéria com quórum qualificado. Esqueci-me de que está trancada em razão de não termos votado a Medida Provisória nº 2.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu vou votar acompanhando a relatoria do Senador Flávio Arns, mas gostaria de dialogar com esse legítimo representante de Goiás, o Senador Marconi Perillo, quando ele fala do currículo da Sr^a Maria Cecília, quanto ao qual não tenho nenhuma dúvida. De qualquer modo, quero dialogar quando ele disse “embora indicado pelo Governo”. Este é um Governo sério, que tem responsabilidade e, por isso, está indicando o nome da Sr^a Maria Cecília, em quem voto favoravelmente, porque, primeiro, conheço a importância da Anvisa para o Brasil; segundo, não tenho nenhuma dúvida acerca do currículo dessa competente gestora da Anvisa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou terminar o encaminhamento.

V. Ex^a, sendo um *gentleman*, vai ceder a vez para a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Claro que a minha preferência é a de que, pela ordem, fale a Senadora Lúcia Vânia, uma Senadora de Goiás, legítima representante daquele povo. E fico para falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa havia anunciado primeiro a Senadora Lúcia Vânia, quando era V. Ex^a. Muito obrigado.

A Senadora Lúcia Vânia tem a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de externar a minha satisfação em ver o nome da Dr^a Maria Cecília, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais hoje pela manhã. O Estado de Goiás se sente honrado com a sua presença na Anvisa.

Aproveito também para cumprimentar o Dr. Dirceu, Presidente da Anvisa, que tem feito um trabalho, sem dúvida nenhuma, brilhante naquela instituição. Portanto, deixo ao Dr. Dirceu e à Dr^a Maria Cecília meus cumprimentos pela nova gestão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero dizer que o Ceará também se sente honrado, Senadora Lúcia Vânia, por poder indicar o nome da nossa amiga Maria Cecília Martins Brito.

Eu fui instado pelo Vereador Fábio Tokarski, de Goiânia, que me disse: “Inácio, você tem que ir lá para votar na Maria Cecília”. Eu disse: “Eu vou com certeza, mas eu tenho quase certeza de que não poderei votar porque toda a bancada do bloco vai estar presente com seus titulares para votar”. Foi exatamente isto o que ocorreu: todos os nossos titulares votaram, e a indicada pelo Presidente Lula teve uma votação unânime na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República na manhã de hoje.

Isso é muito importante para a Anvisa, que é uma instituição com grande responsabilidade no Brasil – muito grande, não é pequena – porque trata dos medicamentos, trata da saúde humana, trata da saúde dos animais, do controle; a Anvisa certifica e, inclusive, é responsável por investimentos no Brasil, porque muitas unidades fabris vêm para o Brasil produzir medicamen-

tos e só podem fazê-lo com a certificação da Anvisa. Então, é um grau de responsabilidade imenso.

A Dr^a Cecília conhece isso muito bem e deu um *show* na sua apresentação na Comissão de Assuntos Sociais. O nosso partido respalda sua indicação, apoiando seu nome. Estou na qualidade daqueles que, como já votaram, talvez nem devessem falar mais. Dizem que, no Brasil, depois que você vota, não há mais o que dizer. Mas era preciso fazer esse registro no nome do Partido Comunista do Brasil, para que a gente pudesse não só respaldá-la, não só votar, mas dizer da importância da sua indicação pelo Presidente Lula para ocupar esse importante posto na Agência de Vigilância Sanitária do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu vou encerrar a votação em seguida...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Só um minuto, Presidente, vamos votar ainda.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, V. Ex^a deu a palavra a mim?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Marcelo Crivella está votando ainda.

Senador Tuma com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar a Dr^a Maria Cecília Martins Brito, até pela recomendação do Senador Marconi Perillo, que foi Governador, oportunidade em que a Dr^a Maria Cecília foi sua auxiliar. Então, a recomendação do Marconi Perillo, para mim, sempre traz uma tranquilidade em votar nas pessoas por ele indicadas.

Eu sei da importância da Anvisa. Vi crescer a Anvisa desde a sua formação. E ela tem uma importância vital na proteção daqueles que precisam fazer uso de medicamentos, pela sua fiscalização, enfim, com a sua informatização, buscando evitar a fraude na produção de medicamentos.

Peço a Deus que abençoe a Dr^a Maria Cecília e que tenha sucesso na administração.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Presidente...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA**Senado Federal****PARECER N° 26, DE 2009 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sra. MARIA CECILIA MARTINS BRITO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **11/3/2009**

Num.Votação: **1**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **11/3/2009 17:13:20**
Encerramento: **11/3/2009 17:29:05**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JUNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **56**
Votos NÃO : **08** **Total : 64**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 56 Senadores; NÃO, 8.

Não houve abstenção.

Total: 64 votos.

Aprovada a indicação do nome da Sr^a *Maria Cecília Martins Brito*.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas, neste momento em que nós consagramos o nome da Maria Cecília Martins Brito na sua recondução para a Anvisa, fazer aqui um apelo – que não é só meu e do meu partido, mas tenho certeza de que é do Brasil – para que ela possa, com sua experiência, ajudar-nos a implantar neste País a venda de remédios a granel, Sr. Presidente, comprimido a comprimido, de maneira avulsa. Muitos países do mundo, inclusive todos da África onde vivi, adotam esse critério. No Brasil, as pessoas recebem uma receita para tomarem, por exemplo, antibiótico de oito em oito horas, são três comprimidos ao dia; durante oito dias, são 24 comprimidos, e acabam tendo que comprar duas caixas com vinte comprimidos cada, e depois aquele remédio fica em casa, sem uso. Isso tudo poderia ser, Sr. Presidente, evitado se nós tivéssemos o medicamento a granel.

Então, é uma luta da Anvisa, é uma luta da Maria Cecília, é uma luta do Ministro, é uma luta nossa do Congresso, e eu gostaria de chamar a atenção da Nação neste momento que estamos reconduzindo essa Diretora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Será feita a devida comunicação ao Sr. Presidente da República.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 1, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revo-*

ga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador

(Sobrestando a pauta a partir de:

11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

4

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões – Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto*

nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.* Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator “ad hoc”: Senador Virgínio de Carvalho.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão*

do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

34**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,*

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

41**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mis-

ta Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

42**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

43**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Voltamos à lista de oradores, e o primeiro orador inscrito é o Senador João Tenório.

V. Ex^a vai falar? (Pausa.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após concluir as eleições para Presidências e Vice-presidências das suas comissões permanentes na semana passada, finalmente, o Senado Federal começa a retomar os seus trabalhos.

O ano de 2009 apresenta inúmeros desafios para o nosso País, e esta Casa não pode furtar-se de debatê-los e enfrentá-los. Vivemos grandes dificuldades internas e externas de caráter econômico, político, institucional e ético.

Estamos diante da pior crise econômica dos últimos tempos, que assola praticamente o mundo inteiro, com efeitos nefastos na produção, no emprego e na renda da Nação.

Nos últimos dias, aliás, contrapondo-se ao otimismo irreal do Governo Federal, a crise demonstrou

com números extremamente negativos o quão presente está na economia nacional. Infelizmente, não se trata de marola como previa o Presidente Lula.

Diferentemente da previsão, também irreal, do Ministro Mantega de crescimento econômico da ordem de 4% em 2009, o PIB brasileiro recuou quase esse montante no último trimestre de 2008, caindo precisamente 3,6%.

Outros números referentes à atividade econômica também assustam: a redução do consumo das famílias, a queda abrupta da produção industrial e, naturalmente, a elevação significativa da taxa de desemprego apontam 2009 como um ano de enormes dificuldades para o povo brasileiro.

No âmbito do Congresso Nacional, sobretudo aqui no Senado Federal, paralelamente vivenciamos, já há algum tempo, um período de grande questionamento em sua conduta e lógica de funcionamento por parte da sociedade nacional. O fato mais recente decorre originalmente de uma entrevista concedida pelo Senador Jarbas Vasconcelos a uma grande revista nacional, em que apresentou várias críticas ao modelo de política vigente no País.

Sem entrar no mérito das acusações apresentadas pelo nobre Senador, o fato é que passou da hora de esta Casa resgatar efetivamente o respeito que perdeu junto à população do País. Para tanto, temos a obrigação de nos debruçar sobre todos os temas que nos afligem e apresentar soluções. Caso contrário, continuaremos aprofundando este processo de distanciamento da sociedade brasileira.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem outros desafios tão importantes quanto a moralização da política nacional e que também merecem toda a atenção do Congresso Nacional. Afinal, estamos diante de uma crise sem precedentes e esta Casa tem o dever de aprofundar o debate econômico e auxiliar o Poder Executivo no enfrentamento dos problemas.

Os números recentes da economia nacional atestam que, mesmo tendo tomado algumas medidas indispensáveis, a ação do Governo Federal em conter a crise tem sido aquém do necessário.

Aparentemente, o rigor da política monetária está em descompasso com a necessidade de retomada do crescimento econômico. Em contrapartida a falta de rigor no controle dos gastos decorrentes demonstra que o Governo do Presidente Lula ainda pode e deve fazer muito mais para enfrentar a situação.

Penso que, tão deletério quanto a corrupção, neste momento em que as dificuldades econômicas travam a produção e geram grande desemprego no País e no mundo, é continuarmos convivendo com uma das maio-

res cargas tributárias do planeta, devida, em grande parte, ao tamanho demasiado do nosso Estado.

É reconhecido por quase todos nesta Casa que o Estado brasileiro é grande demais, é burocrático demais e, por isso, custa caro demais. Em contrapartida também é notório que a prestação dos serviços públicos está bastante aquém das necessidades da população nacional.

O pior é que, nos últimos cinco anos, o Estado brasileiro não parou de crescer. E o fez de forma exagerada, superando muito o crescimento do PIB no mesmo período.

Recentemente foram publicados, em reportagem da revista *Veja*, números – cuja fonte é atribuída ao Tesouro Nacional e ao Banco Central – estarrecedores. De 2003 a 2008, o PIB do Brasil cresceu 28%, enquanto o aumento com custeio ficou em 74%.

Para se ter uma idéia, a despesa total do Estado brasileiro saiu de R\$335,4 bilhões em 2003 para quase R\$500 bilhões em 2008. Se neste período o volume total dos gastos tivesse crescido na mesma proporção do PIB, o País poderia ter economizado em impostos ou aplicado em investimentos mais de R\$68 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Este montante, Sr^{as} e Srs. Senadores, supera todo o investimento do Governo Federal previsto em infraestrutura no âmbito do PAC, entre os anos de 2007 e 2010, segundo o programa original.

A apresentação do PAC, em janeiro de 2007, apontava um investimento total em infraestrutura da ordem de R\$503,9 bilhões, entre 2007 e 2010, sendo R\$219 bilhões provenientes das estatais, R\$217 bilhões do setor privado e R\$67,8 bilhões do Orçamento da União.

Sr^{as} Srs. Senadores, o aumento do gasto público no atual Governo foi superior ao investimento previsto pelo próprio Governo no seu grande motivo de orgulho, sua principal peça publicitária, o PAC.

Uma das principais conquistas deste País, talvez a principal delas, aprovada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se da normatização das finanças públicas através da imposição de limites adequados para os gastos e para o endividamento da União, dos Estados e Municípios. Cuida-se, entre outras coisas, de garantir que os gestores atuais não comprometeram as gestões futuras.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, terminarei em dois minutos.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o rigor com a qual o Tesouro Nacional e mesmo o Senado exigem o cumprimento da Lei por parte dos demais entes subnacionais não procede em relação em relação ao Poder Executivo Federal.

Além da demora na regulamentação dos limites de endividamento da União, que só ocorreu no ano passado, a sua efetiva implementação não parece uma prioridade do atual Governo.

Mesmo as poucas reformas realizadas pela administração Lula não têm demonstrado o resultado satisfatório na contabilidade oficial. No caso da Previdência, por exemplo, os gastos saltaram de R\$140 bilhões, em 2003, para R\$200 bilhões, em 2008, com um déficit de cerca de R\$38 bilhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fez bem o Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... Sarney em criar uma comissão especial para acompanhamento da crise econômica, mas isso não deve impedir que todos os membros da Casa debatam, estudem e analisem esse assunto ao longo do ano.

Quanto maior o esforço realizado por todos no sentido de dotar o País de mecanismos eficientes de combate à crise, melhor será para a sociedade brasileira e maiores serão as possibilidades de que o Brasil saia numa posição ainda melhor no novo cenário mundial, mas, para isso, temos de ter a ousadia e a coragem de tratar dos verdadeiros problemas, sem demagogia e sem objetivos eleitoreiros, pensando exclusivamente no interesse maior da sociedade brasileira. Para tanto, urge redefinir o formato, o tamanho e o funcionamento do Estado brasileiro, para, aí sim, termos condições efetivas de promover a tão importante redução na carga tributária.

Concluo, Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... agradecendo a V. Ex^a e registrando que a cada dia que passa mais economistas acreditam que redução da carga tributária tem impacto muito maior do que redução das próprias taxas de juros no crescimento da economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Regimento permite que, durante esta parte, ainda possamos votar redação final.

Quero submeter ao Plenário a redação final das emendas do Senado ao **Projeto de Lei de Conversão nº 31**, de 2008 que votamos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final às emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 28, DE 2009

(Da Comissão Diretora)

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008), que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de março de 2009.

ANEXO AO PARECER Nº 28, DE 2009

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008).

Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 24 – Relator-revisor)

Suprima-se o § 6º do art. 1º do Projeto.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 19 – Relator-revisor)

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º do art. 3º do Projeto:

“Art. 3º

§ 1º

II – ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor, exceto quanto à cobertura do FCVS;

.....”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 20 – Relator-revisor)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do Projeto:

“Art. 3º

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, pelos agentes financeiros ou por ambos, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos, e, também, à anuência do agente financeiro às condições da renegociação estabelecidas nesta Lei, anuência essa caracterizada pela assinatura de seu representante legal no aditivo contratual de renegociação da dívida.

.....”

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 21 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 3º do Projeto:

“Art. 3º

§ 4º Na renegociação de que trata o **caput**, para efeito de reconhecimento da cobertura do FCVS, não há alteração do mutuário original.”

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 22 – Relator-revisor)
Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 5º do Projeto:

“Art. 5º

.....

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original, exceto quanto à cobertura do FCVS.

.....”

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 23 – Relator-revisor)

Suprima-se o art. 10 do Projeto, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 25 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. A Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

‘Art. 3º-A. O Conselho Monetário Nacional definirá os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de contratos de opção pública e privada de venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo por base o preço mínimo do produto, as estimativas de custos para o carregamento dos estoques, inclusive os custos financeiros, e do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para a entrega do produto, podendo, ainda, incluir uma margem adicional sobre o preço mínimo estipulado em função das expectativas de mercado e da necessidade de estímulo à comercialização.

Parágrafo único. O preço de exercício para cada produto será definido em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.”

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 27 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. O art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º

.....

§ 5º

.....”

II – a parcela do saldo devedor apurada na data de repactuação que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, com vencimento da primeira parcela até 31 de outubro de 2009, observado o seguinte:

.....’ (NR)”

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 28 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. Os arts. 6º, 7º, 15, 29, 30, 31, 33 e 34 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º

I –

b)

1 – permissão do reescalonamento do saldo devedor, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuadas em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

II –

b)

3 – permissão do reescalonamento do saldo devedor ajustado remanescente, mediante formalização de aditivo, distribuindo-o em parcelas anuais até 2020, segundo a periodicidade regular de obtenção das receitas pelo mutuário, com o vencimento da primeira parcela repactuada em 2009, desde que os mutuários tenham manifestado interesse em aderir ao processo de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

§ 1º Fica facultado aos mutuários adimplentes o pagamento de cada parcela das

operações referidas no **caput** deste artigo em sacas de café, até a data do vencimento pactuado, sendo a quantidade do produto definida pela divisão do valor da parcela atualizada pelo preço mínimo vigente na data do pagamento da respectiva parcela.

§ 2º O mutuário adimplente que optar pelo pagamento da parcela em produto na forma do § 1º deverá entregar a quantidade de produto devida ao Funcafé, até a data do vencimento da respectiva parcela, nos locais, condições e com as características do produto definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

§ 3º O custo dos descontos concedidos neste artigo e de eventual diferença em face de liquidação com base nos §§ 1º e 2º será suportado pelo Funcafé.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional definirá as demais condições e os prazos para implementação do disposto neste artigo.’ (NR)

‘Art. 7º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, cujo risco parcial ou integral da operação seja do Tesouro Nacional, do Tesouro do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., desde que não tenham sido renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

II –

.....

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea **a** deste inciso:

.....
III –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea “a” deste inciso:

.....
IV –

b) para liquidação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2009, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea “a” deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput** deste artigo;

V –

e) garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, excluídas as garantias do Tesouro Nacional e do Tesouro da Bahia.

§ 1º As operações de que trata este artigo, cujo risco seja integral dos agentes financeiros, podem ser renegociadas nas condições definidas neste artigo, desde que os agentes financeiros assumam o ônus com os custos dos descontos das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo, podendo o saldo devedor, após a concessão dos respectivos descontos, ser liquidado por meio da contratação de nova operação, nas condições definidas no inciso V do **caput**.

§ 2º Os custos dos descontos poderão ser suportados pelo Tesouro Nacional, Tesouro do Estado da Bahia, FNE e agentes financeiros, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas ou liquidadas com base neste artigo,

condicionada a concessão dos benefícios à formalização da assunção desses ônus pelas referidas partes.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional, quando se tratar de operações realizadas com recursos do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia.

§ 4º Fica o FNE, quando se tratar de operações realizadas com recursos desse Fundo, autorizado a assumir até 50% (cinquenta por cento) dos custos atribuídos na forma deste artigo ao Tesouro do Estado da Bahia e à Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (Desenbahia).’ (NR)

‘Art. 15.

§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

.....’ (NR)

‘Art. 29.

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que

não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.’ (NR)

‘Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que liquide integralmente essa dívida, de contratar novo financiamento de investimento, com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas, junto ao SNCR.

..... (NR)

‘Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2009, uma nova operação de crédito para liquidação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contraídas no âmbito do programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III, observando que:

§ 3º Admite-se a reclassificação para o âmbito do FNE e do FNO das operações de crédito rural contratadas até 30 de junho de 2006, com recursos do FAT pelos agentes financeiros gestores destes Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

I – o saldo das operações reclassificadas para os Fundos deverá ser considerado como uma nova operação de crédito rural;

II – a nova operação de que trata o inciso I ficará sob o risco exclusivo e integral do agente financeiro gestor do respectivo Fundo;

III – o saldo devedor da nova operação será atualizado nas condições definidas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV – as operações reclassificadas terão os encargos financeiros vigentes para as operações de crédito rural dos Fundos Constitucionais definidos em função da classificação e localização do produtor, a partir da data da reclassificação;

V – a reclassificação de que trata este parágrafo fica limitada a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por mutuário e a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para o FNE e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o FNO;

VI – aplicam-se às operações reclassificadas as condições estabelecidas nos arts. 29 e 30 desta Lei para a renegociação de dívidas;

VII – no caso de associações, condomínios e cooperativas, deve ser observado o seguinte:

a) as operações que tenham ‘cédulas-filhas’ serão enquadradas na regra geral;

b) as operações sem identificação do tomador final serão enquadradas observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade; e

c) nos condomínios e parcerias entre produtores rurais e empresas rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º Sobre o saldo devedor das operações de que trata este artigo, a partir da data da reclassificação, o agente financeiro fará jus ao del-credere a ser definido em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em função da especificidade da Operação renegociada, sem perder de vista o limite previsto no inciso II do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.’ (NR)

‘Art. 33. Ficam os agentes financeiros operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a suspender as cobranças ou requerer a suspensão das execuções judiciais até o final dos prazos previstos para a conclusão do processo de renegociação para os mutuários cujas dívidas de crédito rural se enquadrem nas disposições desta Lei e que manifestaram formalmente seu interesse à instituição financeira credora até 12 de dezembro de 2008.

§ 2º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 12 de dezembro de 2008.’ (NR)

‘Art. 34.’

Parágrafo único. A autorização para a renegociação de dívidas de que trata o **caput**, bem como para a contratação de operações de que tratam os arts. 2º, 7º e 31 desta Lei, estendem-se também às pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) em decorrência do disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.’ (NR)

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 26 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 59-A:

‘Art. 59-A. As operações de crédito de que tratam os arts. 1º, 2º, 5º, 14 e 18 desta Lei, cujos mutuários manifestarem interesse formal em aderir aos respectivos processos de renegociação nos prazos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, terão as datas de vencimento das parcelas referentes a 2008, da amortização mínima exigida para renegociação e de liquidação total do saldo devedor em 2008 prorrogadas para até 30 de junho de 2009, data final para que os agentes financeiros concluam os processos de recálculo dos valores devidos.”

EMENDA Nº 11

(Corresponde à Emenda nº 29 – Relator-revisor)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

“Art. Os títulos dos Anexos III, V, VII e IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘ANEXO III

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO V

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO VII

Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira – etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30-6-2009.’ (NR)

‘ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União: descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2009.’ (NR)”

EMENDA Nº 12

(Corresponde à Emenda nº 30 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações a serem contratadas em 2009 e 2010, para financiamento de estocagem de álcool etílico combustível para usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool etílico combustível, e nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

§ 1º Os empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União serão realizados com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º O pagamento da equalização de que trata este artigo será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º A equalização de juros de que trata este artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN estabelecerá as atividades agroindustriais beneficiárias e as demais condições dos financiamentos de que trata este artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda definir a metodologia para a concessão da equalização das taxas de juros.”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Se todos estiverem de acordo com a redação final, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande, que é o segundo orador inscrito após a Ordem do Dia, mas, antes, dou a palavra, pela ordem, para o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney, peço a V. Ex^a que registre o voto favorável à indicação da diretora da Anvisa.

O painel foi encerrado e eu estava a tarde toda numa reunião no Instituto Chico Mendes, com produtores, pequenos produtores, que estão na Flona Jamanxim, no Município de Novo Progresso e parte de Altamira, no Estado do Pará. Eu estava acompanhando essa comitiva de pequenos produtores, discutindo a formulação de um termo de ajuste de conduta, que vai permitir que eles possam, por dois anos, continuar produzindo naquelas terras, enquanto se discute a nova demarcação da Flona Jamanxim, no Estado do Pará.

O Senador Romero Jucá tem sido, também, um batalhador, para que possa ser definida uma nova demarcação para a Flona, de tal forma que não prejudique milhares de pessoas, de brasileiros, de paraenses que estão naquela situação de dificuldade para continuar produzindo em suas terras, que não foram regularizadas e quando foi criada uma Flona totalmente em descon sideração com a situação daquela população.

Então, peço a V. Ex^a que registre o voto Sim, pela indicação da diretora da Anvisa.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, eu quero apenas que registre a minha intenção de voto na votação da diretora da Anvisa, já que eu estava na recepção oficial na Embaixada da Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Eu agradeço, porque também eu estava ausente, então tenho dois votos a registrar. Eu não votei na hora, eu estava ausente. Somos três, com Flexa Ribeiro e Azeredo, favoráveis.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Presidente, Presidente, aproveite e consigne, também, Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Lobão Filho. Quatro eleitores de última hora, com voto positivo: Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Azeredo e Mão Santa.

A Ata registrará.

O Líder do PMDB pede pela ordem.

Senador Renan Calheiros, que representa o Estado de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, amanhã, vou ter a oportunidade de falar mais detalhadamente sobre um assunto que quero comunicar à Casa e ao Brasil.

A Bancada do PMDB no Senado reuniu-se, hoje, com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, e com o Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, para, Sr. Presidente, superar essa debateração e para que o Senado coloque saídas para a crise econômica, que começa a preocupar o País.

É fundamental que a agricultura não seja penalizada, nós temos de discutir o impacto que o custo de produção está sofrendo, sobretudo com a elevação de preço de fertilizante, do diesel, e nós vamos, Sr. Presidente, apresentar uma proposta tanto ao Ministro das Minas e Energia, quanto ao Ministro da Agricultura, no sentido de resolver esses problemas. É fundamental que o Governo continue a cumprir esse papel. Nós precisamos manter o crédito para a agricultura, garantir dinheiro novo e precisamos resolver alguns problemas cuja solução, Sr. Presidente, exige a participação desses dois Ministérios.

O PMDB, a exemplo do que fez no passado, propôs, e o Governo aceitou, a desoneração dos produtos da cesta básica. O Presidente Lula desonerou os produtos da cesta básica com relação aos impostos federais e o mesmo precisa ser feito com relação aos impostos estaduais, ao ICMS, sobretudo.

É muito importante que possamos construir uma agenda positiva, propor saídas para o Brasil, alternativas, situando o Senado nesse quadro preocupante da vida nacional, quando nós precisamos, mais do que nunca, dar respostas à agricultura e dar respostas à nossa economia.

Os fundamentos estão intactos, mas o Brasil não pode ter a diminuição do crescimento econômico, a elevação do desemprego, a retração da geração de renda. Para que isso não aconteça, é fundamental que não só o PMDB – o PMDB está fazendo a sua parte –, mas que todos os Partidos com assento no Senado Federal proponham saídas para o Brasil, e é obrigação de todos nós levá-las ao Presidente da República.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós o ouvimos e queremos lembrar a V. Ex^a que Napoleão Bonaparte disse que o francês é tímido, mas, com um grande comandante, ele vale por dez ou por cem. V. Ex^a está comandando o nosso Partido.

Com a palavra o Senador, como Líder do seu Partido, Casagrande, que tem muita paciência.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Tenho paciência, sim, Sr. Presidente, porque foram todas comunicações importantes para esta Casa e para a população brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar continuidade ao debate que comecei a fazer no momento em que votamos a Medida Provisória nº 445, com relação à crise que nós estamos vivenciando.

Temos debatido com frequência a crise e, neste ano, o Senado tomou a decisão de formar uma comissão de Senadores para que façam o acompanhamento permanente dela. É lógico que não vai ser só função desses cinco Senadores, porque o debate deste momento que estamos vivendo, econômico e financeiro, é um debate que interessa a todos os Parlamentares. Eu, naturalmente, como um Parlamentar que acompanha a atividade econômica brasileira, preciso me manifestar sobre o tema.

Estamo-nos manifestando com mais veemência desde ontem, diversos Parlamentares, porque nós já sabíamos que a crise era uma crise forte e foi-se tornando, para nós, cada vez mais forte com o decorrer dos acontecimentos que observamos, especialmente nos Estados Unidos – uma crise forte, intensa, que ontem ficou medida em números aqui no Brasil. Nós já tínhamos as medidas em números em outros países, mas ontem ela ficou medida em números aqui no Brasil.

Na hora em que o PIB do último trimestre de 2008 fechou num percentual negativo de 3,6% – importante que a gente use as referências corretas –, comparado com o do trimestre anterior, imediatamente anterior, tivemos uma redução de 3,6%; mas, comparado o último trimestre de 2008 com o último trimestre de 2007, o PIB cresceu 1,3%. Mas, qualquer que seja a avaliação, é a de uma queda abrupta na economia brasileira.

Essa é uma realidade que talvez tenha surpreendido até pessoas do Governo. Sabemos que o último trimestre de 2008 foi o momento mais crítico da crise. Foi a hora em que a crise, de fato, se tornou visível para a população mundial. Foi o momento em que o setor produtivo começou a pisar no freio, a desacelerar. Foi o momento em que todos paralisaram para poder observar, e ainda não tínhamos as medidas da Administração Pública. Então, tenho a expectativa de que

aquele momento foi o momento mais crítico da crise que estamos vivenciando.

É importante a gente observar que, apesar de todas as medidas adotadas ainda pelo Governo Bush, depois da posse do Presidente Barack Obama, de lá para cá, a crise, que iniciou com intensidade maior nos Estados Unidos, desconheceu a posse do Presidente Obama. Eu achava até que, após a posse do Presidente Obama, a confiança retornaria ao mercado financeiro, ao mercado imobiliário americano, ao setor financeiro americano e mundial. Mas a crise não tomou conhecimento da posse do novo presidente americano. E aí a crise perdura, permanece, apesar de todas as medidas adotadas pelos governos. É lógico que, se nenhuma medida tivesse sido adotada, a situação seria ainda muito pior.

O Governo brasileiro, do final do ano até o presente momento, tem adotado medidas. Eu tenho confiança nos indicadores econômicos e nos dados econômicos que vamos acompanhando dia a dia pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central. Diz-se que há uma retomada de crédito. Anuncia-se que houve uma retomada nas vendas de automóveis com a redução dos tributos sobre a indústria automobilística. Com as decisões tomadas pelo Governo para a liberação do compulsório, o presidente do Banco Central anuncia que houve uma retomada de crédito.

Temos alguns setores que respondem às medidas do Governo, outros setores não têm ações do Governo, e outros setores não respondem às medidas do Governo. Então, não temos condições seguras de fazer uma projeção. Mas todos avaliam que as medidas adotadas começarão a aparecer neste início de ano. Este primeiro trimestre, na avaliação de muitos, foi muito difícil, mas dizem que as medidas começarão a aparecer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Antes de dar continuidade a essa reflexão, darei o aparte ao Senador Tasso Jereissati, para, após a fala de S. Ex^a, prosseguir na minha avaliação, até porque vou falar de medidas importantes que o Governo tem tomado; também vou me referir ao Programa de Habitação Popular do Governo.

Ouçõ o aparte do Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Renato Casagrande, muito obrigado pelo aparte. Gostaria de fazer algumas colocações diante do que foi aqui exposto por V. Ex^a. Queria lembrar a V. Ex^a que, cerca de quatro meses atrás, vim à tribuna desta Casa fazer um discurso, para pedir ao Governo, especificamente ao Presidente Lula – não sei se V. Ex^a estava

presente, são muitos os discursos, evidentemente V. Ex^a não tem como se lembrar de todos os discursos aqui proferidos —...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas lembro-me do de V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...e ao Ministro da Fazenda que parassem de fazer piadas diante da crise, que parassem de fazer chacotas e gozações diante da crise, que diziam ser do Bush; eu dizia que a crise era séria e que ela já havia chegado ao Brasil, e que estava na hora de tratarmos disso com a devida seriedade, com a devida gravidade que o assunto merecia por parte do Governo. Queria dizer a V. Ex^a que, apesar de o discurso ter mudado – mudado relativamente –, de lá para cá, continua o Governo não tendo – vou usar uma palavra que talvez não seja a exata – a coragem necessária para assumir a crise, dizendo, até ontem, até a divulgação do IBGE, que a crise era pequena, que o crescimento era de 4%.

O Brasil inteiro, todos os economistas, todas as empresas, todos os analistas apresentavam já um crescimento, na melhor das hipóteses, entre 1% e 1,5%, e o Governo, apesar de as piadas terem parado, apesar de se ter tomado uma série de iniciativas, ainda falava que o crescimento era de 4% e que o Brasil era melhor do que os outros países, fazendo comparações que não são importantes nem essenciais neste momento. E, a meu ver, continua errando o Governo até agora, pois faz muito mais *marketing* no combate à crise do que combate a crise realmente. Ainda não há, primeiro, essa assunção clara e definitiva do Governo sobre a crise. Existe uma crise, e vamos ter de enfrentá-la, vamos ter de tomar medidas duras e medidas boas para enfrentá-la. Entre as medidas duras, está a diminuição drástica, por que necessário, das despesas correntes, que estão aumentando de maneira completamente descontrolada, ao mesmo tempo em que a receita está caindo. As receitas dos Estados e dos Municípios – e já houve discursos sobre isso aqui ontem – caem drasticamente. Alguns Municípios – com certeza, V. Ex^a conhece isso, pois, no Espírito Santo, isso deve estar acontecendo – estão literalmente quebrados, e as despesas correntes estão com o custeio aumentando. Nós não temos visto a preocupação do Governo de segurar essas despesas para aumentar os investimentos. Por outro lado, os investimentos, até hoje, na sua grande maioria, são meros anúncios, anúncios muito mais irrealistas, porque fazem mais crescer a falta de credibilidade, do que anúncios realmente que dão à população e aos agentes econômicos a consciência de que agora o Governo vai fazer algo e de que as coisas vão acontecer. Foi anunciada a construção de um milhão de casas, e, no dia seguinte, a nossa can-

didata à Presidência da República, a nova candidata à Presidência da República – que, aliás, está presente em todos os anúncios –, misturou a questão da crise, que é gravíssima, com o lançamento da nova candidata. A nova candidata, que está presente em todos os momentos, que se confunde com os anúncios, já no dia seguinte, anuncia que vai dar casa de graça para todo mundo. Isso está tirando totalmente a credibilidade do Governo, trazendo uma ineficácia muito grande às medidas tomadas até agora. O Governo não apresentou ao País, Senador Casagrande, um projeto de combate à crise, uma estratégia, dizendo: “É essa nossa estratégia, fincada nisso e nisso. E vamos investir naqueles setores, para alcançar tais e tais objetivos a curto e a longo prazo”. Era esse o aparte que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, agradecendo-lhe, mais uma vez, a sua gentileza.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Tasso, pelo seu aparte, que enriquece meu pronunciamento.

Dizem que “a beleza está nos olhos de quem a vê”. Naturalmente, as medidas adotadas pelo Governo, vistas por quem apoia o Governo, são medidas importantes e poderão ter efeito. Essas medidas, vistas por Parlamentares da Oposição, não têm tanto efeito assim.

Também há um componente político que precisa ser avaliado por todos nós e por toda a população brasileira. Fico a refletir, caso V. Ex^a fosse Presidente da República ou qualquer Parlamentar fosse Presidente da República, sobre qual seria o melhor comportamento frente a uma situação como essa.

Pareceu-me que o Presidente Lula tomou essa decisão por que ele, pessoalmente, como Presidente de um País importante como o Brasil – que, como todos os outros países, está sofrendo os efeitos da crise e assim estará por um bom tempo ainda –, não queria criar um ambiente mais negativo do que aquele que a crise já provoca naturalmente, com redução dos investimentos. Houve uma diferença entre o comportamento do Presidente e as medidas adotadas pelo Governo. Foram medidas adequadas.

Poderiam tomar outras medidas. A única avaliação que faço – e, com isto, coloco mais um ponto para reflexão neste momento – é a de que as medidas para disponibilizar crédito para o mercado interno; as medidas para disponibilizar moeda estrangeira, dólar americano, para as operações externas; as medidas de redução de tributos em alguns setores; as medidas adotadas para dar segurança ao setor financeiro, com possibilidade de bancos públicos adquirirem bancos menores, comprarem carteiras de crédito recebíveis de outros bancos menores; essas são medidas adequadas,

assim como os investimentos no setor da agricultura. Esses investimentos têm de continuar a ser feitos.

Eu falava dali do microfone de aparte que, hoje, há outra possibilidade, Senador Tasso, que é a reunião do Conselho de Política Monetária (Copom). É necessário que o Copom possa de fato... É lógico que não é por pressão política que isso acontece. Mas já existe uma redução de demanda desde o fim do ano passado, já existe uma redução de inflação, naturalmente pela redução de demanda. Desde dezembro, já era perfeitamente perceptível esse comportamento do mercado interno. Houve uma redução dos valores das *commodities*. Assim, temos todas as condições para que o Conselho possa tomar uma decisão efetiva de redução da taxa básica, porque, na hora em que se reduz a taxa básica, também se gasta menos com o pagamento da dívida mobiliária, disponibilizam-se mais recursos para investimentos.

Então, concordo com que o Governo deva ter muito critério no seu gasto corrente.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Senador Casagrande...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concordo plenamente com a necessidade do controle efetivo dos gastos correntes do Governo. Cada vez mais, deve haver esse controle. Não discordo desse pronunciamento, desse discurso, mas sabemos que o Governo deve estar muito bem equilibrado, para que não provoquemos um ambiente mais negativo do que esse que já existe.

Hoje, o Copom tem a oportunidade de tomar uma decisão numa área, usando um instrumento que o Brasil pode usar, porque temos uma das maiores taxas básicas do mundo. Isso permite que o Brasil reduza essa taxa, porque isso pode incentivar o consumo e os investimentos.

Concedo o aparte ao Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Farei o aparte em trinta segundos. Quero aproveitar a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a e registrar que, pela primeira vez, as centrais sindicais acamparam – e há muitos acampamentos sendo feitos no plenário do Senado – à porta do Banco Central. A crise ajuda também a elevar a consciência do povo e do movimento sindical, que se uniu, que fez uma reunião com o setor patronal e que acampou à porta do Banco Central, para exigir o que V. Ex^a levanta agora, no seu pronunciamento, que é a redução drástica dos juros em nosso País. Não podemos deixar aqueles que são os principais responsáveis pela crise comandando a saída da crise, que é a banca nacional e também a de fora do País. Por isso, ressalto o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

Então, Sr. Presidente, para concluir meu pronunciamento, quero só destacar o Programa de Habitação Popular. A meta é audaciosa: a construção de um milhão de casas até o final do ano que vem, até o início de 2011. É uma meta audaciosa. Mas, quando se estabelece uma meta, trabalha-se para atingir essa meta. Isso é correto por parte do Governo, desde que haja os instrumentos para que possamos fazer essa construção. É importante que se reduza mais IPI de material de construção. É importante que os governos possam reduzir ICMS, que os Municípios reduzam ISS, para que possa haver um consumo nessa área da construção civil, que é uma área que gera muito emprego e que pode manter a economia bastante ativa. Então, expressei meu apoio ao programa.

Quero só lembrar que fizemos um pedido – e o Senador Marcelo Crivella também já fez esse pedido – ao Presidente Lula, à Ministra Dilma, ao Ministro Edison Lobão, para que as casas construídas nesse Programa pudessem usar o aquecimento de água por meio da energia solar. Com os chuveiros elétricos, há um gasto de 25% de energia, de eletricidade, na habitação popular. Então, é fundamental que possamos popularizar essa tecnologia, que possamos debater a necessidade do uso, cada vez mais intenso, de energias renováveis e alternativas. A energia solar está aí disponível, a tecnologia está disponível, o custo é compatível. Se o Governo der esse exemplo, vamos reduzir ainda mais o custo e aumentar a produção desses equipamentos, desses materiais, dessas placas. O Governo tem uma oportunidade de ouro nas mãos, para que possamos incentivar o aquecimento de água por meio de placas solares.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço mais um minuto a V. Ex^a, para que eu possa concluir meu pronunciamento.

A crise vem na hora em que se tem de refletir o modelo de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento, hoje, exige que usemos energia renovável, energia alternativa, energia solar.

Amanhã, a Comissão de Meio Ambiente debaterá a questão do edital da energia eólica. O Governo vai fazer seu primeiro edital. Esse é um avanço fenomenal. A Região Nordeste, especialmente, tem um potencial gigantesco na área de energia eólica, e temos de aproveitar isso, para que possamos criar um mercado. Mercado se cria com a certeza, com a garantia de que vai haver os investimentos.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero fazer um aparte ainda, se V. Ex^a me permitir. Concordo inteiramente com o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Casagrande, sobre a importância de haver caminhos alternativos na questão da energia no Brasil. Inclusive, é preciso debruçarmo-nos sobre a questão tributária, sobre a isenção tributária para, por exemplo, placas solares e para captação de água. É preciso que haja diminuição das taxas públicas para quem se utilizar disso. Já apresentamos um projeto de isenção do IPI para o desenvolvimento de carros elétricos no Brasil. Isenção não é renúncia fiscal, mas incentivo à produção de carros elétricos. V. Ex^a tem toda a razão. Esse é o caminho que tem de ser percorrido. Devemos nos debruçar sobre isso. Energia alternativa para um conjunto de iniciativas no Brasil seria fundamental. Parabéns a V. Ex^a! Inclusive, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, pode fazer um trabalho extraordinário nessa direção na Comissão. Parabéns!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, V. Ex^a permitiria uma palavrinha de uns segundos?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, queria cumprimentar os três Senadores do Piauí pela dignidade com que representam o seu Estado aqui, notadamente, hoje pela manhã, com a homenagem à Guerra do Jenipapo, que foi uma extensão do Sul para a manutenção da Independência brasileira. Lá, muitos heróis vieram a falecer na luta contra a tentativa de manutenção do domínio português. Cumprimento V. Ex^a e o povo do Piauí pela luta heróica na Batalha do Jenipapo.

Presidente Heráclito, meu querido amigo, grande Senador, o que me traz a falar dois minutos é um jogo de computador que simula o estupro de mulheres.

Fiquei estarelecido ao ler na revista semanal *Época* deste final de semana que um jogo de computador simula o estupro de mulheres. No jogo virtual “Rape-Lay”, que está causando polêmica nos Estados Unidos,

o jogador deve estuprar mulheres no metrô e ganha pontos quem mais praticar o crime.

No momento em que o Brasil luta para combater a pedofilia, em particular o Senado, onde funciona uma CPI criada para esse fim, é inadmissível que crimes sexuais sejam banalizados em jogos que podem chegar às mãos de crianças e adolescentes e mesmo alimentar a fixação doentia de muitos adultos.

Produzido pela Illusion, empresa japonesa especializada em fazer jogos pornográficos, o “simulador de estupro” é comercializado naquele país desde 2006. Mas desde o mês passado o jogo atravessou fronteiras e chegou a várias partes do mundo, por meio do site de venda norte-americano Amazon. A descrição do jogo é estarelecida, Sr. Presidente.

Diz o seguinte: “No jogo, você é um perturbador da ordem pública que, agora, longe da prisão, busca novas metas. Você encontra uma mãe solteira e suas duas filhas e começa a caçá-las, uma a uma”.

Diante da repercussão negativa, os sites da Amazon e o de leilões eBay retiraram o produto de seus catálogos. Mas o estrago já está feito. Cópias piratas podem ser baixadas pela Internet.

Esta não é a primeira vez que jogos de computador estimulam a prática de crimes. Em 1997, o jogo Carmageddon causou polêmica em todo o mundo. Nele, o jogador participava de uma corrida em que quanto mais pessoas atropelasse com seu carro virtual, mais pontos ganhava. As vítimas eram crianças, velhinhas, freiras e mulheres grávidas.

Por isso, alerta aos pais para que fiquem atentos aos jogos que são instalados nos computadores de casa.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, Senador Eduardo Suplicy, comunico aos colegas Senadores que recebemos o parecer da Advocacia-Geral do Senado sobre o pagamento do serviço extraordinário durante o mês de janeiro.

Como já se sabia de antemão, não existe a ilegalidade formal com relação ao pagamento.

Amanhã, portanto, levarei para a reunião da Mesa este parecer e, juntamente com ele, sugestões para o pagamento de horas extras no futuro; ou seja, a aplicação e o uso de um ponto eletrônico para a verificação de horas extras. E enquanto isso não acontece, por conta de processo licitatório, o uso da lista de presença, adotada na Câmara dos Deputados.

Com relação ao caso presente, estamos remetendo ao gabinete de cada um dos Srs. Senadores questionário sobre a devolução ou não das horas ex-

tras pagas no mês de janeiro. Por que estamos fazendo isso? Vários Senadores já manifestaram a intenção de que seus funcionários façam a devolução.

A Mesa e a Diretoria-Geral da Casa não têm mecanismos justos para exercer tal tarefa, até porque a presença ou não dos servidores é subjetiva. Não há, após o fato realizado, como verificar cada caso. E não seria recomendável cometer injustiças, uma vez que se sabe que existem servidores que trabalharam e existem servidores, conforme confissão na própria imprensa, que não trabalharam.

Então, caberá ao gabinete de cada um dos Srs. Senadores decidir sobre a devolução ou não.

No caso de decisão pela devolução, obedecendo estritamente o que diz a lei, poderá ser feita em até dez parcelas. Agora, não temos a menor condição de realizar uma verificação de quem faz jus ou não a essa gratificação de hora extra. Punir quem trabalhou não é o objetivo dos que fazem esta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com todo respeito, e tenho muito respeito por V. Ex^a – V. Ex^a sabe disso –, a informação que entendi é que, no mês de janeiro, quando o Senado esteve em recesso, foram pagas horas extras. Com toda sinceridade, digo o seguinte: o Senado estava em recesso. Eu, Pedro Simon, por exemplo, não vim um dia, no mês de janeiro, a Brasília. Não houve uma reunião extraordinária, não houve nenhuma reunião ordinária e não houve nenhuma prorrogação de reunião. Sinceramente, não entendo como receber horas extras. O que são horas extras? Horas além das horas normais. Se não houve nem sessão ordinária, nem sessão extraordinária, nem sessão normal, acredito, com todo respeito, que não há por que se falar em horas extras. Perdoe-me, mas penso assim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – O gabinete de V. Ex^a, portanto, não recebeu hora extra? Quero entender.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou lhe dizer com toda sinceridade – e é boa a sua pergunta: que eu soubesse, não. Eu não assinei nada nem me pediram para assinar nada. Eu vou ver agora, porque eu não assinei nem me pediram. Se depender de mim, ninguém recebeu. Agora, não posso lhe responder porque...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Exatamente. Senador Pedro Simon, o grande problema é este: é porque damos delegações para os chefes de gabinete.

Agora, o caso de V. Ex^a é um pouco diferente, por exemplo, do meu caso. Eu presidi a Comissão de Relações Exteriores, em que tínhamos, por exemplo, a questão Battisti e outras questões que exigiam acompanhamento constante. Eu tive o cuidado de fazer uma verificação, e um número limitado de funcionários do meu gabinete – um número limitado – trabalhou, e eu atesto que trabalhou.

Por isso, precisamos examinar caso a caso, para que não se cometa, Senador, injustiça com os funcionários que trabalharam.

Por exemplo, seria uma injustiça o Senador Tião Viana obrigar os funcionários do seu gabinete a devolverem as horas extras, uma vez que o Senador Tião Viana trabalhou efetivamente no mês de janeiro. O Senador Wellington Salgado já declarou que os servidores trabalharam. Temos vários casos que aqui já declararam. E temos outros, de Senadores que afirmam que os funcionários não trabalharam. Aí, é uma questão para ser decidida caso a caso. É a única solução que podemos adotar, sem cometer injustiças, e tomar providências para que sejam corrigidos procedimentos futuros.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente Heráclito, também Secretário desta Casa, eu queria dizer o seguinte: durante o período de janeiro, eu trabalhei aqui, fazendo uma série de eventos, e todos os funcionários do meu gabinete trabalharam comigo. Se chegarmos ao ponto absurdo de ter que devolver o dinheiro, vou dizer o seguinte: eu vou pagar da minha parte para os meus funcionários, porque não vou deixar que eles paguem. Se eu autentiquei que eles trabalharam, eles trabalharam.

Eu fiquei aqui em janeiro, usando o gabinete, como outros também ficaram. Ou, durante o período de janeiro, independentemente dos trabalhos políticos que fazemos, não houve todos aqueles acordos para tudo o que aconteceu em fevereiro? Cansei de vir aqui, inclusive alguns Senadores procuravam até passar perto do gabinete dos outros com o “ouvido ligado”, para tentar ouvir o que estava acontecendo lá dentro. O mês de janeiro foi um mês que ferveu aqui dentro.

Agora, se tivermos que tomar alguma atitude, não vou deixar que meus funcionários de gabinete sejam descontados de algo pelo que trabalharam e que eu avalizei. Vou fazer um empréstimo com um irmão meu, com alguém, ou com V. Ex^a, e vou depositar na conta do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Sua mãe não vai deixá-lo passar por esse vexame. Ela vai resolver o problema de imediato. Mamãe resolve.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou pedir à minha mãe, então. Vou pedir à minha mãe. Eu vou pedir, então, emprestado a ela. O que eu não posso é deixar meus funcionários... Todo dia, quando entro no gabinete, estão todos esperando o que vai acontecer. Até já somei quanto isso dá. Já somei quanto dá. Olhei, meu cheque especial dá para...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Mamãe já sabe?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Banco do Brasil já tem um cheque especial à disposição. Eu vou depositar na conta que V. Ex^a mandar, se isso tiver que acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador, V. Ex^a tem razão.

Por isso é que eu estou dizendo – vou passar a palavra ao Senador Renato Casagrande – que o espírito é este: temos situações diferenciadas em cada gabinete. V. Ex^a está dando o seu testemunho, que, para nós, tem todo o respeito.

Os Senadores que entenderem que houve erro no pagamento das horas extras terão a liberdade de se manifestar através de seus gabinetes ou do Departamento de Pessoal, para que se tomem as devidas providências. Não será a Mesa que tomará essas providências, até porque não quer cometer injustiças com funcionários que trabalharam.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Heráclito, é bom que o senhor esteja presidindo esta sessão. Eu ia até comentar sobre o tema “hora extra” no meu pronunciamento, mas não tive tempo, porque acabamos fazendo um bom debate sobre a situação econômica e a crise econômico-financeira.

Acho que é bom, porque agora o senhor está na Presidência, é o 1º Secretário e tem responsabilidade direta, é o responsável direto pela gestão da Casa. Até imagino que, na hora em que se definiu um teto para pagamento de hora extra para servidores nos gabinetes, foi para disciplinar, porque deveria ser pior do que na verdade se apresenta neste momento. Mas está claro que, ainda, o método utilizado precisa também de uma reflexão.

Por isso, compreendo que temos de resolver o passado, mas, mais do que isso, Sr. Presidente Heráclito, acho fundamental que resolvamos o futuro. Que se estabeleça o controle – o ponto, a entrada de funcionários. Que se pague hora extra de acordo com a legislação vigente. Há legislação vigente para remuneração e pagamento de hora extra. Não temos de inventar nada, não temos de inovar em nada, temos só de controlar a presença, a carga horária do trabalho de cada servidor, de cada funcionário, e quem trabalhar mais do que a legislação determina poderá receber um percentual de hora extra. Não se pode passar de um percentual também, pode-se receber horas extras no máximo de duas horas por dia. Então, há uma legislação.

Acho que V. Ex^a tem a oportunidade de aproveitar essa crise, porque a hora extra não pode virar complementação salarial, nem pode existir a rotina de que, independentemente da hora, do tempo de trabalho do servidor, as pessoas recebam essa hora extra. Acho que o Senado depende dessa gestão competente, eficiente, transparente, em que aposto e confio. Não estou fazendo nenhum questionamento ao Secretário anterior, porque a cultura, a prática às vezes leva a equívocos, leva a se estabelecerem métodos que não são adequados de gestão.

V. Ex^a está começando agora, com essa crise. Tenho certeza de que, dessa crise, V. Ex^a vai tirar uma boa maneira, transparente, eficiente e econômica, para que possamos dar um bom exemplo para outras instituições.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Quero apenas esclarecer que o Secretário Efraim Moraes, nessa questão, apenas comunicou aos gabinetes, oficiou aos gabinetes a possibilidade de indicarem funcionários para o recebimento de hora extra. Porém, a escolha dos funcionários e a determinação de quem faria jus a receber caberia a cada unidade, a cada gabinete. De forma que o Senador Efraim Moraes não gerou as despesas; as despesas foram geradas ou pelos gabinetes ou pelos devidos departamentos.

Há uma situação muito fácil de ser resolvida daqui para frente, com relação às segundas-feiras e às quintas-feiras, por exemplo, pois o Senador Mão Santa presidindo é garantia para os servidores de que a sessão passará das 20 horas. Nesse caso, já está equacionado, não é, Senador Mão Santa?

Já temos, então, um ponto a menos. Agora, V. Ex^a tem razão: temos...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas nem todo mundo, mesmo quando a sessão passa das 20 horas, nem todo mundo fica aqui no Senado, Sr. Presidente. Então, não pode ser uma coisa genérica, geral, generalizada, porque ou se controla

cada um individualmente ou senão vamos cometer injustiças, e o Senado vai ficar dando a cara para a população bater.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Claro! E essa injustiça é que queremos evitar.

E temos de começar não cometendo injustiça com os servidores que trabalharam, porque, se houve erro, os funcionários que trabalharam e que receberam não contribuíram para o erro. De forma que o fato é o seguinte: essa questão só será resolvida com a atuação individual de cada gabinete, com a manifestação individual de cada gabinete, e faremos as correções para o futuro, como V. Ex^a bem disse.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, só mais uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Senador, só uma pergunta para V. Ex^a. Por exemplo, estou andando, pego meu telefone, preciso falar com V. Ex^a, não tenho o número do telefone, ligo para o meu funcionário e digo assim: “Localize o Senador Heráclito”. Ele tem de achá-lo, não importa a hora. O meu assessor está com o telefone ligado 24 horas por dia. Então, queria dizer a V. Ex^a que, para mim, ele está à disposição o tempo inteiro – esses que trabalharam. Só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que os oradores inscritos têm de ser respeitados. Da forma como estão sendo conduzindo os debates, da forma como está sendo conduzido o debate, os oradores inscritos acabam não falando. Os oradores inscritos merecem respeito. O debate prolonga-se, prolonga-se, prolonga-se, e os oradores inscritos não falam. O tempo tem de ser, de certa forma, controlado, para que aqueles que estão inscritos tenham o direito de falar. Faço esse meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Senador Antonio Carlos Júnior, concordo com V. Ex^a, mas quero dizer apenas o seguinte: eu tinha a obrigação de prestar os esclarecimentos e não tinha como me furtar das manifestações, por meio de questão de ordem, dos companheiros Senadores.

O que me parece é que o assunto está esgotado, e passo, então, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a iniciar seu pronunciamento, a Presidência prorroga a sessão por mais uma hora.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem direito a dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, quero também cumprimentar V. Ex^a, o Senador Mão Santa e o Senador João Vicente Claudino pela bonita manifestação ocorrida hoje, em homenagem à Batalha de Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823, inclusive com a presença do Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

Quero afirmar que V. Ex^{as} propiciaram a todos nós, Senadores, e também ao povo brasileiro e ao Congresso Nacional a oportunidade de conhecerem melhor a história do Brasil, aquilo que aconteceu no Piauí, no Pará e no Maranhão. Eu próprio aprendi com o episódio de Jenipapo, cujos detalhes não conhecia tão bem; hoje, tive a oportunidade de aprender.

Quero também cumprimentar V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, como 1º Secretário, por essa atitude de tornar transparentes as questões administrativas. Quero transmitir a V. Ex^a que, quando tive a oportunidade de presidir a Câmara Municipal de São Paulo, senti-me muito confortável quando adotei o lema de que a transparência em tempo real é a melhor maneira de prevenir irregularidades. Portanto, V. Ex^a, com a atitude de colocar esclarecimentos prontos, inclusive debatendo com os Senadores questões como essas que foram objeto de reflexão, de notícia em toda a imprensa nacional, faz bem. Isso é saudável.

Quero, Sr. Presidente, aqui cumprimentar a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Garibaldi Alves, que ontem aprovou inúmeros requerimentos de audiências públicas, muitos sobre a crise econômica, para chamar as principais autoridades econômicas do País, seja o Ministro Guido Mantega, seja o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e outras autoridades.

Um dos requerimentos que apresentei é sobre a crise que se deu com os produtores de laranja, sobretudo no interior do Estado de São Paulo, onde estão os maiores produtores de laranja e de suco de laranja do Brasil e do mundo, diante inclusive do fechamento da fábrica Citrosuco, ocorrido em Bebedouro. Foi aprovado o requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos para uma audiência com os quatro Presidentes das grandes empresas produtoras de suco, com o Presidente da Associação dos Citricultores, com a participação do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, do Estado de São Pau-

lo, bem como com representantes dos sindicatos de produtores de laranja em diversas regiões do Estado de São Paulo e do Brasil, inclusive com a participação dos conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico.

Também foi aprovado, e eu cumprimento meus pares da Comissão de Assuntos Econômicos, o requerimento para que haja uma audiência pública acerca da instabilidade econômico-financeira por que vem passando a Embraer, que levou a empresa a demitir mais de 4,3 mil trabalhadores, além de provocar a dispensa de diversos outros trabalhadores nas empresas da cadeia produtiva...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, lamento interrompê-lo, mas, regimentalmente, tenho que prorrogar a sessão por mais uma hora, para que todos os inscritos possam usar a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

São convidados para essa audiência pública o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; o Ministro da Defesa, Nelson Jobim; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Luciano Coutinho; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Adilson dos Santos.

Quero dizer que, como hoje e amanhã haverá eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região do Vale do Paraíba, onde três chapas disputam – a chapa do Sindicato, Conlutas; a chapa Oposição Metalúrgica, CUT; e a chapa Alternativa Metalúrgica, Força Sindical –, naturalmente, a partir da eleição desta semana, haverá a eleição de um novo Presidente. Os três candidatos a Presidente são, respectivamente: Vivaldo Moreira Araújo, da chapa Conlutas; Valdo Rodrigues Soares Ferreira, da chapa da CUT; e Luiz Carlos Mattias, da chapa da Força Sindical. Obviamente, sendo eleito um novo Presidente, quem sabe possam vir até os dois Presidentes: aquele que hoje é Presidente, o Sr. Adilson dos Santos, e aquele que irá sucedê-lo.

Por outro lado, também estamos convidando o Presidente da Embraer, Frederico Fleury Curado.

Quero aqui relatar que, na segunda-feira, fiz uma visita à direção da Embraer, onde o Vice-Presidente de Assuntos Institucionais, Sr. Horácio Forjaz, me recebeu com todo respeito e gentileza e fez uma exposição.

Eu estava acompanhado inclusive do Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, e de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Campos. Foi feita uma exposição para nós,

por parte do Sr. Horácio Forjaz, sobre a evolução tão positiva da indústria Embraer, inclusive nesses últimos anos e a partir da privatização, uma vez que a Embraer se tornou a segunda maior exportadora brasileira, depois da Vale do Rio Doce. Sua força de trabalho total, no mês de dezembro, chegou a 23.509 funcionários, dos quais 20.680 lotados no Brasil.

A Embraer tem um papel estratégico militar para o Brasil, forneceu 50% da Força Aérea Brasileira, e é uma das maiores fabricantes de aviões comerciais do mundo, atrás das gigantes Boeing e Airbus, e é a líder global em jatos de pequeno e médio portes, posição em que rivaliza com a canadense Bombardier.

Em 2002, a Embraer faturava R\$5 bilhões; em 2004, R\$9,984 bilhões; em 2007, R\$9,983 bilhões; e, até o mês de setembro de 2008, R\$7,648 bilhões.

É muito provável que o faturamento de 2008, aguardando-se a publicação do balanço, venha a ser também muito positivo, em que pese a diminuição da demanda que se está prevendo e do que aconteceu no final do ano, no último trimestre, e a previsão de diminuição da produção ou da demanda por aviões que, em princípio, era da ordem de 270 aviões que seriam produzidos em 2009. Mas, justamente agora, a empresa estima entregar 242 aeronaves, o que significa um aumento na produção de aeronaves em 2009, em relação a 2007, da ordem de 21%, o que leva os trabalhadores a se perguntarem, afinal de contas: se a empresa contou com um financiamento muito significativo por parte do BNDES nos anos muito positivos – e inclusive agora o BNDES continua apoiando a empresa –, por que não haver um diálogo para que se repartam melhor os ônus de um momento de dificuldade?

Ali, na Embraer, eu conheci, mais uma vez, alguns dos modelos de aviões de altíssima tecnologia que lá são produzidos – mostro aqui para os Srs. Senadores. Trata-se de uma empresa muito moderna, onde os trabalhadores estão tendo oportunidades de formação profissional tecnológica muito significativas. Contou-me o Sr. Horácio Forjaz sobre a instituição de ensino que é apoiada pela Embraer, que em São José dos Campos dá oportunidade a mais de 600 jovens de se formarem e, muitas vezes, ingressarem em instituições de ensino superior públicas, com grande oportunidade de progresso.

No que diz respeito aos benefícios, aos pagamentos aos trabalhadores, esclareceu-me o Sr. Horácio Forjaz, quando perguntado sobre qual é o tipo de remuneração, não apenas por salários, mas por participação nos resultados, que, por exemplo, em 2004, que foi o ano de excepcionais resultados, os trabalhadores chegaram a receber cerca de sete salários, além dos 13, como participação nos resultados. No ano que

passou, de 2007 a 2008, a remuneração variável foi da ordem de 11%, 12%, o que é bastante significativo. Explicou-me que a parte paga de remuneração variável, em geral, é distribuída de tal forma que 30% é igual para todos os que ali trabalham e 70% em proporção ao que cada um ganha, algo que os trabalhadores, por seu sindicato, gostariam que fosse modificado, para que esse resultado fosse mais amplamente e democraticamente distribuído.

Eu faço votos de que a reunião que se realizará amanhã, quinta-feira, na Justiça do Trabalho em Campinas, seja a mais produtiva possível, com um diálogo de grande respeito. Faço votos também de que as três chapas que, hoje e amanhã, concorrem – Conlutas, CUT e Força Sindical – mostrem a grande importância da vida sindical democrática em nosso País. Numa hora como esta, as três chapas estão tendo o objetivo comum de preservar as oportunidades de emprego.

E é essa também a vontade do Presidente Lula, que transmitiu ao Presidente da Embraer...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O Presidente Lula, quando recebeu o Presidente da Embraer e também os trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, procurou estimular o melhor entendimento entre as partes.

Por que considere importante realizar aqui, na CAE, audiência pública entre os trabalhadores, a Presidência da Embraer, os próprios Ministros de Estado e o Presidente do BNDES? Porque será uma oportunidade para que, exemplarmente, uma grande empresa de tamanho sucesso no Brasil possa dar, inclusive, exemplos de como compartilhar melhor os resultados e as dificuldades nos momentos difíceis.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Suplicy, ontem, à tarde, abordei esse seu pedido, a sua solicitação de audiência pública. Quero confessar a V. Ex^a que me causa intranquilidade a proposta de V. Ex^a. Sabe que essa crise que a Embraer enfrenta não é uma crise isolada. É uma crise conjuntural. Basta ver a queda nas suas vendas. Essas demissões, tenho certeza, são temporárias, até porque a Embraer, quanto mais funcionários tenha, mais aviões produz e mais lucro obtém. O perigo da audiência pública fica no fato de que o presidente, aqui, e os convidados poderão ser submetidos a perguntas envolvendo temas que,

tendo em vista a natureza da indústria e do negócio, são sigilosos. E temos uma concorrência, que em determinado momento chegou a ser predatória,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...com alguns produtores de aviões, basicamente o Canadá. Os jornais canadenses já comemoram como vitória a conquista que tiveram por intermédio de V. Ex^a. A minha preocupação é que essa audiência pública prejudique a Embraer. Como sei que V. Ex^a não tem a intenção de prejudicar a Embraer, externo aqui a V. Ex^a essa preocupação, porque, num momento como este, uma audiência pública pode submeter uma empresa como a Embraer a questionamentos que são inconvenientes, tendo em vista a natureza do negócio. Aliás, comuniquei dessa preocupação – e me deu razão – com o Líder de V. Ex^a, ontem, Senador Mercadante. Ele me disse inclusive que ia conversar com V. Ex^a sobre esse fato. Como eu sei que seu objetivo é ajudar a Embraer, mas ajudar também sindicalistas – da origem de V. Ex^a –, funcionários e os servidores demitidos, eu tenho a impressão de que teríamos outros caminhos, uma conversa em outro fórum. Agora, a audiência pública pode expor uma empresa que é o orgulho dos brasileiros. O Presidente Lula recentemente defendeu essa empresa, inclusive conclamando as pessoas a que adquirissem aviões nacionais e investissem nessa empresa. Daí por que eu faço este aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Quero transmitir a V. Ex^a que não será a primeira vez que o Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos, faz audiência com a participação dos trabalhadores e da direção da Embraer. Nos anos 90, quando eu já era Senador, e nos anos 2000, mais de uma vez, quando inclusive foi debatida aqui a questão...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Só para responder.

Quando foi debatida a própria privatização da Embraer, lembro que foi proposto e foi aprovado que, no Conselho de Administração da Embraer, houvesse a representação dos trabalhadores, à qual se assegurem, portanto, as informações sobre os dados econômicos e financeiros.

Como a Embraer é uma empresa que recebe e tem quotas – inclusive há uma ação que o Ministério da Defesa detém que é uma ação de natureza especial, e também o BNDES tem participação, inclusive como instituição financeira que empresta muito –, há uma responsabilidade de natureza pública.

Então, da mesma maneira que eu há pouco tanto elogiei a sua postura de querer transparência e praticá-la para os atos da Mesa Diretora do Senado, um órgão público, para mim, a Embraer é quase como uma empresa que tem a característica de dever ser transparente nos seus atos. E eu, ademais, sou muito favorável a que haja nas empresas privadas transparência dos dados econômicos e financeiros. Aliás, está havendo um grande debate a respeito daquelas empresas que têm suas ações na Bolsa de Valores, no mercado de capitais, para que a sua contabilidade se torne cada vez mais transparente no que diz respeito à remuneração...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a há de me permitir, mas, se há falta de transparência na contabilidade da Embraer, V. Ex^a está na obrigação e no dever de denunciá-la. Não foi isso que eu disse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O que eu falo, Senador Suplicy, é que, tendo em vista a natureza das atividades da Embraer...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...tendo em vista o momento de crise que nós vivemos, inclusive tendo em vista as concorrências que a Embraer trava com algumas empresas, mais especificamente com a Bombardier canadense, nós corremos o risco de expor essa empresa neste momento de crise. Louvo V. Ex^a pelas convocações anteriores, porque as circunstâncias eram completamente diferentes. Refiro-me à crise, até porque eu faço isso baseado na sinceridade das palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu que se ajudasse essa empresa. Acho que o caminho da audiência pública neste momento não é o ideal para que se alcancem os objetivos, tendo em vista os dados estratégicos e os segredos comerciais que uma empresa privada, nas circunstâncias da Embraer, é obrigada a conservar no seu negócio. Mas V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tenho a convicção, encerrando, Sr. Presidente, de que o diálogo aqui será feito nos termos os mais adequados e que os próprios trabalhadores, por sua representação, saberão discernir sobre qualquer informação que possa eventualmente prejudicar a empresa. Eles são os primeiros interessados em fortalecer a Embraer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fiquei contente pela Comissão de Assuntos Econômicos ter aprovado, por unanimidade, o requerimento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB. Ele representa com grandeza o Estado de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, terei 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É a nota que V. Ex^a merece.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

Sr. Presidente, os últimos dados da economia mundial e, notadamente, os oferecidos pela imprensa nacional a respeito da economia do nosso País têm suscitado comentários, os mais diversos, aqui desta Casa. E, considerando o teor dos debates, verificamos que há uma preocupação de que a crise internacional, a crise financeira, realmente invadiu os mercados emergentes e, como não podia deixar, está invadindo o Brasil, mas não na proporção tão apregoada por aqueles que, do ponto de vista político, criticam, de forma a mais radical possível, a política monetária e econômica do Governo do Presidente Lula.

Mas o que eu queria falar, Sr. Presidente, é que, na última semana, chamou a atenção da imprensa do mundo inteiro uma reação inusitada de parte do presidente do Banco Central norte-americano.

Na verdade, a reação do presidente do Banco Central dos Estados Unidos, o Sr. Ben Bernanke, foi furiosa: no Senado Federal dos Estados Unidos, ele esbravejou para quem quisesse ouvir, que, após enterrar centenas de bilhões de dólares do contribuinte em companhias financeiras falidas – como é o caso da AIG e outras – sem conseguir recuperá-las, tudo o que a equipe econômica consegue propor é entregar mais dinheiro aos executivos, aos grupos financeiros.

Em audiência no Comitê de Orçamento do Congresso do Senado, o Presidente do Banco Central norte-americano se confessou furioso com a seguradora AIG, que já recebeu ajuda de 180 bilhões de dólares e não saiu do vermelho.

Segundo suas palavras: *“Não consigo pensar em nada que tenha me deixado mais furioso nos últimos 18 meses do que as apostas irresponsáveis da AIG. Mas a quebra da maior seguradora do mundo seria catastrófica para a estabilidade do sistema financeiro mundial. Nós realmente não tínhamos opção a não ser*

resgatá-la”, disse ele em resposta a Senadores insatisfeitos com o novo programa de socorro.

Como se sabe, em 2008, o governo deu 150 bilhões de dólares para a AIG e assumiu 80% do seu capital, o que não foi suficiente para evitar que a empresa tivesse perdas de quase 100 bilhões no ano, o maior prejuízo registrado na história das corporações dos Estados Unidos. No dia anterior, o Tesouro anunciou que doaria mais 30 bilhões à companhia.

Todos nós que temos acompanhado essa crise histórica da economia mundial, sabemos que, no conceito do mercado, a seguradora AIG está na lista de companhias que “são grandes demais para quebrar”, pelo potencial que carregam de arrastar todo o sistema financeiro se vierem a ruir. O Bank of América e o Citigroup – que já receberam 45 bilhões de dólares cada um – também fazem parte dessa lista.

Uma das coisas que mais chama a atenção nesse fato é que estamos diante do presidente do mais poderoso banco central do mundo, da nação mais rica do mundo, e o que se vê é que estão completamente enredados, reféns quase, dessa verdadeira montanha-russa em que os grandes especuladores transformaram a economia mundial, notadamente a economia produtiva.

É uma crise histórica do capitalismo. Por conta do cassino global, por conta das montanhas de empréstimos, de financiamentos de toda uma cascata de financiamentos, de empréstimos que levam a empréstimos sem nenhuma finalidade, sem nenhum lastro, de papéis ancorados em papéis, o resultado final é que os maus negócios do sistema financeiro, dos bancos, emprestando trilhões para quem não pode pagar, chegou-se a este ponto: as companhias conhecidas como peso pesados da economia global, a exemplo daquelas que mencionei mais atrás, mostraram que estavam montadas em bolhas, em bolhas que estão implodindo uma após a outra, enquanto verdadeiras instituições-zumbis continuam de pé, funcionando como esponjas que absorvem centenas e centenas de bilhões de dólares do contribuinte.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o governo norte-americano pensa se assume ou não o controle dessas caixas-pretas que, quanto mais sugam, menos mostram solidez, a economia não para de nos brindar com más notícias: recessão no Japão, na Inglaterra, recessão na Europa Oriental, na Espanha e em vários cantos do mundo. E o crédito não aparece. Mesmo baixando os juros a zero ou a quase zero, continua a seca creditícia na Europa e nos Estados Unidos.

A economia não tem dado sinais de superação da crise e, pelo contrário, cresce o desemprego global, o mundo parece marchar para uma nova onda

de protecionismo, contra a qual o Presidente Lula já protestou. A sensação que nós temos aqui é como se a economia global estivesse marchando para a desglobalização.

Nosso País ainda não se encontra no olho da crise, mas é preciso que fiquemos atentos.

Segundo a *Gazeta Mercantil* de ontem, a Confederação Nacional da Indústria – CNI avalia que a atividade industrial tende a apresentar queda em 2009. Em duas semanas, a CNI divulgará novas projeções para a economia brasileira. A indústria caiu a sua atividade industrial cerca de 17%. “Deveremos revisar o crescimento do PIB para algo perto de zero”, disse o economista-chefe da entidade Flávio Castelo Branco.

Crescimento perto de zero! Portanto, por mais que estejamos ainda não completamente impactados pela crise global, não sairemos imunes ou ilesos dela; nossa economia ainda é vulnerável, basta que se considere neste sentido o crescimento da dívida interna. O tamanho da dívida interna já chega próximo do tamanho do próprio PIB brasileiro e não para de crescer. O Brasil está negavelmente inserido nos fluxos financeiros internacionais.

É por isso, Sr. Presidente, que a presença aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e em outras comissões instaladas no Senado Federal é da maior importância, bem como o Sr. Ministro da Economia para explicar esses dados últimos que foram divulgados recentemente.

Não podemos ignorar nem os juros altos e nem a questão da valorização da moeda. Seis meses após o acirramento da crise internacional, as torneiras do crédito continuam emperradas no mercado brasileiro. O prazo médio do capital de giro em janeiro encolheu em quase um quarto, para 384 dias, o último dado disponível. O juro médio subiu 3,2 pontos percentuais, para 36,8% ao ano, afetando pequenas e médias empresas.

Praticamente secou o crédito mais longo e barato para as pessoas físicas, como o financiamento de veículos e o consignado. As pessoas estão se socorrendo do cheque especial, que apresenta taxas de 172%. Quase seis vezes maior do que com desconto em folha. Esta é a situação atual.

E nos Estados Unidos nem se fala. Estamos assistindo, como citei acima, o próprio Ben Bernanke em estado de perplexidade diante do poder do capital especulativo e do *hot money* sobre o mais poderosa economia do mundo.

No caso do Brasil, temos que agir. Nós, todos os políticos, todos os que nos preocupamos com o nosso povo, temos que ter propostas claras, discuti-las democraticamente.

Estamos de acordo com a estratégia do Governo em investir em infraestrutura, em especial para as regiões mais pobres, em particular o meu Nordeste.

Estamos de acordo em que o Governo abra uma prioridade total para emprego, frentes de trabalho, para colocar a saúde e o sistema escolar no nível que a população precisa, ainda mais agora que a renda popular diminui. Muito mais saúde, muito mais educação temos que agir nesta direção. Estou convencido, diante da crise que não para de crescer, que o Governo ponha todo o foco na produção, desonerando-a e reduzindo a carga tributária e, também, a pesada incidência dos juros sobre ela.

Se é verdade que países como os Estados Unidos consumiram demais e consumiram além da sua capacidade, é também um fato que nós, o povo brasileiro, consumimos de menos, produzimos alimentos, víveres e bens essenciais de menos. Com essa carga tributária e o peso dos juros (dos ganhos financeiros sobre os produtivos) a nossa produção industrial ficou em desvantagem em relação aos ganhos da agiotagem. Temos que ter isto bem claro. O produtor está em desvantagem em relação ao agiota.

É preciso reverter essa situação o mais rapidamente possível e mudar as nossas políticas públicas antes que a crise global nos pegue no contrapé. Essa é a nossa urgência.

Faço minha analogia do Presidente Lula: jogar mais e mais dinheiro no Sistema Financeiro é como colocar água em panela quente. Quanto mais se põe água, mais ela evapora. No caso dos Estados Unidos, foi como argumentou Lula, é preciso uma mão firme do Estado. No caso brasileiro, precisamos de menos tributos, menos juros, prioridade total para a geração de empregos, frentes de trabalho, escola e assistência sanitária.

Junto com isso precisamos do PAC na construção de casas populares, estradas e saneamento básico para todos. A prioridade nacional tem que ser o combate à pobreza e não o resgate de quem não apenas lucrou...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mais um parágrafo e termino.

... e engordou enormemente com a crise, antes da crise, mas está também por trás da própria crise.

Nos jornais de ontem, dia 9 de março, o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, defendeu que a taxa de juros Selic pode ficar entre 2 e 4% em 2009. Tudo bem. Temos, então, que promover um grande debate nacional em torno dessas e de outras questões.

Por isso, Sr. Presidente, louvo a Comissão do Senado, instituída pelo Presidente José Sarney, para avaliar a crise, como também a Comissão de Assuntos Econômicos, ambas vão ouvir as autoridades responsáveis pelo setor de crescimento da economia e do combate a essa crise avassaladora que invadiu o mundo e o Brasil.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo brilhante pronunciamento sobre a crise econômica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para encaminhar à Mesa dois pronunciamentos: um fala sobre a importância do fim do voto secreto; o outro comunica à Casa que amanhã, às 11h, o Presidente Michel Temer receberá uma comissão de Senadores para dialogar sobre a importância da votação, na Câmara, dos projetos que beneficiam os aposentados, entre eles, o do fim do fator previdenciário.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recebi no dia de hoje, em meu gabinete, uma surpreendente visita de uma aposentada de 73 anos.

Dona Ivone Garcia Pancich viajou três dias de ônibus, de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, até Brasília, percorrendo cerca de 2.365 quilômetros.

A “vovó guerreira” veio especialmente para agradecer a nossa luta em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas.

Ela me disse que não gastou em passagem, pois foi beneficiada pelos artigos 39 e 40 do Estatuto do Idoso.

Dona Ivone está com muita esperança de que a Câmara dos Deputados aprove os três projetos que o Senado já aprovou.

Falo do fim do fator previdenciário, da recomposição das perdas salariais e da concessão do mesmo percentual de reajuste dado ao salário-mínimo para aposentadorias e pensões.

Amanhã, senhor Presidente, às 11 horas, vamos nos reunir na presidência da Câmara com o deputado Michel Temer, para tratar da votação desses projetos que beneficiam cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas em todo o país.

O encontro foi acertado pelo deputado federal Darcisio Perondi e contará com a participação de senadores, deputados e representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Para finalizar, senhoras e senhores, agradeço ao Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), Sr. José Augusto da Silva Filho, que disponibilizou a hospedagem da dona Ivone aqui em Brasília.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de fazer um apelo ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Demóstenes Torres, para que dê atenção à projeto de minha autoria (PLS 209/2005) que acaba com a possibilidade de pagamento de fiança ou decretação de liberdade provisória para os crimes de corrupção ativa e passiva. A relatoria é do senador Valter Pereira.

Este projeto é um dos destaques do livro Quem mandamos para a prisão – Visões do Parlamento Brasileiro sobre a Criminalidade, de autoria da socióloga Laura Frade, lançado no final do ano passado. A obra é resultado do trabalho de doutorado em sociologia na Universidade de Brasília (UnB).

Sr. Presidente, a proposta do PLS 209/05 é simples: tornar inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva. Vários crimes em nosso ordenamento jurídico são inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória, como os crimes hediondos, o tráfico de entorpecentes, o terrorismo, o crime de lavagem de dinheiro, entre outros.

Por que o crime de corrupção não deve ser punido tão rigorosamente quanto esses?

A resposta é igualmente simples: porque ele ofende diretamente o contrato social celebrado entre o Governo e a Sociedade Civil.

O crime de corrupção é tal que vem retirando de milhões de brasileiros a satisfação de necessidades vitais básicas, a materialização de direitos de seguridade social, de ensino fundamental, de saúde pública, de proteção e acolhimento contra a orfandade etc.

O crime de corrupção ofende todo o planejamento feito para dotar o orçamento público com recursos

mínimos para as áreas sociais, aumenta o risco-País, aumenta a seletividade das políticas públicas, reduz o número de beneficiários, faz cair a qualidade do atendimento estatal, força o governo a deslocar recursos de áreas prioritárias, contribui para que no ano seguinte o aumento do salário mínimo seja menor do que o desejado, reduz o poder de compra do cidadão e, enfim, adia o desenvolvimento nacional.

Portanto, senhoras e senhores, reitero a importância deste projeto e a sua aprovação por esta casa.

Mas, Sr. Presidente, outra proposta de minha autoria é o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional.

A democracia brasileira necessita desse ajuste, afinal, o homem público não tem o direito de votar secretamente.

A população tem o direito de saber de que forma os seus representantes estão votando.

A PEC 50/06 já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e atualmente está pronta para ser votada no Plenário do Senado. Temos a obrigação de perseguir esse objetivo ou seremos cobrados pelas futuras gerações.

O homem público não deve ter receio da votação aberta na escolha de embaixadores, ministros, perdas de mandato, mesas, agências, etc.

É um absurdo, um verdadeiro contra-senso a votação ser aberta para a aprovação de projetos de lei e secreta para manter o veto.

O fim do voto secreto no Congresso dá transparência e propicia que todos votem de acordo com suas convicções, fortalecendo assim a relação de eleitos e eleitores, mas, essencialmente, com o poder Legislativo, que deve ser o espaço de ressonância das vozes das ruas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido. Sinto-me convidado a acompanhá-lo na defesa de seus projetos de lei que minimizam o sacrifício dos aposentados.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside a nossa sessão neste momento.

Antes de fazer a minha fala, já que ainda estamos na semana do Dia Internacional da Mulher, eu gostaria de ler um breve documento que a Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) nos entregou. Eu acho que é extremamente importante essa mobilização dos estudantes secundaristas no nosso País.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi a primeira entidade brasileira a hastear a bandeira de reserva de 50% das vagas das universidades públicas para estudantes oriundos das escolas públicas por entender que a universidade é um espaço que deve ser ocupado pelo conjunto da sociedade, principalmente por essa parcela que historicamente é marginalizada, ficando fora da universidade.

Hoje, devido ao novo momento que vive a educação brasileira, várias medidas paliativas têm sido criadas, como, por exemplo, a criação do ProUni, que já colocou cerca de 500 mil estudantes das escolas públicas nas universidades privadas com bolsas de 50% e até bolsas integrais. A Ubes valoriza essa grande vitória que foi o ProUni [que, aliás, é um grande programa de autoria do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva], mas não achamos que deva parar por aí, [diz a Ubes]. Consideramos fundamental que o Senado da República aprove o PL da Reserva de Vagas que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e falta apenas essa etapa para ser sancionada pelo Presidente Lula. Por isso, a Ubes estará de olho no Senado [hoje passou a manhã toda em mobilização aqui], solicitando a todos os Senadores que apoiem esse projeto colocando um cartaz em seu gabinete, assinando o abaixo-assinado [que eles estão passando] e, principalmente, votando pelo avanço da educação brasileira e aprovando a reserva de vagas.

Eu gostaria de completar este escrito da Ubes, dizendo que sou Relatora do projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a questão de reservas de vagas para os alunos provenientes do ensino secundário da escola pública, alunos que têm o corte de renda – aqueles que têm renda de 1,5 salário mínimo **per capita** na família – e também para aqueles que se enquadram em um critério de etnia, ou seja, para indígenas, negros ou pardos. Então, são esses os três critérios que estão sendo considerados. O nosso parecer está sendo favorável, mas existe uma discussão na CCJC que é totalmente plausível: alguns Senadores dizem que existe necessidade de esclarecimento e de melhor redação de determinados artigos do projeto. É claro, é óbvio que estamos abertos a essa discussão, pois o que importa é realmente conseguirmos a aprovação do projeto.

Dito isso, aproveito esta semana do Dia Internacional da Mulher, comemorado no domingo passado, dia 8 de março – e o mês de março é o mês em que a luta das mulheres mais se aproxima da sociedade e consegue maior visibilidade –, para registrar que o dia 8 de março é uma data para reflexões, seja sobre conquistas, problemas ou desafios. Para tanto, venho fazer minha contribuição.

Subo a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar de alguns eventos que frequentei em homenagem a nós mulheres nestes últimos dias. Aproveito para refletir o quanto temos progredido e o quanto ainda temos a caminhar para conquistar a igualdade e a isonomia que tanto almejamos.

Pude presenciar e ser testemunha de diversas homenagens a pessoas que lutam pela causa feminina em nosso País, como foi durante a sessão solene em homenagem às mulheres realizada aqui neste plenário e do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que foi concedido a cinco personalidades de nosso País e um **in memorian**, concedida a Sr^a Ruth Cardoso. Mulheres guerreiras, que prestaram diversos serviços à nossa sociedade em prol da igualdade de gênero, da justiça social, da educação e da não violência.

Participei também de uma caminhada de mulheres, “A Marcha das Violetas”, em Cuiabá, na minha cidade, no meu Estado de Mato Grosso. As mulheres matogrossenses se vestiram de lilás e se mobilizaram para lembrar à sociedade que é tempo de buscar “a justiça, a equidade e a paz”, em prol do fim da desigualdade entre homens e mulheres. Elas se juntaram aos homens pelas ruas do centro histórico de Cuiabá, sob a liderança da companheira professora Jaci Proença. Essa é uma tradição em meu Estado que perdura e ganhou esse nome para resgatar a importância da revista **A Violeta** na construção da cidadania das mulheres cuiabanas. A revista foi fundada em 1916, Senadora Rosalba Ciarlini, lá no meu Mato Grosso, por um grupo de jovens das escolas do antigo curso Normal e de senhoras da sociedade cuiabana, sendo editada pelo Grêmio Literário Júlia Lopes.

Ouvi também, nesses últimos dias, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva falando sobre a ascendência da mulher em seu Governo. Nas palavras dele: “terei como legado a honra de poder dizer: no meu Governo, as mulheres subiram um degrau a mais na conquista dos seus direitos e da sua liberdade”.

Lula informou também – e esta é uma informação para o Brasil inteiro da maior relevância – que irá transformar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério, garantindo a liberdade orçamentária, ajudando na elaboração e na execução das políticas públicas para as mulheres. Um grande avanço para nosso País;; um grande avanço para nós, mulheres; um avanço muito significativo – e eu estava presente, no Memorial JK, no momento em que o Presidente Lula anunciou o envio do projeto de lei para transformar essa Secretaria em Ministério. Afinal de contas, nós somos 52% da sociedade. Eu acredito que ninguém queira se posicionar contra. Eu vi, naquele momento, a Ministra Nilcéa Freire derramar lágrimas,

lá no Memorial JK, quando ela ouviu esse anúncio do Presidente Lula. Realmente, Nilcéa Freire vem fazendo história, no nosso País, na luta pelas mulheres, hoje com *status* de Ministra à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O Presidente Lula falou algo que eu já falo há algum tempo. Ele sente falta das mulheres na política do nosso País, assim como eu, que faço parte da política do Brasil, assim como nós, Senadoras. Eu anuncio sempre, Senadora Rosalba Ciarlini, por onde ando, no meu Estado de Mato Grosso, no Brasil – estive, em Furnas, no Rio de Janeiro, segunda-feira passada, fazendo uma palestra para mais de 300 mulheres –, que, quando chega algum projeto no Parlamento com políticas públicas de interesse das mulheres, nós, Senadoras dos mais variados partidos, fechamos questão na bancada feminina. E lutamos... Aliás, não lutamos, porque tem sido muito fácil a unidade dos Senadores e das Senadoras para aprovação de políticas para as mulheres.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Serys, mais uma vez, gostaria de cumprimentá-la, porque a senhora tem sido incansável e determinada na luta que é de todas nós – de todos nós, de homens e de mulheres. Na sessão especial em que estavam presentes as mulheres homenageadas com o diploma Bertha Lutz, a senhora frisou que nós somos 52% da população, mas que todos os outros 48%, os homens, têm, com certeza, no seu coração, uma rosa, que é sua mãe, aliás, muitas rosas, não é só a mãe, tem as filhas, tem a esposa. Então, é muito importante esta luta, que é de todos nós, por mais igualdade. E a senhora nos traz boas notícias, quando diz que o próprio Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula, reconhecendo a importância das políticas públicas para as mulheres, passará a Secretaria Especial a Ministério, fortalecendo, reforçando e dando melhores condições para que possamos ampliar ainda mais toda essa nossa caminhada. Parabéns, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba.

Nós sabemos que hoje, ao todo, no Congresso Nacional do Brasil, somos 8,9%, cerca de 12% nas Assembleias Legislativas e 12% nas Câmaras Municipais. Entre as Prefeitas, apenas 9% são mulheres. No entanto, esses dados contrastam...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – (...) com a estimativa do IBGE, que informa que as mulheres compõem 52% da população brasileira.

E não é somente nosso Presidente que está vendo que as mulheres poderiam ser mais presentes nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Uma pesquisa realizada, Srs. Senadores, Sr. Presidente, pelo Instituto Ibope, Instituto Patrícia Galvão e Cultura Data, divulgada ontem, aponta que, para 83% dos entrevistados, a presença de mulheres no poder melhora a política nesses espaços. Na opinião de 74% dos entrevistados, elas – nós, as mulheres – trariam mais compromisso com os eleitores. A pesquisa revelou ainda que oito em cada dez brasileiros são favoráveis às medidas legislativas que promovam igualdade política de gênero.

Sr. Presidente, isso é uma ótima notícia em pleno mês das mulheres. Um avanço para comemorarmos. Mais de 90% dos entrevistados na pesquisa Ibope, divulgada ontem, afirmaram que votariam em uma mulher e, nesse grupo, cerca de 60% dariam o voto a uma candidata independentemente do cargo em disputa, Senadora.

Acredito que esses dados trazem avanços no pensamento do brasileiro e da brasileira, mas é a nossa hora de começar a aparecer no quadro político brasileiro. Mulheres nos cargos executivos deste País: Prefeitas, Governadoras e Presidente da República. Vamos preencher a cota de 30% dentro dos Partidos. Vamos preencher de maneira engajada e determinada, mostrando que somos capazes de representar o povo brasileiro, mostrando nosso lado feminino, nosso lado forte, enfim, mostrando que fazemos a diferença no poder.

E, como disse o nosso Presidente Lula, “quando todos os Governos do mundo tiverem coragem de criar um Ministério para a mulher, quando as pessoas tiverem coragem de não ter medo de as mulheres se organizarem”, venceremos o desafio e teremos conquistado direitos iguais. E esse desafio certamente o Brasil está vencendo, pois, no Governo Lula, nós, mulheres, estamos conquistando muitos direitos e certamente conquistaremos outros mais.

É preciso que mulheres sérias e preparadas sejam inseridas na vida pública. E sei que temos muitos exemplos em todos os Estados deste País. A mulher brasileira é uma lutadora, mãe, esposa, trabalhadora. Busca oportunidades, é forte, combativa. Nós, mulheres, precisamos conquistar a igualdade de direitos com a participação dos companheiros homens nessa construção. Não tenho dúvida disso. Não podemos admitir que mulheres firmes, determinadas e competentes sejam tituladas como mulheres duras. Por isso, concordo com a frase da Ministra Dilma Rousseff, quando ela disse “sou tida como uma mulher dura, cercada, porém, de um grupo

grande de homens meigos e suaves”. E muitas vezes, Senadora Ciarlini, eu também me vejo assim.

Então, precisamos, sim, conquistar a igualdade de direitos, com a contribuição dos companheiros homens. Só assim construiremos a sociedade justa e a sociedade igualitária. Homens e mulheres juntos por uma sociedade melhor, com direitos absolutamente iguais – nem mais, nem menos, apenas iguais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, convidamos para usar da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, que representa o Democratas da Bahia, abençoado pelo Senhor do Bonfim.

E, sobretudo, quero reconhecer que, na história deste Parlamento, o seu pai, a meu ver, foi o homem de mais coragem. E eu aprendi que, faltando a coragem, acabam-se todas as virtudes. Ele foi o único Senador que teve a coragem – e é para isto o Poder Legislativo – para frear o Judiciário, para frear o Executivo. Mas o Senador que deu um freio no Poder Judiciário foi Antonio Carlos Magalhães. Ele descobriu para esta Nação os “lalaus”.

V. Ex^a poderá usar da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas referências ao Senador Antonio Carlos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em maio do ano passado, desta tribuna, eu reclamava ações do Poder Público para o combate à dengue no meu Estado. Reclamava ações e apontava causas para a epidemia de dengue que grassava na Bahia. Naquela vez, como agora, o diagnóstico se mantém: faltam recursos, mas principalmente bons gestores.

O que acontece na Bahia é de estarrecer. Segundo relatório divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, no último dia 4, o Estado contabiliza um aumento de 200% nos casos em relação ao mesmo período de 2008!

Só para V. Ex^a ter uma idéia, no Piauí, houve uma redução de 82% nos casos; no Rio Grande do Norte, da Senadora Rosalba, a queda foi de 96%; na média, no Nordeste, caiu 80%, e, na Bahia, subiu 200%.

Ora, lembro-me de que, no ano passado, ouvi o Secretário Estadual da Saúde, o Sr. Jorge Solla, reconhecer que o Estado vivia uma epidemia da doença! Que nome se daria ao que acontece agora, então?

Pois hoje, Sr. Presidente, o mesmo Secretário sequer admite a gravidade do problema.

Pior! Tenta minimizar o avanço da dengue Estado afora, dizendo que o problema é localizado – o que não é verdade –, ao mesmo tempo em que procura

esquivar-se da responsabilidade pelo caos, culpando os Municípios que, segundo ele, não teriam implementado corretamente as políticas de combate ao mosquito.

Como é possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, tamanha insensibilidade?

Como é possível, Sr. Presidente, tamanha incompetência?

Um ano para se preparar, e nada!

Em 2008, Salvador chegou a estar sob “estado de emergência no âmbito da saúde”, Srs. Senadores.

Muitos dos senhores que trazem para esta Casa a experiência de administradores estaduais e municipais – entre nós, cito V. Ex^a, Senadora Rosalba, e temos mesmo a honra de contar com a presença de dois ex-Presidentes da República – sabem que os problemas precisam ser resolvidos.

Vejam o caso de Itabuna. As medidas que estão sendo tomadas incluem desde a criação de centros de hidratação (um exemplo trazido do Rio de Janeiro), o fortalecimento das equipes de combate (Itabuna trabalha com 200 agentes combatendo os focos nas ruas e mais de 300 com a educação da população), o uso de helicóptero para mapear as áreas com possíveis focos e até mesmo a ajuda de estudantes de Enfermagem e Medicina no atendimento de doentes.

Já em outros Municípios, como Floresta Azul, o hospital está fechado e há apenas dois postos de saúde, oito agentes de combate aos focos de dengue, e duas pessoas trabalham com a educação da população.

O fato irrefutável é que a situação é, sim, muito grave na Bahia.

Ainda de acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a Bahia é o Estado que registrou o maior número de casos de dengue no País em 2009.

E vejam: enquanto a dengue avança no Estado, a incidência da doença no resto do País apresenta uma queda de 40% – e a média do Nordeste foi de 80%. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, o número de ocorrências na Bahia supera as notificações feitas em toda a Região Centro-Oeste.

O caso é grave e continua piorando: até a primeira semana de fevereiro, haviam sido notificados pouco mais de seis mil casos, número que subiu para nove mil na segunda semana e para doze mil na terceira semana. Os dados mais recentes falam em quinze mil casos em todo o Estado, com quinze mortes confirmadas e mais vinte e cinco outras suspeitas. No Estado, 160 Municípios (38%) já notificaram a doença. Apenas dez deles concentram 73% dos casos. São os Municípios de Jequié, Porto Seguro, Itabuna, Itororó, Jacobina, Ipiauí, Presidente Dutra, Barreiras, Salvador e Andaraí.

E vem o Secretário Solla dizer que o problema é localizado? Só se for localizado no Estado da Bahia!

Sr. Presidente, há problema de toda ordem a ser equacionado.

Vejam este caso, em Salvador, em que fica evidente a falta de sintonia entre os Poderes Públicos: uma das dez cidades mais infestadas na Bahia, a nossa capital, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, conta com centenas de imóveis fechados ou abandonados, dificultando o combate ao mosquito. Destes, muitos estão no Centro Histórico. E, por falar no Centro Histórico, vou fazer um pequeno parêntese para chamar a atenção do Sr. Governador Jaques Wagner, que anda com um discurso de que ele vai mudar o Centro Histórico, fazer um Centro Histórico para baianos, dizendo que as gestões anteriores faziam um Centro Histórico elitista.

Sr. Jaques Wagner, desde 1991 até 2006, durante 15 anos, os Governos de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges recuperaram todo o Centro Histórico, fizeram um investimento enorme com recursos próprios do Estado, e V. Ex^a nada fez. Então, V. Ex^a não tem autoridade para falar sobre Centro Histórico e criticar as gestões que o antecederam, porque foram as gestões que o antecederam que fizeram toda a remodelação do Centro Histórico, a partir da era do Governador Antonio Carlos Magalhães, que começou o projeto, em 1991. V. Ex^a não tem nenhuma autoridade para falar sobre esse assunto! Então, é melhor que fale sobre outro assunto, porque, desse assunto, V. Ex^a não tem a mínima autoridade para falar!

Vamos voltar ao caso da dengue. Pois vejam: a Prefeitura precisou acionar a Justiça para poder entrar nos imóveis. Mesmo assim, teve que aguardar duas semanas, até a decisão judicial sair.

Se falta sintonia, faltam também condições mínimas de trabalho: agentes de combate a endemias reclamam da falta de material de trabalho. Muitos temem a leptospirose, por serem obrigados a trabalhar sem luvas.

Senadora Rosalba, a senhora conhece bastante, a senhora é médica; o Senador Mão Santa também é médico e conhece bastante quando não se tem condições de trabalho. Um agente entrevistado pelo jornal *Correio da Bahia* chegou a dizer que há anos não recebia um único *kit* de trabalho. A maioria trabalha sem uniforme e sem identificação oficial.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Antonio Carlos, o senhor traz a esta tribuna uma questão gravíssima, porque trata de vidas humanas. A dengue já não é mais novidade no nosso Brasil, não é novidade

de mais em nenhum Estado, Senador Mão Santa, em nenhum Município. E os governantes, os governadores, os administradores sabem que só existe uma forma de fazer com que a dengue seja controlada e reduzida: é a prevenção, é o trabalho ininterrupto e preventivo. Então, fico realmente estarelecida com as informações que o senhor nos traz, que já estão na mídia nacional: os casos graves na Bahia. A Bahia é um Estado que orgulha a todos nós, onde temos o início de toda a nossa História. A Bahia tem no turismo um ponto forte na sua economia, e a dengue vem prejudicando essa atividade, principalmente nesse momento de crise, em que não podemos perder empregos. Esse é mais um fator para agravar ainda mais a atual crise, que já chega a todos os recantos do Brasil. Parabéns a V. Ex^a por essa preocupação, por trazer aqui a denúncia de questões tão graves, mostrando, como o seu pai, um amor maior por sua terra e por sua gente; que os seus governantes têm de saber que, independentemente de cores partidárias ou de quaisquer questões menores, a vida do cidadão está acima de qualquer coisa. Têm que se unir todas as esferas, têm que todos dar a sua colaboração. E mais: o governante é o condutor, quem governa tem que conduzir as ações. Eu fico indignada também quando escuto, Senador, quando ouço algum governante dizer: “Não, não fiz isso porque estou esperando que cheguem recursos, que o convênio com o Ministério seja assinado”. Vá fazendo a sua parte e vá cobrando do Ministério a parte dele, mas não deixe que isso venha a acontecer, porque são vidas que estão sendo perdidas, inclusive. O caso é muito grave. Eu quero aqui me solidarizar com a sua preocupação, com a sua angústia, que sei que é muito grande, pelo bem que sei que o senhor tem à sua terra e à sua gente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Senadora Rosalba, eu agradeço a manifestação de V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– E V. Ex^a levantou um ponto fundamental: num momento de crise, claro que o setor industrial baiano produz matérias-primas e tem também a indústria automobilística e os produtos de exportação; mas, no momento em que há uma retração industrial muito forte, o turismo teria que ser a mola mestra da economia. A senhora levantou um problema muito grave: a dengue vai afastar, vai prejudicar o turismo, que seria uma atividade que poderia remanescer, que poderia sobreviver aos impactos maiores da crise. Então, V. Ex^a levantou um ponto fundamental dessa questão.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Eu queria, só para complementar, falar sobre o Centro Histórico, que conheci antes do trabalho que foi realizado pelo Senador Antonio Carlos e pelos governadores que o sucederam. Lembro como estava a situação da Bahia e lembro do Centro Histórico depois que foi feito todo aquele trabalho de revitalização, o quanto isso foi importante para a vida e para o turismo, principalmente da cidade de Salvador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouç o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Antonio Carlos Magalhães, avalio que V. Ex^a trata de um assunto de extrema gravidade, que constitui um alerta tanto para o Ministro José Gomes Temporão, da Saúde, como para o nosso querido Governador Jaques Wagner. E, obviamente como a prevenção à dengue se faz sobretudo de maneira descentralizada, com ações do Ministério da Saúde, do Governo de Estado e sua Secretaria de Saúde e das prefeituras municipais, avalio constitui um alerta muito importante para que todas as autoridades, nos três níveis, coordenem melhor as suas ações para prevenir o alastramento da dengue. Permita-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque muitas vezes V. Ex^a tem tratado desse assunto – praticamente todos os Senadores estão interessados –, mas felizmente houve uma boa nova há pouco. Refiro-me à decisão do Copom de diminuir em 1,5%, de 12,75% para 11,25% a taxa de juros Selic. Permita-me dizê-lo, apenas para que V. Ex^a possa também saudar essa decisão e transmiti-la a todos que nos assistem.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Com certeza, Senador Suplicy, agradeço suas manifestações em relação à questão da dengue. Realmente, falta entrosamento das três esferas de Governo,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – ...federal, estadual e municipal. Está havendo falta de entrosamento, V. Ex^a tem total razão.

Em relação à questão da Selic, nós saudamos realmente a queda de 1,5%. Inclusive, era o meu palpite para a reunião de hoje a queda de 1,5%, e V. Ex^a acaba de anunciar essa boa nova para a economia. Só que é importante também que caíam os *spreads* bancários.

Ouç o Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Eu quero saudar também o pronunciamento de V. Ex^a. É muito importante para toda a sociedade que esse debate sobre a dengue aconteça, por pelo menos três aspectos que eu sempre costumo levantar. Primeiro, porque

a dengue é totalmente evitável, como V. Ex^a colocou, e afeta a saúde da população de maneira dramática, implicando doença, morte, desesperança e, principalmente, indicando a falência de cuidados que deveriam ser tomados. O segundo aspecto que a gente sempre tem que levantar, e que já foi levantado, é que a dengue afeta também, particularmente no caso da Bahia, a área do turismo: renda, emprego, geração de oportunidades. Isso traz outras consequências, particularmente num momento de crise. Mas há um terceiro aspecto que eu quero levantar. V. Ex^a colocou que os agentes de saúde não estão recebendo os *kits* há muito tempo e não têm os equipamentos para trabalhar, tendo dificuldades, então, nesse sentido. Já fizemos uma audiência pública na Comissão de Assunto Sociais há algum tempo, hoje presidida pela Senadora Rosalba, na Subcomissão de Saúde do Senador Papaléo Paes, onde se mostrou que a utilização dos materiais para o combate à dengue pelos agentes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – ...de saúde, sem os equipamentos de proteção e também sem a instrução e a orientação necessária, acarretou a morte de agentes de saúde e problemas neurológicos em agentes de saúde. Inclusive, eu gostaria de alertar, por este pronunciamento, que o agente de saúde não utilizasse o material de combate à dengue se não tiver o equipamento de proteção e as orientações necessárias, porque isso implica risco à vida e à saúde. Mas quero destacar tudo isso dentro do oportuno pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns, pela sua oportuna manifestação. Esses cuidados merecem ser levados em consideração, inclusive porque uma campanha preventiva mais forte precisa ser empreendida tanto pelo Governo Federal quanto pelo Estadual...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – ...para que se mude isso.

A insegurança urbana e rural, Sr. Presidente, também é um obstáculo muitas vezes intransponível, pois a ação de criminosos acaba por impedir a entrada dos agentes em áreas consideradas de risco.

Agora, pergunto aos senhores: são problemas novos?

Se a Bahia já tivesse sido vítima da dengue no ano passado, nada sendo feito, não seria grande a probabilidade de a doença retornar este ano com virulência ainda maior?

Se, na média, em todo o País a doença regride, por que na Bahia ela recrudesce?

Não pretendo nem vou politizar um problema que é, basicamente, de gestão – ou pior, de má gestão –, mas é evidente que o Governo Estadual do PT repete, no quesito saúde, o mesmo péssimo desempenho apresentado no ano passado.

Por enquanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, resta-nos fiscalizar essas administrações e ajudá-las. Ajudá-las, sim, porque, fazendo isso, estaremos ajudando o povo baiano.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Ajudar com nossas ações parlamentares; ajudar apresentando emendas ao Orçamento voltadas às ações de saúde e saneamento, cobrando e fiscalizando a sua execução; ajudar colaborando para a aprovação de proposições legislativas que beneficiem o nosso Estado; e ajudar fiscalizando, cobrando ações federais, estaduais e municipais. Não apenas as ações urgentes, essenciais para que se amenize essa situação, que está insustentável e que maltrata especialmente a população baiana menos favorecida, mas também ações de longo prazo.

Serão essas ações de longo prazo, de que até agora não vi sequer esboço em meu Estado, planejadas, integradas e estruturantes, que vão tirar a Bahia dessa condição medieval, constrangedora, de assistir assustada ao seu povo, periodicamente, ser ameaçada por doenças como a dengue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após contundente pronunciamento do Senador Antonio Carlos Júnior, denunciando a dengue, cujo quadro se agrava cada vez mais no Estado da Bahia, é com muita honra que anunciamos a presença, nesta sessão plenária, na nossa tribuna de honra, do Prefeito Municipal de Amarante, no Piauí, o grande líder Luiz Neto, de perspectiva invejável na política do Piauí.

Amarante não é uma cidade comum. Entre seus filhos ilustres está o poeta maior Da Costa e Silva, aquele que escreveu o Hino do Piauí:

Piauí, terra querida,

Filha do sol do Equador,

Pertencem-te a nossa vida,

Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, o seu filho é o primeiro que chega.

Assim foi a luta da Independência; foram os piauienses que, em 13 de março, construíram a unidade deste País, expulsando os portugueses na primeira batalha sangrenta.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, ela que representa os Democratas do Rio Grande do Norte, extraordinária Prefeita por

três vezes de Mossoró, encantador Município do Nordeste. Rosalba Ciarlini é médica, faz da ciência médica a mais humana das ciências; é uma benfeitora da humanidade, com perspectivas invejáveis na política do Rio Grande do Norte, e acaba de ser agraciada cidadã de Natal.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Eu lhe pediria permissão para prorrogar a sessão por mais meia hora, para ouvirmos os oradores inscritos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr.

Presidente, entre alguns pontos que eu gostaria de abordar nesta oportunidade, está o meu agradecimento à Câmara Municipal de Natal, por meio do Vereador Ney Lopes Jr., que foi o proponente da matéria, por ter aprovado, por unanimidade, Senador Mão Santa, o título de Cidadã Natalense. Isso me deixa bastante feliz. Posso dizer que esse foi um presente, Senador Flávio Arns, que recebi na semana em que estávamos comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Natal é uma cidade que aprendi a amar como estudante. Foi naquela cidade que realizei o grande sonho de ser médica, o sonho que eu trazia desde menininha. Foi em Natal que me formei, onde tive a oportunidade também de ver meus filhos crescerem. Natal é uma cidade linda, é a cidade do sol, do Morro do Careca, do Forte dos Reis Magos. Natal tem, principalmente no seu povo, uma força muito grande, uma forma de receber que cativa todos nós. Essa cidade é a cidade espacial, porque lá também foi onde, no Brasil, começamos a fazer lançamentos de foguetes, na Barreira do Inferno. Natal tem praias lindas e dunas maravilhosas. Para falar de Natal, eu iria, Senador Mão Santa, precisar de muitas e muitas horas, e ainda seria pouco para dizer o quanto admiro a cidade de Natal e o quanto agradeço à cidade de Natal, porque estou aqui, como Senadora do Rio Grande do Norte, também pela vitória que obtivemos naquela cidade, pela confiança que os natalenses tiveram no meu nome.

Foi pensando nisso, exatamente, que, neste ano, apresentamos uma emenda para beneficiar a cidade de Natal, para ajudar o trabalho que a Prefeita Micarla pretende realizar, de drenagem e de saneamento. Apresentamos uma emenda de R\$15 milhões para a cidade de Natal, como contribuição, como colaboração. Esse é o dever de quem aqui está para trabalhar por todo o Rio Grande do Norte e também pela nossa querida capital.

Esse título realmente me engrandece. Foi uma coisa que me sensibilizou bastante. Fico grata não somente ao Vereador Ney Lopes Júnior e a todos os Vereadores que o aprovaram, mas também ao povo de Natal, que eles representam.

Eu queria também, aqui, Senador Mão Santa, falar da homenagem que recebi, na sexta-feira à noite, na cidade de Natal, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Recebi o Troféu Colibri, ao lado de mais duas mulheres norte-rio-grandenses da cidade de Mossoró. Pela luta de todas nós, trabalhadoras, recebemos esse troféu como homenagem maior. Essa é uma reflexão, é um incentivo na luta pela igualdade e pela oportunidade para todas as mulheres.

Parabenizo também a Prefeita Micarla, com quem, na segunda-feira, tivemos a oportunidade, também dentro das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, de participar da inauguração do início dos trabalhos do Hospital da Mulher Professor Leide Moraes, localizado na zona norte de Natal. É um hospital que trata especificamente das questões da mulher. Coincidentemente, enquanto estávamos na solenidade que dava por iniciadas as atividades no Hospital da Mulher Professor Leide Moraes, em Natal, nascia a primeira criança naquele hospital. Esse, realmente, é um ponto importantíssimo. O Hospital da Mulher tem uma importância maior por que cuida, de forma humanizada, de todas as questões relacionadas à saúde da mulher, para que a mulher possa cuidar também da prevenção do câncer de mama, do câncer ginecológico, enfim, de todas as questões.

Essa ação acontece na cidade de Natal, mas eu gostaria, aqui, também de dizer que, na cidade de Mossoró, a Prefeita Fafá já tem projetos, já estamos junto ao Ministério da Saúde tratando dessa questão, para que nossa cidade também tenha um hospital da mulher para cuidar das questões maternas e também da criança no primeiro ano de vida. São questões relacionadas diretamente à mãe e à sua criança.

Parabéns, Prefeita Micarla! Parabéns a todas as mulheres natalenses, que, agora, podem contar com o Hospital da Mulher Professor Leide Moraes! Por falar nisso, Leide Moraes foi meu professor. Era diretor da Maternidade Januário Cicco, maternidade-escola, um homem que lutou e que deixou passos realmente marcantes como grande humanista, grande médico e grande professor, de quem tive a oportunidade de receber muitos ensinamentos.

Eu gostaria também, aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de falar da alegria que tivemos na sexta-feira, à tarde, na cidade de Angicos, quando tivemos a oportunidade de participar – a Senadora Rosalba, o Senador Garibaldi, o Deputado Betinho,

enfim, vários outros representantes da Bancada federal do Rio Grande do Norte – da aula inaugural da Universidade Federal do Semi-Árido (Ufesa), que, agora, está na cidade de Angicos, em um *campus* avançado. Esse núcleo foi uma luta nossa e de todos que formam a Bancada federal. Por meio de emendas que apresentamos, Senador Magno Malta, foi possível a Ufesa expandir e implantar mais um núcleo no Estado do Rio Grande do Norte.

A Ufesa é a antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam). Foi federalizada, num trabalho persistente e determinado, que teve início com o Deputado Betinho Rosado, lá da cidade de Mossoró, da nossa região. Com a federalização, foi possível novos cursos surgirem. Nossa luta é para que a universidade chegue também a outros recantos do Rio Grande do Norte, como aconteceu, agora, na cidade de Angicos.

Na realidade, por se tratar do semi-árido, fizemos nosso esforço para viabilizar também um *campus* para a cidade de Pau dos Ferros, que fica no Alto Oeste, e também para a cidade de Apodi, pela oportunidade, com a barragem de Santa Cruz e com o potencial que tem a Chapada do Apodi para a irrigação, de que a escola pudesse ali, com o núcleo, estimular ainda mais a atividade técnica agrícola com ensinamentos importantes em nível universitário. Mas, como tanto na cidade de Pau dos Ferros como na cidade de Apodi está sendo implantada a Escola Técnica Federal, por decisão do próprio Ministério e também pelo fato de a cidade de Angicos – que fica na região central e que, por uma feliz coincidência, é a cidade-mãe da família do Senador Garibaldi Alves – ficar numa região de muitas dificuldades, numa região central, muito árida, a universidade iniciará seus trabalhos na cidade de Angicos, onde já estão matriculados, iniciando os cursos tecnológicos, 180 alunos. No próximo semestre, serão mais 300 alunos e, no próximo ano, mais 600 alunos. Assim, a universidade irá levando.

Essa é uma alegria muito grande, porque, para mim, como política, nada é mais gratificante do que ver chegar à minha região uma escola, uma universidade, a educação, o ensinamento, o que propicia o desenvolvimento e as oportunidades.

Eu gostaria de dizer que vamos continuar nossa luta para expandir ainda mais a Ufesa. Não se trata somente do *campus* de Angicos, mas também do *campus* do oeste, do médio-oeste, do alto-oeste, numa cidade que venha a beneficiar muitos outros lugares, como Angicos vai beneficiar, agora, mais 36 cidades. Vamos continuar essa luta, para implantarmos uma universidade no oeste, seja na cidade de Caraúbas, que também já se coloca como pretendente à chegada de um *campus*, seja, se possível, em Apodi ou em Pau dos Ferros.

A luta vai continuar, e é bom que, cada vez mais, possamos ficar unidos, como esteve toda a Bancada, para conseguir dar esse primeiro passo na expansão da Ufesa no nosso Estado. Que possamos continuar todos unidos, Parlamentares do Rio Grande do Norte, em defesa da Ufesa, da sua expansão e da implantação de novos *campi*!

Eu gostaria, então, para finalizar, Sr. Presidente, de falar, mais uma vez, da nossa preocupação com a situação das prefeituras, com relação, Senador Flávio Arns, à queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que vem acontecendo de forma gritante, trazendo inúmeras dificuldades para os prefeitos honrarem com os compromissos que são obrigatórios e que não podem deixar de ser cumpridos numa cidade.

Sabemos que as cotas do FPM estão reduzidas em função de o seu cálculo, o IPI, ser algo importantíssimo. E o Governo Federal, nessa crise, para dar um incentivo, um apoio, à indústria automobilística, resolveu isentar a cobrança do IPI. Com isso, esqueceu-se de que estava prejudicando os Municípios brasileiros e, conseqüentemente, toda a população brasileira, porque os Municípios, na hora em que deixam de ter condições de prestar uma boa assistência, de pagar suas energias, de ter mais recursos para a educação e para a saúde, passam a enfrentar mais dificuldades.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que foi Prefeito, e nós, que fomos “prefeitinhos”, como V. Ex^a sempre diz, sabemos que, quando a prefeitura passa a ter menos recursos e deixa de honrar seus compromissos com os credores e quando os funcionários, porventura, não recebem seus salários, menos recursos circulam, e o prejuízo é imenso, é grande, tanto no comércio como em toda a cidade.

Então, fica aqui, mais uma vez, nosso apelo, para que o Governo Federal faça uma reflexão e traga uma solução de como fazer uma compensação com relação às perdas que os Municípios vêm passando.

Além disso, temos também um problema muito sério. No início do mês passado, o Presidente convidou todos os Prefeitos para uma reunião – Prefeitos que estavam começando seus novos mandatos – e anunciou que haveria uma medida provisória para que houvesse o parcelamento simplificado das dívidas do INSS, que, aliás, é outra coisa gravíssima e que tem trazido muitos transtornos aos Prefeitos, principalmente àqueles que estão iniciando agora seus mandatos e que pegaram débitos, que vêm de muitas e muitas outras administrações, impagáveis, difíceis. Mas o INSS, na parcela do dia 10, de forma truculenta, fez a retenção dos recursos. Isso continua acontecendo, apesar de o Presidente haver garantido isso na Medida Provisória nº 457, que foi editada. Mas, infelizmente, tanto

a Receita Federal como os próprios órgãos do INSS informam que “o sistema ainda não está adaptado”. O que está acontecendo?

Vou, aqui, dar o exemplo do Prefeito de Nova Cruz, com quem estive hoje. Essa é uma cidade de 40 mil habitantes, que recebeu, nessa primeira parcela, R\$580 mil de FPM, dos quais R\$380 mil o INSS reteve. Só que ele ainda não pôde fazer o parcelamento e, em consequência disso, não pôde receber recursos da saúde, porque estava sem a certidão negativa. Mas ele está em busca de fazer o parcelamento e vem bater à porta da Receita e do INSS, sempre recebendo como resposta que “o sistema ainda não está adequado à nova medida provisória”. Isso é inadmissível! Quanto a programas como Merenda Escolar, Transporte Escolar, AABB Comunidade, ele está sem poder receber recursos. Ele quer fazer o parcelamento que o Presidente garantiu, tanto que já fez a medida provisória, mas essa inoperância do sistema está trazendo um grande prejuízo, pois, além da queda do FPM, ainda está enfrentando todas essas dificuldades.

Então, isso precisa de uma solução urgente, porque se trata dos Municípios brasileiros, trata-se da nossa gente, do povo brasileiro nos mais diversos recantos deste País, que está passando por essas dificuldades. Fica faltando, com certeza, a assistência necessária e as condições para que os Municípios possam se somar a essa luta, que deve ser de todos nós, para podermos superar essa difícil fase, que é a crise que chegou não como uma marolinha, mas que chegou e está chegando com ondas muito fortes e trazendo muitas angústias e preocupações ao povo brasileiro.

Fica aqui, então, mais uma vez, nosso apelo para que a medida provisória seja realmente adequada ao sistema e para que os Prefeitos possam fazer, imediatamente, os parcelamentos simplificados, para poderem receber os recursos. O Governo dá com uma mão e tira com outra, Senador Mão Santa. Vai haver o parcelamento simplificado, mas, ao mesmo tempo, o Governo garfa, na primeira parcela, um montante que é superior a mais da metade do que o Município deveria receber para pagar sua energia, para pagar sua água, para pagar o combustível que movimenta as ambulâncias. Enfim, nas questões do dia-a-dia, continuam enfrentando essas dificuldades.

Infelizmente, isso acontece não somente de agora, porque, há muito tempo, os Municípios estão sendo penalizados, quando da criação de mais e mais contribuições que não são colocadas no cálculo do FPM. No cálculo do FPM, as contribuições não entram. As contribuições são impostos, sim. É a mesma coisa de imposto: sai do povo brasileiro para o Governo Federal. E o que vemos? Hoje, de toda a receita, de tudo o que

é arrecadado, apenas 18% vão para os Municípios; em torno de 25%, para os Estados; e o restante fica para o Governo Federal.

Em um País tão grande, em um País de quase seis mil Municípios, fica muito difícil, Senador, os Prefeitos continuarem de pires na mão, tendo de vir a Brasília, saindo dos recantos mais distantes, gastando, inclusive, o que não podem, para baterem à porta dos Ministérios e à porta dos Parlamentares. Não! Temos, na reforma tributária, de conseguir que os recursos e as contribuições entrem também no cálculo, que os recursos para os Municípios aumentem e que essa pirâmide injusta seja invertida. Com Municípios mais fortes, com mais recursos, com certeza, o Brasil será mais forte, proporcionando ao povo mais justiça social!

Muito obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Apenas peço permissão para, com muita honra, anunciar a presença do professor Francisco Soares, que é Presidente da Fundação do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí. Ele é um ambientalista por excelência, um amante da natureza e tem batalhado pela defesa da natureza no Piauí e no Brasil.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fazer um breve comunicado.

No final de semana próximo passado, estive, na quarta, quinta e sexta-feiras, juntamente com o Senador Nery e com o Senador Geraldo Mesquita, em Belém, em uma oitiva da CPI da Pedofilia, Sr. Presidente. Fomos ouvir dois casos emblemáticos: ouvimos o Deputado Estadual Luiz Sefer, com cinco mandatos, médico, de família tradicional do Pará, que, lamentavelmente, havia sido denunciado por abuso a criança; a despeito de tudo, nós o ouvimos; e ouvimos o irmão da Governadora Ana Júlia, que é uma mulher de bem, respeitadíssima e que nada tem a ver com os deslizes de seu irmão.

Nós enfrentamos, juntamente com o Senador Nery, todo e qualquer tipo de pressão. E aí registro que a CPI não entende, não vê, não respeita cor, nem sexo, nem dinheiro no banco, nem quantos mandatos o indivíduo teve. Abusou de criança, há uma denúncia posta, terá de se assentar para que a CPI possa explicar à sociedade brasileira. E assim o fizemos.

Veja, Sr. Presidente, quero parabenizar o Ministério Público local, pela maneira como tem se portado nesse caso e em outros casos – falo dos emblemáticos –, e a Assembleia Legislativa. A CPI local – que-

ro abraçar o seu Presidente, o seu Relator e os seus membros –, uma vez convivendo com a CPI nacional, encorajada, vai continuar o trabalho. São denúncias diversas que chegam à CPI. Certamente eles o farão com muita força, com muita garra, para responder à sociedade do Pará. Ouvimos o Bispo de Marajó, que, lamentavelmente, sempre traz denúncias, sem que soluções aconteçam.

Temos proposta a ser feita ao Governo Federal: que coloque o Sivam em Marajó, de maneira a minimizar o tráfico de crianças do Brasil para as Guianas, para o Suriname, através daquelas fronteiras.

Nós estamos tomando uma série de providências. Segui para o Maranhão, estive em Açailândia – e quero abraçar aqui o padre local, o apóstolo Antonio Pereira de Sousa, as ONGs, as igrejas, as organizações sociais, o Conselho Tutelar. Estive, na segunda-feira à noite, na Câmara de Vereadores, lotada. Havia lá um grupo de mulheres intitulado “O Bom Samaritano”, que se reuniu para lançar um desafio, um fórum de combate às drogas. Participei também, porque por 31 anos da minha vida retirei drogados das ruas, conheço um pouco esse assunto, Sr. Presidente. Participei, quero parabenizá-los e me comprometi.

Aconteceu no Maranhão uma CPI estadual. Lá, há dois casos emblemáticos a respeito dos quais estou enviando uma petição ao Secretário ao Secretário de Segurança Pública para tratar de um inquérito de anos que ainda não foi concluído ainda. Questiono a Justiça sobre o motivo por que esses inquéritos que tratam de abusos de crianças não andaram ainda.

Abraço as pessoas do Maranhão.

Encerro, cumprimentando o Gaeco, de São Paulo, que realizou uma operação nesta madrugada, às 6 horas. Foi a CPI da Pedofilia, juntamente com o Gaeco, em São Paulo, por causa do caso emblemático de Catanduva, em São Paulo. Há uma rede de exploração, de abuso de crianças de 3 anos, de 4 anos, de 6 anos de idade. Há crianças de 8 anos com doença venérea. E só o borracheiro está preso! O borracheiro é um depredador, é um abusador, é um pedófilo, mas também é um contumaz cafetão, aliciador, cooptador de crianças, com pipas, docinhos, *playstation*, para levar para a classe média alta abusar.

Nessa operação, há um médico muito rico da cidade e um usineiro que estão foragidos, com mandados de prisão expedidos pela Dr^a Sueli, e quero parabenizá-la aqui da tribuna do Senado Federal. Parabenizo também o Gaeco.

Na próxima terça-feira à noite, a CPI chega a Catanduva, no interior de São Paulo. Ficaremos terça, quarta, quinta e sexta, se necessário for. Vamos ouvir os depoimentos das cinquenta crianças novamente. A

assessoria da CPI toda está-se dirigindo para lá. Vamos ouvir as mães e fazer novamente o reconhecimento, porque as crianças de catorze anos que levavam os irmãos e os priminhos menores, de três e quatro anos, para identificar os culpados não foram ouvidos, nem levados para fazer a identificação. Nós vamos recompor isso tudo novamente, vamos ouvir os presos, os que têm mandado de prisão, porque os que estão foragidos certamente serão pegos e nós trataremos dessa questão no interior de São Paulo, com todo respeito ao Brasil, com todo respeito a São Paulo.

Reafirmando: já na primeira semana de abril, nós iremos para Manaus, para a cidade do Senador João Pedro, para o Estado dele. As pessoas que estão convocadas serão ouvidas. Senador João Pedro, não vou citar nomes, mas tenho ouvido apelos reiterados de pessoas que, por vias diversas, chegam a mim – não sei, chegam –, pedindo para que o Prefeito de Coari não seja ouvido. Eu quero avisar que ele vai ser ouvido, sim. Está convocado e vai ser ouvido, vai ser ouvido pela CPI. A CPI dispõe de denúncias, dispõe de documentação, e nós vamos ouvi-lo, sim, como vamos ouvir outras pessoas que estão denunciadas na CPI. Nós temos um compromisso com a Amazônia, temos um compromisso com Manaus, e para lá a CPI irá.

A minha palavra, Sr. Presidente, é de felicitação ao Gaeco, abraços para o povo de Açailândia e de Imperatriz, no Maranhão, abraços para o apóstolo Antônio Pereira de Souza, o padre da cidade. Por causa de uma causa tão importante, combate à pedofilia no Brasil, no mesmo lugar, sentados à mesma mesa, o padre, o pastor, as lideranças comunitárias, o poder político. Por interesse. Ninguém quer conviver com abuso de criança, ninguém quer conviver com degradação, com desmoralização de criança no seu mais íntimo, no seu moral, no seu ético, nas suas emoções.

Eu conclamo a sociedade. Aliás, eu gostaria, Sr. Presidente, de passar para a sociedade brasileira o *site* www.todoscontraapedofilia.com.br, que se pode acessar para ter todas as informações sobre essa movimentação nacional. Vai-se conhecer a legislação, o que estamos fazendo. Pode-se adicionar ao *site* o *link* www.todoscontrapedofilia.com.br, para continuarmos fortalecendo essa grande corrente no Brasil.

Agradeço ao senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos e, em nome do País, a nossa gratidão.

Isso eu faço testemunhando. Quis Deus estar ao nosso lado o Senador João Vicente, que fez parte do nosso governo numa época difícil, em que havia o crime organizado. V. Ex^a, comandando a CPI do Crime Organizado, foi fundamental para que o nosso governo

afastasse o comandante do crime organizado no Piauí, Coronel Correia Lima, Afonso Gil, que foi Deputado Federal e deve ter ido para o céu.

Então, a nossa gratidão, e a certeza e convicção de que V. Ex^a vai livrar a nossa sociedade desta vergonha e desta nódoa, a pedofilia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a, cumprimentando João Cláudio Moreno, que é amigo comum de nós três e é o maior humorista deste País. Gostaria de vê-lo novamente na mídia nacional, o maior humorista do Brasil. Tive a felicidade, neste final de semana, de ver V. Ex^a num DVD. Estive num hotel vendo o DVD do João Cláudio Moreno, aquele *show* gravado em que ele homenageia V. Ex^a o tempo todo, com as suas imitações. É o maior imitador do País.

O Senador Nery e o Senador Geraldo Mesquita tiveram oportunidade de falar com ele, achando que estavam falando com V. Ex^a. Ele convidou o Senador Nery para ir ao lançamento do livro, elogiou o Senador Nery, e ele achou que estava falando com V. Ex^a. Depois, mais tarde, eu disse a ele: “Você não falou com Mão Santa. Você falou com João Cláudio Moreno”. Ele imita com muita perfeição V. Ex^a, e eu quero abraçar esse piauiense, que orgulha a todos nós com a sua capacidade artística. Não tenho por que rasgar seda para ele, mas acho que, artisticamente, como humorista, ele é o maior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, ele é um dos melhores artistas deste País.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns. Aqui está inscrito, já ia chamá-lo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, era minha vez, mas eu ia ceder para V. Ex^a.

Então, vamos consultar aqui a lista. Tinha Mão Santa; Paulo Paim, que não está aqui; Flávio Arns.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a. Quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras também e fazer alguns comentários. O primeiro deles é em relação àquilo que os meios de comunicação já vêm noticiando a respeito da queda da taxa básica de juros, chamada taxa Selic, em 1,5 pontos percentuais. E isso vem sendo comemorado.

Eu, por outro lado, diria o seguinte. É uma pena que este 1,5 não tenha sido 4% ou 5%, porque, de fato, acho que o Banco Central perdeu uma grande oportunidade de baixar significativamente as taxas de juros em nosso País. As altas taxas de juros jun-

tamente com outros fatores é que impedem, de fato, que o Brasil se desenvolva, que mais empregos sejam gerados, que a área de trabalho seja valorizada. Basta dizer que, não baixando em 4% ou 5%, estaremos passando para as grandes fortunas deste País, que são as detentoras da dívida pública do Brasil, 30 bilhões, 40 bilhões, 50 bilhões, que é o dinheiro ou o recurso que vai faltar neste momento de crise para a infraestrutura, para a geração de emprego, para a melhoria das condições do povo brasileiro, inclusive para o combate à pedofilia, que tem envergonhado toda a sociedade brasileira e tem que ser um objetivo combatido por todas as pessoas.

Então, que pena, novamente, que o Brasil festeje a diminuição de 1,5% das taxas básicas de juros e que os juros estejam a mais de 11% em nosso País, quando poderíamos hoje estar festejando algo como 9%, 8% ou 7% e dizendo: olhe, que esses 40 bilhões, em vez de irem para todo esse pessoal que aplica na dívida pública do Brasil, e aposta nisso, e ganha dinheiro com isso, que esse dinheiro, na verdade, estivesse sendo destinado para aquilo que o País necessita: infraestrutura, apoio para as necessidades sociais, saúde melhor, educação melhor, ensino profissionalizante, apoio para crianças, tanta coisa que seria importante.

Sr. Presidente, destaco também que, hoje, na Comissão de Educação, que tenho a honra de presidir sucedendo o grande companheiro Cristovam Buarque, que fez uma gestão extraordinária à frente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, recebemos, com muita alegria, a Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr^a. Clélia Brandão, e também o Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, Dr. Cesar Callegari. Foi uma conversa, um diálogo muito bom, muito proveitoso, muito interessante, com a disposição do direcionamento para uma ação coordenada, uma ação corresponsável, com a participação do Conselho Nacional de Educação, que tem tanto a contribuir com este Senado Federal, com o Congresso Nacional e com a sociedade. Que busquemos uma ação articulada, com um sistema de comunicação que flua de maneira clara e tranquila.

O encontro foi na direção de que possamos, no dia 31, quando terá início o debate no Conselho Nacional sobre o Plano Nacional de Educação, que deve ser revisto, ser reavaliado, fazer uma análise dos pontos positivos, dos pontos críticos em 2011. No dia 31, o Conselho inicia esse debate. Estarei lá representando a Comissão de Educação, mas, na sequência, a própria Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal também irá se debruçar sobre o tema.

Haverá um entrosamento, uma abertura para experiências bem-sucedidas no Brasil e no mundo.

Destaco também, para todos que nos acompanham pela TV Senado, as grandes linhas que já vinham sendo seguidas e que estão sendo enfatizadas pela Comissão no sentido da aprovação da legislação, através da participação sempre intensa das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. E sugiro principalmente às pessoas, instituições e comunidades organizadas que participem, com sugestões de encaminhamentos de uma filosofia, de uma legislação participativa para os desafios que o Brasil apresenta.

Não há necessidade de a sociedade seguir pelo único caminho de coletar um milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei. Temos aqui outra possibilidade, temos a legislação participativa. O problema, a dificuldade de uma pessoa, se bem encaminhada – por exemplo, alguém que tem um problema com o Fies, que também é um fundo de financiamento da educação – pode servir como subsídio para uma reflexão sobre a legislação. Então, é bom escrever, comunicar-se com a Comissão de Educação, ou através de uma associação que também pense, como os artistas e os produtores, na área da cultura.

Na semana que vem, por exemplo, estaremos recebendo representantes do Ecad e também cantores, como Zezé Motta. Precisamos discutir, fazer um grande debate sobre direitos autorais, arrecadação e distribuição de direitos autorais, a Lei do Direito Autoral, refletir sobre a distribuição de percentuais e as dificuldades que vêm sendo enfrentadas no Brasil. Então, tudo isso pode servir de reflexão para que a sociedade brasileira contribua com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no caso do exemplo dado, para que a Comissão avance ainda mais.

Queremos acompanhar a execução do Orçamento do Governo Federal, mês a mês, em termos da destinação de recursos orçamentários para as três áreas, de maneira simples, concreta, de forma que a sociedade possa realmente acompanhar. E qualquer pessoa no Brasil pode perguntar onde o dinheiro está sendo gasto, como está sendo gasto, quais as prioridades, como isso pode orientar a elaboração do Orçamento que acontecerá no segundo semestre, para que haja o acompanhamento e a fiscalização do Orçamento, mês a mês.

Cada programa dos três Ministérios será acompanhado também. Queremos saber os avanços, as dificuldades, em que melhorou a vida do povo, como esses programas podem ser ainda mais aprimorados. Então, cada um dos aspectos será acompanhado. Que as dificuldades dos prefeitos do Brasil, que foram levantadas em vários pronunciamentos aqui no plenário, passem a fazer parte das preocupações da Comissão de Educação. Por exemplo, todos os prefeitos, quando vêm a

Brasília, levantam algumas situações relacionadas, por exemplo, à falta de recursos para a educação infantil, para as séries iniciais do ensino fundamental.

Vamos discutir, na Comissão de Educação, no caso, como isso pode ser alterado.

Os prefeitos falam muito também, discutem sempre, sobre esporte recreativo, esporte de lazer, esporte educacional. Esse debate também pode ser promovido perfeitamente na Comissão de Educação, assim como a avaliação dos programas existentes, por exemplo, o Bolsa Atleta, quais as dificuldades, como a Lei Agnelo/Piva está sendo colocada em ação, para que possamos acompanhar todos os programas; o transporte escolar, um desafio para todos os municípios, como está sendo esse programa no BNDES, como está sendo a participação do Ministério da Educação e das prefeituras. Esse debate tem que, de fato, ser promovido permanentemente, a vida toda, em todas as comissões, mas, particularmente, na de Educação, Cultura e Esporte.

Nessas reuniões, nessas discussões – semana que vem, estaremos com o Conselho Federal de Biblioteconomia também –, a sociedade realmente apresenta suas sugestões, seus encaminhamentos, para que a Comissão, com a participação dos Senadores, Senadoras, do Conselho Nacional, dos Ministérios e da sociedade, possamos, em conjunto, visualizar os desafios que o Brasil enfrenta nessa área e que possam também ser achadas soluções e caminhos adequados para a construção de uma sociedade melhor, através de muitos aspectos, mas também através da educação, da cultura, do esporte.

E almejamos que, numa próxima reunião do Copom, do Banco Central, a diminuição da taxa de juros Selic seja muito maior para que o dinheiro não vá para os financiadores da dívida pública, mas para a educação, desde a educação infantil até a pós-graduação, para o esporte e para a segurança, para afastar a criança e o jovem das drogas, para identificar talentos, e para a cultura, para escrevermos, em conjunto, a memória do nosso povo.

Agradeço, Sr. Presidente, e faço este apelo a todos para que, juntos, façamos uma caminhada muito bonita na construção da cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo pela dedicação total à Comissão de Educação, que V. Ex^a preside com brilho igual ao do professor Cristovam Buarque, quando exerceu a Presidência daquela Comissão. Igualam-se a Pedro Calmon, João Calmon e a Darcy Ribeiro. Essa é uma das razões por que admiro e digo que este é um dos melhores Senados da história da República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Expediente.

Em votação os **Requerimentos n^{os} 204, 206 e 210, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos n^{os} 201, 205 e 207, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Sr^{os}. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, consultando a lista de oradores inscritos, o Senador João Pedro, que ocupa a posição de número 24 na aludida lista. Ainda inscritos, Cristovam Buarque, José Nery, João Vicente Claudino e eu próprio, Mão Santa.

O Senador Wellington Salgado vai querer usar da palavra? (Pausa.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Hoje, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, então, o Senador João Pedro, trabalhador do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero, Sr. Presidente, nesta noite de trabalho aqui no Senado, registrar um fato lamentável que a imprensa de Manaus vem abordando: a ameaça de assassinato a uma juíza federal amazonense, que vem desempenhando sua função. A Juíza Jaiza Fraxe, mulher, mãe, membro da Justiça Federal do nosso País, pela segunda vez, Senador José Nery, por enfrentar, por fazer o enfrentamento nos marcos da Justiça, essa juíza, essa senhora é ameaçada de morte.

Estou encaminhando, Presidente Mão Santa, um expediente ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que a Polícia Federal adote todas as providências para que esse episódio seja esclarecido, porque, além do desrespeito a um ser humano, a um profissional, a uma juíza, a uma mulher, é muito grave o acinte da bandidagem contra pessoas que exercem, de forma rigorosa, a sua função.

A denúncia veio à baila há cerca de quinze dias. Todos os veículos de comunicação – jornais, televisão, rádio – em Manaus, no Amazonas, vêm tratando desse fato.

Trata-se do relato de um preso conhecido popularmente como Moa – o ex-policial militar Moacir Jorge Pessoa da Costa. Ele fez um relato que merece ser apurado, porque, além de envolver o nome da juíza numa trama, numa articulação para assassiná-la, também envolve o de um Deputado Estadual, o Deputado Wallace Souza e o seu filho.

É abominável isso, primeiro porque envolve o nome de um homem público, que faz um programa de televisão muito popular, muito conhecido. O programa justamente combate o crime, a ilegalidade. O Deputado Wallace tem todo um perfil de combater a ilegalidade.

E a imprensa de Manaus publicou, então, uma foto do Deputado, que faz o programa de televisão, ao lado do Sr. Moacir, do ex-policial, numa piscina, tomando banho, “trocando figurinhas”, como se diz. Isso é uma foto.

Espero que a Assembleia Legislativa do meu Estado tome as providências. Espero que a Secretaria Estadual de Segurança Pública adote providências rigorosas. O que não pode é o Estado de direito se intimidar frente à ilegalidade, à covardia, ao crime.

Todos estão estarecidos no meu Estado, acompanhando o relato da imprensa, dos jornais, nesses últimos 15 dias.

Apresento aqui um requerimento, um expediente ao Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal adote as providências cabíveis frente a relatos terríveis segundo os quais há uma agenda de atividades desse grupo. Mas quero que a Polícia Federal assuma uma investigação para coibir essa tentativa de assassinar uma juíza que não fez outra coisa senão exercer sua função profissional, cumprindo seu dever como magistrada.

Então, a Dr^a Jaiza Fraxe merece a nossa solidariedade, a atenção desta Casa. Quero dizer que acompanho – mesmo de Brasília, mas atento – essa investida de criminosos que tentam intimidar a Justiça. Desejo que a Dr^a Jaiza...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador João Pedro, um breve aparte.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – (...) continue na sua caminhada, na sua convicção. E que nós, que as instituições possamos fazer um enfrentamento correto. É inaceitável a ameaça de assassinato de uma juíza que cumpre com as suas obrigações.

“V. Ex^a pode dizer: “Mas, Senador João Pedro, é muito perigoso tocar nesses assuntos”. Ao que digo: esse é o ônus do homem público.

Eu não aceito esse tipo de intimidação, porque não é só contra a juíza, a instituição, o Ministério Pú-

blico Federal, a Justiça Federal; é contra todos nós, que não calamos frente às injustiças, às ilegalidades.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador João Pedro, é triste constatar que, em nosso País, aqueles que se dedicam e lutam para o cumprimento de suas obrigações, baseados em princípios éticos, na busca da verdade, da justiça, sejam tratados com ameaças, com execuções, com assassinatos. É triste verificar que criminosos que devem pagar por seus crimes fiquem impunes, ameaçando uma juíza federal. No caso, solidarizo-me com a Dr^a Jaiza Fraxe, que V. Ex^a apresenta neste momento ao Brasil, pedindo providências enérgicas do Ministério da Justiça no sentido de proteção da sua vida, reivindicação que corroboramos, assinamos embaixo...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – (...) e reforçamos o pleito, junto ao Ministro Tarso Genro, de medidas imediatas para não permitir que uma vida seja ceifada, porque, para nós, o valor da vida é o valor supremo. Não importa que seja uma juíza; todo e qualquer ser humano, com um cargo, uma função ou um trabalhador mais simples, analfabeto, desprezado e oprimido, todos têm direito à vida. E aqueles e aquelas que se dedicam à defesa e à busca da verdade e da justiça merecem proteção, merecem apoio, merecem estímulo, merecem todo nosso incentivo para não se calar, para não retroceder um milímetro na busca pelo cumprimento de seus deveres para com a justiça, para com o nosso povo. Portanto, parabênizo V. Ex^a pela coragem e determinação com que, em vários episódios, utiliza o seu mandato, a tribuna do Senado, o seu trabalho como Senador representando o grandioso povo do Amazonas para levantar a voz denunciando as injustiças e cobrando providências de quem de direito, pelo que faz jus ao nosso apoio na busca da verdade, na busca da justiça. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. Esperamos que o seu apelo, a sua exigência, que é a exigência de todos nós nesta Casa, seja ouvida pelo Ministro Tarso Genro, com certeza, e que a Juíza continue o seu trabalho, destemido e corajoso, na busca de inclusive punir, rigorosamente, todos aqueles que estão envolvidos com crimes, especialmente que os seus detratores sejam também pegos pela Justiça, para que justiça, de fato, seja feita. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador.

Sem abusar do tempo que vai terminando, quero dizer, Sr. Presidente, que encerro esse registro, solidiciando do Ministro Tarso Genro as providências ca-

bíveis. Penso que a Polícia Federal precisa agir com celeridade para garantir a vida da Juíza Jaiza Fraxe e para imprimir uma investigação rigorosa, ir a fundo nesta questão contra a intimidação, para defender a vida da Juíza e para punir os envolvidos neste acinte, nesta trama, nesta covardia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após corajoso pronunciamento do Senador João Pedro, convidamos, para usar da palavra, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Consulto V. Ex^a, na ordem de inscrição, se ainda me encontro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a está no meu coração, estou ouvindo aqui: “É Jayme, Jayme, Jayme Campos”.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Após as palavras que serão, na certa, proferidas pelo ilustre Senador e ex-Ministro Cristovam, imagino que será a minha vez, não é?

Sr. Presidente, por permuta, o Professor Cristovam Buarque está me cedendo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Está permutando com V. Ex^a?

Tem a palavra o Senador Jayme Campos, do Democratas do Estado do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, ilustres Senadores aqui presentes, procurarei ser o mais breve possível em minha fala de hoje. Antes de qualquer coisa, agradeço a bondade do ilustre Senador Cristovam de haver me cedido a vez.

Quem constrói uma universidade está alicerçando a confiança e a independência de uma comunidade. Está fundando as bases da liberdade e da prosperidade de toda uma geração. Investir em educação significa reduzir desigualdades sociais, combatendo a miséria, a ignorância e a violência. Como sabiamente entoou a poetisa inglesa Eliza Cook, ainda no século 19, “é melhor construir escolas para o menino, do que celas e patíbulos para o homem”.

Proféticas palavras, que anteviam o cenário caótico e desesperador para o futuro. Se naquela época uma intelectual já alertava para a necessidade de aplicação de dinheiro público no ensino, de lá para cá, tais investimentos tornaram-se imprescindíveis para a descompressão das tensões sociais do mundo contemporâneo.

O aumento da criminalidade em nossos tempos tem relação direta com a queda na destinação de recursos para o setor educacional. Segundo revela a publicação *Financiamento da Educação no Governo Lula*, elaborada pela Campanha Nacional pelo Direito da Educação e lançada recentemente no Fórum Social Mundial, em Belém, Senador José Nery, entre 2003 e 2006, houve uma diminuição repetida e significativa dos investimentos com ensino no quadro de despesas da União.

Conforme cálculo, em 2003, o índice de recursos alocados para a educação ficou na casa de 2,88% dos gastos gerais do Estado brasileiro; caindo para 2,67% em 2004 e 2005; e para 2,44% em 2006. Somente no balanço de 2007 é que os investimentos em educação retomaram o patamar de quatro anos anteriores, com 2,87% do total das despesas da União.

Imagino que o Senador Cristovam Buarque, como professor emérito, ex-reitor e ex-governador, conhece bem, naturalmente, os números. Aqui é para testemunhar os números que estou citando aqui.

O resultado dessa equação de baixos investimentos e pouca qualificação dos profissionais dessa importante área é que, vergonhosamente, para cada 1.560 brasileiros, existe apenas uma vaga disponível nas universidades federais.

Outra conclusão do mesmo estudo alerta para a existência de uma enorme disparidade entre as chamadas prioridades do Governo Federal, um abismo político que separa a educação de outros segmentos. Isso se reflete nos números que demonstram que em 2006, por exemplo, os encargos da dívida consumiram R\$176 bilhões do Orçamento, enquanto a educação contabilizou apenas R\$23 bilhões.

Contudo, em 2007, o setor obteve um ganho absoluto, com a destinação de R\$27 bilhões para as ações no setor educativo. Desejo firmemente que essa retomada na aplicação de verbas coroe uma nova atitude da República nos investimentos na educação, que é, em última análise, o principal insumo na busca da justiça, da paz e do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, semear educação é produzir consciências. É comungar da esperança... É acender um farol de lucidez em meio às trevas do ódio e da intolerância!

Por isso, nobre Senador Cristovam Buarque, patrono do ensino nesta Casa, sinto-me especialmente gratificado porque ontem a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, em caráter terminativo, projeto de minha autoria criando a Universidade Federal de Barra do Garças – Unibarças, na região do Araguaia, atendendo a um quadrante de Mato Grosso que se autodenomina o “Vale dos Esquecidos”.

Mesmo não contando com as obras de investimentos relevantes tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal, esse território detém o maior crescimento da área plantada do País nos últimos três anos. As culturas do milho, da soja, do arroz, do algodão estão em ascensão. Também está se formando um polo sucroalcooleiro na região, onde se estima algo parecido com 20 milhões de litros de álcool/ano.

Contudo, a precariedade nas vias de acesso a essa área ainda continua sendo um obstáculo para o seu pleno crescimento econômico. A BR-158, espinha dorsal do transporte nessa região, ainda sem pavimentação em grande parte de sua malha, representa um entrave aos planos do empresariado e da classe política, que investem recursos e sonham com dias melhores.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu quero citar o Senador Mão Santa, que costuma dizer aqui muitas vezes que o Thomas Jefferson, um dos pais da Pátria dos Estados Unidos, um dos primeiros Presidentes dos Estados Unidos, em sua lápide, no seu túmulo, não colocou “Presidente dos Estados Unidos”; ele colocou “Fundador da Universidade de Virgínia”. Mão Santa costuma lembrar isso aqui. Eu creio que o senhor pode, hoje, dizer que tem o orgulho de ter tomado as medidas legislativas necessárias para criar uma universidade. Poucas coisas, a meu ver, ficam mais fortemente do que isso. O homem que chegou pela primeira vez ao Himalaia, Hillary, escreveu uma biografia em que ele conta que chegou a quase todas as dez mais altas montanhas do mundo, inclusive o Himalaia, em 52. Ele esteve nos dois polos – deve ser um dos únicos seres humanos que esteve nos dois polos. Ele percorreu os grandes rios, e disse o seguinte: “O que mais me orgulha não é de nada disso; é de ter construído escola no Nepal”. Então, eu quero parabenizá-lo pela sua iniciativa....

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...e, ao mesmo tempo, dizer que fico contente que seja em Barra do Garças, porque é um lugar onde fui muitas vezes. Muitos anos atrás, a Universidade de Brasília tinha um *campus* avançado, e eu fui um dos que trabalhou muito naquele *campus* avançado. Ficava num casarão grande que tinha lá e que diziam que era mal-assombrado. Realmente, a gente tinha medo que fosse, mas era um trabalho muito bom, muito sério e que deixou uma marca. Eu tenho até muita vontade de voltar lá – isso faz 20 anos – para ver agora não apenas a cidade como está, mas ver o espírito que

vai estar bulindo por lá, por haver o projeto de uma universidade. Parabéns ao senhor, parabéns a Barra do Garças, porque, quando se põe uma universidade numa cidade, até a conversa no boteco melhora.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador. Incorporo o seu aparte ao meu discurso, até porque V. Ex^a é o nosso mestre aqui, é o nosso patrono da educação nesta Casa e, para minha alegria, V. Ex^a conhece também Barra do Garças. E, certamente, essa universidade não vai ser só para Barra, mas para toda a região do baixo e do médio Araguaia do nosso Estado, porque ali moram algo em torno de 330 mil habitantes, nesse território que compreende 31 municípios mato-grossenses. E a implantação dessa nova universidade, a Unibarças, representará o estímulo para que a atual geração que vive ali olhe com mais confiança para o futuro, apagando o sentimento de que foram esquecidos, para edificar prosperidade e bem-estar.

Uma universidade significa a ampliação do debate, a antecipação tecnológica, e vai inserir a Região do Araguaia no conceito mais puro de inclusão de sua sociedade no universo do conhecimento nacional.

Fico particularmente feliz, pois o Parlamento Brasileiro ajuda, aprovando a criação de mais essa entidade de ensino superior, a cultivar a confiança de um País revigorado em sua geografia humana. E, assim, reforça a identidade cultural de nossa gente, fazendo da ciência um compromisso verdadeiro do Estado com as futuras gerações.

Tenho certeza de que, com sua universidade, o Araguaia não será mais o Vale dos Esquecidos, mas, sim, a planície da Esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito feliz o Professor Cristovam Buarque, buscando a imagem de Jefferson, mas complementar, ao Professor Cristovam e ao Jayme Campos, que o que mais me impressionou, além de Jefferson, foi visitar Heidelberg. Heidelberg é a primeira universidade da Europa, na Alemanha. A Alemanha sofreu duas guerras mundiais, perdeu as duas, as cidades foram tombadas, mas o mundo respeitou, Professor Cristovam Buarque, Heidelberg, o mundo. O mundo não soltou bomba em Heidelberg, porque de lá saíram luzes, porque lá tinham estudado e fizeram respeitar a cidade universitária; entre eles, Einstein, estudante de lá.

Convidamos, para usar da palavra agora, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o grande destaque, desde ontem à noite, no

noticiário brasileiro, é a queda de 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no último quadrimestre. De fato, é extremamente preocupante perceber que um País entra num processo de depressão, num processo de recessão, num processo de recuo da sua riqueza, em vez de num processo de avanço da sua riqueza.

O Presidente Lula, imediatamente depois, reconheceu que, de fato, há uma crise, e que vamos trabalhar muito para sairmos dela. Quero dizer aqui que não basta trabalhar muito para sair da crise; é preciso sabermos qual Brasil vai haver depois, para quem vai ser o Brasil que virá depois e como é que a gente vai construir esse Brasil que segue. Pela análise das propostas que vemos, para retirar o Brasil da crise, a sensação que se tem, Senador Nery, é que a gente quer retomar o mesmo de antes. Se for isso, não basta, porque o Brasil não estava bem. Estamos reclamando de 3,4% de recessão, de 1%, de 2%, mas não nos esqueçamos de que, durante o regime militar, crescíamos a 10%, e o Brasil mantinha o analfabetismo, o Brasil mantinha a desigualdade que aumentava, o Brasil era dependente. Tem de se mudar a mentalidade de que o único problema deste País é recuperar o crescimento.

Não nos esqueçamos de que todos reclamam hoje da crise ecológica. Quanto mais crescer da maneira anterior, pior fica a crise ecológica. Não basta crescer, é preciso saber crescer para onde, como e para quem. E sobre isso a gente não vê discussão; sobre isso, a gente não vê reflexão por parte dos Ministros, nem do Governo brasileiro. Para quem crescer, como crescer e para onde crescer? O simples crescer não vai resolver as outras crises que temos: a crise ecológica, que pode até se agravar; a crise social da desigualdade, que pode não diminuir, mas que pode se agravar; e a crise financeira e econômica. Temos de trabalhá-las em conjunto, e, hoje, a dificuldade de trabalhar essas três crises em conjunto, Senador Pedro, deve-se ao fato de que há uma quarta crise: a crise de ideias, de propostas, de busca de alternativa. O País não está só em recessão econômica, o País está em uma profunda recessão de ideias, de propostas, de debate ideológico. A verdade é que houve um retrocesso ideológico neste País nos últimos anos, por um lado, pelo acomodamento e, por outro lado, por um conservadorismo muito grande. Quer ver um exemplo?

Fico feliz de que os dois Senadores estejam aqui, porque vão concordar comigo. Cito a ideia de fechar escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa é uma posição reacionária, conservadora. Este País devia exigir que os latifundiários abrissem escolas neste País ao invés de fechar as escolas que o MST cria. Se o Estado cumprisse seu

papel, não precisava haver escola do MST, como não precisava haver escolas, por exemplo, do Bradesco. O Bradesco tem uma fundação, que, no Brasil, tem 56 excelentes escolas gratuitas para meninos e meninas que estudam em escola de qualidade. O Banco colocou dinheiro ali. O ideal era que não precisasse fazer isso, mas fizeram isso. O MST fez também.

Provavelmente, o MST deve ter uma linha ideológica da qual muitos podem discordar. Qual é o problema? Este é um País livre, este é um País onde se deve ter o direito de apresentar ideias alternativas. Mas a gente, pelo reacionarismo, pelo conservadorismo e pela paralisia ideológica, está aceitando, comodamente, essa ideia de que se devem fechar escolas por que são do MST. Se o MST recebe dinheiro do Estado e não o aplica direito, não comprova, aí, sim, tem de se tratar com dureza o MST, como tem de se tratar com dureza qualquer entidade que usa, de maneira errada, os recursos públicos. Mas, se usa bem os recursos, vamos parabenizar.

Então, são estas quatro crises, a crise social, a crise ecológica, a crise econômica e a crise de ideias, que temos de enfrentar. E vou começar pela última. É essa crise de ideias que está fazendo com que o Brasil procure sair da crise, Senador, usando o velho keynesianismo de 80 anos atrás, que dizia o seguinte: “Se está havendo desemprego por que a renda caiu e as pessoas não compram — e, por isso, as fábricas não produzem e desempregam —, o governo joga dinheiro na economia, porque esse dinheiro na economia vai fazer com que as pessoas comprem coisas e, aí, o emprego volte”. Não é uma má ideia, mas é velha, de 80 anos atrás. A gente tem de ajustar essa ideia, o que significa dizer: vamos jogar dinheiro, sim, na economia, para que volte a produção, mas vamos dizer qual produção a gente quer, vamos dizer na mão de quem a gente vai colocar o dinheiro. Hoje, o dinheiro está saindo para viabilizar a indústria automobilística para vender carros privados que vão engarrafar ainda mais as ruas e poluir ainda mais o ar. Por que o Governo, em vez disso, não faz uma linha de crédito para comprar veículos para transporte escolar ou uma linha de crédito para comprar ambulâncias ou uma linha de crédito até para comprar carros para a segurança pública? Por que não financia a indústria de automóvel, para que comece a produzir tratores pequenos, implementos agrícolas?

O keynesianismo de 80 anos atrás colocou as indústrias de automóveis para fabricar tanques de guerra, porque havia guerra. Felizmente, não temos guerra, mas temos uma guerra contra a ignorância, contra a deseducação, contra a falta de cultura. A gente pode gastar o dinheiro para melhorar a cultura. Isso

seria uma espécie de keynesianismo social, diferente do keynesianismo tradicional, puramente econômico. É incrível que, nos Estados Unidos, a gente está vendo o Presidente atual fazendo coisas como essa. Dos US\$800 bilhões que o governo americano vai jogar na economia para recuperá-la, quase US\$200 bilhões são destinados para a educação, para a ciência e para a tecnologia. Dinamiza tanto o emprego vender computadores para as pessoas como o governo comprar computadores para as escolas. O Presidente Obama chegou ao ponto, pelos jornais de hoje, de dar um aumento de salário aos professores como forma de promover a demanda. Essa é uma maneira de promover a demanda, melhorando a educação. É claro que ele fez uma vinculação: o aumento de salário será dado nas escolas que demonstrarem capacidade de bons resultados no aproveitamento dos alunos. E, provavelmente, os sindicatos, em geral, não gostam que haja professores que ganham mais que outros. Mas é uma solução. É uma solução de retomar a crise da economia com a crise social sendo recuperada, sendo enfrentada, e usando ideias novas. Precisamos fazer isso, Senador, no Brasil.

O Senado tem uma Comissão para analisar e trazer propostas. Não vi ainda quais são os nomes dos membros dessa Comissão, mas creio que essa Comissão não pode ficar dentro dos limites amarrados de apenas querer fazer com que volte o crescimento. Tem de se preocupar com as seguintes questões: saber crescer para fazer o quê, crescer para beneficiar quem, crescer para que Brasil a gente vai ter depois. Tenho a impressão de que é perfeitamente possível haver um programa substancial de gastos de dinheiro público não apenas para criar a demanda, mas também para produzir aquilo de que o povo precisa, criando, ao lado disso, a demanda, para dinamizar a economia.

Vamos pegar um exemplo, Senador João Pedro. A Bolsa-Escola, quando vinculada à educação, Senador Mão Santa, é uma maneira de colocar dinheiro no bolso da família, de gerar, portanto, uma demanda e de fazer com que a criança fique na escola, gerando, portanto, uma transformação social. Esse é um keynesianismo social. A Bolsa-Família, quando não exige frequência às aulas – às vezes, exige isso; às vezes, não –, está apenas dando a renda, não está fazendo a transformação social que vem da educação. Construção de escolas e de hospitais gera emprego, mas também gera resultado, não só emprego.

Passou por esta Casa um Senador chamado Lauro Campos, um dos homens mais brilhantes que já existiram. Ele usava a expressão “não-mercadoria”, que é aquele dinheiro que a gente dá a alguém para nada fazer ou para fazer o que não serve, como armas. Um

tanque de guerra, dizia Lauro, que foi Senador aqui, é uma não-mercadoria. Por que temos de fabricar não-mercadorias? Vamos fabricar as mercadorias de que o povo precisa.

Veja bem: a gente fala em criar dois mil ou três mil empregos. Há um desespero hoje por que a Embraer desempregou 2,4 mil pessoas, se não me engano. Foram quatro mil pessoas. Realmente, é uma tragédia, porque são pessoas de alta qualificação que, se ficarem desempregadas por um ano, vão perder a qualificação. Se quiséssemos erradicar o analfabetismo no Brasil em quatro anos, empregariamos 120 mil pessoas. Cento e vinte mil pessoas seriam empregadas! Qual indústria brasileira gera 120 mil empregos? E a que custo? A um salário de R\$600,00 ou de R\$700,00 para cada um, que vai trabalhar dez horas por semana. Jovens que terminaram o Segundo Grau, com um pequeno treinamento, viram alfabetizadores. A gente conseguiria enfrentar a crise social que se manifesta no analfabetismo e ajudar a resolver a crise econômica, colocando dinheiro nas mãos desses jovens alfabetizadores.

Aumentar o salário dos professores é uma maneira de se conseguir dinamizar a economia e resolver o problema social. Um grande programa de reflorestamento nas margens...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço-lhe um pouco de tempo mais, Sr. Presidente.

Um grande programa de reflorestamento nas margens do São Francisco é uma maneira de empregar mão-de-obra e de recuperar essa maravilha da riqueza natural brasileira, que é o São Francisco. Além disso, colocar água e esgoto em todas as cidades ribeirinhas do São Francisco é uma maneira de empregar a população desempregada que ali está e de evitar a poluição do rio. Aí, sim, estamos resolvendo a crise econômica e estamos resolvendo a crise ecológica.

É diferente contratar gente para plantar árvores e contratar gente para fabricar automóveis. Quando você liga o carro, vai o dióxido de carbono lá para cima. Você resolve a crise econômica aumentando a crise ecológica. Temos de combinar as questões. E isso precisa de um exercício de formulação de ideias novas.

Não acho e ninguém deve achar que a gente vai sair dessa crise implantando o socialismo, apesar de as grandes revistas americanas estarem dizendo que o socialismo já chegou.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Barack Obama já está sendo carimbado lá mais como socialista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Barack Obama é chamado de socialista. A *The Economist* e *Time*, todas estão falando nisso.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Por quê? Porque os bancos...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um pequeno aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo-lhe o aparte, Senador João Pedro, com o maior prazer.

Colocaram dinheiro público para comprar títulos podres dos bancos quebrados. Isso não é socialismo. Isso é o antissocialismo por meio da estatização. Isso é tirar dinheiro do povo para salvar banqueiros. Isso não é socialismo. Não está em jogo, hoje, implantar o socialismo, até porque, nessa crise de idéias, a gente não sabe definir o socialismo – eu, pelo menos, não sei. Mas é possível dar um salto grande na estrutura social por meio da educação, por meio do emprego de mão-de-obra para habitação, por meio de emprego para produzir aquilo de que o povo precisa e, ao mesmo tempo, criar uma demanda para vender os produtos que a indústria faz. Isso poderíamos chamar de keynesianismo social ou de qualquer outra coisa, mas é diferente do tradicionalismo que se está implantando de olhar a crise apenas pela ótica da economia e, aí, correr o risco de resolver o problema da recessão, de retomar o crescimento e de, depois, descobrir que destruímos o mundo inteiro, que desigualamos a sociedade, que pioramos o mundo, embora este esteja mais rico.

Passo, com o maior prazer, a palavra ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Serei rápido. O tempo está curto. Parabéns a V. Ex^a, que faz um pronunciamento com muita responsabilidade, como um homem de Estado, frente a uma crise internacional que chega ao Brasil. Não é o professor, mas é o Senador que acumulou uma experiência de vida, e nós todos, brasileiros, precisamos de ideias. V. Ex^a faz uma discussão qualificada. Essa é uma crise do capitalismo, de regras internacionais. Estamos aqui sofrendo as consequências. Os trabalhadores estão sofrendo em nível internacional. Sofrem milhões de brasileiros no Japão, em São Paulo, na Embraer, questão tocada por V. Ex^a. Mas, para finalizar, quero parabenizá-lo pelas ideias, pela conduta, pela seriedade que a conjuntura exige em fazer uma abordagem da crise e de saídas para a crise. Considero a Comissão importante no Senado, e ela pode, sim, e deve trabalhar as ideias de V. Ex^a. A sugestão é esta: V. Ex^a poderia apresentar sugestões ecologicamente corretas e socialmente

dignas para a comissão de Senadores, para enfrentar a crise. E é uma grande contribuição que V. Ex^a dá ao Senado e ao Brasil. Apresente suas propostas para a Comissão! Parabéns pelo pronunciamento, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu lhe agradeço. Quero dizer que vou oferecer, sim, essas propostas. Lamentavelmente, não posso estar na reunião de amanhã, às 14 horas. O Senador Tasso Jereissati, inclusive, convidou-me, mesmo eu não sendo membro.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil é o País que mais tem condições, hoje, de oferecer uma proposta alternativa neste momento de crise da civilização industrial, não é só do capitalismo, inclusive porque o socialismo já entrou em crise também. É a civilização industrial que está em crise, porque, quando ela cresce, ela destrói. A gente tem de descobrir um jeito de crescer sem destruir, e vai ser dentro do capitalismo, não será em outro sistema. Mas o sistema terá de ser adaptado.

O Brasil, Senador Flexa Ribeiro, é o País que tem mais condições de fazer isso. O Brasil é a média do mundo. Se observarmos a renda *per capita* do mundo, veremos que é a mesma renda *per capita* do Brasil. Se observarmos a esperança média de vida do mundo, veremos que é a mesma do Brasil. O Brasil é o País que tem todos os problemas graves do mundo e todos os recursos. Os Estados Unidos e a Europa têm os recursos, mas não têm os mesmos problemas. A África tem os problemas, mas não têm os recursos. Temos os recursos. Temos uma massa crítica de pensadores.

Nosso Presidente, queiramos ou não – embora eu faça minhas restrições, minhas críticas, e costume dizer que esperava mais do ponto de vista de transformação social –, é um Presidente que sucede a outro que deixou uma marca de construção de estabilidade. Esses dezesseis anos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, com uma evolução – essa é a verdade –, poderia nos deixar em condições de trazer uma proposta que serviria para orientar os caminhos que o mundo vai seguir. O Presidente Lula não está percebendo a chance que ele tem ou, talvez, não consiga perceber a dimensão de uma solução que vai além dos próximos meses, talvez prisioneiro de 2010, talvez prisioneiro do processo eleitoral, talvez prisioneiro de ver o Brasil pelas corporações, não pelo conjunto da Nação inteira. Creio que ele está perdendo uma grande chance.

O Presidente Obama parece ter a sensação de que sabe qual é o rumo, mas ele não vai conseguir por que o país dele é muito diferente do mundo. A proposta que ele fizer ainda será específica do país dele. É aqui que poderíamos fazer. Lá ele não pôde contratar cem

mil pessoas para alfabetizar norte-americanos, porque lá eles já resolveram isso. Lá ele não pode contratar milhares e milhares para colocar água e esgoto, porque eles já têm água e esgoto. Lá ele não tem como investir para resolver a crise ecológica, porque esse é um problema, sobretudo, nosso. Nós deveríamos ocupar a posição que hoje nos cabe no mundo: um País com recursos, com problemas, com uma estabilidade democrática, com uma estabilidade monetária, construída ao longo de dezesseis anos, não só no período do Governo Lula – é preciso dizer isso e insistir, como eu sempre digo.

Assim, teríamos as condições de gerar uma proposta alternativa. Lamentavelmente, falta uma mudança de mentalidade, para que comecemos a pensar além do econômico, para que comecemos a pensar além da recessão econômica, para que saíamos da prisão de pensar o mundo com os olhos de financistas e olhemos o mundo com olhos de humanistas, de cidadãos do mundo, num País chamado Brasil, que é o retrato do planeta.

Isso é possível, e vou continuar falando isso. E quem sabe essa Comissão, Senador Mão Santa, não seja capaz, a partir do Senado, de dar uma contribuição, que sinto que o Governo está resistindo em adotar!

Isso, Sr. Presidente, é o que eu tinha a falar, agradecendo-lhe o tempo extra que me deu.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque! Certamente, com essa mestria que sempre tem na tribuna desta Casa, dá uma lição de como o Brasil pode melhorar, investindo sobretudo na questão da educação, que é fundamental para buscarmos a verdadeira cidadania da nossa sociedade.

Parabéns, Senador Cristovam Buarque!
Concedo a palavra ao ilustre Senador...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, gostaria de saber a ordem das inscrições, porque eu estava inscrito após o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Na verdade, a Secretaria da Mesa me informou que, pela ordem de inscrição, era S. Ex^a o próximo orador. Com certeza, será também prazeroso ouvir V. Ex^a daqui a pouco.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que espero que cumpra o horário para que possamos ouvir o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Vou fiscalizar os dez minutos do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com certeza, o Senador Mão Santa será bondoso, generoso e cumprirá os dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, serei breve.

Não há ninguém do Partido dos Trabalhadores.

Hoje, comemoramos a Batalha do Jenipapo. O Líder do Partido dos Trabalhadores anunciou umas obras.

A estrada entre Teresina e Parnaíba. Senador Jayme Campos, essa estrada foi construída no regime revolucionário. Alberto Silva era o Governador da Revolução.

Falou-se em um aeroporto. Esse aeroporto também foi inaugurado pelo regime revolucionário quando era Ministro o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso.

Foi bom, porque recebi muitos *e-mails* de lá. É bom que o Líder do Governo, o Senador Mercadante, tome conhecimento das coisas.

Nesse intervalo – e vou só ler, não vou analisar as obras, para não perder tempo e para que os outros... Enviaram-me, por *e-mail*, 20 obras inacabadas. O Jayme Campos disse-me, comentando, que no Estado dele há mais. Mas não foi uma pesquisa. Foram daquelas afirmativas do Líder do Governo, Senador Mercadante, estradas construídas no tempo da revolução, e aeroporto, sinalizando como obra de Luiz Inácio.

1. Porto de Luís Correia. Foi iniciado em 1918. Epitácio Pessoa.

2. Estrada de Ferro Central do Piauí. A estrada, os trens foram prometidos e não circulam mais. Obra federal. Eles prometeram.

3. ZPE – Zona de Processamento de Exportação.

4. Universidade do Delta. O *campus* avançado, aprovado pelo Senado, um projeto meu, que teve o parecer aqui de Alvaro Dias e, lá, do mais ilustre educador, o Ministro da Educação Paulo Renato.

5. Ponte de Luzilândia.

6. BR Gilbués–Santa Filomena, chamada a Estrada da Soja. Parada.

7. Trans-cerrado, para transportar os grãos que são produzidos no cerrado.

8. Aeroporto internacional, que eles falam. Está lá, foi em 70, não tem mais nem teco-teco, não tem linha nenhuma. É na minha cidade. Só tem mentira. E o de São Raimundo Nonato, na última vez em que visitei

aquela cidade, onde está a Serra da Capivara, berço do homem americano, havia dois jumentos na pista.

9. Hospital Universitário de Teresina. Tem um ambulatório, não tem um hospital. Parado.

10. Ponte do Sesquicentenário, que seria para comemorar 150 anos de Teresina. Jayme Campos, Teresina vai fazer 158 anos. Faz 8 anos. No mesmo rio, construí uma ponte, chamada Wall Ferraz, em 87 dias. Esse Governo está há 8 anos. Heráclito fez, no mesmo rio, uma ponte em 100 dias.

Não é obra, mas é fundamental, Jayme Campos, V. Ex^a que é um produtor:

11. Aftosa, risco desconhecido, de tal maneira que o nosso gado, que os nossos caprinos têm o valor de um quarto do resto do Brasil, que não aceita comercializá-los.

12. A conclusão da hidrelétrica. Foi iniciada por Juscelino. Castello Branco terminou. Falta a eclusa, não tem navegabilidade. Então, não foi concluída essa obra federal. Enquanto isso, o Governador garganteia que vai fazer cinco hidrelétricas e não termina a que tem lá. Temos só a metade, falta a eclusa para ter navegabilidade.

13. Os tabuleiros. Tanto o do litoral, na cidade de Parnaíba e do vizinho Estado do Maranhão, quanto o de Guadalupe estão parados.

14. A Transnordestina está parada.

15. O aeroporto de Teresina está totalmente defasado. A última obra que teve foi a torre para controle de voo, que foi feita no nosso Governo.

16. O metrô de superfície. Anos e anos e anos parado.

17. E a ponte Santa Filomena/Alto-Parnaíba, que liga o sul do Piauí ao sul do Maranhão, importante para o transporte de grãos, para que possam chegar à ferrovia e ao Porto de São Luís.

Então, citei essas obras, listadas em *e-mails* que recebi, com a única intenção de levar a verdade ao Presidente Luiz Inácio. Os alopados de lá mentem, mentem e mentem. Então, nós queríamos dar, como Senador da República, esta advertência ao Presidente Luiz Inácio, que sempre foi consagrado nas eleições no Piauí, para que conclua essas obras. Nós já vamos terminar o sétimo ano de Governo, e estão aqui 20 obras federais inacabadas.

Então, essas são as nossas solicitações em nome do povo do Piauí, para que esse Governo diminua a propaganda, a mentira, porque palavras sem obra e a fé sem obra já nascem mortas. É esse Governo. As obras estão aqui, inacabadas.

Nós viemos fazer este apelo em nome do povo do Piauí para o Governo Federal deixar de cacarejar obras. Estão aqui: 20 obras inacabadas no nosso Piauí.

Nós acreditamos, está escrito que “a esperança é a última que morre”. Então, Presidente Luiz Inácio, não deixe morrer a esperança do bravo povo do Piauí.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT-DF) – Passo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, que deixa a Presidência, e Sr. Presidente Mão Santa, que assume a Presidência, a marcação do tempo não foi feita, mas eu estava aqui contando, e V. Ex^a fez seu pronunciamento em nove minutos, mas, se passasse dos dez minutos, eu iria fazer um grande questionamento em relação ao respeito do tempo, pois aqui, muitas vezes, se passa da medida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero fazer referência à realização do X Congresso Nacional da Contag, instalado, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reunindo, Senador Flexa Ribeiro, 3.100 delegados de todo o País, mobilizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de ontem até o dia 14 de março.

Serão discutidas as alternativas propostas pelos pequenos agricultores do nosso País, relativas ao desenvolvimento no campo, à luta por reforma agrária, crédito e assistência técnica. Discutirão, sobretudo, projetos de desenvolvimento rural que contemplem a necessidade de ampliar a nossa capacidade de produzir alimentos, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento do País, a partir da garantia do direito à terra. Essa questão tem se transformado, em nossa longa história de 500 anos, em fonte de conflitos, disputas e mortes.

Foi uma solenidade muito importante. Saudamos, aqui da tribuna do Senado, todas as trabalhadoras e os trabalhadores rurais reunidos nesse importante congresso, onde esteve presente uma grande representação do Senado Federal, com os Senadores João Pedro, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Valdir Raupp, além de uma delegação de Deputados Federais, saudando, testemunhando esse importante evento.

Na oportunidade, entreguei ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura uma manifestação de saudação ao congresso e uma convocação, Sr. Presidente, no sentido do empenho e participação mais direta, mais incisiva da Contag na Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e pela aprovação da PEC nº 438, de

2001, que prevê o confisco de terras onde for comprovadamente constatado o crime de trabalho escravo.

Mas muito importante, Sr. Presidente, foi ouvir as vozes uníssonas de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil naquele Centro de Convenções, saudando a abertura do encontro, cantando uma das canções que mais retratam a luta dos trabalhadores rurais por terra, liberdade, direito de produzir, distribuição de renda:

Este é o nosso país

Esta é a nossa bandeira

É por amor a esta pátria Brasil

Que a gente segue em fileira!

A nossa saudação especial aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, que nos dão um grande exemplo de organização e, neste momento, realizam seu X Congresso Nacional em Brasília.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema principal do meu pronunciamento no dia de hoje é relativo à CPI do Senado que apura denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, que esteve, entre quarta-feira e sexta-feira da semana passada, no meu Estado, o Pará, colhendo importantes depoimentos.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o empenho do nosso Presidente, Senador Magno Malta, um baluarte na luta em defesa dos direitos das crianças, da nossa infância e da nossa juventude. Quero agradecer também ao Senador Geraldo Mesquita, que esteve presente nessa jornada que por todos, e por justo motivo, está sendo considerada como histórica, pois, certamente, não estaremos exagerando ao afirmar que foi um momento decisivo, tanto por ter dado um grande impulso às investigações locais, a cargo de uma CPI formada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado, como também por ser a primeira vez em que uma personalidade com alto poder de influência foi ouvida na condição de investigada.

Nunca é demais lembrar que, a cada dia, duas crianças são vítimas de abuso sexual no Pará. Sr. Presidente, de 2004 a 2008, o Pró-Paz, um programa de apoio e atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso no Estado do Pará, registrou 3.558 casos, o que deve ser apenas, talvez, menos da terça parte dos casos que efetivamente ocorrem em nosso Estado.

Senador Flexa Ribeiro, tristemente, a coordenadora do Pró-Paz informou à CPI que, em menos de dois meses e meio de 2009, já foram registrados quase 200 casos de crimes de violência e abuso contra crianças e adolescentes no nosso Estado.

Números terríveis como esses jamais podem ser esquecidos. Precisamos não perder a capacidade de indignação diante desta triste realidade,

que, infelizmente, parece não ter fim. Quanto mais investigamos, mais atrocidades vêm à tona. Não seria exagero dizer que nenhum de nós que integramos a CPI não seremos mais os mesmos depois de ter acesso aos inúmeros documentos obtidos e fatos constatados. Os relatos, aterradoros e abomináveis, revelam que a pedofilia não escolhe faixa etária, classe ou posição social. É uma chaga social amplamente disseminada. E pior: em permanente estado de proliferação.

A pedofilia movimenta bilhões de dólares a cada ano. O Brasil ocupa a primeira posição em pedofilia veiculada pelo Orkut e já é o terceiro maior “consumidor” mundial. Hoje, sabemos que um vídeo de três ou quatro minutos pode ser vendido por até seis mil dólares. O sistema capitalista, que transforma tudo em mercadoria, parece ter atingido seu mais alto grau de degradação humana. A pedofilia virou um grande e lucrativo negócio! Se não houvesse mercado para esse tipo de crime, talvez os casos pudessem se restringir à patologia, mas não é isso que estamos constatando. O que vemos são crianças na mais tenra idade sendo oferecidas por suas mães e pais como mercadoria. Tudo em troca de um punhado de dinheiro. Se não encararmos a questão em sua totalidade, não construiremos soluções duradouras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os ouvidos em Belém estão o Sr. João Carlos de Vasconcelos Carepa, irmão da Governadora Ana Júlia, e o Deputado Estadual Luiz Afonso Sefer, recentemente desligado do DEM. E, se o DEM pediu o seu desligamento, certamente, igualmente como fez o Ministério Público, está convencido do envolvimento do Deputado com o crime denunciado. O depoimento do Deputado foi cheio de contradições e só serviu para agravar sua situação. Sefer é acusado de abusar e violentar uma menina que viveu em sua casa dos nove aos treze anos. O Deputado foi indiciado por atentado violento ao pudor e estupro. O amplo direito de defesa que a CPI assegurou ao investigado, em sua oitiva pública, serviu também para reforçar a forte certeza de que são efetivamente muito sólidos os indícios de culpabilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – (...) contra ele constantes dos autos, inclusive, ensejando ao Ministério Público Estadual a formalização de denúncia criminal contra o Deputado, com o pedido de sua prisão preventiva – infelizmente já negada pelo TJE por conta do instituto da imunidade parlamentar, que seria, nesse caso, mais fácil e mais correto afirmar como impunidade parlamentar.

A sociedade paraense, alertada, num primeiro momento, pelas candentes denúncias de Dom José Luiz Azcona, bispo do Marajó, está chocada com a dimensão do problema.

Precisamos estar atentos para evitar qualquer tentativa de obstaculizar as investigações ou amenizar as punições. Os movimentos sociais organizados, a sociedade em geral e as entidades de defesa dos direitos humanos e da criança e do adolescente acompanham, vigilantes, os trabalhos da CPI.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – É chegada a hora de mostrarmos que a punição virá, não importando a classe social dos criminosos ou sua eventual investidura em cargo eletivo. Afinal, a imunidade parlamentar jamais deverá servir de apanágio à impunidade.

Foi dado um primeiro e importante passo. Investido na honrosa condição de Relator na CPI dos casos relativos ao Pará, aproveito para reiterar nosso firme compromisso de levar as investigações às últimas consequências. É isso que a sociedade do Pará e os homens e mulheres de bem do nosso País esperam e cobram de todos nós. Estou certo de que este Senado Federal dará sua contribuição para que possamos ter, num futuro não muito distante, nosso País livre da tragédia representada pela cotidiana violação sexual de crianças e adolescentes.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante os trabalhos da CPI em Belém, recebemos trinta novas denúncias, o que significa dizer que a presença da CPI na capital do meu Estado do Pará serviu de encorajamento para que as pessoas viessem denunciar novos fatos, novos casos, e a CPI do Senado, bem como a CPI da Assembleia Legislativa, que tem como Presidente o Deputado Estadual Adamor Aires e como Relator o Deputado Arnaldo Jordy, têm a enorme e grandiosa tarefa, a responsabilidade de apurar com coragem e determinação todos os fatos aqui denunciados e de conhecimento da população do Estado do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador João Vicente Claudino. (Pausa.)

Ele cedeu, gentilmente, ao Senador Flexa Ribeiro, que está inscrito, mas tinha cedido gentilmente para a Senadora Serys Slhessarenko. Flexa Ribeiro é do PSDB, do grandioso Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, quero, primeiramente, agradecer o Senador Claudino por ter permutado comigo a sua vez de usar a tribuna.

Senador João Claudino, ainda há pouco, eu conversava com V. Ex^a e parabenizava V. Ex^a, o Senador Mão Santa e o Senador Heráclito Fortes, que integram a bancada do nosso querido Estado do Piauí, pela sessão comemorativa hoje dos 166 anos da Batalha do Jenipapo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 186.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Economizei vinte, mas retorno os vinte a esta justa homenagem que a bancada do Piauí fez àquele Estado.

Venho à tribuna, hoje, Senador Mão Santa, Senador José Nery, para anunciar que tomei conhecimento há pouco de que a Fifa (Federação Internacional de Futebol) adiou o anúncio da escolha das 12 subsedes para a Copa de 2014. Essa data estava prevista para 20 de março próximo, quando a Fifa ia definir quais as 12 subsedes da Copa de 2014 no Brasil. E o noticiário de há pouco, à tarde, nos informa que o anúncio foi adiado para final de maio.

Então, venho à tribuna até porque o meu Estado, pela sua capital Belém, disputa para uma das subsedes da Copa. São 17 cidades brasileiras para a definição de 12 subsedes. Algumas já estão definidas, evidentemente, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre. Mas eu diria que a Amazônia brasileira tem hoje, Senador Cristovam Buarque, uma importância internacional. Todo o mundo tem a sua visão, correta ou incorretamente, voltada para a nossa Região Amazônica.

A Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro. E nós ficamos discutindo se a subsede da Copa vai ser em Belém ou em Manaus. Eu acredito que o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, com certeza absoluta tem um entendimento maior com relação à importância dessa região no contexto mundial e vai atender Belém, com certeza absoluta, e pode atender também Manaus, as duas cidades como subsedes, e complementar evidentemente com todas as outras. Eu até gostaria que pudessem ser 17 subsedes, para não excluir nenhuma das cidades que, com esforço, estão se colocando para sediar a Copa.

É evidente que eu torço, não só eu, mas os mais de sete milhões de paraenses, para que Belém seja escolhida. Não há dúvida disso. Afinal, será uma vitória de todo o povo do Pará. Nosso povo é apaixonado por futebol. Temos um Campeonato Paraense que completou, agora em 2008, seu primeiro centenário.

Temos times conhecidos em todo o País e até fora dele. Cito o Remo, o Paysandu, a Tuna, vários outros no meu Estado, conhecidos por seus feitos, dentro e fora de campo, com a emocionante empolgação de suas torcidas apaixonadas. Uma prova disso é a média de público. E isso é importante também como uma variável a ser considerada para a escolha da subsede. Não há de ser escolhida uma cidade onde a população não gosta do futebol.

E aqui quero dar alguns dados. E farei isso também, Presidente Mão Santa, encaminhando uma correspondência com esses dados ao Presidente da Fifa, Joseph Blatter, e ao comitê encarregado da escolha que visitou todas essas cidades que se colocaram à disposição para ser subsede da Copa de 2014. É lógico, vou pleitear que Belém seja escolhida, mas vou também pedir a ele que olhe a Amazônia sob outra visão, pela importância que essa região, como disse, tem no contexto mundial.

Os dois maiores times, Paysandu e Remo, ficaram com a quinta e a sexta posição total de público em âmbito de Brasil – isso disputando com meu Flamengo, com meu Corinthians, com Palmeiras, Botafogo, Vasco, grandes times, Grêmio, de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, Colorado. Os dois clubes chegaram a 90 mil torcedores, mesmo não tendo chegado às finais. O Águia de Marabá, em décimo, teve mais de 37 mil torcedores em seus jogos, superando outros clubes.

Quando levantamos a média de público, o Pará nos enche de orgulho. O Remo teve a segunda melhor média e o Paysandu ficou com a terceira média de treze mil e de nove mil torcedores por jogo. E, repito, os dois clubes nem mesmo foram às fases finais.

Outro detalhe: era Campeonato Brasileiro da Terceira Divisão. O futebol paraense amarga uma fase ruim, com seus clubes jogando na terceira divisão. Mas, nas arquibancadas – e é isso que interessa à Fifa e ao sucesso da Copa em Belém –, o Pará dá *show*. Remo e Paysandu também lideram a lista das maiores arrecadações. Isso na fase inicial de uma série C. Mais um dado: dos dez maiores públicos em jogos pela série C, quatro envolvem times do Pará. Por último: das dez maiores arrecadações, nove envolvem jogos com clubes paraenses.

Esses recordes não são fatos isolados de 2008, Senador Mão Santa. É uma história, um fato normal no Pará ter sempre casa cheia.

Em 2007, o Remo, na série B, teve a sétima melhor média de arrecadação e de público, mesmo tendo várias partidas jogadas com portões fechados por conta de punição da CBF.

Nesse mesmo ano, o Paysandu disputou a série C e passou por momentos difíceis, não passando

nem mesmo da primeira fase, tendo realizado apenas três jogos. Ainda assim, teve a oitava melhor média de arrecadação, na frente de vários clubes que tiveram até 16 jogos.

No ano de 2006, com Remo e Paysandu na Segunda Divisão, a torcida paraense também deu *show*. Remo e Paysandu tiveram a quarta e quinta melhores médias de público. Na arrecadação, os dois clubes paraenses só perderam para o Atlético Mineiro na média dos jogos.

Aliás, no *ranking* de público e renda, nosso Manguirão ficou na segunda posição, em nível de Brasil, atrás apenas do Mineirão, que também lotava para os jogos do Atlético Mineiro.

Em 2005, na Série C, foi a torcida azulina, do Remo, que deu esse *show* de público. O Leão, como é conhecido o clube do Remo, liderou todos os *rankings* de público e renda. Dos dez maiores públicos naquele ano, o Remo foi o responsável por todos. O maior foi com o Manguirão lotado por mais de 42 mil torcedores. A média de público foi de 30 mil torcedores...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... no Manguirão, no ano de 2005. O segundo colocado naquele ano teve a média de nove mil torcedores – de trinta para nove. É, sem dúvida, uma marca incrível, uma marca exclusivamente dos torcedores.

Fiz esse retrospecto para mostrar que o Pará tem um hábito, o costume de lotar estádios. Quem não se lembra do último amistoso da seleção brasileira, disputado em Belém? Um simples treino levou mais de 40 mil pessoas para as arquibancadas.

Se quisermos lembrar, podemos voltar ao ano de 2003, quando o Paysandu disputou a Libertadores da América, fazendo uma belíssima campanha e apenas sendo eliminado pelo Boca Juniors, da Argentina, que mais tarde foi o campeão daquele ano.

Senador Mão Santa, vou abrir um parêntese, aqui, só para...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...relembrar um fato importante: o Paysandu foi o segundo time a vencer o Boca Juniors no La Bombonera, dentro de Buenos Aires. Há numa placa lá no estádio. Lamentavelmente, o time perdeu em Belém, tendo sido desclassificado pelo Boca Juniors, que foi o campeão da Libertadores naquele ano.

Os clubes brasileiros sem dúvida se lembram que, em 2002, Belém sediou a última edição da Copa dos Campeões, realizada em conjunto com Fortaleza, e todo o País conheceu, naquele ano, a força da nossa torcida e o calor do nosso povo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como atletas de outros países saíram encantados com a nossa cidade e o nosso povo, creio que os jogadores das maiores seleções do mundo...

(Interrupção do som)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) –...vão ficar com essa sensação também.

O Pará realiza no Manguirão, nosso estádio olímpico do Pará, o Gran Prix de Atletismo, lotando o Manguirão com mais de 45 mil pessoas e batendo recorde de público nesse tipo de modalidade. Também recebemos outros eventos esportivos, como o Mundial de Saltos Ornamentais e o Campeonato Brasileiro de Ginástica, entre tantos outros que tiveram sempre casa cheia.

Felizmente, o nosso Estado teve o que mostrar ao Comitê da Fifa: um estádio, o nosso Manguirão, moderno, um dos mais modernos do Brasil. Temos um aeroporto eficiente, um centro de convenções como o Hangar, talvez o mais moderno do nosso País – não o maior, mas o mais moderno –, uma Estação das Docas, que é o nosso Porto madeira, um Mangal das Garças. Enfim, temos plenas condições para acreditar que podemos, sim, garantir uma vaga entre as doze.

Belém, hoje, é credenciada a sediar a Copa do Mundo graças ao Governo do PSDB, já que o atual não conseguiu produzir nenhuma obra que desse ainda mais apoio e força à candidatura de Belém.

Quando o Comitê da Fifa, Senador Mão Santa, esteve em Belém, a Governadora Ana Júlia recepcionou o Comitê levando-o às obras, para que qualificasse Belém como subsede, obras feitas – todas, sem exceção – pelos Governos do PSDB, de Almir Gabriel e de Simão Jatene.

Mas acredito que é possível. Assim como é possível mostrar qualidade dentro de campo...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) –...força nas arquibandas, o Brasil aproveitar a oportunidade de uma Copa do Mundo para mostrar que, extracampo, o País avança e pode dar exemplos.

E concluo, Senador Mão Santa, dizendo que, com tranquilidade, faço hoje este pronunciamento, porque, como eu disse, Belém está preparada, preparada pela infraestrutura construída nos três Governos do PSDB, e pode, hoje, ser apresentada ao Comitê da Fifa, dizendo que a Copa pode ir para Belém.

Belém, como eu disse, está preparada, com infraestrutura e logística, para receber dezenas de milhares de torcedores de todo o mundo e para mostrar a todos não só a paixão do paraense pelo futebol, mas mostrar a todos o calor humano, que é marca regis-

trada da cortesia, da fidelidade, da forma carinhosa, eu diria, até, da forma bastante fraterna com que os paraenses recebem os seus convidados.

Que venha a Copa, porque, com certeza, Belém será uma das subse-des!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, defendendo o seu Estado do Pará para ser sede da Copa do Mundo, chamamos, como último orador de hoje, 11 de março, o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Estado do Piauí.

Hoje, ele recebe os aplausos de todo o Piauí e do Brasil, quando tivemos nós a oportunidade de homenagear o nosso Estado, aqueles que tiveram coragem de fazer a primeira batalha sangrenta que garantiu a unidade deste País.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

Esta é a razão pela qual estou na Mesa Diretora: para garantir a voz do Senador João Vicente Claudino, de perspectivas invejáveis na democracia do nosso Brasil.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, ficamos até às 9h47 da noite porque o problema que trago aflige, sobremaneira, a população de residentes de Teresina. É um problema de muito tempo e tem-se agravado principalmente no tempo mais recente.

Há vários anos, as comunidades da periferia da capital piauiense, Teresina, vêm envidando esforços para solucionar alguns problemas graves que afetam a vida dos habitantes do subúrbio.

As lideranças comunitárias da zona sul de Teresina já encaminharam –inclusive tenho cópia – documento ao Presidente Lula, no dia 27 de julho de 2007, por meio do qual solicitavam algumas obras importantes de infraestrutura, especialmente, e eu destaco aqui, em trechos da BR-316, que é a saída sul de Teresina, que leva a Picos, à Bahia, a Pernambuco, e da BR-343, que liga o nosso litoral e o Estado do Ceará, principalmente porque essas duas BRs passam no perímetro urbano de nossa capital.

Esse ofício foi respondido pela assessoria do Presidente Lula, a contento, e foi-lhe dado encaminhamento, principalmente enviando-o ao Ministro dos Transportes.

Com relação ao trecho da BR-316, que passa pela zona sul da cidade, as associações de moradores reivindicam a duplicação das pistas de rolamento desde o balão da Casa de Custódia, que o senhor conhece tão bem, no fim do hoje conhecido Anel Viá-

rio de Teresina, até após o Polo Empresarial Sul, que construímos quando fomos Secretário do seu Governo, em parceria com o Prefeito Firmino Filho, para criar um novo distrito industrial para as indústrias que se instalavam em Teresina.

Além dessa duplicação, também se faz necessária a construção de um viaduto para travessia da BR-316, nas imediações da “Rodoviária dos Pobres”, que fica próxima à Casa de Custódia – Rua Inácio Costa –, para tráfego de ônibus e demais veículos que cruzam perigosamente essa rodovia federal.

Sr. Presidente, é necessário esclarecer que esse trecho é de apenas dez quilômetros, entre os quilômetros sete e dezessete da BR-316, beneficiando vários bairros, uma área, hoje, muito populosa de Teresina. Entre elas, destaco Santa Clara, Parque Jacinta, Mário Covas, Sete Estrelas, Santo Antônio, Dagmar Mazza, São Francisco, Vila da Conquista, Vamos Ver o Sol, Loteamento Porto Alegre I, Loteamento Porto Alegre II, Vila da Glória, Esplanada, Irmã Dulce, Promorar, Parque Piauí, Vila Santa Rita, Lourival Parente, Bela Vista, Tiradentes, Vila Palitolândia, Vila Morada Nova, entre tantas outras.

Para maior segurança do anel viário que circunda Teresina, a capital do Estado do Piauí, que aqui temos a honra de representar, faz-se necessário que, além da rodovia denominada BR-316, que é a saída sul da cidade, também seja duplicada a BR-343, que se constitui na saída norte de Teresina. As duas se encontram sobrecarregadas pelo intenso tráfego urbano, e, por se tratar de rodovias federais, é inadiável a duplicação e melhoramento dos referidos trechos, através de uma ação efetiva do Dnit.

A população que habita nas proximidades dessas rodovias vem fazendo protestos e reivindicações, buscando sensibilizar o Poder Público para a necessidade de duplicação delas, na tentativa de pôr fim à perda de vidas humanas, observadas continuamente e em número sempre crescente, devido aos acidentes ocorridos, conforme dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal.

Em função disso, encaminhei – e foi muito bem recebido pelo Ministro Alfredo Nascimento, que tem dado atenção a esse caso –, no dia 18 de abril de 2007, e reiterei no dia 18 de setembro, Senador Presidente Mão Santa, colocando justamente os protestos que estavam sendo realizados pelos moradores daquela região, para que fosse dada ainda maior celeridade e prioridade a essa obra.

Nas áreas urbanas cortadas pela BR-316, os protestos e o fechamento da rodovia pelos moradores já estão se tornando um fato comum.

Quero deixar claro que, na minha condição de representante do Estado do Piauí no Senado da República, já reiterei ofícios ao Ministro dos Transportes – e ele tem me atendido, tanto é que, em agosto de 2007, no Orçamento do Ministério do Turismo, o Ministro liberou recursos para que fossem elaborados projetos de viabilidade econômica, projetos executivos técnicos, tanto da BR-316 quanto da BR-343 –, encarecendo a necessidade de duplicação dos trechos urbanos dessas duas rodovias, o que diminuiria significativamente o risco de acidentes na região citada. Exponho, também, no documento, que a Procuradoria da República no Estado do Piauí – que tem documentos que tratam a ação do Ministério Público – já vinha acionando o Dnit/Piauí, com vistas a se buscar uma solução para o problema.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no Estado do Piauí, cumprindo o seu papel de defender os cidadãos, soma seus esforços aos da população, na busca de uma solução que elimine, de uma vez por todas, o perigo que ronda o cotidiano das pessoas, aliás, mais de 100 mil pessoas que habitam aquela área.

No dia 8 de janeiro de 2008, realizou-se uma reunião no edifício do Ministério da Fazenda em Teresina, conduzida pelo Dr. Wellington Luís de Sousa Bonfim, Procurador da República, com representantes do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes), da Polícia Rodoviária Federal, da empresa encarregada na manutenção da rodovia e de membros das associações de moradores de vários bairros da região sul de Teresina. Naquela reunião, em relação às intervenções necessárias na BR-316 para a saída sul, foi definido, está aqui registrado, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O Termo de Ajustamento de Conduta, por sua vez, foi assinado nesse mesmo dia pelo representante do Ministério Público Federal, pelo Superintendente Regional do Dnit no Piauí e pelo representante da empresa.

No caso desse TAC, trata-se de medidas urgentes, mas paliativas, como a instalação de quebra-molas, que não excluem a necessidade da duplicação da via no menor tempo possível.

O prazo definido no TAC para a execução das exigências foi de 30 dias. E caberia ao Dnit acompanhar a elaboração do projeto, autorizar e fiscalizar a realização dos serviços previstos no Termo de Ajustamento de Conduta.

Ocupo esta tribuna para tratar desse assunto, porque tenho me deparado com muitos entraves burocráticos absurdos para a realização das obras citadas, que evitariam a perda de vidas e mais vidas humanas.

A cada ano que passa, as estatísticas apontam o aumento do número de acidentes. É fácil ver a progressão dos números e concluir que não é possível continuar fazendo de conta que tudo vai bem. Solicitei à Polícia Rodoviária Federal uma relação desde julho de 2005 até dezembro de 2008, que tenho em mãos, Senador Mão Santa, dos acidentes nesse trecho rodoviário de dez quilômetros.

Em 2005, 34 acidentes, com 4 vítimas fatais; em 2006, 103 acidentes, com 8 vítimas fatais; em 2007, 142 acidentes, com 12 mortos; em 2008, mesmo com a instalação de quebra-molas e com serviço competente de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e de obras, 171 acidentes, com 15 mortos. São 39 mortos e 455 acidentes registrados nesse trecho, de acordo com as estatísticas.

Aliás, repito, cumpre acrescentar a informação de que, em 2008, apesar da construção de todos esses redutores de velocidade, uma medida de baixo custo e apenas paliativa, houve um total de 171 acidentes, com 15 mortos na região. Apesar da instalação dos redutores, observou-se o crescimento do número de mortes em relação ao ano anterior, o que demonstra cabalmente que não adianta mais apelar para soluções paliativas.

Portanto, a única medida que se nos apresenta como efetiva seria a pronta duplicação das BRs nos trechos apontados.

Continuo minha luta em prol desta causa, o que pode ser comprovado nos reiterados ofícios de minha responsabilidade para o Dnit. Em 2007, foram os Ofícios n°s 39 e 99, o que possibilitou ainda, no mesmo ano, a liberação de recursos no valor de R\$1,5 milhão para a realização de estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental para a realização das obras.

É inaceitável, porém, que o Poder Público continue fazendo ouvidos de mercador a tanto sofrimento e desgraça. Sr. Presidente, é difícil acreditar que as autoridades responsáveis não se mostrem sensibilizadas por esses dados provenientes das próprias estatísticas oficiais e pelos problemas que os acidentes acarretam na vida das pessoas envolvidas.

Destinei, na qualidade de Parlamentar, emendas ao Plano Plurianual. Inclusive, Presidente Mão Santa, colocamos no PPA a construção de mais uma ponte entre a Polícia Rodoviária e a cidade de Demerval Lobão, para que esse tráfego pesado possa sair diretamente da BR-316 para a BR-343, na busca de uma solução, no menor espaço de tempo possível, para essa situação que transmite a ideia de total insensibilidade e descaso do Dnit do Estado do Piauí para com a população.

Essa inércia é totalmente incompreensível para quem conhece e sente o drama vivido pela população local. Entretanto, pelo menos uma notícia alvissareira nos chegou, e foi a incorporação dessas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – Lei n° 11.768, de 15 de agosto de 2008. Nós colocamos na LDO de 2009 recurso para ambas as obras. Esse instrumento legal contempla as duas obras pelas quais venho me empenhando: a duplicação dos trechos urbanos da BR-316 e da BR-343, na cidade de Teresina.

Esperamos que o inexplicável silêncio e demora demonstrados até agora pelo Dnit do nosso Estado na resolução desse problema não se constitua mais um entrave para a execução das obras importantes para o povo trabalhador e sofrido que habita as duas áreas próximas da rodovia. Os benefícios que a melhoria da infraestrutura trará a essas comunidades são imensuráveis.

Nesse sentido, Sr. Presidente, aproveito este momento para encaminhar à Mesa do Senado um requerimento de informação ao Presidente do Dnit, Luiz Antonio Pagot, ao qual aguardo resposta ansiosamente.

Senador Mão Santa, este aqui é o *Jornal Meio Norte* de segunda-feira, 9 de março. Aqui, em uma página, há uma ação da Prefeitura de Teresina, do Prefeito Municipal de Teresina. A manchete da matéria diz "Silvio entra com ação contra o Dnit", referindo-se a essa obra. A Assembleia Legislativa deve realizar esta semana uma audiência pública, convocada por Deputados, para tratar desse mesmo assunto, dada a sua gravidade.

Por isso, conto com a compreensão e com a agilidade do Governo para a realização da obra, que já era urgente há vários anos.

Esse é o assunto que me traz à tribuna, um assunto para o qual temos de estar atentos. Nós, Senador Mão Santa, que compomos a Bancada do Senado Federal que representa o povo do Piauí, temos de cobrar, para que possamos resolver esse problema num tempo o mais curto possível.

Aproveito a oportunidade, Senador Mão Santa, para falar de assuntos mais agradáveis. Quero agradecer à Senadora Kátia Abreu pela presença no Estado do Piauí, visitando os produtores. É a primeira vez na história que um Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) visita os produtores do Piauí, um Estado que tem crescido sobremaneira na produção de grãos. Tenho certeza de que nosso Presidente, Carlos Augusto, o Caú, nosso guerreiro querido, ficou feliz com a presença dela, e nós mais ainda. Tenho a certeza de que ela fará um grande trabalho à frente da CNA. Houve também uma visita a Batalha, onde foi recebida pelo

Prefeito Amaro Melo, que estava fazendo aniversário ontem, para a implantação de um programa pioneiro no Brasil, o de levar a responsabilidade social da CNA no combate ao câncer de colo no útero.

Registro também a medalha que recebemos da Ordem do Mérito Comercial da Amazônia, representada por dez Estados, pertencente à Confederação Nacional do Comércio (CNC). V. Ex^a, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Adelmir Santana e eu recebemos tão importante comenda! Quero agradecer ao Presidente da Fecomercio do Piauí, Valdeci Cavalcante, e ao Presidente da Fecomercio do Maranhão, que é o Presidente do Conselho da Ordem, o Sr. José Arteiro.

Quero registrar também que, na sexta-feira passada, estivemos na sede da Associação de Municípios da Microrregião de Picos (Ampicos), com representantes de mais de quarenta Municípios. Ali presenciamos a posse do Prefeito Tony Borges, de Geminiano, e do Vice-Presidente da Ampicos, o Prefeito Ademar Bezerra, de São José do Piauí. Tenho a certeza de que farão um grande trabalho à frente daquela importante entidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino, que mostrou suas preocupações pela morosidade das ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em obras essenciais e fundamentais para o trânsito e o tráfego de Teresina. Essa Capital já está com mais de 800 mil habitantes. Juntando-se a população da Capital com a da cidade vizinha de Timon, que tem quase duzentos mil habitantes, a população total é de um milhão de habitantes.

Sem dúvida, estamos a estranhar, porque, quando governei o Estado do Piauí, tivemos muito apoio por parte dos órgãos federais e do Dnit, por parte do ex-Ministro Eliseu Padilha e do ex-Ministro João Henrique. Para aquela época, houve um grande avanço, justamente na estrada de Teresina, um centro urbano, para o sul, em Picos. Foram construídos anéis viários, viadutos, túneis, passarelas. Agora, com o crescimento dessa cidade, o nosso Senador João Vicente Claudino denuncia a morosidade do Dnit.

Hoje, o calendário nacional comemora o Dia do Bibliotecário. Lamentamos o fato de não haver bibliotecas em algumas cidades brasileiras. Outro dia, no Estado do Piauí, constatou-se que, em 78 pequenas cidades, não havia bibliotecas.

Queremos homenagear a Biblioteca Luiz Viana Filho, uma das maiores do País. É a nossa do Senado. Que receba a nossa homenagem a Diretora Simone Bastos Vieira!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que mais causa incômodo, revolta, insatisfação ao cidadão comum é saber que as autoridades governamentais deste País não se importam com seus problemas cotidianos. Tive esse pensamento quando assisti, em meu gabinete, a um pequeno vídeo, de pouco mais de 6 minutos, enviado pela FENTECT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares.

Fiquei particularmente estarelecido porque o vídeo traz algumas informações bastante preocupantes a respeito da segurança postal, ou, em outras palavras, da falta de interesse e de disposição da administração dos Correios em relação ao que é transportado em cartas ou pacotes que transitam em nosso sistema postal.

De acordo com o vídeo, sistemas como o de Raios-X não são mais suficientes para que se possa saber, com precisão, o que está contido dentro de um determinado pacote. Diante da capacidade dos bandidos de enganar o aparelho de Raio-X, houve a necessidade de adquirir um novo equipamento que fosse capaz de informar aos funcionários dos Correios se haveria produto perigoso, nocivo ou ilegal dentro de uma embalagem.

Pois bem, em 2001, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os Correios adquiriram espectrômetros de massa, aparelhos mais potentes do que os de Raios-X e que, portanto, permitem uma maior percepção do que efetivamente está sendo transportado em nosso sistema postal. No entanto, ao longo do atual Governo, as sucessivas administrações dos Correios foram simplesmente deixando de dar a manutenção necessária aos aparelhos.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, dos 135 espectrômetros existentes, apenas 33 – segundo os dados da FENTECT e da Empresa Brasileira de Correios – estariam em funcionamento.

O resultado é que, diariamente, 32 milhões de envelopes e embalagens são entregues aos destinatários sem que tenham passado por qualquer tipo de exame de segurança.

Ou seja, drogas, armas, munições, venenos e outras substâncias perigosas ou ilícitas podem estar sendo transportados pelos Correios, com grave risco para os empregados da ECT e para a população em geral.

Repetirei. É bastante provável que drogas, armas, munições, venenos e outras substâncias perigosas ou ilícitas estejam sendo transportadas pelos Correios, com grave risco para os empregados da ECT e para a população em geral.

A culpa, ou melhor, a responsabilidade, evidentemente, é da administração da Empresa. Em 2008, os Correios realizaram licitação para adquirir insumos químicos para a operação desses equipamentos. No entanto, a compra não se efetivou porque o presidente da ECT ainda não tomou as medidas necessárias para finalizar a licitação.

O resultado? Os Correios têm sido utilizados como ferramenta para os criminosos. O Sedex, tão útil e tão necessário à agilidade dos serviços postais de nosso País, tem sido chamado, de acordo com notícias de jornais, de “Maconhex”!

Mais do que isso!

Sítios na Internet anunciam que vendem drogas sintéticas e que entregam esses entorpecentes, tanto pelo Sedex, quanto pelo Sedex 10; e fazem questão de afirmar que garantem a entrega no prazo de 24 a 48 horas!

Em outra situação, bastante grave por sinal, uma encomenda enviada dos Estados Unidos explodiu em agência dos Correios na cidade de Valinhos, no interior do Estado de São Paulo.

Tratava-se de munição ilegal!

Os funcionários, obviamente, não são culpados. Os culpados, reitero, são os administradores dos Correios, assim como o próprio Poder Executivo, que gasta milhões em fóruns sem sentido, enquanto permanece passivo em relação às ações de criminosos.

Os funcionários dos Correios ficam, assim, à mercê de serem feridos, como aconteceu com a explosão na cidade de Valinhos.

Por isso, venho em nome dos milhares de funcionários dos Correios, e do povo brasileiro, pedir que o Governo Federal apenas cumpra a lei.

Não peço nada além do cumprimento da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe que a Empresa Brasileira de Correios não deve aceitar nem entregar objeto contendo substâncias explosivas, cocaína, morfina, demais estupefacientes e outras substâncias químicas de uso proibido.

Além disso, ainda de acordo com essa mesma Lei, a ECT deve manter serviços de vigilância para zelar, dentre outras coisas, pela segurança postal e pela garantia do tráfego postal-telegráfico e dos bens e haveres da Empresa ou confiados a sua guarda.

Enfim, concluo, exigindo que os Correios cumpram a lei e adquiram os insumos necessários para

que ponham em funcionamento os equipamentos de espectrômetro de massa.

Saibam todos, que o Senado Federal está atento a essa grave irregularidade e irresponsabilidade com a segurança do nosso serviço postal, e que estamos aqui, a postos, nós do PSDB, para zelar pelo bem do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Serviço Social do Comércio (Sesc), entidade sem fins lucrativos, mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços, e que tem como finalidade a melhoria do bem-estar social dos seus associados, publicou recentemente importante Relatório sobre: “Turismo Social e sua Trajetória de Sucesso”.

Desde o início da década de 1950, o Sesc dedica boa parte de sua atuação ao incentivo do Turismo Social. Para o Sesc, o apoio ao Turismo Social e ao seu crescimento é de grande importância para a promoção do desenvolvimento social que é a sua maior preocupação. Prova disso é o seu empenho nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura e assistência, buscando ao mesmo tempo a defesa da cidadania, o amor à liberdade, à democracia e a ampliação do apoio aos menos favorecidos.

O Sesc trabalha o Turismo Social espelhado nessas questões e em total sintonia com o conceito do Bureau International du Tourisme Social (BITS) que diz o seguinte, abro aspas: “o Turismo Social é o conjunto das relações e fenômenos resultantes da participação no turismo de camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da idéia e serviço e não do lucro”, fecho aspas.

Todos os anos, milhares de trabalhadores do comércio, da área de serviços e brasileiros que são empregados em outras atividades, usufruem dos benefícios oferecidos pelo Sesc e viajam com suas famílias para aproveitar férias em outros centros de atração turística do País. Em 2007, por exemplo, mais de 5 milhões de pessoas beneficiaram-se do conjunto das ações sociais oferecidas pelo Sesc. Dessa forma, em todas as cidades de pequeno, médio e grande porte, encontramos a mão estendida do Sesc aos mais carentes que oferece, em parceria com o Poder Público, empresas privadas, sindicatos e associações de moradores, múltiplas possibilidades de lazer e de viagem pelo País inteiro. Com esse trabalho, o Sesc soma o compromisso de ser um agente direto da produção cultural, das boas amizades, do intercâmbio de co-

nhcimentos, do desenvolvimento do turismo social, da integração, de novas relações interpessoais, e um incentivador da consciência ecológica e da preservação ambiental.

O Turismo Social é abrangente e reúne duas modalidades básicas: o Turismo Emissivo e o Turismo Receptivo. Nessa divisão considerada pelo Sesc, o Turismo Emissivo abrange excursões e passeios de curta, média e longa duração. Essa modalidade de turismo permite que o Sesc leve seus clientes em trajetos rodoviários por todo o Brasil. Os guias são cadastrados; o seguro-viagem é garantido e os roteiros são variados. De acordo com o Sesc, o Turismo Emissivo é de grande importância porque destaca os aspectos sociais, naturais e culturais dos lugares a serem visitados. Por fim, o Turismo Emissivo engloba ainda vários outros tipos, tais como: o de lazer, o educacional, o cultural, o de eventos, o rural e o ecológico. O Turismo Receptivo, por sua vez, oferece passeios locais, leva as pessoas a lugares com atrativos naturais e culturais e é responsável por uma permanência maior dos grupos nos locais a serem visitados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como acabei de mencionar, o Turismo Social do Sesc respeita os interesses dos viajantes e o estabelecimento de novos padrões éticos, morais, ambientais, culturais e sociais. Com isso, desde meados de 1948, o Sesc concentra esforços para ampliar cada vez mais a capacidade inclusiva da atividade turística. Nesse sentido, a proposta da entidade é que o turismo seja, antes de tudo, uma via de inclusão social, um meio de integração sem qualquer discriminação. Para isso, toda a sua atenção está voltada para os jovens, os idosos, as mulheres, os trabalhadores de uma maneira geral, para as organizações sociais e para as pessoas portadoras de deficiência. Trata-se, portanto, de uma opção pela valorização da pessoa e pela implantação de uma nova mentalidade que seja capaz de respeitar as diferenças. Um turismo que tem esse propósito certamente não será confundido com o turismo que visa unicamente o lucro.

Lamentavelmente, a chamada indústria do turismo vem perdendo, ao longo o tempo, o respeito aos valores éticos, morais, ambientais, culturais e sociais, deixando-se levar pelo consumismo.

Precisamos resgatar essas dimensões do turismo, pois sabemos da relevância da atividade turística para a economia, gerando anualmente trilhões de dólares em todo o mundo e ocupando lugar de destaque na balança comercial de muitos países!

Nesse sentido, o Turismo Social possui uma importante contribuição a dar, pois concentra-se no inte-

resse da coletividade, não visa lucros e oferece atrações turísticas de qualidade a milhares de pessoas que são pouco consideradas pelos cálculos econômicos de rentabilidade.

Por isso, Senhor Presidente, considero que o Turismo Social seja uma forma mais viável de conduzir a atividade turística para o terreno da igualdade de oportunidades, para a solidariedade e para o exercício da cidadania na perspectiva de inclusão.

Apesar dos grandes obstáculos, podemos dizer que o Turismo Social vem se afirmando cada vez mais no Brasil e no mundo. Sem dúvida alguma, no Brasil, a conquista desse espaço vem acontecendo graças ao trabalho do Sesc que em nenhum momento deixou de cumprir a sua agenda e de lutar por seus objetivos.

Nobres Senadoras e Senadores, hoje, em diversos plenários mundiais, em congressos, seminários, encontros internacionais, escolas e universidades do mundo inteiro já está aberta uma ampla discussão sobre a importância do Turismo Social como agente impulsionador do desenvolvimento social e como estimulador da viagem de férias do trabalhador, do estudante, do idoso, do aposentado, das pessoas com deficiência e com mobilidade restrita.

Em todos esses auditórios, o debate mais importante é o de possibilitar cada vez mais ao público menos favorecido, que representa a maioria em qualquer sociedade, o acesso ao turismo de qualidade, ao turismo saudável e ao turismo com preços justos, formas de pagamento e épocas adequadas às condições de cada grupo. Vale dizer que, na França, na Espanha, na Itália, na Grécia, no México, no Chile e na Argentina, os lucros com essa atividade são significativos. Só na França, em 2005, o retorno foi de mais de 1 bilhão de euros, graças à introdução do Cheque-Vacance, que é recebido anualmente por mais de 2 milhões de franceses.

Ao terminar este pronunciamento, gostaria de elogiar o trabalho do Sesc em favor do engrandecimento do Turismo Social em nosso País e aplaudir a luta que trava, desde 1948, para fortalecer essa modalidade de lazer entre nós. Em minha opinião, por sua trajetória em defesa de uma das causas sociais mais importantes do Brasil, o Sesc deve merecer o aplauso de todo o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 1, DE 2009***(Proveniente da Medida Provisória
nº 447, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).*

Relator revisor: Senador Augusto Botelho

(Sobrestando a pauta a partir de:
11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62*

da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº

1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

17**EMENDA DA CÂMARA AO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”*.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 105, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 –*

Lei de Execução Penal, que trata das penitenciarías de mulheres.

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005,

na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

31**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito 2, Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

34**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras*

providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta*

dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista

Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. *(Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. *(Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Está encerrada esta sessão de 11 de março de 2009, à qual compareceram 78 Senadores.

Está encerrada a presente sessão deliberativa do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 6 minutos.)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 01/2009-CN

MENSAGEM

**N.º 16, de 2009– CN
(Nº 86/2009, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.”

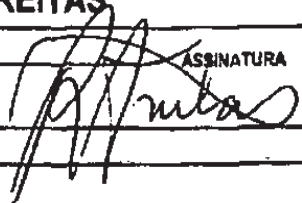
Índice de Emendas PL 001/2009 - EMENDA

Total por Parlamentar

ANGELA AMIN	00014	1
ARNALDO JARDIM	00025	1
EFRAIM FILHO	00011 e 00012	2
EFRAIM MORAIS	00026 e 00027	2
EUNÍCIO OLIVEIRA	00013	1
FERNANDO COLLOR	00005	1
GERALDO RESENDE	00034	1
JOÃO PIZZOLATTI	00004	1
JOÃO VICENTE CLAUDINO	00002	1
LUIZ CARLOS BUSATO	00003	1
MAURÍCIO TRINDADE	00006 e 00007	2
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	00008	1
ROSE DE FREITAS	00001 e 00028	2
SABINO CASTELO BRANCO	00015 a 00024	10
SILVIO LOPES	00009 e 00010	2
WILSON SANTIAGO	00029 a 00033	5
Total de Emendas:		34

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI****PLN 01, de 2009****PÁGINA****DE****TEXTO****Suplementar****Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****Funcional Programática: 26.784.1458.XXXX****Ação – Contenção da Avenida Beira Mar na Baía do Porto de Vitória – no Estado do Espírito Santo****GND 4; MOD 90; Fonte 100****Valor R\$ 20.000.000,00****Cancelar****Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****Funcional Programática: 26.784.1462.122B.0043****Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - Dragagem e****Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – no Estado do Rio Grande do Sul****GND 4; MOD 90; Fonte 100****Valor R\$ 20.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de Contenção da Avenida Beira Mar na Baía do Porto de Vitória, visando propiciar segurança na navegação do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Vitória e a contenção do talude da Avenida Beira Mar.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****ROSE DE FREITAS****ES****PMDB****DATA****ASSINATURA**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI****PL Nº 01/2009-CN****PÁGINA****01 DE 01****TEXTO**

Inclua-se ao presente PL o projeto, cujo o Título é:

**DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE LUÍS CORREIA (PI),
NO VALOR DE R\$ 10.000.00,00**

O Cancelamento deverá ser diminuído do Projeto:

**DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NACIONAL
FUNC. PROGRAMÁTICA Nº 26.784.1470.114G.0001
Valor R\$ 10.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A presente ação proposta visa alocar recursos para o melhoramento das condições de navegabilidade do Porto de Luís Correia no Estado do Piauí, melhorando também o escoamento da produção por vias marítimas, podendo ainda aumentar a capacidade de produção a ser transportada através de hidrovia.

Integra-se a presente Emenda informações sobre as projeções Plurianuais e os atributos da ação proposta, que passará a incorpora-se ao citado plano.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO****PI****PTB****DATA****5/3/2009****ASSINATURA**

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programa de Governo-Finalístico

Objetivo de Governo Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Objetivo Setorial Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Programa 1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional Órgão responsável 39000 Ministério dos Transportes

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL

Público-Alvo Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos	Cód. Título	Produto (unidade de		Início	Órgão	Valor Total	Regionalização	Financeiro/Físico		
		Medida	término			Estimado		2008	2009	2010
122	Dragagem e adequação da Navegabilidade no Porto De Luiz Correa-PI	Dragagem realizada (mil M3)	06/200	SEP	10.000,000	Nordeste	-	10.000.000	450	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO
01/2009****PÁGINA
01****TEXTO****Emenda Modificativa****Vetor Logístico Sul: 1462****Acréscimo de R\$ 30.000.000,00****26.784.1462.122B.0043 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RIO GRANDE (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****- Valor total R\$ 114.000.000,00****Cancelamento:****26.784.1458.122A.0033 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Valor R\$ 4.000.000,00;****26.784.1458.122I.0032 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Valor R\$ 1.000.000,00;****26.784.1458.122L.0033 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ITAGUI (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Valor R\$ 2.000.000,00;****26.784.1459.121Z.0026 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RECIFE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - Valor R\$ 2.000.000,00;****26.784.1459.122H.0026 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SUAPE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - Valor R\$ 5.000.000,00;****26.784.1459.122J.0023 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA - Valor R\$ 4.000.000,00;****26.784.1459.122N.0024 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Valor R\$ 1.000.000,00;****26.784.1460.122C.0029 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA - Valor R\$ 3.000.000,00;****26.784.1460.122G.0029 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA - Valor R\$ 2.000.000,00;****26.784.1461.122E.0035 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO - R\$ 3.000.000,00;****26.784.1461.122O.0041 - DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE PARANAGUA (PR) - NO ESTADO DO PARANA - Valor R\$ 3.000.000,00****Emenda Modificativa no PPA 2008-2011****1462 Vetor Logístico Sul****122B - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - Dragagem realizada (mil m3)****Início/Término 03/2009 - 04/2010****Órgão executor SEP****Valor total estimado R\$ 190.000.000,00 - 19.000 m3****Financeiro/Físico: ano 2009 R\$ 114.000.000,00 - 11.400 m3 c ano 2010 R\$ 76.000.000,00 - 7.600 m3.****JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei, contemplou para o porto de Rio Grande, R\$ 84.000.000,00. Nossa emenda visa aumentar este valor no montante de R\$ 30.000.000,00, totalizando R\$ 114.000.000,00

Visando garantir a execução das obras para o ano de 2009, é que aumentamos o valor já destinado àquele porto.

Complementando a emenda, solicitamos também alterar o PPA 2008-2011.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****Luiz Carlos Busato****RS****PTB****DATA****ASSINATURA****04/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

Nº 01, de 2009

1 DE 1

TEXTO**Acréscimo:**

Órgão: 20000 – Presidência da República

Unidade Orçamentária: 20128 – Secretaria Especial de Portos

26.784.1462.122M.0042 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) – No Estado de Santa Catarina

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$9.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 20000 – Presidência da República

Unidade Orçamentária: 20128 – Secretaria Especial de Portos

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$2.000.000,00

26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) -

Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)– No Estado de Pernambuco

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$2.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) -

Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$5.000.000,00

26.784.1462.122F.0042 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) -

Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)– No Estado do Rio Grande do Sul

JUSTIFICAÇÃO

A presente objetiva evitar que haja corte de recursos alocados no OGU/2009 para o Porto de Itajaí (SC). A viabilização do crédito está sendo proposta com cancelamento de R\$12.078.530,00 (doze milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais) destinados à dragagem e adequação da navegabilidade em portos marítimos no Município de Itajaí (SC), que, presume-se, seriam destinados ao Porto de Itajaí (SC). Por outro lado, propõe-se que haja alocação R\$3.078.530,00 (três milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais) especificamente para o Porto de Itajaí (SC). Aparentemente, uma situação contraditória porquanto representa uma perda líquida de recursos da ordem de R\$9.000.000,00. É do conhecimento geral do país sobre os estragos no Porto de Itajaí em decorrência das chuvas e enchentes ocorridas no estado de Santa Catarina ao final do ano passado, daí não se justificar o corte de recursos alocados no OGU/2009 para a viabilização de obras no Porto de Itajaí.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado JOÃO RIZZOLATTI

SC

PP

DATA

ASSINATURA

10/03/09

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
01 / 2009 (CN)PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no PLN 01/2009 o seguinte subtítulo:

- 26.784.1459.XXXX.XXXX – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL) – no Estado de Alagoas

Valor: R\$ 10.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

- 26.784.1459.121Z.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Recife (PE) – no Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 5.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

- 26.784.1459.122N.0024 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Natal (RN) – no Estado do Rio Grande do Norte

Valor: R\$ 5.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir a ação supracitada no OGU/2009, haja vista ser necessário o início imediato das obras de dragagem do porto. A adequação da navegabilidade no porto propiciará a otimização de sua utilização como terminal de carga e descarga e de passageiros. Considerando as vocações turísticas e produtivas da região, a utilização do porto terá papel primordial, tanto como via de escoamento da produção agropecuária, extrativista e industrial da região, quanto no incremento da atividade turística.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SENADOR FERNANDO COLLOR**AL****PTB**

DATA

ASSINATURA

06/03/2009



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**
PL 001/2009-CN
Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
01 / 2009 (CN)PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementação:

26.784.1460.122C.0029 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA)

Valor: R\$ 25.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

- 26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – no Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 15.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – no Estado do Paraná

Valor: R\$ 10.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa reforçar a dotação para as obras de dragagem, bem como a adequação da navegabilidade no Porto de Salvador, haja vista ser insuficiente o valor constante do projeto.

Considerando as vocações turística e produtiva da região, a utilização do porto terá papel primordial, tanto como via de escoamento da produção agropecuária, extrativista e industrial da região, quanto no incremento da atividade turística. Isto propiciará a otimização de sua utilização como terminal de carga e descarga e de passageiros.

Vale esclarecer que a ação supracitada é nova e está sendo incluída no OGU/2009 pelo PLN 01/2009. Portanto, é perfeitamente admissível esta emenda ao Projeto de Crédito Especial nº 01/2009 (CN).

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Maurício Trindade

BA

PR

DATA

ASSINATURA

05/03/2009



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO
01 / 2009 (CN)****PÁGINA
01 DE 01****TEXTO****Suplementação:****26.784.1460.122G.0029 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Aratu(BA)****Valor: R\$ 25.000.000,00****M.A.: 90****GND: 4****Cancelamento:****- 26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – no Estado de Pernambuco****Valor: R\$ 15.000.000,00****M.A.: 90****GND: 4****26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – no Estado do Paraná****Valor: R\$ 10.000.000,00****M.A.: 90****GND: 4****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa reforçar a dotação para as obras de dragagem, bem como a adequação da navegabilidade no Porto de Aratu, haja vista ser insuficiente o valor constante do projeto.

Considerando as vocações turística e produtiva da região, a utilização do porto terá papel primordial, tanto como via de escoamento da produção agropecuária, extrativista e industrial da região, quanto no incremento da atividade turística. Isto propiciará a otimização de sua utilização como terminal de carga e descarga e de passageiros.

Vale esclarecer que a ação supracitada é nova e está sendo incluída no OGU/2009 pelo PLN 01/2009. Portanto, é perfeitamente admissível esta emenda ao Projeto de Crédito Especial nº 01/2009 (CN).

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****Deputado Maurício Trindade****BA****PR****DATA****ASSINATURA****05/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI
PLN nº. 001, de 2009 - CN****PÁGINA****DE****TEXTO**

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Secretaria Especial de Portos (UO 20128), no seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

UO: 20128
Funcional: 26.784.1459.122J.0023
Subtítulo: DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ
GND: 4 - Investimentos
Mod. Aplic.: 90
Fonte: 100
Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTOS:

UO: 20128
Funcional: 26.122.1470.8785.0001
Subtítulo: GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL
GND: 3 - Outras Despesas Correntes
Mod. Aplic.: 90
FTE: 100
Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO**LOA 2009**

Programa 1470 Gestão da Política Portuária

Dotação Autorizada R\$ 508,8 milhões

Cancelamento PLN 01/2009-CN R\$ 492,1 milhões (96,7% do Autorizado)

Dotações Autorizadas para:

GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC R\$ 38,6 milhões

Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional (Mod. 90) R\$ 10,0 milhões

Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes - Nacional (Mod. 90)

R\$ 5,0 milhões

Total R\$ 15,0 milhões

Argumentação para o cancelamento proposto na Gestão do PAC.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DATA****ASSINATURA**

10/3/2009

Raimundo Gomes de Matos

CE

PSDB

Raimundo Gomes de Matos

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00009**

PL 001/2009-CN

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTO, NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 150.000.000,00 (CENTO E CINQUENTA MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO;

UNIDADE: 20128

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.784.1470.114G.0001

VALOR R\$ 150.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO ESTA EMENDA, NA TENTATIVA DE VER APROVADA PELO EMINENTE RELATOR. NA CONDIÇÃO DE PARLAMENTAR ELEITO EM PARTE PELO POVO DESSE MUNICÍPIO É QUE PROCURO ATENDER UMA ANTIGA E JUSTA REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL, QUE É A CONSTRUÇÃO DO PORTO DE QUISSAMÃ. ASSIM COM ESSES RECURSOS FINANCEIROS ORA SOLICITADOS, SERÃO DESTINADOS NA DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTO, NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SILVIO LOPES

RJ

PSDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO;

UNIDADE: 20128

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.122.0750.2000.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO ESTA EMENDA, NA TENTATIVA DE VER APROVADA PELO EMINENTE RELATOR. NA CONDIÇÃO DE PARLAMENTAR ELEITO EM PARTE PELO POVO DESSE MUNICÍPIO É QUE PROCURO ATENDER UMA ANTIGA E JUSTA REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL, QUE É A CONSTRUÇÃO DO PORTO DE QUISSAMÃ.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SILVIO LOPES

RJ

PSDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

ACRESCENTAR no Anexo I do PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, a seguinte dotação:

26.784.1459.11XL.0056

Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB) – Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo (PB) - No Estado da Paraíba

Fonte: 100GND: 4MA: 90Valor: R\$ 50.000.000,00

CANCELAR no PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, constante do Anexo I (Suplementação), as seguintes dotações:

26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – No Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 20.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará

Valor: R\$ 10.000.000,00

26.784.1460.122C.0029 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA) – No Estado da Bahia

Valor: R\$ 7.000.000,00

26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 6.000.000,00

26.784.1462.122B.0043 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – No Estado do Rio Grande do Sul

Valor: R\$ 7.000.000,00**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados às obras de Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Pretende-se assim possibilitar o adequado atendimento da frota da marinha mercante por intermédio do aprofundamento do calado daquele Porto, único atracadouro do Estado da Paraíba, capacitando-o para receber navios de grande porte, bem como transatlânticos de passageiros, incrementando o turismo naquela região.

Importa salientar que a ação pretendida consta do Plano Plurianual de Investimentos.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

PARTIDO

DEM

DATA

10/03/2009

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

ACRESCENTAR no Anexo I do PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, a seguinte dotação:

26.784.1459.10CC.XXXX

*Recuperação do Porto de Cabedelo – no Estado da Paraíba*Fonte: 100GND: 4MA: 90Valor: R\$ 50.000.000,00

CANCELAR no PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, constante do Anexo I (Suplementação), as seguintes dotações:

26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – No Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 20.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará

Valor: R\$ 10.000.000,00

26.784.1460.122C.0029 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA) – No Estado da Bahia

Valor: R\$ 7.000.000,00

26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 6.000.000,00

26.784.1462.122B.0043 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – No Estado do Rio Grande do Sul

Valor: R\$ 7.000.000,00**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados às obras de Recuperação do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, assegurando recursos para melhorar a infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Cabedelo, tais como: recuperação de cais, melhoramento de defensas, recuperação da pavimentação de áreas internas, aquisição de guindastes e melhoramento do sistema da rede elétrica.

Importa salientar que a ação pretendida consta do Plano Plurianual de Investimentos.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

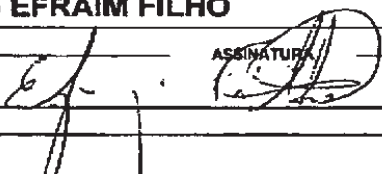
PARTIDO

DEM

DATA

10/03/2009

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00013****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO
01 / 2009 (CN)****PÁGINA
01 DE 01****TEXTO****Suplementação:**

26.784.1459.122J.XXXX – Adequação da Navegabilidade no Porto do Pecém (CE) – no Estado do Ceará

Valor: R\$ 25.000.000,00

M.A.: 99

GND: 4

Cancelamento:

- 26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – no Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 15.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – no Estado do Paraná

Valor: R\$ 10.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

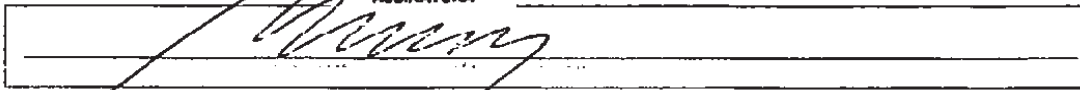
A presente emenda visa reforçar a dotação para as obras de dragagem, bem como a adequação da navegabilidade no Porto do Pecém, haja vista ser insuficiente o valor constante do projeto.

Considerando as vocações turística e produtiva da região, a utilização do porto terá papel primordial, tanto como via de escoamento da produção agropecuária, extrativista e industrial da região, quanto no incremento da atividade turística. Isto propiciará a otimização de sua utilização como terminal de carga e descarga e de passageiros.

Vale esclarecer que a ação supracitada é nova e está sendo incluída no OGU/2009 pelo PLN 01/2009. Portanto, é perfeitamente admissível esta emenda ao Projeto de Crédito Especial nº 01/2009 (CN).

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****Deputado Eunício Oliveira****CE****PMDB****DATA****ASSINATURA**

05/03/2009



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

Nº 01

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acréscimo:

Órgão: 20000 – Presidência da República

Unidade Orçamentária: 20128 – Secretaria Especial de Portos

26.784.1462.122M.0042 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) – No Estado de Santa Catarina

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$9.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 20000 – Presidência da República

Unidade Orçamentária: 20128 – Secretaria Especial de Portos

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$2.000.000,00

26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – No Estado de Pernambuco

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$2.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará

GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100 – Valor: R\$5.000.000,00

26.784.1462.122F.0042 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – No Estado do Rio Grande do Sul

JUSTIFICAÇÃO

A presente objetiva evitar que haja corte de recursos alocados no OGU/2009 para o Porto de Itajaí (SC). A viabilização do crédito está sendo proposta com cancelamento de R\$12.078.530,00 (doze milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais) destinados à dragagem e adequação da navegabilidade em portos marítimos no Município de Itajaí (SC), que, presume-se, seriam destinados ao Porto de Itajaí (SC). Por outro lado, propõe-se que haja alocação R\$3.078.530,00 (três milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais) especificamente para o Porto de Itajaí (SC). Aparentemente, uma situação contraditória porquanto representa uma perda líquida de recursos da ordem de R\$9.000.000,00. É do conhecimento geral do país sobre os estragos no Porto de Itajaí em decorrência das chuvas e enchentes ocorridas no estado de Santa Catarina ao final do ano passado, daí não se justificar o corte de recursos alocados no OGU/2009 para a viabilização de obras no Porto de Itajaí.

CÓDIGO

471

NOME DO PARLAMENTAR

Angela Amin

UF

SC

PARTIDO

PP

DATA

10/3/2009

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN Nº 01/2009 - CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

INCLUA - SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO , NO MUNICIPIO DE TONANTINS, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE 10.000.000,00 (DEZ MILHOES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 2018 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR R\$: 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ORGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUCIONAL PROGRMATICA: 26.784.1462.122B.0043.

VALOR R\$: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICIPIO DE TONANTINS, NO ESTADO DO AMAZONAS

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO

AM

PTB

DATA

ASSINATURA

10/3/2009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI
PLN Nº 01/2009 - CN**PÁGINA****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I – CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE AUTAZES, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 20000 – PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

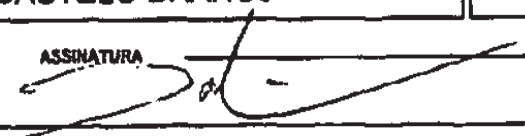
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE AUTAZES, NO ESTADO DO AMAZONAS.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO****AM****PTB****DATA****10/03/2009****ASSINATURA**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**

PL 001/2009-CN

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN Nº 01/2009 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

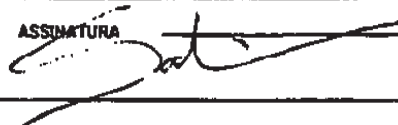
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, NO ESTADO DO AMAZONAS;

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO	UF AM	PARTIDO PTB
DATA 10/03/2009	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI****PLN Nº 01/2009 - CN****PÁGINA****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:**ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX****VALOR R\$ 20.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.1228.0043****VALOR R\$ 20.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, NO ESTADO DO AMAZONAS;

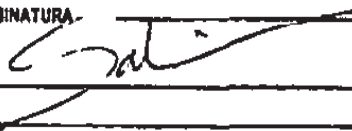
CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO****AM****PTB****DATA****ASSINATURA****10/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**
PLN Nº 01/2009 - CN**PÁGINA**
01 DE 01**TEXTO**

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE BORBA, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:**ÓRGÃO:** 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**UNIDADE:** 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** XXXXXXXXXXXXXXXX**VALOR R\$ 10.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO:** 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**UNIDADE:** 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 26.784.1462.122B.0043**VALOR R\$ 10.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE BORBA, NO ESTADO DO AMAZONAS.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO****AM****PTB****DATA****ASSINATURA****10/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00020****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN**

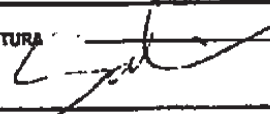
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN Nº 01/2009 - CN	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	---	----------------------------------

TEXTO

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DO CASTANHO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:**ÓRGÃO:** 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**UNIDADE:** 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** XXXXXXXXXXXXXXXX**VALOR R\$ 10.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO:** 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**UNIDADE:** 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 26.784.1462.122B.0043**VALOR R\$ 10.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DO CASTANHO, NO ESTADO DO AMAZONAS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO	UF AM	PARTIDO PTB
DATA 10/03/2009	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00021****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

PLN Nº 01/2009 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:**ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX****VALOR R\$ 10.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043****VALOR R\$ 10.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, NO ESTADO DO AMAZONAS;

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO**AM****PTB**

DATA

ASSINATURA

10/03/2009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00022****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI****PLN Nº 01/2009 - CN****PÁGINA****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/VILA AMAZONIA, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:**ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX****VALOR R\$ 20.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA****UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS****GND: 4****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043****VALOR R\$ 20.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/VILA AMAZONIA, NO ESTADO DO AMAZONAS;

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO****AM****PTB****DATA****ASSINATURA****10/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00023****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

PLN Nº 01/2009 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA, NA COMUNIDADE DE MANAPOLIS, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA, COMUNIDADE MANAPOLIS, NO ESTADO DO AMAZONAS;

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO

AM

PTB

DATA

ASSINATURA

10/03/2009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00024****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 01/2009 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PRESENTE PROJETO DE LEI, NO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO, NO MUNICÍPIO DE BARCELOS, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: XXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.784.1462.122B.0043

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAIS DO PORTO NO MUNICÍPIO DE BARCELOS, NO ESTADO DO AMAZONAS;

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO

AM

PTB

DATA

ASSINATURA

10/03/2009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00025****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO
01 / 2009 (CN)****PÁGINA
01 DE 01****TEXTO****Suplementação:**

- 26.784.1461.XXXX.XXXX – Ampliação e Modernização do Porto de São Sebastião (SP) – no Estado de São Paulo

Valor: R\$ 45.000.000,00

M.A.: 30

GND: 4

Cancelamento:

- 26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – no Estado do Paraná

Valor: R\$ 20.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

- 26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – no Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 25.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

O Porto de São Sebastião está localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, na cidade de São Sebastião, a 200 km de São Paulo, capital do Estado.

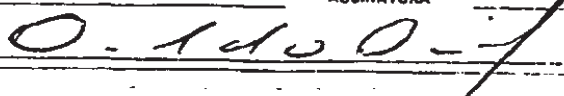
Grças à configuração natural, o canal de São Sebastião é considerado a terceira melhor região portuária do mundo. Isso faz das condições de calado e abrigo à navegação as mais confortáveis e seguras.

O porto movimenta em torno de 400 mil toneladas/ano. Sua produtividade mensal pode ser de 50 mil veículos, 40 mil ton. De granel sólido e 20 mil ton. De carga geral fracionada.

A presente emenda visa, portanto, alocar recursos para as obras de ampliação e modernização do Porto de São Sebastião, tendo em vista a otimização das operações do porto nos setores turístico e de importação/exportação.

DADOS TÉCNICOS:

Esta obra será executada pela Companhia Docas de São Sebastião – CDSS, mediante convênio com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República. A previsão de desembolso até 2011 é de R\$ 150 milhões assim distribuídos: R\$ 45 milhões no exercício 2009, R\$ 45 milhões no exercício 2010 e R\$ 60 milhões no exercício 2011. Os percentuais de execução das obras e das ações de modernização serão de 30% em 2009, 30% em 2010 e 40% em 2011.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****Deputado Arnaldo Jardim****SP****PPS****DATA****ASSINATURA****10/03/2009**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00026****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

ACRESCENTAR no Anexo I do PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, a seguinte dotação:

26.784.1459.10CC.XXXX

*Recuperação do Porto de Cabedelo – no Estado da Paraíba*Fonte: 100GND: 4MA: 90Valor: R\$ 50.000.000,00

CANCELAR no PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, constante do Anexo I (Suplementação), as seguintes dotações:

26.784.1459.122H.0026 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – No Estado de Pernambuco

Valor: R\$ 20.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará

Valor: R\$ 10.000.000,00

26.784.1460.122C.0029 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA) – No Estado da Bahia

Valor: R\$ 7.000.000,00

26.784.1461.122O.0041 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 6.000.000,00

26.784.1462.122B.0043 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – No Estado do Rio Grande do Sul

Valor: R\$ 7.000.000,00**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados às obras de Recuperação do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, assegurando recursos para melhorar a infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Cabedelo, tais como: recuperação de cais, melhoramento de defensas, recuperação da pavimentação de áreas internas, aquisição de guindastes e melhoramento do sistema da rede elétrica.

Importa salientar que a ação pretendida consta do Plano Plurianual de Investimentos.

CÓDIGO

2027

NOME DO PARLAMENTAR

Senador EFRAIM MORAIS

UF

PB

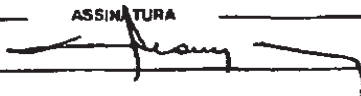
PARTIDO

DEM

DATA

10/03/2009

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00027**
PL 001/2009-CN
Mensagem 0016/2009-CN**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

01/2009-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

ACRESCENTAR no Anexo I do PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, a seguinte dotação:

26.784.1459.11XL.0056

Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB) – Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo (PB) - No Estado da Paraíba

Fonte: 100

GND: 4

MA: 90

Valor: R\$ 50.000.000,00

CANCELAR no PL 01/2009-CN, na U.O. 20128 – *Secretaria Especial de Portos/PR*, constante do Anexo I (Suplementação), as seguintes dotações:

26.784.1459.122H.0026 – *Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) – No Estado de Pernambuco*

Valor: R\$ 20.000.000,00

26.784.1459.122J.0023 – *Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) – No Estado do Ceará*

Valor: R\$ 10.000.000,00

26.784.1460.122C.0029 – *Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA) – No Estado da Bahia*

Valor: R\$ 7.000.000,00

26.784.1461.122O.0041 – *Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) – No Estado do Paraná*

Valor: R\$ 6.000.000,00

26.784.1462.122B.0043 – *Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) – No Estado do Rio Grande do Sul*

Valor: R\$ 7.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados às obras de Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Pretende-se assim possibilitar o adequado atendimento da frota da marinha mercante por intermédio do aprofundamento do calado daquele Porto, único atracadouro do Estado da Paraíba, capacitando-o para receber navios de grande porte, bem como transatlânticos de passageiros, incrementando o turismo naquela região.

Importa salientar que a ação pretendida consta do Plano Plurianual de Investimentos.

CÓDIGO

2027

NOME DO PARLAMENTAR

Senador EFRAIM MORAIS

UF

PB

PARTIDO

DEM

DATA

10/03/2009

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 001/2009-CN**

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 01, de 2009	PÁGINA DE
---------------------	-----------------------------------	--------------

TEXTO

Suplementar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1458.XXXX

Ação - Contenção da Avenida Beira Mar na Baía do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.1220.0041

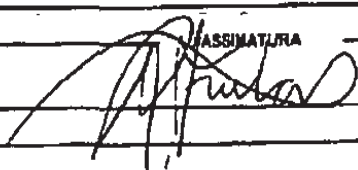
Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de Contenção da Avenida Beira Mar na Baía do Porto de Vitória, visando propiciar segurança na navegação do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Vitória e a contenção do talude da Avenida Beira Mar.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PMDB
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00029**

PL 001/2009-CN

Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 01, de 2009

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1470.XXXX

Ação - Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.1220.0041

Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de desenvolvimento de Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba, tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento dessa região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

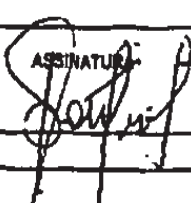
UF

PARTIDO

WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00030**
PL 001/2009-CN
Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 01, de 2009	PÁGINA DE
---------------------	-----------------------------------	--------------

TEXTO

Suplementar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1470.XXXX

Ação - Obras de Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 60.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.1220.0041

Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

Funcional Programática: 26.784.1461.122E.0035

Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP) - no Estado de São Paulo

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

Funcional Programática: 26.784.1462.1228.0043

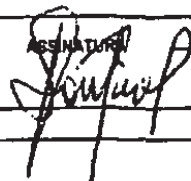
Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio Grande (RS) - no Estado do Rio Grande do Sul

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de desenvolvimento de Obras de Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba, tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento dessa região.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

PLN 01, de 2009

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1470.XXXX

Ação – Obras de Construção de Cais para Contêineres do Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.1220.0041

Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de desenvolvimento de Obras de Construção de Cais para Contêineres do Porto de Cabedelo – no Estado da Paraíba, tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento dessa região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

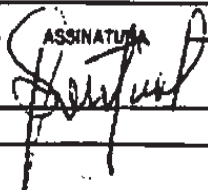
UF

PARTIDO

WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00032****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI
PLN 01, de 2009PÁGINA
DE**TEXTO****Suplementar**

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1470.XXXX

Ação - Obras de Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.1220.0041

Ação - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de desenvolvimento de Obras de Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba, tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento dessa região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

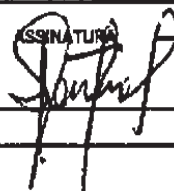
UF

PARTIDO

WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00033****PL 001/2009-CN****Mensagem 0016/2009-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI
PLN 01, de 2009PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar

Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1470.XXXX

Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos – no Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 60.000.000,00

Cancelar

Órgão: 20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade: 20128 – SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Funcional Programática: 26.784.1461.122O.0041

Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - no Estado do Paraná

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

Funcional Programática: 26.784.1461.122E.0035

Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP) - no Estado de São Paulo

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

Funcional Programática: 26.784.1462.122B.0043

Ação – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio Grande (RS) - no Estado do Rio Grande do Sul

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o projeto de Dragagem e Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos – no Estado da Paraíba, tendo em vista a importância desse projeto para melhoria da infra-estrutura portuária na região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

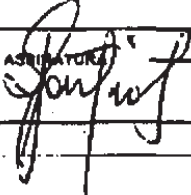
UF

PARTIDO

WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00034**
PL 001/2009-CN
Mensagem 0016/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN 01/2009 - CN

01 DE 01

Cancelamento de Despesas:

1º

Dragagem e Adequação de Navegabilidade no Porto de Santos (SP)

Funcional Programática: 26.784.1461.122E.0035

Esfera: Fiscal

Grupo de Natureza de Despesa: 4 (investimentos)

Resultado Primário: 2 (primário discricionário)

Modalidade de Aplicação: 90 (Aplicação Direta)

Fonte: 100

Valor: R\$ 10.000.000,00

2º

Dragagem e Adequação de Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)

Funcional Programática: 26.784.1461.122O.0041

Esfera: Fiscal

Grupo de Natureza de Despesa: 4 (investimentos)

Resultado Primário: 2 (primário discricionário)

Modalidade de Aplicação: 90 (Aplicação Direta)

Fonte: 100

Valor: R\$ 20.000.000,00

Acréscimo de Despesa:

Dragagem e Adequação de Navegabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 26.784.1461.XXXX

Esfera: Fiscal

Grupo de Natureza de Despesa: 4 (investimentos)

Resultado Primário: 2 (primário discricionário)

Modalidade de Aplicação: 90 (Aplicação Direta)

Fonte: 100

Valor: R\$ 30.000.000,00

Justificativa

A presente emenda considera a necessidade eminente de alavancar o processo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul no que se refere ao escoamento de commodities produzidos no Estado, sobretudo, aquele que hoje precisa fazer uso do segmento hidroviário entre os municípios de Mundo Novo e Bataguassu. O dito segmento interliga o canal multimodal composto ainda, pela Ferroeste e a Rodovia BR-163.

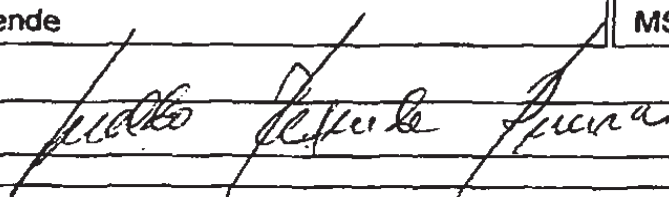
1445

Geraldo Resende

MS

PMDB

10/03/2009



2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 5 de março de 2009

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de março de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney, e com a presença das seguintes Senadoras e Senadores: Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro Secretário; João Vicente Claudino, Segundo Secretário; Mão Santa, Terceiro Secretário; Patrícia Saboya, Quarta Secretária; César Borges, Primeiro Suplente de Secretário; Cícero Lucena, Terceiro Suplente de Secretário; e Gerson Camata, Quarto Suplente de Secretário. Deixa de comparecer, por motivo justificado, a Srª 2ª Vice-Presidente, Senadora Serys Slhessarenko. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, dá as boas-vindas aos Membros da Mesa, agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta ata.

PAUTA

1 – ABERTURA

2 – REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO, COM RELATÓRIO FAVORÁVEL:

Relator – Senador CÉSAR BORGES:

- **Requerimento nº 1.488, de 2008** (Senador Raimundo Colombo - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Assunto: sobre os concursos e contratações realizados pelo Poder Executivo a partir de 2003.

3 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO, COM MINUTA DE RELATÓRIO FAVORÁVEL:

Relator – Senador GERSON CAMATA:

- **Projeto de Resolução nº. 1, de 2004-CN** (Autora: Senadora Serys Slhessarenko) - *"Institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo."*

CE - Relator - Senador Flávio Arns - conclui pela aprovação do Projeto (Parecer aprovado em 30/03/2004).

Comissão Diretora (a ser proferido) - Relator - Senador Gerson Camata - conclui pela aprovação do Projeto.

- **Projeto de Resolução nº. 41, de 2004** (Autor: Senador Antonio Carlos Magalhães) - "*Institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.*"

CE - Relator - Senador Hélio Costa - conclui pela aprovação do Projeto, com Substitutivo (Parecer aprovado em 29/03/2005).

CCJ - Relator "*ad hoc*" - Senador José Jorge - conclui pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo da CE (Parecer aprovado em 13/12/2006).

Comissão Diretora – (a ser proferido) Relator - Senador Gerson Camata - conclui pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

4 – OUTROS ASSUNTOS:

4.1 – Processo nº 014.304/08-2;

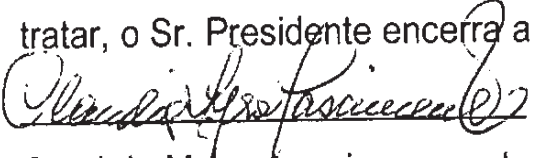
4.2 - Atribuições dos membros da Mesa;

4.3 - Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico

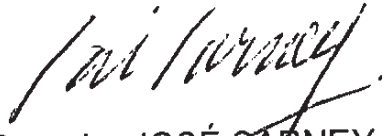
4.4 - Porta externa do Café dos Senadores.

Em seguida, o Sr. Presidente passa ao **item 2** (requerimento de informação com relatório favorável) e concede a palavra ao Senador César Borges, para relatar o **Requerimento nº 1.488, de 2008**. Sendo o relatório favorável, o requerimento é submetido à votação e aprovado. Passando ao **item 3** (projetos de resolução, com minuta de relatório favorável), o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Gerson Camata, que apresenta relatório favorável à aprovação do **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2004**. Submetido à votação, o parecer é aprovado. O Senador Gerson Camata apresenta, em seguida, relatório favorável ao **Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2004**, na forma da Emenda Substitutiva nº 1-CE. Submetido à votação, o parecer é aprovado. Encerrada essa fase da reunião, o Sr. Presidente passa a tratar de outros assuntos. Dá conhecimento, aos demais membros da Mesa, da questão do trânsito de

peessoas estranhas no Plenário e no Café dos Senadores. Apresenta documento dos jornalistas, oferecendo sugestão sobre a presença de jornalistas no Plenário e no Café dos Senadores. O Sr. Presidente sugere, então, que, quando as Sr^{as} e Srs. Senadores quiserem receber pessoas com mais distinção, poderão fazê-lo no Salão Nobre do Senado Federal. O Café dos Senadores seria reservado às Sr^{as} e Srs. Senadores e jornalistas credenciados. O Sr. Presidente passa a sugestão dos jornalistas ao Sr. 1º Secretário. O Senador Heráclito Fortes, falando sobre o credenciamento de jornalistas, diz que isso seria realizado na 1ª Secretaria, mas também partindo de informações que o Comitê de Imprensa ofereceria. O Sr. Presidente passa, ao Sr. 1º Secretário, a atribuição de verificar a necessidade ou não de se abrir a porta do Café dos Senadores para o corredor externo, evitando, assim, que a parte de trás do Plenário seja utilizada como passagem. Em seguida, o Sr. Presidente aborda o assunto da **PEC dos Vereadores**. Conforme anunciado na última reunião da Mesa, S.Exa. expressa a determinação de não se judicializar a política. Expõe, aos demais membros, o assunto da desistência do mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal e da devolução da Proposta de Emenda à Constituição à Câmara dos Deputados. Após debate, com a anuência da Mesa, o Sr. Presidente determina que o Advogado-Geral do Senado adote as providências no sentido da desistência do Mandado de Segurança nº 27.807 e à Secretária-Geral da Mesa que remeta a PEC 20/2008 à Câmara dos Deputados. A PEC 47/2008 continua a tramitar no Senado Federal. Passa, então, ao tema dos **requerimentos de votos de aplauso, solidariedade, louvor, congratulações e censura**, que, embora não se

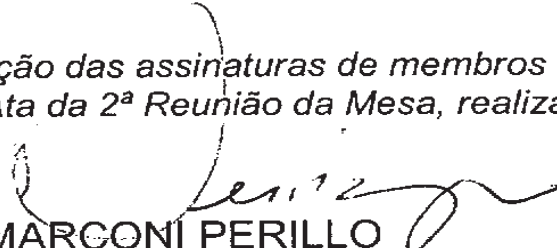
configurem deliberação legislativa, são incluídos em pauta por força do Regimento Interno. A esse respeito, sugere que os requerimentos já apresentados possam ser votados em globo e que, na reforma do Regimento Interno, sejam feitas alterações no sentido de que não precisem constar da Ordem do Dia. Quanto ao **Processo nº 014.304/08-2**, referente à representação por crime de responsabilidade em desfavor de Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como do Sr. Procurador-Geral da República, a Mesa decidiu ratificar o despacho do Sr. Presidente do Senado Federal exarado em 16 de outubro de 2008, no sentido do arquivamento da representação. A seguir, o Sr. Presidente apresenta proposta de ato da Mesa, instituindo a **Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico**, com vista a modernizar o processo legislativo. A proposta é aprovada pela Mesa. O item 4.2 da Pauta será apreciado oportunamente. Por fim, passa-se a tratar de matérias administrativas, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às doze horas. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 5 de março de 2009



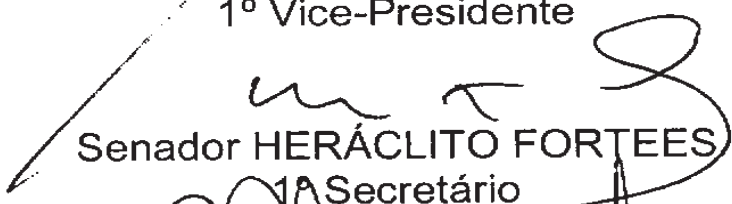
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas
à Ata da 2ª Reunião da Mesa, realizada em 05.03.09)



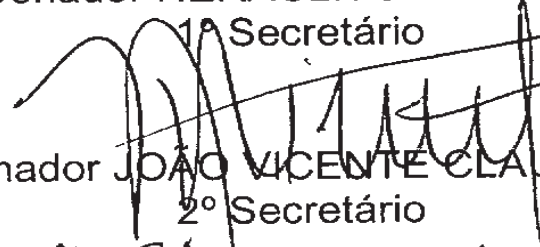
Senador MARCONI PERILLO

1º Vice-Presidente



Senador HERÁCLITO FORTEES

1º Secretário



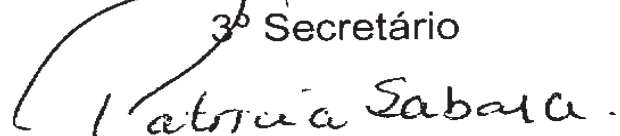
Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

2º Secretário



Senador MÃO SANTA

3º Secretário



Senadora PATRÍCIA SABOYA

4ª Secretária



Senador CÉSAR BORGES

1º Suplente de Secretário



Senador CÍCERO LUCENA

3º Suplente de Secretário



Senador GERSON CAMATA

4º Suplente de Secretário

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 892 , de 2009*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 020965/03-6

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiária, por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a GABRIEL RODOLFO LEAL, na condição de enteado menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para HENRIQUE RODOLFO LEAL, na condição de enteado menor, alterando a cota de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA CRISTINA LEAL, na condição na condição de cônjuge, concedida pelo Título Concessório de 22/12/2003, dos proventos que percebia o ex-servidor MANUEL LÚCIO DE JESUS LEAL, matrícula 41522, a partir da data da maioridade, 16/03/2009.

Senado Federal, em 11 de março de 2009.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 893 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.364/89-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 159, DE 1989, que aposentou o servidor **ÉRICO DE ASSIS RODRIGUES**, Analista Legislativo, Área 2.1, Nível S 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a vantagem 20% de acréscimo pela vantagem do art. 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, a partir de 01 de abril de 1993, bem como incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01 de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 11 de março de 2009.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA
EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE
NECESSITEM DE REGULAMENTAÇÃO**

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais que necessitem de regulamentação por parte do legislativo, bem como apresentar proposições para a solução das chamadas "omissões legislativas inconstitucionais".

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽²⁹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁸⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁷⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁹⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³²⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,35)
Tião Viana (PT) ⁽³¹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁶⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁰⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁴⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(4,33)
César Borges (PR) ⁽⁴⁰⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽⁴¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(56,59)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,69)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶¹⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,69)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,69)
VAGO ⁽⁶⁴⁾	7. VAGO ⁽⁶⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁵⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,47)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁵²⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁴⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,43)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁵⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²²⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁶⁾	10. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,51)
Gim Argello ⁽⁵¹⁾	2. Fernando Collor ⁽⁵¹⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,19,35)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (32)	2. César Borges (PR) (33)
Paulo Paim (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (30,61)	6. VAGO (30)
Renato Casagrande (PSB) (30,59,63)	7. José Nery (PSOL) (30,62,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57)	1. Lobão Filho (PMDB) (53)
Gilvam Borges (PMDB) (9,48)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (52)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Mão Santa (PMDB) (49)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (50)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (42)	2. Jayme Campos (DEM) (46)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,39)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (38)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Lúcia Vânia (PSDB) (25,44)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (20)	6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (23)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (21,43)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11,58)	1. Gim Argello (14,16,60)
PDT	
João Durval (17,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
32. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
33. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

43. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade ; PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (36,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,39)
Aloizio Mercadante (PT) (10,34)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (36)	3. Marcelo Crivella (PRB) (32)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,30,74)
Ideli Salvatti (PT) (36)	5. César Borges (PR) (37,41)
Expedito Júnior (PR) (33,41)	6. Paulo Paim (PT) (19,31)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (57,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,65)
Almeida Lima (PMDB) (55,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (62,68)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Renan Calheiros (PMDB) (58,67)
Francisco Dornelles (PP) (61,63)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (5,69)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,60,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,54,64)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (26,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Sérgio Guerra (PSDB) (28,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (26)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
- O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³⁸⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,37)
Augusto Botelho (PT) ⁽³⁸⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³⁸⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,36)
Paulo Paim (PT) ^(38,51,65)	4. José Nery (PSOL) ⁽³³⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁵⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(31,66)
Marina Silva (PT) ⁽³²⁾	6. VAGO ⁽³¹⁾
Expedito Júnior (PR) ⁽³⁰⁾	7. VAGO ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁹⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(8,16,54)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) ⁽⁵⁷⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶¹⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁸⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(5,9,56)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,60)
VAGO ^(62,64)	7. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,43)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁸⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,47)	3. Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾	4. Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴²⁾
José Agripino (DEM) ^(13,49)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,50)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁰⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,44)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(26,67)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,52)	1. João Vicente Claudino ⁽⁵²⁾
Romeu Tuma ⁽⁵²⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵²⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PT) ^(7,26)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁸⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁴⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,35)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³³⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,27)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³²⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,14)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽²²⁾	1. João Pedro (PT) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾	2. Serys Slhessarenko (PT) ⁽²⁰⁾
Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,24,25)
Magno Malta (PR) ^(2,23)	4. VAGO ⁽²⁴⁾
José Nery (PSOL) ⁽²¹⁾	5. VAGO ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁷⁾	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁹⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁶⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
VAGO ^(33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴²⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,35)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,31)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁹⁾
Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁸⁾	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁸⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁸⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO ^(2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. VAGO ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴²⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(38,73)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁵⁾
João Ribeiro (PR) ^(43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(46,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴⁴⁾
Tião Viana (PT) ^(41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,39,52,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁰⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,55)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴⁹⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,57)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,48)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵⁴⁾
João Tenório (PSDB) ^(33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁴⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁵⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(31,60)	1. Cristovam Buarque ^(20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽²²⁾	1. Marina Silva (PT) ⁽²⁵⁾
Delcídio Amaral (PT) ^(22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) ^(23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) ⁽²²⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	4. Expedito Júnior (PR) ⁽²⁴⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁷⁾	5. Eduardo Suplicy (PT) ⁽²¹⁾
João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾	6. João Pedro (PT) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Neuto De Conto (PMDB) ^(3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁷⁾	2. Lobão Filho (PMDB) ^(34,44)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁵²⁾	3. Pedro Simon (PMDB) ^(8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) ^(5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ^(43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁵⁴⁾	6. VAGO ^(45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³³⁾	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³¹⁾
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁰⁾	2. Efraim Morais (DEM) ⁽³⁵⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁶⁾	3. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) ^(1,26)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁴¹⁾	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾
João Tenório (PSDB) ^(40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽⁴²⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor ⁽²⁹⁾	1. Gim Argello ⁽²⁹⁾
PDT	
João Durval ⁽¹²⁾	1. Osmar Dias ⁽³⁹⁾

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDb).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽¹⁸⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,17)
Augusto Botelho (PT) ^(20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²¹⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(41,47)
Neuto De Conto (PMDB) ^(35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(43,46)
Valter Pereira (PMDB) ^(42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁴⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,31)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽³²⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,27)	1. Sérgio Zambiasi ^(27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁸⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁰⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PT) ⁽¹⁸⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(22,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(22,40,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(22,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁶⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁷⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁴⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³³⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,39)	3. VAGO ^(8,9,38,43)
Valdir Raupp (PMDB) ^(35,41)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽⁴⁷⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁸⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Moraes (DEM) ⁽²⁵⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁶⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(15,30)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(15,30)	6. Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,15,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽²⁷⁾	1. Fernando Collor ⁽²⁷⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(13,31)	1. Cristovam Buarque ⁽³²⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
31. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
41. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).

44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

47. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

Telefone(s): Fax:

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO) ⁽¹⁾
PTB
VAGO ⁽²⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE)
PR
Expedito Júnior (RO)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 04.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. (VAGO) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Tendo em vista que o Deputado Valdir Colatto assumiu a vaga de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 04.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 292 PÁGINAS